

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA

PROCESSOS EXCLUDENTES E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
EM CIDADES PEQUENAS PAULISTAS:
OS CASOS DE CAPÃO BONITO, BURI E RIBEIRÃO GRANDE

ORLANDO MOREIRA JUNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr. José Francisco

São Carlos

2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M838pe

Moreira Junior, Orlando.

Processos excludentes e produção do espaço urbano em cidades pequenas paulistas: os casos de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande / Orlando Moreira Junior. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
196 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Engenharia urbana. 2. Cidades pequenas. 3. Exclusão. 4. Urbanização. 5. Desconstrução espacial. I. Título.

CDD: 711 (20^a)



FOLHA DE APROVAÇÃO

ORLANDO MOREIRA JUNIOR

Dissertação defendida e aprovada em 24 de novembro de 2009
pela Comissão Julgadora

Prof. Dr. José Francisco
Orientador (DECiv/UFSCar)

Prof. Dr. Pompeu Figueiredo de Carvalho
(DEPLAN/UNESP)

Prof. Dr. Carolina Maria Rozzi de Castro
(DECiv/UFSCar)

Prof. Dr. Archimedes Azevedo Raia Jr.
Presidente da CPG-EU

Sim, o império está doente e, o que é pior, procura habituar-se às suas doenças. O propósito das minhas explorações é o seguinte: perscrutando os vestígios de felicidade que ainda se entrevêem, posso medir o grau de penúria. Para descobrir quanta escuridão existe em torno, é preciso concentrar o olhar nas luzes fracas e distantes.

(CALVINO, 1990, p. 57)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Orlando e Irene, por toda dedicação, paciência e estímulo constante. Porque sempre acreditaram em mim e me apoiaram em todos os momentos, desde os bons aos mais difíceis.

E como me disse minha mãe certa vez: onde há flor, aflora a luz...

AGRADECIMENTOS

Ao agradecer àqueles que, direta ou indiretamente, ajudaram a concretizar o presente trabalho, corremos sempre o grave risco da omissão involuntária de nomes. Assim, para correr o mínimo de risco possível advirto que elenquei aqui apenas alguns nomes que, mais recentemente, tem tido maior presença em minha vida pessoal e acadêmica.

Entretanto, faço questão de agradecer a todos aqueles que cruzaram meu caminho nesta jornada chamada "vida" e que seria impossível mencionar todos neste momento: dos amigos da época da escola aos amigos unespianos e da UFSCar, dos amigos da infância aos amigos contemporâneos, dos professores da pré-escola aos professores da pós-graduação (todos verdadeiros heróis em minha formação)...

Primeiramente, agradeço à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo apoio financeiro concedido, permitindo-me dedicação exclusiva à pesquisa e a esta Dissertação de Mestrado.

Agradeço a todos os meus familiares, pela torcida para que o trabalho fosse feito a contento, especialmente aos meus pais (Orlando e Irene), minha amada irmã (Emiliana) e minhas lindas sobrinhas (Ana Julia e Juliana). Agradeço também à minha avó, meus tios e tias, primos e primas. E aos amigos que praticamente fazem parte da família (a Rosa e a Nicéia, principalmente).

Agradeço aos funcionários das prefeituras municipais de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande e aos membros do NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) pela atenção prestada a mim e pelas informações e dados concedidos. E à Mariana Bertani pela prontidão no momento em que precisei de auxílio com a tradução do resumo.

Aos professores da FCT-UNESP onde construí minha base teórico-conceitual que se revela tão presente no decorrer desta Dissertação. Agradeço também a todos os professores do Programa de

Pós-Graduação em Engenharia Urbana (PPGEU), em especial aos professores Falcoski e Carolina (que muito contribuíram com este trabalho formando, sobretudo, a banca do meu exame de qualificação) e aos professores Sérgio Röhm e Ricardo Lorandi que foram essenciais durante meu percurso na pós-graduação.

Agradeço ao meu querido orientador, José Francisco, que teve paciência comigo e pela orientação que dedicou à mim, dando-me, inclusive, muita liberdade para expressar meus pensamentos.

A todos os funcionários do DECiv e à Sônia, secretária do PPGEU, pela paciência e atenção prestada, seja pessoalmente ou por telefone.

Aos amigos mais presentes da turma de 2008 do PPGEU: à Rafaela (companheira de escrever trabalhos e uma grande amiga que me ensinou muitas coisas), à Natty (por me aguentar nesses anos), ao Bruno (uma pessoa em quem se pode confiar e agora um grande pai), à Yanna (garota simples e encantadora), à Cris (um doce de pessoa), enfim, à Nívea, ao Lossardo e às doutorandas Bruna Felício e Geisa Silva. Mas é claro que eu não poderia esquecer de deixar um agradecimento especial a minha melhor amiga do mestrado: Poliana obrigado por tudo, pelas conversas, pelos risos, pela companhia, pelos favores, pelo seu jeito simples de ser que encanta naturalmente as pessoas; amo-te e espero que nossa amizade perdure para sempre!

Agradeço também aos meus eternos amigos da turma do curso de Geografia (2004-2007) da UNESP, em especial ao Luís Henrique, Jaqueline Aparecida, Vanessa Palomo, Muriel, Patty e Vivi.

Aos amigos com os quais constitui uma família longe de casa, o pessoal da Ilha Quadrada em Presidente Prudente (Guga, Anderson e, claro, meu grande amigo e irmão para todas as horas Rafael MM) e ao Tiago e Ulysses em São Carlos.

Não posso deixar de agradecer a duas pessoas especiais e apaixonantes que tão amavelmente me aguentaram e me aguentam: Suelen e Jana obrigado minhas lindas, amo vocês....

À Janaína Francisca que contribuiu muito com esta pesquisa e por sua amizade sincera que me fez pensar e refletir muita coisa... À doce e amável Luiza Helena que mesmo sumida está sempre presente e muito representou nos anos de faculdade... E à Pâmela Natacha, uma pessoa da qual me orgulho de ser amigo pela sua força, determinação e fé...

A todos esses amigos espero que saibam que mesmo geograficamente distantes, estaremos de alguma forma sempre juntos. Amo a todos...

Por fim, mas não por último, gostaria de agradecer a uma pessoa que representa muito para mim, uma pessoa que foi fundamental durante o desenvolvimento desta pesquisa, concordando as vezes, discordando tantas outras, mas sempre me apoiando, me incentivando; ainda me lembro de quantas vezes foram as discussões que traçamos sobre o urbano e a cidade, seja pessoalmente ou via MSN (...) Quero agradecer a você meu amigo, na verdade mais que um amigo, meu irmãozinho que a vida colocou em meu caminho, obrigado Clayton Bariri, por tudo... Orgulho-me de ser seu amigo! Afinal o final, mais uma etapa se finda. Que venham os novos desafios. Obrigado a todos, e desculpem-me se esqueci de alguém...

*De tudo ficaram três coisas:
A certeza de que estamos sempre começando,
A certeza de que é preciso continuar,
A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo,
Da queda, um passo de dança,
Do medo, uma escada,
Do sonho, uma ponte,
Da procura, um encontro!
(Fernando Sabino)*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
PARTE I	
1. O TEMA E O PROBLEMA	08
1.1. Processos excludentes e produção do espaço urbano nas cidades contemporâneas	16
1.2. A organização espacial da urbanização e da economia: seriam as cidades pequenas territórios da exclusão?	33
PARTE II	
2. OS DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E OS CAMINHOS PERCORRIDOS	47
2.1. Os desafios na leitura das cidades pequenas	51
2.1.1. Cidade, cidades. Mas, que cidade?	52
2.1.2. A forma e a estruturação das cidades	57
2.1.3. Um problema de escala	64
2.1.4. Alguns desafios específicos desta pesquisa científica	67
2.1.5. Os desafios na análise da exclusão em cidades pequenas	70
2.2. Os caminhos percorridos: entre velhas questões e novos desafios	74
PARTE III	
3. UMA REFLEXÃO A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO	84
3.1. Recorte empírico	86
3.1.1. Breves considerações sobre a trajetória histórica da formação territorial de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande	89
3.2. Uma primeira análise a partir da rede urbana	92
3.3. Entre o urbano, o rural e o agrícola: <i>cidade pequena</i> ou <i>campo grande</i> ?	98

3.4. Da estrutura das cidades e da forma urbana aos indivíduos e processos excludentes	115
3.5. Um retrato da exclusão na produção do espaço	138
3.6. Da norma ao fato: a desconstrução da cidade (im)possível	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Urbanização brasileira (1940 – 2000)	35
Tabela 2: Municípios brasileiros por classe de tamanho da população, 2000	36
Tabela 3: População total, urbana e rural dos municípios (1970 – 2007)	88
Tabela 4: Taxa de urbanização dos municípios, em %	89
Tabela 5: Participação do PIB por setor, em %	101
Tabela 6: Estrutura fundiária do município de Capão Bonito (em ha)	107
Tabela 7: Estrutura fundiária do município de Buri (em ha)	108
Tabela 8: Estrutura fundiária do município de Ribeirão Grande (em ha)	109
Tabela 9: Registro de ocupações nos municípios estudados	111
Tabela 10: Registro de Assentamentos nos municípios estudados	112
Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano	131
Tabela 12: IDH - Longevidade, Educação e Renda	131
Tabela 13: Taxa de analfabetismo, em %	132
Tabela 14: Número de unidade hospitalar e ambulatorial, 2000	132
Tabela 15: Indicadores de mortalidade e longevidade, 1991 e 2000	133
Tabela 16: Indicadores de pobreza e desigualdade, 1991 e 2000	134
Tabela 17: Percentual da renda apropriada por extratos da população, 1991 e 2000	135
Tabela 18: Percentual de domicílios com acesso a bens de consumo, 1991 e 2000	137
Tabela 19: Número de unidades habitacionais realizados por programas habitacionais	144
Tabela 20: Percentual de domicílios com acesso a serviços básicos, 1991 e 2000	152

Tabela 21: Participação da fonte no total da receita municipal – 2000 (%) 169

Tabela 22: Distribuição da população segundo Grupos dos Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2000, em % 171

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de descontinuidade do espaço urbano	61
Figura 2: Localização dos Municípios na Mesorregião Geográfica e no Estado de São Paulo	86
Figura 3: As cidades estudadas inseridas na rede urbana	94
Figura 4: As cidades estudadas mergulhadas no universo rural	101
Figura 5: Atividades rurais no espaço urbano	116
Figura 6: Malha urbana das cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande	118
Figura 7: Estruturação das cidades de Capão Bonito Buri e Ribeirão Grande	119
Figura 8: Novas centralidades em Capão Bonito: Av. Massaichi Kakihara e Av. Elias Jorge Daniel	121
Figura 9: Área central de Capão Bonito na década de 1930 e nos dias atuais	124
Figura 10: Edificações antigas que se mantêm no espaço urbano	125
Figura 11: Mancha urbana com destaque para os eixos viários e corpos d'água	126
Figura 12: Expansão Urbana em descontinuidade espacial em Capão Bonito	128
Figura 13: Espaço urbano de Ribeirão Grande	128
Figura 14: Conjuntos Habitacionais em Buri	145
Figura 15: Conjuntos Habitacionais em Capão Bonito	146
Figura 16: Localização dos Conjuntos Habitacionais em Capão Bonito e Buri	148
Figura 17: Conjunto Habitacional Vila Boa Esperança	149
Figura 18: Croqui de localização das cidades de Capão Bonito e Ribeirão Grande	151
Figura 19: Auto-construção da moradia em Buri e Ribeirão Grande	154
Figura 20: Diferenças no espaço intra-urbano em Capão Bonito	157
Figura 21: Exemplos de bairros recentemente loteados	158

Figura 22: Descontinuidades espaciais no espaço periurbano	159
Figura 23: Novas áreas loteadas em Capão Bonito	161
Figura 24: Área urbanizada próximo aos corpos d'água	165
Figura 25: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social de Capão Bonito	171

RESUMO

O presente trabalho visa elaborar um conhecimento a respeito das desigualdades sociais e espaciais, ainda pouco estudadas, em realidades urbanas não metropolitanas, mais especificamente em cidades pequenas. Esta dissertação procura, portanto, tecer algumas considerações a respeito da produção do espaço urbano em cidades pequenas paulistas, analisando as práticas e ações dos agentes produtores do espaço urbano, que contribuem para uma formação sócio-espacial desigual e excludente, realizando uma reflexão a partir de um estudo de caso em Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, a fim de concretizar uma análise que permita entender como as esferas pública e privada e a sociedade civil contribuem de diferentes maneiras para a produção desigual do espaço urbano, buscando identificar, em diferentes perspectivas, como a exclusão se manifesta nestas realidades urbanas. Desse modo, buscamos contribuir para um aprofundamento teórico da compreensão dos processos excludentes em pequenas cidades paulistas. O conceito de desconstrução espacial é utilizado como um instrumento de análise para interpretação da produção do espaço e para viabilização da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, trabalho de campo e coleta, análise e sistematização de dados, que permitiram uma leitura espacial da exclusão para indicar, em diferentes perspectivas, como o fenômeno se manifesta, tanto na escala intra-urbana quanto na interurbana. Para tanto procura-se contextualizar as cidades pequenas a partir dos aspectos econômicos atrelados ao processo de urbanização, por meio do qual é possível verificar a constituição da rede urbana brasileira pautada na competição entre as cidades. Daí pensar se as cidades pequenas, neste contexto, são territórios da exclusão e salientar a importância de se pensar em soluções, principalmente de gestão territorial e de rede urbana integrada, que possibilitem minimizar as desigualdades sócio-espaciais que afligem as cidades pequenas.

Palavras-chave: cidades pequenas, exclusão, produção do espaço urbano, urbanização, desconstrução espacial.

ABSTRACT

The present work aims to elaborate an acquaintance about the social and spatial inequalities still few studied in non-metropolitan urban realities, specifically in small towns. Therefore this dissertation attempts to weave some considerations about the production of urban spaces in São Paulo small towns, examining the practices and actions of the producers agents of the urban space, which contribute to an unequal and excluding social-spatial formation, making a reflection from a study case in Capão Bonito, Buri and Ribeirão Grande, in order to achieve an analysis that allows to understand how public and private spheres and the civil society contribute in different ways to the unequal production of urban spaces, seeking to identify, in different perspectives, how exclusion is manifested in these urban realities. Thus, we seek to contribute to a deeper theoretical understanding of excluding processes in small towns in São Paulo State. The concept of spatial deconstruction is used as an analytical instrument to interpret space production and this research was made feasible by a bibliographic gathering, fieldwork and collection, data analysis and systematization that allowed a spatial reading of exclusion to indicate in different perspectives, how the phenomenon manifests itself both in the intra-urban scale and in the intercity scale. For this purpose we seek to contextualize the small towns from the economical aspects linked to the urbanization process, through what is possible to verify the constitution of Brazilian urban network guided by the competition between cities. Then reflect if the small towns, in this context, are excluding territories and emphasize the importance of thinking about solutions, mainly in territorial management and integrated urban network, turning possible to minimize the socio-spatial inequalities that afflict small towns.

Keywords: small towns, exclusion, production of urban space, urbanization, spatial deconstruction.

APRESENTAÇÃO

De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. – Ou as perguntas que nós colocamos para nos obrigar a responder...

(CALVINO, 1990, p. 44)

APRESENTAÇÃO

Não são poucos, muito menos é recente a tradição de estudos e análises a respeito das desigualdades brasileiras, seja apontando as práticas e possibilidades de políticas ou por meio da abordagem através de escalas, redes e espaços ou ainda a partir dos processos e transformações na configuração dos espaços urbanos, rurais ou regionais. Tanto no âmbito acadêmico como órgãos estatais ou não-estatais têm marcado uma trajetória de esforços em problematizar e analisar o tema das desigualdades no Brasil, principalmente das desigualdades presentes nas cidades brasileiras, em particular nas grandes metrópoles nacionais.

Como o processo de metropolização é uma das características marcantes da urbanização brasileira, marcada pelo acirramento das desigualdades sociais com intensa concentração da riqueza e da pobreza nesses espaços urbanos, as grandes metrópoles tornaram-se alvo de diversos estudos e pesquisas, particularmente em seus aspectos físico-territoriais e sociais. Posteriormente, com mudanças de ordem econômica e na urbanização do país, surgiram novos centros urbanos potenciais no cenário nacional, com capacidade de receber fluxos de investimentos e populacionais, além de apresentar ritmos e intensidades urbano-regionais particulares, determinados principalmente pela sua complexidade funcional e econômica – as chamadas cidades médias –, cujas dinâmicas e redefinições espaciais urbanas e regionais tem sido alvo, atualmente, de grande interesse por parte de pesquisadores. Mesmo porque, as cidades médias ao mesmo tempo em que representam um novo modo de “desenvolvimento” urbano passam a expressar as velhas desigualdades sociais, visíveis na produção excludente do espaço.

Neste contexto de reestruturação produtiva e reorganização da ocupação do território e do fluxo de pessoas, mercadorias e informações, com redefinição e articulação de diferentes escalas que reconfiguram o padrão espacial, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de novas interações sócio-espaciais representam novos desafios ao planejamento urbano e regional e às pesquisas técnico-científicas. Desse modo, as novas tendências da urbanização faz refletir a respeito da reconfiguração da rede de cidades e do papel das cidades

médias e pequenas frente a inserção do país na economia globalizada. Daí emerge o interesse em apreender, especificamente, a respeito das cidades pequenas no cenário atual, considerando a problemática sócio-espacial destas cidades, tanto no que tange a dinâmica intra-urbana quanto a interurbana, fruto de uma produção espacial desigual e excludente em diversas escalas.

O empenho em estudar os processos excludentes e a produção do espaço urbano em cidades pequenas se deve a algumas questões que se despontam desde o curso de Graduação em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP em Presidente Prudente, quando começamos a elaborar leituras para que pudéssemos desenvolver um projeto de pesquisa sob orientação do professor Raul Borges Guimarães, o qual suscitou uma série de pensamentos a cerca dos processos excludentes nas cidades brasileiras, particularmente nas cidades médias, tendo como foco uma leitura territorializada do fenômeno, com a finalidade de identificar a exclusão social e contribuir para ajudar na implantação de políticas governamentais locais e regionais. Ainda durante o período da Graduação o interesse pela temática urbana se concretizou graças as disciplinas ministradas pela professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, que permitiu identificar os principais paradigmas sobre a cidade e o urbano, compreender o processo de urbanização no Brasil, reconhecer as implicações de novas formas de produção e estruturação do espaço urbano conforme as mudanças nos papéis das cidades e identificar e analisar os atores sociais que produzem e transformam as cidades e que influem nas atuais dinâmicas de produção e estruturação do espaço urbano. Foi determinante também, no período, as contribuições auferidas pelos professores Bernardo Mançano Fernandes, Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol e Antônio Nivaldo Hespanhol que cooperaram cientificamente com questões referentes a problemática fundiária brasileira, a questão regional e as heterogeneidades regionais de um país de dimensões continentais e com os dilemas, tendências e incertezas do planejamento e das políticas territoriais nacionais.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana na Universidade Federal de São Carlos ampliou as possibilidades de leitura da realidade urbana brasileira, com uma abordagem da questão urbana por meio de análises integradas de problemas complexos e abrangentes, bem como a utilização de processos de planejamento, intervenção e gestão efetivos e eficientes para uma melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos como coloca Röhn et al. (2006). A orientação do professor José Francisco representou grande valia, pois a partir das diversas discussões, chegamos a outras possibilidades de leitura dos processos excludentes decorrentes da produção espacial em cidades pequenas, tendo na desconstrução

espacial um instrumento analítico da produção do espaço e das relações sociais, cujo objetivo permaneceu centrado nas práticas da inexorabilidade das ações antrópicas e suas implicações na teorização da produção do espaço urbano, no contexto do planejamento e projeto territorial. Outros dois professores que muito contribuíram com o desenvolvimento e delimitações deste trabalho tal qual com a reflexão e a investigação sobre o urbanismo e a construção de um referencial teórico-metodológico foram Carolina Maria Pozzi de Castro e Luiz Antônio Nigro Falcoski. Estes, juntamente com o orientador e outros docentes do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, tais como Sérgio Antônio Röhm, Reinaldo Lorandi e João Sérgio Cordeiro contribuíram consideravelmente para atualizar, sistematizar e analisar criticamente todo o conhecimento produzido (conceitos, teorias, metodologias e tendências), ampliar o conhecimento sobre os processos de urbanização, da estruturação urbana, da evolução histórica do urbanismo, do planejamento e da gestão do meio urbano, bem como das infra-estruturas urbanas e planejamento de transporte urbano, da articulação entre o urbano e o regional e dos embates entre as questões sociais e ambientais nas cidades contemporâneas.

Conhecer esta trajetória acadêmica é um meio de advertir os leitores deste trabalho a respeito das opções teórico-metodológicas adotadas e dos caminhos seguidos, pois, primeiramente, a visão geográfica do fenômeno estudado é preponderante, visto que a formação primeira do pesquisador é aquela que mais influencia na análise. Em segundo lugar, a partir da aproximação com a Engenharia Urbana e com o Urbanismo por meio do contato com profissionais e pesquisadores, procurou-se integrar os mais diversos conhecimentos à análise pretendida, considerando que o ambiente urbano e o espaço produzido resultam das inter-relações entre meio físico e sociedade e que as formas de produção do espaço urbano, nos moldes como se dão no âmbito do capitalismo, proporcionam grandes e graves diferenças na qualidade de vida, em função de diferentes dinâmicas de diferenciação sócio-espacial. Assim, nos empenhamos em realizar uma pesquisa a partir da totalidade da cidade, considerando-a como um produto de uma sociedade altamente concentradora e excludente.

Admite-se, portanto, a necessidade de manter afinidade com as diversas áreas que permeiam a análise urbana, a fim de identificar a essência dos problemas que se manifestam nas cidades contemporâneas, como é o caso da difusão e a dispersão da exclusão sócio-espacial urbana. Afinal, entender corretamente as cidades e os problemas que nelas se manifestam é condição prévia indispensável quando se visa melhorar a condição e qualidade de vida nas cidades, realizar um ordenamento territorial mais equitativo, perpetuar a idéia de cidade como *locus* de convivência e de partilha de múltiplos territórios, superar os conflitos

existentes (interesses individuais X interesses coletivos, espaços públicos X espaços privados, espaço natural X espaço social, dispersão X concentração, campo X cidade, global X local, entre outros) e integrar meios que almejem a eficácia da infra-estrutura das cidades e a mínima desconstrução espacial possível.

Nesta direção, a presente Dissertação visa analisar, problematizar e desvendar os processos de produção, estruturação, transformação e permanências do espaço urbano que intensificam os processos excludentes nas cidades de modo geral, e nas cidades pequenas em particular, seja a partir das dimensões morfológicas, seja a partir das normas e políticas, dos interesses e dos agentes envolvidos. Logo, por meio da relação entre a organização, transformação e dinâmica do espaço, procura-se resgatar a essência e totalidade na análise das cidades, estabelecendo um nó entre o Urbanismo, a Engenharia Urbana e a Geografia, ou seja, em síntese, pretende-se reportar, respectivamente, ao estudo, regulação, controle, gestão e planejamento da cidade e da urbanização, abrangendo sua morfologia e o desenho urbano; à uma área multidisciplinar de conhecimento que estuda as ocupações urbanas de forma holística com os objetivos de obter ambientes urbanos sustentáveis com a mínima desconstrução do ambiente original (RÖHM et al., 2006), articulado com o urbanismo e o ambiente, o planejamento do uso do solo, os equipamentos e serviços coletivos, as redes e os fluxos urbanos; e, à forma como o espaço é ocupado, produzido e organizado socialmente ao decorrer do tempo e em diversas escalas, abordando a interação entre a sociedade e o espaço, a inexorabilidade das ações antrópicas que moldam o espaço e a própria sociedade através do espaço articulado as dimensões social, econômica e política.

Nesta perspectiva, nosso objetivo inicial foi entender as formas de exclusão sócio-espaciais presentes em cidades pequenas (paulistas), considerando a lógica desigual de produção do espaço urbano que exclui parcela da população e descrevendo e analisando as transformações do tecido urbano e das formas, funções e estrutura das cidades estudadas (Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande), para compreender como se manifestam os processos excludentes em cidades de pequeno porte. No entanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, verificamos que a cidade não pode ser vista separada do contexto no qual se insere, ou seja, não pode ser entendida sem se considerar o espaço que a circunda em determinado período, pois as cidades constituem uma estrutura interurbana articulada a partir das funções e fluxos que variam no espaço e no tempo. Desse modo, além de uma leitura focada no espaço intra-urbano das cidades pequenas, no qual se acentuam os processos excludentes em parcela considerável da população destes pequenos centros urbanos, tornou-se imprescindível também, contextualizar as cidades pequenas a partir dos aspectos econômicos atrelados ao

processo de urbanização, por meio do qual é possível verificar a constituição de uma rede urbana pautada na competição entre as cidades. Daí pensarmos as cidades pequenas enquanto territórios da exclusão, pois, em sua maioria não apresentam condições de competir de modo igualitário com as cidades de maior porte, geralmente com uma dinâmica econômica mais competitiva.

Assim, nossa contribuição para o entendimento dos processos excludentes em cidades pequenas é feita sob a ótica das escalas intra-urbana e interurbana, cujo resultado de tal esforço será apresentado a seguir, num trabalho dividido em três partes que se complementam, onde procuramos fazer uma discussão da temática da exclusão no seu sentido amplo relacionado a um conjunto de perdas relacionadas não somente à razão econômica e social, mas também espacial.

Na primeira parte, “*O Tema e o Problema*”, apresentamos uma revisão geral da problemática da exclusão sob o viés da produção do espaço nas cidades brasileiras, apontando a importância de incluir no debate as cidades pequenas. Posteriormente, traçamos um recorte para as cidades pequenas, considerando-as a partir do contexto da economia e da urbanização brasileira à constituição da rede urbana nacional e indagando se as cidades pequenas, no âmbito da internacionalização econômica, seriam na verdade territórios da exclusão, seja no que concerne ao seu espaço intra-urbano ou na escala regional ou nacional.

Dedicamos a segunda parte desta Dissertação, “*Os Desafios Teórico-Metodológicos e os Caminhos Percorridos*”, à discussão dos desafios e complexidade existentes na análise e estudo dessas realidades urbanas, seja do ponto de vista teórico-conceitual ou metodológico. Pensar ou refletir sobre as cidades pequenas não é tarefa simples, desse modo, apontamos os desafios presentes na análise desta realidade urbana, ou melhor, realidades urbanas, pois as cidades pequenas apresentam grandes particularidades e enormes dissemelhanças entre si, seja no aspecto físico-territorial ou quanto a dimensão populacional ou diversidade e dinamismo econômico. Assim, procuramos contribuir com as concepções teórico-metodológicas numa análise que atribui ao espaço – sua produção e desconstrução – importância primaz para a leitura da realidade.

Na terceira parte, “*Uma reflexão a partir de um estudo de caso*”, apresentamos a concretização das teorias e conceitos que fundamentam o presente estudo na configuração físico-territorial das cidades pequenas estudadas (Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande), traçando, primeiramente, uma breve análise a partir da rede urbana, e estabelecendo, em seguida um nexos entre a estrutura e forma urbana com os indivíduos e os processos excludentes, tal qual as manifestações dos processos excludentes resultantes da produção do

espaço urbano e uma reflexão sobre a constituição da cidade (im)possível, a partir das normas urbanísticas e do fato urbano concreto.

Por fim, as “*Considerações Finais*” encerram o trabalho. Além de uma síntese possível, apresentamos algumas considerações sobre o que foi tratado ao longo desse trabalho e algumas questões não respondidas que continuam a propor novos desafios analíticos.

Nossa perspectiva maior é de que, apesar das diversas limitações encontradas neste trabalho, o resultado final aqui exposto, sobretudo, do estudo de casos, pudesse contribuir, por um lado, para o debate a respeito das cidades pequenas no Brasil oferecendo elementos que favoreçam a compreensão de suas especificidades, e, por outro lado, com os novos desafios ao planejamento urbano e regional e a produção social do espaço nas três cidades estudadas, pois os diversos processos sócio-espaciais que redefinem a rede urbana e o espaço deve ser considerado em diversas escalas, portanto, as estratégias e ações devem implementar o desenvolvimento local e regional, valendo-se das vantagens locais. Ou seja, gostaríamos que todo esforço aqui desempenhado ultrapassasse os muros da Universidade, revelando sua função social, colaborando ou potencializando a construção de ações concretas, por meio da articulação entre o conhecimento científico, a prática e capacitação técnico-política e a elaboração de planos e políticas públicas, cujo poder social, fundamentado pela capacidade intelectual, possam se sobrepor aos interesses econômicos e políticos.

PARTE I

O TEMA E O PROBLEMA

... Se não desejo que o seu olhar colha uma imagem deformada, devo atrair a sua atenção para uma qualidade intrínseca dessa cidade injusta que germina em segredo na secreta cidade justa: trata-se do possível despertar – como um violento abrir de janelas – de um amor latente pela justiça, ainda não submetido a regras, capaz de compor uma cidade ainda mais justa do que era antes de se tornar recipiente de injustiça. Mas, se se perscruta ulteriormente no interior deste novo germe de justiça, descobre-se uma manchinha que se dilata na forma de crescente inclinação a impor o justo por meio do injusto, e talvez seja o germe de uma imensa metrópole...

(CALVINO, 1990, p. 44)

1. O TEMA E O PROBLEMA

Anos após anos o problema da exclusão ainda é um tema atual no Brasil. A dialética exclusão *versus* inclusão não afeta apenas indivíduos, mas também territórios. Na cidade a riqueza e a pobreza convivem face a face. Se a riqueza exhibe todo seu luxo e abundância, a pobreza não pode esconder-se. Banalizam-se as disparidades e a desigualdade social passa a ser naturalizada como componente normal da paisagem urbana. O convívio urbano começa a funcionar-se num perigoso regime de apartação social (SPOSATTI, 1996) ou fratura social (FORRESTER, 1997), resultando, conseqüentemente, numa precarização espacial de muitos segmentos sociais e na fragilidade da unidade urbana.

As atuais configurações espaciais e sociais na cidade, que vivenciam um momento de forte diferenciação, com a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios urbanos evidenciam os processos de exclusão sócio-espacial das camadas menos (ou nada!) abastadas. A sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situações de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro (SANTOS, 1979). O acesso aos bens de consumo coletivo, ou melhor, a deficiência ou ausência destes, é um fato presente em nossa realidade, isso gera diferenças quantitativas e qualitativas que se materializam no espaço, principalmente no urbano.

Ao pensar no caso brasileiro, é relevante destacar que a pobreza e as desigualdades no país têm raízes profundas e históricas. No Brasil, a pobreza e a exclusão são produtos da característica econômica, em sua essência concentradora – de renda, de terra e poder (MARICATO, 1996) –, logo, produtora de grande desigualdade. Os processos de transformações econômicas, sociais e políticas são acompanhados por uma configuração espacial constituída de grande concentração e diferenciação. Houve no país um crescimento mais rápido do número e tamanho das cidades do que a infra-estrutura e políticas públicas que proporcionem aos habitantes uma mínima condição de vida.

As cidades são criadas para servir a economia e não à sociedade. Os espaços que não são funcionais à nova lógica sistêmica não conseguem se inserir na economia mundial, o que leva Dupas (2000), a afirmar que dentro das cidades, isto se expressa na dualização acelerada de suas configurações sociais, que leva a uma verdadeira separação de seus processos urbanos.

O urbanismo de mercado, que teve no planejamento urbano modernista e funcionalista um importante instrumento de dominação ideológica, resultado de forças do mercado imobiliário, contribuiu para intensificar os processos excludentes dentro do espaço intra-urbano, ampliando e acirrando as desigualdades sócio-espaciais. Os próprios planos e normatizações urbanas, que no discurso procuram ser includentes, não são aplicados na cidade como um todo, o que resulta num ordenamento territorial que se dá a partir dos interesses dos proprietários de terra e promotores imobiliários os quais definem o crescimento da cidade que não ocorre de forma espontânea ou desordenadamente. O processo é ordenado segundo uma lógica, a lógica da reprodução do capital, não ocorre, portanto, aleatoriamente ou ao acaso, isto é, o processo não é espontâneo nem desordenado, porque se dá a partir do livre jogo e dos interesses do mercado imobiliário. O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado como coloca Santos (1988) e a chamada “desordem urbana” não existe de fato (CASTELLS, 1983). A necessidade de uso; a disputa pelo uso; os interesses imobiliários; a especulação; a terra como reserva de valor; a divisão social, territorial e técnica do trabalho; inúmeros conflitos; entre tantos outros fatores, ordenam a urbanização e a cidade.

As desigualdades sociais e a pobreza se manifestam no processo de produção do espaço urbano, simbolizada pelo acesso de apropriação e uso da terra. O ordenamento, desse modo, se dá a partir e pela consolidação de uma cidade legal ou formal frente a cidade dos excluídos, aquela dita informal, caracterizada pelas invasões, loteamentos irregulares e favelas. A invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização aponta Maricato (2000b), ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais ratifica a autora. Essa dinâmica faz, com que no Brasil o acesso a terra urbana por meio do mercado formal e legal seja inacessível para uma grande parte da população, e como a terra é uma primeira condição para a moradia a especulação sobre a terra urbana representou para a população de menor renda morar em loteamentos clandestinos, em favelas ou em cortiços (CASTRO, 2000).

O espaço na cidade capitalista adquire cada vez mais importância, daí a sua mercantilização, na qual aqueles que detêm capital são os que têm acesso a “conquista” do

espaço urbano. A terra, no sentido de solo urbano, é uma mercadoria de extremo valor. Mais que uma mercadoria a terra, enquanto “capital imobiliário”, é um falso capital como coloca Singer (1980), à medida que é condição necessária à realização de qualquer atividade, incluindo a produção, no entanto, não se constitui em si meio de produção, entendido como emanção do trabalho humano que o potencia. É, sem dúvida, um valor que se valoriza, mas na origem de sua valorização não é a atividade produtiva e sim a monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade (SINGER, 1980).

Neste contexto, intensifica-se a atuação especulativa no mercado imobiliário, num processo no qual a terra significa reserva de valor. Pode-se afirmar, então, que as modificações de um empreendimento imobiliário reverberam social, ambiental e economicamente num determinado local. As modificações das condições locais (pela metamorfose da terra rural para terra urbana) geram alterações no preço da terra que se manifestam no espaço, reforçando a exclusão sócio-espacial. A supervalorização das terras bem servidas faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda elevada, capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar. A distribuição dos equipamentos, instrumentos e serviços urbanos na cidade encontram-se apenas à disposição dos moradores de rendimentos elevados ou médios. Quanto menor a renda da população, tanto mais escassos são os referidos serviços (SINGER, 1980). Os serviços como ruas asfaltadas, galerias pluviais, iluminação pública, coleta de lixo etc., de responsabilidade do poder público, acabam sendo usufruídos apenas por aqueles que podem pagar o seu “preço” incluído na renda do solo que dá acesso a eles.

A especulação imobiliária é um processo que pode atingir diversos espaços da cidade, cujo efeito é a valorização de um bairro ou região, acarretando em altas no preço do aluguel e no valor de venda dos imóveis aí localizados. É assim o funcionamento do mercado imobiliário. Desse modo, a classe de menor renda é a que mais vai sofrer com a oscilação nos preços da terra, tendo assim, que habitar setores de baixa qualificação urbana, porque seus preços reduzidos na maioria dos casos são os únicos acessíveis para esta classe. Para Singer (1980) a elevação dos preços dos imóveis pode deslocar os moradores mais antigos e pobres, que vendem suas casas, quando proprietários, ou simplesmente saem, quando inquilinos, de modo que o novo serviço vai servir aos novos moradores e não aos que supostamente deveria beneficiar.

A urbanização brasileira ocorreu e ocorre de modo excludente, com bônus sociais para poucos, ao passo que o ônus recai sobre grande parcela dos cidadãos. Este ônus não diz respeito apenas a ausência ou insuficiência de infra-estrutura, as precárias condições de

moradias, as horas e horas perdidas em viagens cotidianas entre a casa e o trabalho, a ausência de lazer, ao convívio de perto com a degradação ambiental, entre outros tantos encargos que poder-se-ia citar. O ônus social diz respeito a um legado muito mais amplo, o legado de nunca poder usufruir dos privilégios que a cidade pode oferecer. Assim, o chamado “desenvolvimento” urbano, em todas as suas dimensões não beneficia a todos da mesma forma, pois com o jogo do mercado, reforça-se a exclusão da população menos abastada e estigmatiza certas partes da cidade.

As ações e práticas dos atores que produzem o espaço contribuem e estimulam com a exclusão sócio-espacial nas cidades, ratificada pelo forte processo de segregação urbana. As práticas sócio-espaciais e o convívio social passam a se dar entre os iguais apenas, tanto nos bairros pobres habitados por uma massa de miseráveis como nos condomínios de alto padrão. Fortalece a tendência a separação, a auto-segregação por meio do emuralhamento das classes com alto padrão aquisitivo, pautada na justificativa da violência. Esse processo acentua a segregação sócio-espacial, sendo que, como afirma Seabra (2004), na verdade aquilo que atrai é a vontade da separação e a certeza de encontrar na representação do vizinho um padrão social aceitável segundo certo ponto de vista.

A cidade é hoje concebida como fragmentada, há um processo de redefinição nos quadros da vida social coletiva. Mesmo o espaço público, de uso comum a todos, também se altera. A própria rua que é o lugar dos encontros torna-se local de circulação apenas. Há, segundo Gomes (2002), um confinamento dos terrenos de sociabilidade, na qual a relação ao uso do espaço público se restringe, visto que não se desenvolve apenas a idéia de conviver entre os iguais, mas também de frequentar os mesmos lugares, os mesmos espaços seletivos e controlados. A esse processo que modifica, gradativamente, o estatuto das práticas sociais e espaciais no mundo contemporâneo é chamado por Gomes (2002) de recuo da cidadania.

O que vale destacar aqui é um novo estilo de morar e viver ou conviver que tem se difundido entre os mais ricos, havendo uma mesma distinção entre eles, pois a classe de padrão mais elevado habita áreas diferentes das classes médias, por exemplo. A opção por moradias em condomínios tidos como paraísos habitacionais é incentivada pelos promotores imobiliários, onde mais que uma moradia, vende-se a segurança, o conforto e a paisagem. A justificativa mais comum para a consolidação desses novos *habitats* urbanos são os altos índices de violência em nossas cidades, porém, é perceptível que a opção por esse estilo de vida é em sua essência elitista, pois difunde a idéia de conviver entre os iguais.

Esses empreendimentos destacam-se por serem loteamentos de alto padrão, muitos deles murados e controlados por sistemas de segurança particular, ou também como

loteamentos de chácaras, como opção para o lazer e segunda moradia, sobretudo no entorno das áreas mais densamente urbanizadas (SPOSITO, 2004). Os equipamentos de moradia, lazer e consumo exclusivo aos segmentos sociais economicamente melhor situados promovem a auto-segregação urbana. Diante desse novo estilo de morar e viver, os indivíduos moldam seus comportamentos à nova realidade ao passo que as barreiras impostas pelos muros e pelas guaritas delimitam os espaços de uso comum e “coletivo” para os seus moradores, negando, portanto, a possibilidade de convivência entre a diferença, e reforçando a lógica de fragmentação da cidade. Assim, o espaço urbano é produzido de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial e a exclusão sócio-espacial, no qual a principal característica da exclusão, em sua dimensão social e espacial, é a não consolidação do direito à cidade. Há um fortalecimento da auto-segregação urbana, convivendo dentro de um mesmo espaço (a cidade) com processos de segregação induzida, que “empurra” os pobres para as áreas pior servidas de serviços, equipamentos, infra-estrutura urbana e de qualidade de vida.

As desigualdades e disparidades sociais e espaciais são visíveis aos olhos nas metrópoles e cidades grandes e médias. É possível perceber a existência de bairros com infraestrutura impecável e com residências de luxo, coexistindo a curta distância, com bairros miseráveis, sem infraestrutura sanitária, com problemas ambientais graves, com serviços públicos (de saúde, educação e segurança) deficientes. Ademais, os atuais padrões de desenvolvimento tem resultado na degradação sócio-ambiental que aflige, sobretudo, as classes de menor poder aquisitivo, como a falta de condições sanitárias mínimas em muitas áreas, destruição de recursos naturais, poluição do meio ambiente, condições precárias e insalubres de habitação, entre outros. Entretanto, em função das características do momento atual, todas as cidades brasileiras exibem, com diferença de grau e de intensidade, problemáticas parecidas. Assim, os processos excludentes que estão em marcha não atingem apenas as cidades grandes e médias, ou seja, o fenômeno da exclusão vem ocorrendo independentemente do porte da cidade. De acordo com Santos (1994a):

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revela enormes carencias. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte. (SANTOS, 1994a, p. 95)

Ao se pensar estritamente as cidades pequenas nos aludimos a relações mais próximas de sociabilidade entre as pessoas tal qual uma maior proximidade dos agentes políticos com a sociedade local. Hipoteticamente, o tamanho territorial das pequenas cidades permitiria uma maior proximidade entre as pessoas que vivenciam os mesmos espaços públicos: a igreja, a praça, o centro, entre outros. Contudo, as alterações das relações sociais da cidade e a fragilidade da unidade urbana não se dão apenas nas grandes e médias cidades, mas na sociedade como um todo. Nas cidades atuais, indiferente do seu porte territorial, perde-se a idéia de cidade como a casa estendida do homem, onde o homem se enriquece nas relações sociais (BRAGA e CARVALHO, 2004).

Os processos excludentes se acirram cada vez mais no interior dos espaços urbanos e no caso das pequenas cidades pode ser ainda mais cruel. Por isso tratamos de processos excludentes, pois devido o tamanho territorial destas cidades uma série de processos de ordem econômica, política e social excluem parcela da população para incluir novamente, mesmo que de forma precária. Processos que se sucedem e que se configuram a partir da exclusão do mercado legal de terras, na expulsão do campo, na ausência de infra-estruturas e serviços, na falta de empregos, na ausência de representatividade política por parte da população e ausência de movimentos sociais urbanos organizados, fazendo com que tais cidades, como afirma Guimarães et. al. (2004), fiquem a mercê dos interesses, principalmente dos proprietários de terras, dos loteadores e incorporadores imobiliário, enfim, dos agentes da iniciativa privada na produção do espaço urbano.

A abordagem a partir da produção do espaço procura unificar os vários campos da análise urbana através da observação de que os atuais problemas da sociedade parecem estar cada vez mais articulados com problemas da natureza espacial (GOTTDIENER, 1997). O espaço urbano, principalmente na cidade capitalista é profundamente desigual, cuja natureza dessa desigualdade está no seu processo excludente de produção espacial, pois é na produção do espaço urbano que os processos excludentes se mostram mais visíveis, devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definem a cidades estarem ligados, intrinsecamente, a acumulação capitalista, que molda o espaço a partir de seus interesses, que se alteram no decorrer do tempo.

Estudar o espaço cumpre apreender sua relação com a sociedade ao suceder do tempo, cujas determinantes são elementos essenciais para a nossa compreensão da produção desigual do espaço, principalmente o urbano. Ao pensar o espaço urbano e suas configurações é importante retomar o pensamento de Lefèbvre (1991) no livro *O Direito à Cidade*, quando considera que se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção

e reprodução por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. Lefèbvre conclui que a cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra em condições históricas.

Nesta direção, admite-se que quaisquer estudos a respeito dos processos excludentes a partir da lógica de produção do espaço urbano, devem ser contextualizados no tempo e no espaço ao qual o fenômeno se refere, pois se manifestam de forma diferente em cidades grandes, médias e pequenas. Sendo assim, a cidade pequena aqui considerada como parte de um processo mais amplo da economia e da urbanização, inserida numa estrutura dinâmica – a rede urbana –, não pode ser vista ou entendida separada do todo. Desse modo, estabelece-se uma análise a partir de duas escalas que não se excluem, de um lado a escala interurbana, na qual as cidades pequenas podem ser apreendidas enquanto territórios de exclusão, e por outro lado, a escala intra-urbana, referente a cidade dos excluídos.

Ressalte-se que muito se pesquisa na área do urbanismo, físico-territorial e social, nos grandes centros do país, mas há muito poucas pesquisas desta natureza em cidades de pequeno porte, que corresponde à grande maioria de sedes de municípios brasileiros, congregam um contingente expressivo da população e perfazem uma ampla extensão do território nacional. Sob o aspecto da exclusão e inclusão social e urbana as estatísticas nessas realidades urbanas são alarmantes, dado que parcela muito expressiva do espaço urbano está nestas condições. Pode-se afirmar que as áreas empobrecidas dessas cidades são muito grandes, em percentuais que ultrapassam em muito os grandes centros urbanos, comparando-os com suas extensões territoriais e populacionais.

Neste contexto, é importante, portanto, avançar em análises sobre as desigualdades sócio-espaciais que permitam detectar a exclusão, considerando diferentes critérios de análise, a partir dos quais seja possível identificar as desigualdades existentes entre as diferentes partes de determinada realidade urbana e indicar as áreas de atuação prioritária para as políticas públicas que buscam reverter a situação de exclusão. Destarte, pretende-se avançar na compreensão dos processos excludentes em cidades pequenas, visto que há uma produção bastante limitada de trabalhos que versam sobre estes núcleos urbanos.

Junta-se a isso a necessidade de soluções de planejamento urbano e regional próprios para os casos das cidades pequenas neste período de construção de novas interações sócio-espaciais em diversas escalas, contribuindo para reconfigurar de forma equilibrada as dinâmicas territoriais. Neste contexto, nos deparamos com novos desafios ao planejamento urbano e regional e a produção social do espaço, pois os diversos processos sócio-espaciais redefinem a rede urbana e o espaço passa a ser considerado em diversas escalas, cujas as

estratégias e ações devem, portanto, implementar o desenvolvimento local e regional, valendo-se das vantagens de cada localidade.

Assim, a fim de fundamentar um estudo em cidades pequenas, compreendendo sua realidade, a proposta deste trabalho é utilizar estudos, pesquisas e análises realizadas em metrópoles e cidades grandes e médias, tal qual a (de)limitação e discussão teórico-conceitual empregada, procurando interpretar e apreender as particularidades espaciais e sociais da forma de manifestação do fenômeno estudado nos núcleos urbanos de pequeno porte. Dessa maneira, pretende-se responder questões elementares como: quais as diferenças na organização do espaço existem nas cidades de diferentes tamanhos? Como se manifestam a exclusão sob a ótica da produção espacial em cidades pequenas? Como se dá a atuação dos atores sociais? Há nas cidades pequenas uma redefinição do par centro-periferia tal qual ocorre nos centros urbanos de maior porte? Qual o papel desempenhado por essas cidades na rede urbana e na urbanização como um todo? Qual a sua ligação com o campo e com os centros urbanos de maior porte? Quais as articulações que se estabelecem entre o local e o global? Enfim, é sob essa ótica que esta pesquisa visa contribuir para os estudos da urbanização e das cidades pequenas, unificando os vários campos da análise urbana a fim de responder essas e muitas outras indagações que há muito assombram estas realidades urbanas. Para tanto, cabe discutirmos, a princípio, os processos excludentes expressos a partir da produção desigual do espaço urbano nas cidades contemporâneas e alguns traços recentes do processo de urbanização e da economia que reorganizam o território e redefinem a rede urbana nacional, fundamentada pela competitividade entre as cidades, a partir dos quais procuraremos questionar se a partir da reconfiguração e transformação nos pequenos núcleos urbanos, resultado da lógica desigual de produção espacial, seriam cidades excluídas ou cidades dos excluídos, cuja resposta estará mais evidenciada na terceira parte desta Dissertação.

1.1. Processos excludentes e produção do espaço urbano nas cidades contemporâneas

Inicialmente, é imprescindível estabelecermos umnexo entre a exclusão e a produção do espaço urbano, dois conceitos-chave empregados neste trabalho. Ao associar a cidade às práticas da sociedade no espaço, torna-se fundamental entender a essência presente no processo de produção do espaço, ou como prefere alguns na produção social do espaço

urbano, visto que, consoante o pensamento de Castells (1983), em nossa sociedade desenvolve-se uma aglomeração sócio-espacial estruturada, porque não se organiza ao acaso ou aleatoriamente, mas segundo uma lógica. Castells (1983) sugere que ao invés de falar de urbanização deve-se falar de produção social das formas espaciais, visto que há forte relação entre o espaço produzido e as transformações estruturais de uma sociedade. Neste sentido, entendemos a urbanização como um processo e a cidade como a forma concretizada deste processo, portanto, vemos a cidade como produto e condição de reprodução de uma sociedade em condições históricas.

Logo, a cidade expressa os problemas existentes na sociedade, ou seja, os chamados problemas urbanos são, na verdade, problemas sociais que se manifestam na cidade, como é o caso, por exemplo, da exclusão, entendida aqui como um processo, com suas múltiplas facetas que se manifesta e se materializa no espaço, isto é, tem sua expressão concreta na sociedade (capitalista) e no espaço (a cidade).

A exclusão é um fenômeno social, econômico e institucional, presente no discurso político e em debates e pesquisas acadêmicas, visando, mais do que um esforço para compreender sua gênese, formas de enfrentamento e superação das barreiras das desigualdades e da miséria. Por ser um fenômeno muito amplo (WANDERLEY, 2002), o conceito de exclusão social é dinâmico e multidimensional (VÉRAS, 2002). Pode designar desigualdade social, miséria, injustiça, exploração social e econômica, espoliação, marginalização social, entre outras significações, englobando os campos de habitação, educação, saúde, acesso a serviços, entre outras. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade (SPOSATTI, 1996). Diz respeito a privação das mais diversas formas de integração em todas as instâncias da vida social: exclusão do universo do trabalho, exclusão do universo sócio-cultural, exclusão do universo da educação, exclusão do universo da saúde, entre tantos outros.

Como a exclusão deve ser vista e entendida como um processo estrutural, ou seja, os principais fatores que geram pobreza e exclusão se encontram na própria sociedade: no modo como a sociedade encontra-se organizada e funciona, no estilo de vida e na cultura dominantes, e claro, na estrutura de poder político, econômico e social, está diretamente ligada ao próprio modelo de desenvolvimento adotado, no caso o modo de produção capitalista, cujas contradições se expressam também na dimensão espacial, que podem ser apreendidas a partir de duas perspectivas: a primeira visa identificar os diferentes lugares onde se concretizam situações específicas de exclusão, enquanto a segunda busca na própria

produção espacial as as condições objetivas e subjetivas das trajetórias das exclusões sociais. (MELAZZO, 2006).

Usualmente, em seu caráter político, tem-se considerado a exclusão como um não-direito e, em seu caráter geográfico ou espacial, como um não-lugar ou uma desterritorialização (GUIMARÃES et al., 2004). Sendo que o processo de exclusão social se configura quando as condições de pobreza e desigualdade social atingem situações extremas, como afirma Guimarães et al. (2004), gerando rupturas nas relações sociais entre os indivíduos ou grupos e a sociedade como um todo.

Nas cidades contemporâneas é visível a difusão de processos que diferenciam, classificam, segregam e limitam amplas parcelas da sociedade do acesso aos resultados da riqueza socialmente gerada. Aqui podemos nos remeter aos diversos pensadores engajados nos estudos da problemática presente nas cidades contemporâneas, como por exemplo a idéia de espoliação urbana desenvolvida por Kowarick (1993, 2000), referindo-se aos que não tem direito de participar dos benefícios da urbanização, sendo que é da situação de pobreza e a crescente deterioração das condições urbanas que advém a total exclusão, para ele, econômica e social.

Já para Santos (1994a) a pobreza não é apenas fato do modelo sócio-econômico vigente, mas, também, do modelo espacial. O mesmo podemos pensar a cerca da exclusão, pois o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana (SANTOS, 1987). Daí pensarmos que a dialética exclusão *versus* inclusão não afeta apenas indivíduos, mas também territórios. Nesse ponto podemos recorrer a idéia de fratura social das cidades exposta por Forrester (1997), quando afirma que nas cidades atuais podemos encontrar inúmeras aberrações bárbaras, geograficamente próximas, absolutamente vizinhas.

Contudo, devido as características do momento atual, podemos nos referir a uma fratura não apenas de cunho social, mas também de dimensão espacial, visivelmente presente no processo de metropolização brasileira, ao passo que produz espaços exclusivos para determinadas funções e usos, concomitantemente, espaços exclusivos para certos homens, ou mais precisamente para determinadas classes e não para outras, afinal, o “desenvolvimento” urbano não beneficia a todos, pois com o jogo do mercado, reforça-se a exclusão da população menos abastada e estigmatiza certas partes da cidade. Um exemplo corriqueiro é a segregação espacial, uma das facetas que a exclusão assume em suas diversas dimensões. O convívio de segmentos sociais ricos e pobres em um mesmo espaço, a cidade, gera distorções

no imaginário que os indivíduos constroem um dos outros. Ou como é designado por Kowarick (2000) há uma:

“estigmatização do *status* de cidadão enquanto morador urbano” que se condensa no imaginário, que constrói uma leitura do cortiço e da favela como germes de moralidade duvidosa e foco de transgressão, é algo que pode ter um peso ponderável na construção das identidades e percepções de muitos moradores da metrópole. (KOWARICK, 2000, p. 93)

O que se tem nesse caso é uma exclusão que vai além das desigualdades sócio-econômicas e envolve a própria rejeição do Outro. Essa negação remete a idéia de alteridade, uma das características chave para o conceito de território, conceito complexo e amplamente discutido nas ciências humanas e sociais. Discutir o conceito de território não é o objetivo central aqui, contudo, é importante apontar algumas considerações, visto que este conceito contribui para traçarmos uma aproximação com a dimensão espacial dos processos excludentes. Para Souza (1995) o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Para ele:

O território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma *alteridade: a diferença entre “nós”* (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) *e os “outros”* (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 1995, p.2002, *destaques nossos*)

Fica claro a separação e o limite – a fronteira – que se estabelece por oposição à identidade, daí a diferença entre os “de dentro” e os “de fora”: a alteridade. Haesbaert (2004) faz uma discussão bastante aprofundada a cerca do conceito de território, consoante ele:

O território se torna assim um dos instrumentos utilizados em processos que visam algum tipo de *padronização* – internamente a este território, e de *classificação* – na relação com outros territórios. Todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites. Por isso, toda relação de poder espacialmente medida é também produtora de identidade, pois *controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais*. (HAESBAERT, 2004, p. 89, *destaques nossos*)

Em Haesbaert (2003, 2004) verifica-se uma aproximação entre exclusão social e seus vínculos com o território. Em uma análise que parte da tríade territorialização-desterritorialização-reterritorialização, o autor traça um vínculo entre a exclusão social e o território, ou para ser mais exato com a desterritorialização:

Toda exclusão social, é também em algum nível, exclusão sócio-espacial e, por extensão, exclusão territorial – isto é, em outras palavras, “desterritorialização”. Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade. (HAESBAERT, 2004, p. 315)

Rolnik (1999) também faz uso do conceito de exclusão territorial com a proposta de relacioná-lo com o conceito de exclusão social, muito mais do que com pobreza ou disparidades sociais. Em Ribeiro (2007) igualmente é possível verificar essa opção conceitual:

(...) começamos o novo milênio com crescentes evidências de que novos mecanismos de espoliação urbana estão emergindo nas cidades, relacionados com o fato de que a segregação e a exclusão habitacional produzem espaços nos quais se verificam a acumulação de desvantagens sociais. São aglomerados urbanos de segmentos sociais vivendo o processo de vulnerabilização social decorrente da precarização do emprego, do desemprego e da perda da renda do trabalho, processo ao qual se somam os efeitos do empobrecimento social, resultantes da desestruturação do universo familiar, do isolamento social, da estigmatização e da desertificação cívica dos bairros em vias de guetificação. Produz-se, assim, um círculo perverso de despossessão que transforma a marginalização social em exclusão territorial. (RIBEIRO, 2007, p. 532)

Na análise de Ribeiro (2007) encontra-se presente pontos referentes tanto a crise do mundo do trabalho, quanto das desigualdades sociais e da pobreza, que se assenta no território, o que leva o autor a questionar se é possível haver alguma manifestação de cidadania em uma cidade partida. E esse é um ponto essencial, pois consoante à Braga e Carvalho (2004) a cidade é o espaço da cidadania, e esta envolve, historicamente, as idéias de democracia, liberdade e justiça social, além do direito a uma vida saudável e segura.

Neste sentido Vêras (2002) aponta que as classes dominantes desistiram de integrar os excluídos quer à produção, quer à cidadania. E ratifica alegando que pretendem, sim, é segregar, confinar em verdadeiro *apartheid* entre classes, um crescente distanciamento e incomunicabilidade, traço construído socialmente.

Vale assinalar que a nosso ver, qualquer forma de marginalização, desqualificação, desfiliação, espoliação, apartação social, precariedade, vulnerabilidade, fratura social, segregação urbana, enfim, a própria pobreza e ausência de renda se configuram como dimensões de exclusão de modo geral, e qualquer uma dessas dimensões exprime a negação da cidadania e, por conseguinte, a fragilidade da unidade urbana.

Ademais, pode-se aludir neste ponto também a idéia de cidade partida ou como coloca Sposito (2004) ao analisar o processo de urbanização, economia e a estrutura das cidades no Estado de São Paulo, em pedaços (o chão em pedaços!). Essa cidade em pedaços rompe com a idéia de cidade como *locus* de convivência e partilha de múltiplos territórios comuns a todos, acarretando na fragilidade da unidade urbana (daí a idéia de cidade partida ou em pedaços). Isso se concretiza pela segregação urbana, forma acentuada de diferenciação sócio-espacial, que por sua vez reforçam as dinâmicas de acesso desigual à cidade (SPOSITO, 1999). A segregação e a ausência de habitação produzem espaços nos quais se verificam a acumulação de desvantagens sociais, ao passo que estigmatiza determinadas partes da cidade.

As atuais configurações espaciais da cidade é expressão das rupturas da sociedade desigual gerada pela ausência de renda principalmente, pois o acesso aos bens urbanos, na sociedade capitalista, depende, basicamente, da renda. Isso causa rupturas nas relações sociais entre indivíduos e a sociedade ou à cidade de forma geral. Retoma-se a idéia de fratura social, caracterizada pela privação coletiva (SPOSATTI, 1996), inclusive o acesso à terra e à moradia, fruto da extorsão das camadas mais populares do acesso aos serviços de consumo coletivo (KOWARICK, 1993).

Assim, nota-se o estabelecimento de um nexos entre a dimensão espacial e a exclusão como se pretende averiguar nesta análise, sendo possível, então, estabelecer vínculos entre os processos excludentes e a produção do espaço urbano. Uma abordagem a partir da produção espacial nos leva a uma melhor compreensão da realidade, pois, conforme Gottdiener (1997), procura explicar os padrões e eventos espaciais como produtos e processos, estruturais e transformações fundamentais da sociedade. Afinal, se há uma produção do espaço, é uma produção feita pela sociedade, pois de fato, toda sociedade produz “seu” espaço ou, se se preferir, toda sociedade produz “um” espaço (LEFÈBVRE, 1976).

O espaço apresenta-se, portanto, como um produto social e histórico no qual o homem se realiza, logo, podemos inferir que o espaço seja uma verdadeira expressão da sociedade, com todas as suas diferenças e contradições. O homem atribui ao espaço um uso que se altera de acordo com suas necessidades, bem como suas formas, suas estruturas e suas funções.

Vale ressaltar que tratamos aqui da cidade sob o viés do sistema capitalista. Desse modo, a sociedade produz espaço para atender as suas necessidades, visando segundo Carlos (1994), ao funcionamento perfeito do ciclo do capital e à produção humana. Sob esse viés, Villaça (1998) coloca que a cidade capitalista é dividida em dois períodos: o das cidades do início do capitalismo – que abrange os séculos XVII, XVIII e início do século XIX – e o período das cidades as quais podem ser chamadas de “tipicamente capitalistas”, aquelas que se formam nos novos países capitalistas – Estados Unidos, Canadá, por exemplo – a partir do final do século XIX. Consoante o autor:

A produção do espaço urbano na cidade do primeiro período é marcada por forte intervenção direta do Estado, enquanto na cidade “tipicamente capitalistas” essa produção se faz principalmente por meio do mecanismo do mercado imobiliário.

(...) A cidade “tipicamente capitalista” surgiu sob a égide do mecanismo de mercado, imperando basicamente nas transações imobiliárias, nos loteamentos e mais tarde no espaço urbano produzido sob o impacto do automóvel.

(...) Tão logo o capitalismo se impôs, impôs-se também o mecanismo do mercado e a redução da ação do Estado produtor direto do espaço urbano. O Estado passou a ser produtor “indireto” com a legislação urbanística, que, supostamente, regularia a iniciativa privada. (VILLAÇA, 1998, p. 249, 250, 251)

Uma ressalva deve ser assinalada: não podemos cair na confusão de identificar a cidade com o capitalismo, pois, como alerta Sposito (1994), este modo de produção também está no campo e só é possível de se reproduzir através do aumento da articulação entre a cidade e o campo. Não se pode reduzir, portanto, a produção do espaço apenas aos fatores econômicos, o processo é muito mais complexo.

Para Carlos (2007) no processo de produção do espaço urbano tem-se a articulação indissociável de três planos: o econômico, o político e o social. No plano econômico a cidade é produzida como condição de realização da produção do capital; no plano político a cidade é produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado; e, no plano social a cidade é produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana.

A articulação desses três planos se dá a partir das práticas, ações e estratégias – nem sempre harmônicas – dos agentes produtores do espaço urbano, a saber, pertencentes à esfera privada, à esfera pública e à sociedade civil. As práticas, ações e estratégias utilizadas por esses agentes são responsáveis por uma formação sócio-espacial desigual e excludente. De acordo com Corrêa (1995) o espaço urbano é

(...) um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado indivisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA, 1995, p. 11)

Vale destacar, portanto, algumas características e interesses na atuação dos grupos de agentes no processo de produção do espaço urbano, que criam mecanismos para valorizar seus capitais. Dentre os agentes da iniciativa privada podemos citar os proprietários fundiários, os incorporadores, os construtores, os corretores imobiliários e os agentes financeiros.

Os proprietários fundiários são os proprietários de terras propriamente ditos, estão interessados, particularmente, na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural (CORRÊA, 1995). Segundo este autor, os proprietários fundiários estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso.

Os incorporadores são os responsáveis por lançar o imóvel no mercado. Tem papel chave na operação imobiliária. É nesse momento, como destaca Corrêa (1995) que se determina a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído, bem como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades. Ribeiro (1982) expõe, sucintamente, as funções do incorporador no processo de produção do espaço urbano: cabe a esse grupo de agentes a escolha e compra do terreno, a análise do mercado, a concepção e desenvolvimento do projeto - compreendendo aspectos técnicos, legais, fiscais, financeiros e operacionais -, e a mobilização do capital necessário à operação.

Os construtores são os agentes que anexam a construção ao terreno. Os construtores estão diretamente relacionados com os incorporadores, pois, como aponta Ribeiro (1982), a empresa construtora trabalha sob a encomenda do incorporador, que define todas as características do produto e muitos elementos do processo de produção. Segundo Harvey (1980) esses dois grupos de agentes

estão envolvidos no processo de criar novos valores de usos para outros, a fim de realizar valores de troca para si próprios (...) Esses dois agentes estão interessados em valores de uso para outros, somente na medida em que criam valores de troca para si próprios. (HARVEY, 1980, p. 141)

Dentro da esfera privada temos ainda os corretores imobiliários e os agentes financeiros. O primeiro grupo é responsável pela venda, propiciam a criação de demandas ao passo que fazem surgir novas necessidades; vendem conteúdos e símbolos urbanos. Enquanto o segundo grupo – os agentes financeiros - oferecem empréstimos para o financiamento do terreno, ao mesmo tempo em que orientam as demandas, pois fixam preço, tipo e idade dos imóveis a serem financiados, pois, suas decisões são orientadas para a lucratividade e para evitar riscos (HARVEY, 1980). Vale ressaltar que no Brasil os agentes financeiros estão mais ligados à esfera pública, sendo que, em geral, os financiamentos são realizados pelos bancos.

Quanto ao poder público, este interfere na produção do espaço urbano em suas diferentes escalas de organização (federal, estadual, regional e municipal) e de diferentes formas: elabora a legislação e normatizações vinculadas ao uso do solo, como por exemplo, a lei de parcelamento, a lei do zoneamento, a lei do perímetro urbano, o código de obras, ou ainda o Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica, o Plano Diretor Urbanístico, a Planta Genérica de Valores, entre tantos outros; realiza empreendimentos como os conjuntos habitacionais ou ainda mecanismos de planificação; aplica a tributação; é o agente fiscalizador; além de oferecer financiamentos, como já foi destacado. O Estado também produz chão, espaço tecnicamente passível de ocupação, via obras de drenagem, desmontes e aterros (CORRÊA, 1995).

O poder público desempenha papel fundamental na determinação das demandas pelo uso do solo urbano em cada parcela da cidade, logo, tem papel importante na determinação do seu preço, ao passo que realiza investimentos em infra-estrutura, equipamentos ou serviços urbanos, valorizando o solo em determinadas áreas em detrimento de outras.

A sociedade civil, principalmente a sociedade civil organizada (associações de bairro, ONGs, movimentos sociais, entre outros), também desempenha papel de grande importância na (re)produção do espaço urbano, ademais, os habitantes, trabalhadores e usuários adquirem e locam imóveis, apropriam-se do espaço público pelo uso, realizam escolhas locacionais em suas práticas cotidianas. E como nas cidades se concretiza a concentração de renda e terra, a população menos abastada avança sobre áreas impróprias ou de risco, como áreas de mananciais e encostas íngremes. Nesta condição grupos sociais excluídos, são segregados residencialmente e tornam-se agentes produtores e modeladores do espaço urbano. A ocupação desse tipo de áreas ganha um caráter de sobrevivência. A baixa remuneração ou mesmo ausência de renda não permite a uma parcela considerável de indivíduos a possibilidade de comprar um imóvel ou pagar aluguel e tributos.

O processo de produção e reprodução do espaço urbano deve ser visto considerando-se o sistema capitalista, no qual se estrutura nossa sociedade ou a cidade contemporânea propriamente dita. O grande capital usa o Estado e possui diferentes estratégias na organização do espaço urbano. Sintetizando, a produção do espaço urbano é orientada pelas regras do livre jogo do mercado capitalista, fundamentado na propriedade privada do uso do solo. Assim, o espaço é produzido como uma mercadoria e é disputado pelos diversos segmentos da sociedade, gerando conflitos entre indivíduos e usos.

Concomitantemente com a produção do espaço, seja pela expansão do tecido urbano ou pelo adensamento da base territorial, há também um intenso processo de especulação das terras na área periurbana e o surgimento dos chamados vazios urbanos, o que, por sua vez, aumenta a demanda por esse tipo de produto, sentido no preço da terra. Ao descrever o processo da dinâmica especulativa na região metropolitana de São Paulo, Kowarick (1993) procura explicar o método adotado pelos atores privados para valorização de grandes contingentes de terras. Citando um texto escrito em parceria com Fernando Henrique Cardoso e Candido P. Ferreira de Camargo, o autor coloca que o método adotado pela especulação imobiliária consistia (e consiste) no seguinte:

(...) o novo loteamento nunca era feito em continuidade imediato ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passa pela área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização. O mesmo ocorreria (e ocorre) com os demais serviços públicos: para servir o ponto extremo loteado, passariam por várias áreas vazias, beneficiárias imediatas de melhoramento público. Dessa forma, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfetoria pública. (CARDOSO; CAMARGO; KOWARICK, 1973, p. 9-10 *apud* KOWARICK, 1993, p. 37)

Dessa forma, grandes porções de terras são valorizadas por meio das benfetorias aí implantadas, geralmente pelo Estado, antes mesmo de sua ocupação efetiva. O Estado, portanto, aparece como um agente fundamental não apenas na produção do espaço, mas também na especulação imobiliária.

Como adverte Kowarick, reproduz-se uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para os que não possuem recursos, ou em outras palavras há uma produção desigual do espaço urbano. Nesse contexto, a produção do espaço pode implicar na reafirmação dos processos excludentes, pois verifica-se no espaço urbano dois processos de

segregação, uma que podemos chamar de induzida para as áreas de piores condições geográficas e sanitárias, e a outra denominada de auto-segregação, por parte das camadas mais abastadas, pautada na idéia de conviver entre os semelhantes.

Retoma-se a idéia de cidade partida ou em pedaços, principalmente porque o espaço urbano apresenta uma configuração segregada e segregadora, onde temos os pobres convivendo entre si em bairros carentes, cortiços e/ou favelas, ao mesmo tempo em que temos os ricos convivendo com seus semelhantes nos condomínios de alto padrão.

A cidade, portanto, cresce segundo duas lógicas distintas: a social, que produz as cidades dos excluídos, a cidade informal, produto do processo de apropriação do espaço por um extrato populacional sem condições financeiras; e a lógica econômica, que está a mercê dos interesses do capital financeiro e do mercado imobiliário. A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista, como aponta Corrêa (1995), e, na medida em que outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada.

Ademais, Corrêa (1995) coloca a atuação dos grupos sociais excluídos no processo de produção espacial. Referindo-se aos cortiços, ao processo de auto-construção nas periferias, aos conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e à favela, o autor destaca que:

As três primeiras possibilidades pressupõem uma vinculação a um agente social (...) Nenhuma delas transforma, em princípio, a população excluída em agente modelador do espaço urbano. Nem mesmo aqueles que produzem imóveis no sistema de auto-construção. (...) É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 1995, p. 30)

Nesta direção pode-se pensar, sob o aspecto da exclusão e inclusão sócio-espacial urbana, sua manifestação a partir de duas perspectivas. A primeira diz respeito a exclusão à cidade dita formal ou legal. A segunda trata dos processos excludentes que se manifestam aos indivíduos incluídos na cidade legal ou formal, em diversas circunstâncias da vida urbana, pois não se trata de estar incluído nos registros de propriedade apenas, mas sim nas oportunidades que a vida na cidade significa.

Daí a opção por uma análise da exclusão pelo seu viés espacial, entendida aqui como processo, pois deve estar relacionada às implicações sociais históricas, e ao mesmo tempo, não pode ser analisada isoladamente, isto é, deve-se relacionar as diversas dimensões da exclusão com a lógica de produção desigual do espaço urbano na sociedade capitalista.

O espaço urbano é produzido de forma desigual e descontinuamente, num processo amplo, complexo e dinâmico onde há incorporação de novas áreas, construção de edificações, densificação do uso do solo, detrimento de determinadas áreas em relação a outras, revitalização de áreas como os centros antigos, entre tantos outros exemplos que poderiam ser enunciados. De modo geral, há ampliação da base territorial da cidade, ou seja, expansão do tecido urbano; e há uma multiplicação da base territorial, caracterizada pelo processo de verticalização, ou seja, o adensamento de edificações (construções) e o adensamento demográfico.

A produção do espaço, por conseguinte, se dá a partir de dois exageros, a excessiva verticalização nas áreas centrais e a excessiva horizontalização em direção a áreas cada vez mais distantes. Sua expressão mais visível é a expansão horizontal da cidade. O crescimento do tecido urbano ocorre a partir da proliferação de loteamentos resultantes do desmembramento de glebas rurais. A produção do espaço urbano concretiza-se, nesse sentido, a partir de transformações no espaço rural.

A cidade, quando engolfa o rural, ele já está desfigurado, modificado. A lógica que vigora na área periurbana já é a lógica urbana do uso do solo, por trás de uma paisagem com aspectos rurais dessas áreas, o que se tem na verdade são glebas mantidas em “pousio social”, terras de especulação, esperando o momento certo para serem loteadas e postas à venda.

Sob o aspecto jurídico, Sposito (2004) percorre todo o processo de transformação do espaço rural em urbano:

Para transformar uma gleba rural em área urbana, realiza-se o parcelamento da terra, o que inclui todos os procedimentos necessários a essa ação. Em primeiro lugar, o atendimento à legislação federal e estadual, mas, sobretudo, à municipal, por meio de suas leis de perímetro urbano e de parcelamento do solo, geralmente, integrantes dos planos diretores de desenvolvimento urbano. São essas leis que instituem que glebas podem ser loteadas (geralmente as que compõem a área de expansão urbana, ou seja, aquelas que estão entre a área efetivamente loteada e a linha do perímetro urbano definida por lei) e como elas podem ser loteadas (largura das vias e calçadas, tamanho mínimo dos lotes etc). (SPOSITO, 2004, p.74)

Realizado o atendimento as determinações jurídicas, o passo seguinte é lotear. Francisco (2001) descreve de forma esclarecedora o processo de loteamento que desenha as cidades brasileiras:

O loteamento de qualquer área necessita que sejam criadas novas vias de circulação de veículos. As vias definem as quadras e estas são subdivididas em lotes, todos eles voltados para o espaço de circulação. Além das vias reservam-se áreas livres de comercialização. São as áreas verdes e institucionais. Os lotes são os espaços privados destinados à venda. As ruas, as áreas verdes e as institucionais constituem os espaços públicos. Eles são fixados num percentual mínimo em relação à área total da gleba objeto de parcelamento. Neles são instalados e oferecidos os equipamentos de serviços comunitários. (FRANCISCO, 2001, p. 20-21)

A terra no espaço urbano é vendida em seus “pedaços”, mas não é apenas o lote que é vendido, mas sim um conjunto de benfeitorias, conforme aponta Ribeiro (1982), não é apenas “quatro muros”, mas também um *ticket* de participação no conjunto dos objetos imobiliários. Esse conjunto de benfeitorias urbanas – infra-estruturas, serviços e equipamentos – são hipoteticamente de propriedade social, mas a terra – o solo urbano – é de propriedade privada.

A temática da exclusão está relacionada à problemática da carência de fatores considerados essenciais às condições e qualidades decentes de vida humana. Destarte, a dimensão espacial ganha importância na análise pelo fato de avaliar a distribuição desigual da infra-estrutura, dos equipamentos e dos instrumentos. O processo de produção do espaço urbano se dá de forma desigual, com espaços de privilégios e outros de exclusão, isto é, a lógica de produção da cidade é fator determinante para desigualdade do intra-urbano e reforça o acesso desigual à cidade. A exclusão não se resume apenas ao isolamento e opressão de indivíduos ou grupos em determinadas partes do meio urbano, até porque, nas cidades atuais, em muitos pontos torna-se, como afirma Castel (2000), impossível delimitar fronteiras nítidas que separam e diferenciam seus habitantes, a excessão dos *guetos* por exemplo.

É fato que as cidades, de modo geral, são repletas de contradições, tensões, conflitos e impasses. Há, dentro do espaço urbano, fortes relações de alteridade, afinal, nas cidades atuais é notória a existência dos *in* e dos *out*, a diferença entre os “nós” e os “outros”. O problema se acentua nos casos em que os indivíduos passam a conviver espacialmente no cotidiano relações excludentes, por conseguinte, obstruídos de poder conviver na cidade, ou em outras palavras, não conseguem materializar o pleno direito à cidade.

A exclusão relaciona o indivíduo com o meio no qual ele está inserido, em diferentes escalas: a rua, o bairro, a cidade. Muitas vezes leva à uma (re)produção da vida e da própria cidade à margem da legalidade, ou é inserido em situação de precariedade, graças ao crescimento desigual do espaço urbano, gerador de uma distribuição injusta dos benefícios da urbanização, ao passo que o ônus recai sobre a população pobre, seja do ponto de vista social, econômico ou ambiental.

O espaço urbano se modifica e aqueles que estão aquém do nível para entrar na lógica do solo urbano enquanto mercadoria se vê obrigado a ocupar áreas públicas ou áreas em litígio, aglomeram-se, amontoam-se, produzem um espaço – a favela –, esse conjunto de habitações populares, toscas e com condições precárias de higiene, construídas em morros adjacentes aos grandes centros. Essa seria uma definição, porém uma definição generalista, visto que as favelas cresceram em número, em tamanho e em complexidade, pois, se a favela para muitos é um problema urbano, para tantos outros indivíduos é a solução de sobrevivência, de moradia. E mais, como muitas vezes “convivem”, lado a lado, com os bairros mais luxuosos da cidade ocupam um local estratégico, pois muito dos moradores trabalham pelas redondezas, não precisando dispor de horas e horas nos meios de transporte ruins e caros das grandes cidades.

No entanto, a favela não é a única relação que se pode traçar entre produção do espaço urbano, produção de moradia e condição de renda. Engendradora nessa relação, verifica-se em praticamente todas as cidades brasileiras o fenômeno da auto-construção, por meio do qual as camadas mais pobres solucionam o problema da moradia, da casa própria. É comum ver, principalmente nas periferias das cidades, trabalhadores utilizando os seus dias de folga ou os fins de semana para a construção de sua habitação, como os mutirões por exemplo. É uma solução de subsistência e não deve ser entendida, portanto, como uma economia. Na verdade, é uma superexploração do trabalho como coloca Kowarick (1993).

Seguindo a relação entre produção do espaço urbano, produção de moradia e condição de renda, pode-se citar ainda os conjuntos habitacionais. Nestes não há o processo de auto-construção, num primeiro momento, como nas favelas e nos bairros pobres da periferia, a moradia é construída pelo Estado. Casas pequenas, com estruturas simples, geralmente descontínuas ao tecido urbano, distante do centro da cidade, muitas vezes sem serviços, equipamentos e infra-estruturas suficientes.

O modo como tem ocorrido o processo de produção do espaço urbano a partir da lógica do mercado deu origem a uma cidade formal ou legal - nos termos utilizados por Maricato - na maior parte das vezes bem planejada, com bairros ricos, ruas arborizadas,

avenidas largas, privilegiada por equipamentos e serviços, convivendo, juntamente, com a cidade informal ou ilegal, composta pela periferia pobre, pelas favelas, pelos cortiços, enfim, áreas sem infra-estrutura adequada.

Nota-se, portanto, que paralelo ao urbanismo de mercado, cria-se um urbanismo de risco nas cidades brasileiras, marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território (ROLNIK e NAKANO, 2000). Apesar do risco ser maior para o morador, o urbanismo é de risco para a cidade inteira adverte Rolnik e Nakano (2000), mesmo sendo distribuído desigualmente através das classes sociais, ratificando e acentuando os processos excludentes.

Diante disso, a exclusão sócio-espacial, a nosso ver, é um processo amplo e complexo, que diz respeito à ocupação excludente do espaço, devido uma série de fatores que incluem a insuficiência de renda e a concentração de terra e de privilégios, geradores da pobreza generalizada e do alto grau de desigualdades sociais. Engloba a fragilidade da unidade urbana, tanto pela ruptura dos laços sociais quanto pelo confinamento espacial, estigmatização e valorização de determinadas áreas em detrimento de outras; adiciona-se ainda, questões referentes à inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, ausência de uma habitação decente e salubre, e, principalmente, a perda da cidadania.

Para Corrêa (1995), a classe dominante ou algumas de suas frações contribuem para a segregação, pois:

Sua atuação se faz, de um lado, através da auto-segregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar (...) por outro lado, *segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano.* Indiretamente atua através do Estado. (CORRÊA, 1995, p. 64, *destaques nossos*)

Os agentes urbanos produzem diferentes espaços para diferentes clientelas, tanto no que tange o aspecto da moradia, resultando em espaços distintos, fragmentados espacialmente mesmo quando geograficamente próximos. A cidade se expande para áreas longínquas ao mesmo tempo em que se adensa em determinadas partes, principalmente na região central. De acordo com BEAUJEU-GARNIER (1997) diferentes terminologias são utilizadas para designar a expansão do tecido urbano para áreas cada vez mais distantes. A autora prefere utilizar o termo exurbanização, porque, pela sua própria construção, evoca a imagem de pedaços de espaços urbanos, desapegados da massa central:

(...) resultado de uma previsão especulativa ou de uma decisão individual espontânea; pode corresponder a uma necessidade financeira porque os terrenos e as despesas de alojamento são, regra geral, mais baratos à medida que se afastam do centro urbano, ou exprimir um gosto pela vida rural, a possibilidade de ter um jardim, de educar as crianças longe da “opressão” da cidade. Por vezes implica a simultaneidade do lugar de residência e de trabalho; mas o mais frequente é acompanhar-se de migrações pendulares: o trabalho ou a assistência escolar, se necessário, mantém-se na cidade. (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 424)

Outro termo frequentemente utilizado ao se estudar os movimentos centrífugos no espaço urbano é a suburbanização, ou seja, o crescimento da cidade para fora dos seus limites, comumente considerado como sinônimo de periferia. Os conceitos de periferia e de subúrbio banalizam-se de tal forma que torna-se difícil encontrar uma definição consensual desses conceitos. Mas o que se pode considerar é que a suburbanização é uma das dimensões da redefinição da lógica centro-periferia nas cidades atuais, ou seja, do processo de descentralização urbana.

A periferia, erroneamente, é associada as áreas pobres do espaço urbano. Mas a periferia como a própria cidade em si é um objeto de grande complexidade e por isso deve ser entendida a partir de suas particularidades, porém, articuladas ao todo; cada caso é um caso, cada periferia tem sua história, tem sua geografia, tem sua forma, é ocupada por um tipo de classe. Kowarick (2000) ao se referir a periferia utiliza o termo no plural – periferias – evidenciando que em sua essência e aparência são distintas:

Periferias...No plural. Isto porque são milhares de vilas e jardins. Também porque são muito desiguais. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas, Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço da periferia. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho. Lá impera a violência. Dos bandidos, da polícia, quando não dos “justiceiros”. Lá é por excelência o mundo da subcidadania. (KOWARICK, 2000, p. 43)

Mas há também as periferias dos ricos, àquelas incentivadas pelos agentes da iniciativa privada - os condomínios residenciais, os loteamentos de chácaras. Terrenos mais amplos, melhores amenidades naturais, proximidade com as áreas verdes, longe do “caos” do

centro da cidade, geralmente de fácil acesso, enfim, uma série de privilégios para aqueles que podem pagar.

Dessa forma, a produção do espaço urbano desenha a paisagem da cidade, bela e próxima do ideal em algumas partes, cruel e feia em outras. A cidade identificada como local do progresso e do desenvolvimento é também o lugar da proliferação de pobreza, de degradação ambiental, de exploração do espaço pelo homem e do homem pelo homem. O lugar em que o velho e o novo existem e coexistem na paisagem; as novas formas arquitetônicas, os novos hábitos e os novos objetos. Lugar da dispersão e do adensamento. Dos traços irregulares das ruas e das grandes avenidas. Do meio de transporte coletivo, do automóvel particular e do pedestre. A cidade dos muros: da indiferença. Do espaço socialmente produzido e do espaço natural. Onde o verde dos parques e bairros nobres coexistem com o cinza da fumaça dos carros e das indústrias. A cidade do tempo rápido do centro comercial e financeiro e o tempo lento do jardim, da horta, dos idosos que se encontram todos os dias nas praças para jogar. A cidade legal daqueles que podem pagar pelo preço da terra, mesmo quando com muita dificuldade, e a cidade das ocupações irregulares ou ainda as que estão em vias de regularização. Das casas amontoadas com suas vielas “enraizadas” nas encostas das grandes cidades e das mansões gigantescas com suas piscinas, quadra de tênis, jardins. A cidade da universidade, da escola, da biblioteca, da fábrica, da igreja, da casa, do prostíbulo, do hospital, da maternidade, do cemitério... A cidade do homem, do exercício da cidadania, das reivindicações, da luta de classes, enfim, a cidade produzida e reproduzida a partir das realizações humanas.

Esse é o desenho do espaço urbano socialmente produzido, produzido para atender as finalidades humanas, produzido de forma desigual. Um espaço de multiplicidade de vivências e de contradições, fragmentado e integrado. Um espaço descontínuo, um espaço heterogêneo, dinâmico, com mudanças e permanências.

A cidade é, como já frisamos, um espaço social, produto da ação humana. Tão complexo como entender a produção do espaço urbano é compreender o resultado dessa produção, a sua lógica. As práticas, ações e estratégias tomadas pelos diferentes atores que produzem o espaço urbano, em suas diversas escalas de atuação, são responsáveis pelas modificações contínuas na configuração espacial das cidades, ou seja, na estruturação das cidades e, conseqüentemente, na sua forma propriamente dita. Daí a importância em refletir sobre o processo desigual e contraditório de produção e apropriação do espaço urbano, onde as ações de diferentes agentes são responsáveis por uma configuração físico-espacial

excludente, como nos esforçaremos para apresentar nesta Dissertação, tendo como recorte empírico as cidades pequenas, não raramente carentes e excluídas de pesquisas desta natureza.

1.2. A organização espacial da economia e da urbanização: seriam as cidades pequenas territórios da exclusão?

Ao falarmos da organização espacial da economia e da urbanização estamos nos referindo ao espaço explicado pelo seu uso em determinado momento histórico a partir de uma ordem vigente, levando em conta o preexistente e o novo, a fim de captar as causas e consequências do fenômeno. É necessário, portanto, entender a realidade urbana associada a uma ordem econômica e a uma ordem social, ainda mais quando se trata de uma realidade extremamente diversificada que inclui desde pequenas cidades até grandes aglomerações conurbadas.

O modelo de urbanização brasileiro produziu cidades caracterizadas pela fragmentação territorial e pela exclusão social e espacial em diversas escalas. O crescimento acelerado do número e tamanho das cidades no Brasil implicou em desemprego constante, degradação ambiental, escassez de serviços urbanos, sobrecarga da infra-estrutura existente e falta de acesso a terra, renda e moradia, sejam elas de grande ou pequeno porte.

É fato que as desigualdades sociais estão presentes em todo território nacional, seja nas cidades ou no campo. E que a intensidade das desigualdades são maiores ou mais visíveis de acordo com o tamanho do núcleo urbano ou a localização geográfica da cidade ou de uma região como um todo. Destarte, um questionamento que emergiu durante o desenvolvimento desta pesquisa é se as cidades pequenas seriam *territórios de exclusão*, tanto no que diz respeito ao espaço intra-urbano quanto na estrutura interurbana na qual se insere, pois se por um lado no espaço intra-urbano acentuam-se os processos excludentes em parcela considerável da população destes pequenos centros urbanos, por outro, não apresentam condições de competir de modo igualitário com as cidades de maior porte, geralmente com uma dinâmica econômica mais competitiva.

Refletir a partir dos processos mais recentes da economia e da urbanização brasileira por meio do qual é possível verificar a constituição da rede urbana pautada na competição entre as cidades permite contextualizar as cidades pequenas, caracterizar os papéis desempenhados por estes núcleos urbanos e explicar os processos de uma urbanização excludente que transcendem os limites da cidade.

A urbanização brasileira é em sua essência um fenômeno recente, ao passo que o país em si goza de uma história recente. Destarte, o que se pretende aqui é apontar algumas linhas gerais do processo, particularmente os ocorridos no decorrer do século passado. Grosso modo, a evolução da urbanização brasileira poderia ser dividida em dois momentos: o primeiro anterior as décadas de 1940-1950 e o segundo pós 1940-1950.

No período anterior as décadas de 1940-1950 a economia agrário-exportadora explica a reduzida importância das cidades no Brasil, cujos papéis eram predominantemente políticos e administrativos. Conforme Santos (1994a) no começo, a cidade era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante, a fim de estabelecer uma ponta de rede do poder colonial para explorar o território, num primeiro momento através da extração e depois da agricultura. O país era composto por sub-espacos organizados por lógicas próprias ditadas, sobretudo, pelas relações com o mundo exterior, ou seja, voltada para o exterior a atividade econômica limitava o desenvolvimento de um mercado interno, do artesanato e da indústria, atividades básicas para a consolidação da vida urbana. As cidades que apresentavam maior grau de desenvolvimento eram as que continham os portos e os grandes centros administrativos.

As condições de vida nas cidades eram precárias. As calçadas eram poucas, a iluminação era débil ou inexistente, não existiam esgotos e a água era retirada de chafarizes e de poços. A comunicação com espacos externos era realizada por tropeiros e mascates.

As cidades de pequeno porte, geralmente situadas nas áreas mais interioranas, constituíam um prolongamento do campo. A igreja constituia o centro da vida social e religiosa, animada periodicamente por inúmeras festas. Nestas cidades as casas, frequentemente de taipa, contrastavam com a opulência dos edifícios públicos, como igrejas, conventos e fóruns. Possuíam ainda, repartições públicas e pequeno comércio cujo ponto alto eram as feiras.

A partir de 1940 os nexos econômicos passam a ser mais importantes e passam a comandar a urbanização. As transformações econômicas resultaram numa série de transformações sócio-espaciais. Uma das características marcantes do século XX foi o intenso crescimento da população mundial como um todo, tendo ocorrido uma grande concentração de pessoas nas áreas urbanas. O Brasil, até meados do século passado, era um país eminentemente rural. O processo de urbanização brasileiro deu-se, praticamente, no século XX. No entanto, ao contrário da expectativa de muitos, como afirma Maricato (2003), o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial,

marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei.

O processo de urbanização do Brasil está ligado ao processo de industrialização, ou seja, o país que até as décadas de 1930 e 1940 era caracterizado por uma economia agrário-exportadora começa a ganhar características de um país urbano-industrial. A urbanização que acompanhou a industrialização do país arregimentou enormes contingentes de pessoas, num processo quase contínuo de crescimento da área urbana das cidades. A intensidade e rapidez da urbanização brasileira ocorreram por causa do aumento das migrações internas e externas, ao passo que estas contribuíram para a integração do mercado de trabalho no país.

Com o processo de industrialização que se inicia efetivamente em meados do século XX, concentrado no Sudeste, a urbanização se intensifica e, já na década de 1960, a população passa a ser majoritariamente urbana. Na última metade do século XX, o país passa por um rápido e intenso processo de urbanização, com a população urbana atingindo a marca de 81,25% do total no ano de 2000. A tabela 1 traz os dados referentes à urbanização brasileira de 1940 até o ano 2000. Vale destacar que ocorre nesse momento grande concentração populacional nas regiões metropolitanas.

Tabela 1: Urbanização brasileira (1940 – 2000)

<i>Anos</i>	<i>População Total</i>	<i>População Urbana</i>	<i>Taxa de Urbanização (%)</i>
1940	41.236.315	12.880.182	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	67,59
1991	146.825.475	110.990.990	75,59
2000	169.799.170	137.953.959	81,25

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

O rápido crescimento urbano é visto desde 1940, quando a taxa de urbanização era de 31%. Em 1960 a taxa de urbanização subiu para 45%, e em 1991 já atingia 75%, mostrando claramente a superpopulação dos centros urbanos. Na década de 90, o Sudeste já era 88% urbanizado, o Centro-Oeste 81%, Sul 74,1%, Nordeste 60,6% e o Norte 57,8%.

O CENSO do IBGE de 2000 apurou que mais de 137 milhões de brasileiros viviam em área urbana representando 81,25% da população. No entanto, de um total de 5.561

municípios existentes em 2000, havia 1.382 com população inferior a 5 mil habitantes, 1.308 com população entre 5 e 10 mil, e 1.384 entre 10 e 20 mil, enfim, dos 5.561 municípios brasileiros, 5.037 apresentam população inferior a 50 mil habitantes, ou seja, aproximadamente 37% da população total do país, enquanto os 31 municípios mais populosos (com mais de 500 mil habitantes) abrigam cerca de 25%, como pode ser verificado na tabela 2.

Tabela 2: Municípios brasileiros por classe de tamanho da população, 2000

<i>Habitantes</i>	<i>Número de Municípios</i>	<i>Total da População</i>
Brasil	5.561	169.799.170
Até 5.000	1.382	4.617.749
De 5.001 até 10.000	1.308	9.346.280
De 10.001 até 20.000	1.384	19.654.828
De 20.001 até 50.000	963	28.831.791
De 50.001 até 100.000	299	20.786.695
De 100.001 até 500.000	194	39.754.874
Mais de 500.000	31	46.806.953

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

Verifica-se que a ampla maioria dos municípios brasileiros possui população inferior a 50 mil habitantes. Ressalte-se que não estamos falando de pequenos municípios, mas de pequenos centros urbanos que assumem grande importância no cenário nacional, pois congregam um contingente expressivo da população brasileira e perfazem uma ampla extensão do território nacional.

Vale destacar que houve no país crescimento intenso do número e tamanho das cidades, pois juntamente com o que podemos chamar de revolução urbana brasileira ocorreu também uma revolução demográfica. A respeito do processo de urbanização brasileira Santos descreve que tivemos:

(...) primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio de metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes). (SANTOS, 1994a, p. 69)

A urbanização, não por acaso, aparece frequentemente associada à expressão industrialização, ao passo que a industrialização está diretamente relacionada ao crescimento

populacional urbano e ao crescimento econômico. Contudo, é relevante clarificar que o Brasil nunca perdeu sua característica agrário-exportadora. Desde os primórdios do país a atividade agrícola esteve na base da incipiente economia nacional. Mesmo no pós década de 1940, quando o Brasil começa a ganhar escopo de um país urbano-industrial, as atividades agrícolas mantêm-se como uma atividade fundamental no cenário econômico. A mecanização da agricultura, a aplicação de tecnologias e pesquisas na área, a consolidação do chamado agronegócio, enfim uma série de mudanças no campo brasileiro, voltados, principalmente, para o mercado externo modificou as atividades e relações produtivas no campo.

O Brasil, historicamente, tem como característica a grande concentração fundiária, devido o caráter tipicamente mercantil que os empreendimentos agrícolas possuem desde o início da colonização. O que ocorre na última metade do século XX é o aumento da acumulação capitalista no campo, acarretando na deterioração da vida do mesmo. Como resultado tem-se a intensificação do êxodo rural contribuindo, conseqüentemente, o inchaço das cidades. A modernização da agricultura, tal qual a dispersão da industrialização introduzem novas formas de organização espacial.

A trajetória das desigualdades no Brasil é histórica e estrutural, caracterizada por períodos de concentração e desconcentração espacial das atividades econômicas, como o ocorrido no desenvolvimento da industrialização nacional. Sob a ótica econômica, Guimarães Neto (1997) considera que os processos recentes da distribuição espacial das atividades produtivas do Brasil e seus impactos, entre 1950 e meados da década de 1990, podem ser divididos em três momentos. O primeiro momento corresponde ao período de 1950 a 1975, onde se dá a consolidação da indústria nacional (1º Subperíodo: indústria de base; 2º Subperíodo: indústria pesada; 3º Subperíodo: milagre econômico); é caracterizado pela concentração econômico-espacial, no sudeste de modo geral e em São Paulo em particular. O segundo momento vai de 1975 a 1985, caracterizado pela desconcentração espacial, gerando, conseqüentemente, desaceleração da economia; neste período políticas setoriais levam atividades econômicas para regiões periféricas; há irradiação das atividades produtivas para outros estados do sudeste e para o interior do estado de São Paulo, bem como para outras regiões brasileiras, tendo como consequência: a consolidação de pólos econômicos nas regiões menos industrializadas que se integram à economia nacional por meio de especializações, o aumento das indústrias de bens intermediários e duráveis em detrimento dos bens não-duráveis, e o aumento da urbanização. O terceiro momento corresponde ao período pós 1985, caracterizado pela redução da desconcentração econômico-espacial e pela inserção na dinâmica da globalização.

Ao se pensar os processos recentes da economia e da urbanização brasileira, podem-se destacar, grosso modo, três pontos que, de certa forma, estão intrinsecamente relacionados. Primeiro é o papel do Estado, tanto no que tange o processo de industrialização do país, como no processo de descentralização econômico-espacial das atividades produtivas. Além do mais, a urbanização tal qual a industrialização necessitam de recursos governamentais para a construção de uma infra-estrutura produtiva regional e nacional, como as redes rodoviárias, portos, telecomunicações, recursos para a implantação de indústrias (CAMPOS FILHO, 1992).

Em segundo lugar deve-se destacar o crescimento do número e do papel desempenhado pelas cidades médias a partir da década de 1980, como destaca Maricato:

O padrão de urbanização brasileiro apresenta, a partir dos anos 80, mudanças que merecem algum destaque. Embora as metrópoles continuem crescendo proporcionalmente mais que o país, o ritmo desse crescimento diminuiu. As cidades de porte médio, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, crescem a taxas maiores do que as metrópoles nos anos 80 e 90 (4,8% contra 1,3%). (MARICATO, 2000b, p. 24)

Como decorrência do processo de desconcentração econômico-espacial as cidades médias passam a figurar como pólos com certa relevância na dinâmica econômica nacional. Assim, pode-se dizer que paralelo ao fenômeno metropolização, há um processo de desmetropolização ou descentralização metropolitana, ou seja, concomitante à descentralização dentro da metrópole para as suas periferias há um fenômeno de interiorização da industrialização para as cidades de porte médio, os chamados pólos de desenvolvimento. No entanto, o que ocorre é a descentralização das atividades de produção, pois a centralização do capital ainda permanece na metrópole paulista.

O terceiro ponto diz respeito ao fato do Brasil ter abraçado o modelo neoliberalista, aderindo aos seus princípios básicos de abertura de mercado ao comércio internacional, de redução do papel do Estado via privatizações e de estímulo à entrada de capitais estrangeiros. Ademais, as políticas econômicas que seguem o chamado modelo neoliberal agravam ainda mais as desigualdades, pois o Estado passa a priorizar as políticas macroeconômicas em detrimento das questões sociais.

Ao analisar as mudanças na dinâmica econômica brasileira, principalmente na década de 1990, Bacelar (2000) acredita que no processo

(...) prioriza-se a inserção competitiva dos “focos dinâmicos” do país na economia mundial, em rápida globalização. O Estado nacional, por sua vez, que jogava um papel ativo nesse processo, tanto por suas políticas explicitamente regionais, como por suas políticas ditas de corte setorial/nacional, como pela ação de suas estatais, agora retrai-se. (BACELAR, 2000, p. 76, destaques nossos)

A autora conclui que ocorre no país uma “integração competitiva” que integra apenas partes do Brasil, pois privilegiam os requisitos locacionais atrelados a melhor oferta de recursos humanos qualificados, maior proximidade com centros de produção de conhecimento e tecnologia, maior e mais eficiente dotação de infra-estrutura econômica, além da proximidade com os mercados consumidores de mais renda. As próprias políticas públicas têm-se deslocado gradualmente para enfoques voltados para a promoção econômica competitiva como adverte Fernandes (2001).

Por outro lado, é possível identificar várias áreas nas quais a urbanização emerge como consequência do agronegócio globalizado, ou seja, em diversas áreas do país formam-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura (ELIAS, 2006). Consoante a autora, as cidades do agronegócio se multiplicam no país e passam a desempenhar muitas novas funções, voltadas para a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio, que ganha prioridade no cenário nacional em detrimento do camponês e do pequeno proprietário. Ou seja, em certa medida, o agronegócio emerge enquanto um meio de modernizar a imagem do latifúndio voltado à competitividade e inserção ao mundo globalizado, integrando, nacional e internacionalmente, diversas outras áreas do país a partir de suas funções agro-exportadoras. Esse meio de integração, entretanto, gera consequências drásticas, pois enquanto o agronegócio avança, a agricultura camponesa tende a encolher, e a concentração de terra e renda aumentar.

Desse modo, tem-se uma urbanização atrelada a um modelo econômico altamente concentrador, no qual é possível perceber as desigualdades se materializando no território brasileiro. Como consequência há consolidação de uma sociedade com predomínio do imaginário urbano (com certa estigmatização do rural), degradação dos recursos naturais (tanto nas cidades como no campo), intensificação da migração interna (deslocamento populacional do campo para as pequenas cidades, dos pequenos centros urbanos para as cidades médias ou grandes, destes para as metrópoles etc., ou ainda para as fronteiras agrícolas), e há ampliação das desigualdades e injustiças sociais.

Para Maricato (1996) ao lado do intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza. O espaço intra-urbano tal qual o espaço interurbano apresentam grandes desigualdades seja em nível regional, estadual ou nacional.

É relevante salientar que quando pensamos nas cidades em âmbito nacional, vamos nos deparar com grandes diferenças regionais. Isso é normal, em um país com dimensões continentais, com cerca de oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Portanto, ao considerar a urbanização brasileira, deve-se respeitar a heterogeneidade nacional e as especificidades regionais e locais. Ademais, cidades de diferentes dimensões territoriais assumem formas, funções e estruturas singulares nas diferentes regiões brasileiras, desempenham papéis distintos na rede urbana, assim como estabelecem diferentes níveis de interdependência entre si e em relação ao campo.

Assim, as cidades não podem ser vistas e entendidas separadas do todo, do contexto espacial e temporal no qual se insere. Destarte, é imprescindível apreender as cidades a partir da rede urbana, considerando-as a partir das articulações e interdependência existentes entre si. A rede urbana expressa as características dos contextos econômicos, sociais, políticos e espaciais em sua complexidade. Complexidade esta que se intensifica a partir de mudanças estruturais da sociedade, pois atualmente a sociedade e o espaço como um todo são interligados por meio de redes, sejam elas concretas como aquelas que se estabelecem pelas rotas terrestres – ferroviárias, rodoviárias, marítimas, aéreas – ou ainda as virtuais, interligadas por meio de satélites, cabos, fibras ópticas. Contudo o nosso destaque aqui são as redes concretas, responsáveis pela estruturação do espaço, cujos nós são constituídos pelas cidades. A cidade apresenta papel determinante no processo de estruturação espacial ao passo que é o lugar da gestão e das decisões que orientam e determinam a divisão territorial do trabalho.

Importante considerar que as cidades, a partir do momento em que se intensifica a urbanização e a industrialização, passam a exercer um papel polarizador, no qual essa polarização depende, principalmente, do conjunto de serviços, do número de habitantes e dos seus componentes econômicos. Quanto mais atividades e quanto maior seu grau de complexidade, maior é o grau de polarização que determinada cidade exerce. Estas cidades passam a atrair cidades ao seu entorno ao mesmo tempo em que serve de atrativo para pessoas de outros núcleos urbanos, principalmente os de menor porte.

Corrêa (1994) aponta a ocorrência de dois ciclos de exploração da cidade, particularmente a grande, sobre a região. No primeiro ciclo a grande cidade, cabeça da rede

urbana, extrai do campo e das cidades menores, via migrações, força de trabalho, produtos alimentares, matérias-primas, lucros comerciais e renda fundiária. No segundo, a cidade exporta – para o campo e centros menores – capitais, bens e serviços, idéias e valores.

Com relação às atividades, bens e serviços Braga e Carvalho (2004) consideram a rede urbana como um conjunto de centros urbanos interligados por fluxos de bens, serviços, informações e pessoas, formando um sistema hierarquizado. Mais que um sistema hierarquizado, a rede urbana pode ser considerada uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam. Beaujeu-Garnier (2007) coloca que a rede designa um fato espacial de repartição dos elementos (a cidade) no interior de um quadro (a região, a nação...). É, portanto, uma forma de ordenamento das cidades, resultado da ação de diversos processos, que variam no espaço e no tempo.

Grosso modo, algumas condições corroboram a constituição da rede urbana, dentre os quais podemos destacar o fato da sociedade se firmar a partir de uma economia de mercado estabelecendo diversas transações comerciais, logo, a rede urbana passou a ser meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente (CORRÊA, 1994). Essas transações são efetuadas em pontos fixos no espaço, ou seja, nas cidades, que se ordenam, até certo ponto, de modo hierarquizado a partir de diversos fatores, pois a rede urbana gera relações e transações comerciais entre cidades de diferentes portes ou de mesmo porte, na escala regional, nacional ou internacional.

A idéia de rede é inerente a noção de fluxo, pois este permite e intensifica a circulação de pessoas, mercadorias e informações. Afinal como aponta Santos (1997) não basta, pois produzir, é indispensável pôr a produção em movimento. Assim, a rede urbana diz respeito ao conjunto de cidades funcionalmente articulados por diversos fluxos estabelecidos entre os centros urbanos.

Ao considerar a rede urbana como um conjunto de centros funcionalmente articulados torna-se imprescindível traçarmos algumas explanações gerais a cerca do conceito de função urbana. Circular, habitar, trabalhar e recrear são as principais funções atribuídas ao espaço urbano, porém é valido pensarmos as funções de maneira mais ampla. Retomando Beaujeu-Garnier (1997) em seu almanaque de Geografia Urbana, teríamos três funções urbanas principais, a saber, de enriquecimento, de responsabilidade e de criação e transmissão. As funções de enriquecimento são as que produzem, essencialmente, fluxos monetários susceptíveis de capitalização, como a indústria, o comércio, o turismo, os serviços financeiros. As funções de responsabilidade correspondem as funções de administração, ensino, saúde, etc. Enquanto as funções de criação e de transmissão dizem respeito ao caráter

cultural e informativo, abrangendo os meios e informações “divulgados” por meio da cultura urbana.

Para Corrêa (1994) as funções urbanas referem-se a uma atividade que é tipicamente realizada na cidade: o comércio, os serviços bancários, educacionais, etc.. Consoante o autor a classificação das cidades a partir das funções por elas exercidas está diretamente relacionada a divisão territorial do trabalho, sendo que a rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1994). As cidades podem cumprir distintas e diversas funções, tais como: agrícolas, industriais, centros de comércio, pólos de turismo ou de tecnologia etc..

Pensemos, nesta direção, estritamente, o caso brasileiro. Considerando a rede urbana a partir de sua funcionalidade, do seu tamanho demográfico e da divisão territorial do trabalho, o IBGE (2008b) classificou os centros urbanos em: metrópoles (subdividida em grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole), capital regional (subdividida em capital regional A, capital regional B e capital regional C), centro sub-regional (subdividido em centro sub-regional A e centro sub-regional B), centro de zona (subdividido em centro de zona A e centro de zona B) e centro local.

Retomando os processos históricos recentes da constituição da rede urbana nacional constatamos que

A estrutura urbana nacional na década de 70 era formada por alguns centros primazes, representados por duas metrópoles de alcance nacional (São Paulo e Rio de Janeiro), poucas metrópoles de alcance regional, um limitado número de centros intermediários e uma vasta rede de pequenas cidades, que, em vez de assumirem funções complementares aos demais centros, serviam unicamente como elo entre o meio rural e o urbano [Andrade e Lodder (1979)]. De acordo com essa descrição, seria possível identificar o sistema urbano nacional como tendo um formato “primaz”, o qual, como a própria denominação deixa transparecer, tem como característica marcante a hegemonia de poucos centros de alcance nacional complementado por uma vasta rede de pequenas cidades. (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 10)

A partir da década de 1970 a rede urbana nacional passa por profundas transformações, graças, principalmente, a atuação do Estado em políticas de integração do território, com ações que incentivaram a desconcentração econômico-espacial. As mudanças na organização sócio-espacial foram decisivas na reestruturação urbana do país, redefinindo a divisão territorial do trabalho. Essas mudanças determinam os novos papéis assumidos pelas cidades na rede urbana, a partir de seus aspectos estruturais, ou seja, aspectos dimensionais, funcionais e espaciais.

O processo de desconcentração econômico-espacial tornou mais complexa a rede urbana brasileira, sendo que uma das características marcantes no processo de reestruturação da rede urbana é o papel e o grau importância atribuído às cidades médias. As cidades médias passam a polarizar a região circundante, assumindo, inclusive, papel de intermediação entre as cidades pequenas à metrópole. A cidade média passa também a ser um meio de se desenvolver um maior equilíbrio econômico, social e espacial. Assim, as cidades médias começam a ser valorizadas como um fator de equilíbrio para as redes e hierarquias urbanas como aponta Amorim Filho e Serra (2001), principalmente em países em que a dissimetria entre as cidades grandes e pequenas é mais forte, como é o caso brasileiro.

Traçando um recorte para o estado de São Paulo, constata-se que o governo estadual, no contexto da desconcentração, principalmente pela descentralização industrial, implantou a identificação das cidades-sedes ou pólos regionais do estado de São Paulo, com o intuito de desconcentrar também os serviços prestados pela administração estadual via regiões administrativas.

Com relação à rede urbana paulista, o estudo desenvolvido pelo IPEA salienta que

O estado de São Paulo possui a mais ampla e complexa rede urbana do país, apresentando inter-relacionamentos com os estados vizinhos e causando impacto em todo o território nacional. Estruturada a partir da capital, sua constituição remonta ao século XIX, quando, após o dinamismo econômico impulsionado pelo complexo cafeeiro, a região passou por processo contínuo e permanente de ocupação. (IPEA, 2001, p.111)

O processo de estruturação da rede urbana paulista manteve e mantém estrita relação com a abertura e a localização de vias de circulação. Num primeiro momento se estrutura a partir da linha férrea, cujo objetivo era escoar a produção ao mesmo tempo em que permitia a ocupação no interior do estado. Posteriormente as rodovias se sobressaem como responsáveis pela integração territorial. Importante ressaltar que, tanto no primeiro como no segundo caso, a localização determinou a posição hierárquica dos núcleos na rede urbana que então se constituía (BERNARDELLI, 2004).

É fato que a cidade de São Paulo, mesmo com as diversas alterações na estrutura da rede urbana estadual e nacional ainda mantém função primaz, desempenhando papel de comando econômico, político, financeiro e cultural, visto que a São Paulo

é uma cidade global, pertence à rede de cidades mundiais, e exerce o papel cabeça da rede nacional e da América do Sul (...) tem, sem dúvida, papel

central na estrutura produtiva e na estruturação da rede urbana estadual e nacional. (IPEA, 2001, p. 125)

Assim, na constituição da rede urbana temos de um lado as metrópoles, muitas vezes com as áreas de influência que extrapolam as fronteiras nacionais, e na outra ponta, prevalecem as pequenas cidades que, segundo Damiani (2006), constituem verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, que absorvem pouco os processos acumulativos próprios da modernidade.

O estudo do IBGE sobre as regiões de influência das cidades divulgado em 2008 ratifica a importância do papel que assume a cidade de São Paulo na rede urbana brasileira, destaca a ascensão das cidades médias no cenário brasileiro e ressalta que a distribuição dos níveis hierárquicos no território é desigual, confrontando áreas que contam com uma rede urbana estruturada — com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares — e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários (IBGE, 2008b).

O processo de urbanização atrelado aos aspectos econômicos e à constituição da rede urbana nacional pautada na competitividade entre as cidades a fim de atender os interesses do capitalismo produz uma avançada divisão de trabalho, em que a especialização, fragmentação, interdependência e internacionalização foram desenvolvidas em níveis sem precedentes como aponta Fernandes (2001), na qual o poder de decisão da escala local estaria sendo potencializada pela globalização, subordinados aos interesses econômicos hegemônicos. Logo, a globalização causa vigoroso impacto sobre a organização do espacial adverte Corrêa (1999).

Ao mesmo tempo, a estruturação do tecido urbano – físico e social – apresenta um caráter extremamente funcional aos interesses rentistas (FERNANDES, 2001), cujas estratégias econômicas globais são sentidas, na concretude, na escala geográfica local e nos novos fundamentos de políticas urbanas e regionais associadas a estas transformações.

Nesta direção, verifica-se que, historicamente, estamos falando de

(...) uma urbanização excludente, em que a localização das atividades e dos indivíduos em dado local do perímetro urbano é determinada pela capacidade financeira, já que o solo urbano foi transformado em mercadoria e a renda fundiária tornou-se um dos mais importantes espaços de valorização do capital mercantil. (IPEA, 2001, p.157)

Desse modo, a urbanização excludente contém dois lados que não se excluem. Primeiro é o aumento do número de bairros paupérrimos ou mesmo a proliferação de favelas

nos grandes e médios centros urbanos, gerando uma grande desigualdade intra-urbana. O segundo diz respeito a exclusão de municípios ou mesmo regiões como um todo que por razões estruturais históricas não se encaixam nos atuais padrões de integração competitiva, gerando uma desigualdade interurbana. Neste contexto se encontram a maioria dos pequenos núcleos urbanos, visto que diz respeito, em sua ampla maioria, a municípios extremamente pobres, parques de recursos que possam suprir as demandas necessárias as mínimas atividades sociais e urbanas da população, cuja renda advém, em grande parte, do Fundo de Participação dos Municípios, ou seja, de repasse de verbas do Governo Federal, cujo percentual é determinado principalmente pela proporção do número de habitantes estimados anualmente pelo IBGE.

As pequenas cidades em geral caracterizam-se por apresentar papéis urbanos pouco expressivos, com ausência ou insuficiência de infra-estruturas, equipamentos e serviços que proporcionem aos habitantes uma mínima condição de vida. São cidades que apresentam intenso grau de dependência em relação a outras cidades no que tange aos serviços especializados de saúde, administração entre outros, ainda mais essenciais para a população menos abastada, logo, mais dependente dos serviços coletivos que a cidade deve oferecer. Ademais essas cidades ficam de fora do processo de integração competitiva e a dependência da população é extremamente grande junto aos poucos que detêm as atividades econômicas, em geral agrícola ou agroindustrial, além do comércio local e das repartições públicas.

Os processos excludentes nas cidades pequenas são, portanto, decorrentes da nova ordem econômica vigente e estão atrelados à organização e produção espacial, visto que a integração econômica voltada à competição no mercado internacional levam as cidades pequenas a se especializarem produtivamente, a fim de se inserir na rede urbana globalizada, ratificando o paradigma da funcionalidade que redefine a própria estrutura intra-urbana dessas pequenas cidades. Prevalece, em geral, o ramo agroindustrial, freqüentemente monoindustriais, o que desenha uma situação econômica de maior fragilidade diante das incertezas do mercado mundial (ENDLICH, 2006), isso sem dizer que acarreta em modificações profundas nos conteúdos e práticas sócio-espaciais destas localidades, incluindo, inclusive, na lógica de organização do solo urbano.

Tanto o urbanismo quanto o planejamento pautados na competitividade do modelo neoliberal propõe que se trate o território como uma empresa, no qual as cidades tornam-se arenas geográficas de competitividade como coloca Endlich (2006), rompendo com a possibilidade de se constituir sistemas regionais integrados por laços regionais locais, ou seja,

de certa forma, preocupa-se com crescimento econômico local que beneficia grupos já privilegiados e não ao desenvolvimento social das populações locais.

Daí indagarmos se as cidades pequenas seriam territórios da exclusão, pois expressam a exclusão sócio-espacial resultante da fratura social que produz espaços exclusivos, em diversas escalas, para determinadas funções e usos, concomitantemente, espaços exclusivos para determinadas classes e não para outras. Entretanto, a resposta a esta indagação terá melhores pressupostos para ser respondida na terceira parte deste trabalho, onde efetuaremos um estudo de caso, a fim de verificar se as cidades pequenas, no contexto atual, se caracterizam enquanto territórios da exclusão.

PARTE II

OS DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio da paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la. Pode ser que enquanto falamos ela esteja aflorando dispersa dentro dos confins do seu império; é possível encontrá-la, mas da maneira que eu disse.

(CALVINO, 1990, p. 149)

2. OS DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E OS CAMINHOS PERCORRIDOS

A presente Dissertação visa traçar uma análise das cidades com foco no espaço, afinal a cidade é a maior obra espacial humana, ou seja, produto da (re)produção social do espaço, apropriado e produzido no plano material e das idéias. A cidade é uma realidade material concreta, produto e condição da (re)produção da sociedade. Para Lefèbvre (1991) a cidade é a projeção da sociedade sobre um local, logo, podemos pensar a cidade como um produto social e histórico composto por processos sociais e formas espaciais. Assim, o espaço urbano se revela como condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo (CARLOS, 2007).

Ao associar a cidade às práticas da sociedade no espaço, torna-se fundamental entender a essência presente no processo de produção do espaço, ou como prefere alguns na produção social do espaço urbano, gerador de configurações desiguais e excludentes. No espaço o homem exerce a sua ação, impõe-lhe a sua ordem, modifica-o. Os homens relacionam-se com o espaço através de suas relações sociais, a partir das práticas sociais de produção, portanto, o espaço social é o trabalho materializado do homem, com todas as suas contradições. Dessa forma, consoante Lefèbvre (1975) *apud* Beaujeu-Garnier (1997), as forças produtivas não conduzem somente à produção de coisas, mas àquilo que contém estas coisas, quer dizer, o espaço.

Harvey (1980) nos coloca que o homem não pode existir sem ocupar espaço, não pode trabalhar sem ocupar um lugar e fazer uso de objetos materiais; e não pode viver sem moradia. Ou seja, ocupamos espaço, produzimos espaço e nos (re)produzimos no espaço, enfim, todos os elementos da sociedade se articulam *no* espaço e *com* o espaço. Espaço este que se constitui a partir das ações humanas materializadas ao longo do tempo. Por isso a noção de espaço é inseparável da idéia de tempo, visto que a constituição de um espaço supõe uma acumulação de ações que se concretizam em diferentes momentos.

Como é composto tanto pela materialidade quanto pela vida que o anima, o espaço está em evolução permanente. Os espaços urbanos tal qual os espaços rurais são produtos da

ação humanas e exemplos da concretização da produção social de formas espaciais ao esvaír do tempo. Nas vastas produções agropecuárias tal qual nos centros urbanos, as transformações são percebidas, seja pelo desmatamento, pelo cultivo monocultor em grande escala, ou pelas edificações, pelas estruturas, pelo adensamento. Cidade e campo são objetos espaciais humanos e carregam consigo aquilo que Santos (1997) denominou de coexistência de tempos, pois são produzidas e reproduzidas ao escoar do tempo, atendendo as necessidades humanas em momentos diferentes.

O espaço, assim considerado, é então, um espaço produzido pela sociedade. Mas, assim como é produzido, o espaço também é consumido, e nele também se materializam relações de poder e de dominação; é um meio de produção e é onde se dão as relações de (re)produção do capital e da sociedade como um todo. As formas espaciais são produzidas, como são todos os outros objetos, pela ação do homem, logo, o espaço revela no conteúdo de suas formas as mesmas contradições presentes na sociedade que o produziu.

Torna-se, portanto, fundamental reafirmar a posição central que o espaço assume quando se discute aspectos relacionados a sociedade. Espaço e sociedade se interagem dialeticamente, ou adotando a proposta de Soja (1993), espaço, tempo e ser constituiriam uma tríplice dialética, a partir da qual melhor se pode apreender sobre o espaço, o tempo e o ser; sobre a geografia, a história e a sociedade; sobre a produção do espaço, a construção da história e a constiuição das relações sociais e de consciência prática (SOJA, 1993).

Assim, ao abordar uma análise a partir da produção do espaço urbano, naturalmente estamos nos reportando às ações presentes e pretéritas do homem no espaço, num incansável processo de (re)produção espacial. Produção advinda do trabalho, no sentido de processo de produção das coisas e de seu consumo propriamente dito; produção de espaço e não de tal ou qual objeto, de tal ou qual coisa no espaço (LEFÈBVRE, 1976).

No entanto, o entendimento do processo de produção espacial é complexo, deve ser visto e entendido a partir das práticas e realizações contraditórias da sociedade em determinado período, apreendidas a partir de suas múltiplas escalas, também mutáveis no tempo e no espaço, sendo que essa complexidade pode ser ainda maior quando se tem a preocupação em compreender o objeto em sua totalidade, considerando as dimensões sociais e espaciais.

Com relação as cidades, estas podem ser vistas e consideradas a partir de diversas dimensões, abordadas sob múltiplas perspectivas analíticas. Diversas abordagens, ora mais disciplinares ora interdisciplinares, revelam o esforço dos pesquisadores em apreender os mecanismos que produzem o espaço, sobretudo o urbano, por meio de análises espaço-

temporal e multiescalar. Os variados olhares sobre a cidade, particularmente no que diz respeito as bases lógicas da investigação científica, seja nas ciências sociais aplicadas, humanas, exatas ou biológicas, resultam em diferentes meios e modos de investigar a realidade urbana. Reconhecer os fundamentos e teorias acerca da natureza do espaço urbano permite promover uma visão crítica sobre a produção da cidade e proporciona a reflexão dos principais problemas que se manifestam nas cidades brasileiras na atualidade. Por conseguinte, a base teórico-conceitual é determinante para indicar o olhar pretendido sobre a cidade e o critério de investigação que propõem explicar como se processa o conhecimento da realidade. Aí se constitui o primeiro grande desafio nos estudos urbanos: quais bases teórico-conceituais e metodológicas adotar?

Qual caminho seguir? Delinear uma pesquisa centrada nos espaços, redes e escalas ou nos atores, conflitos e tendências das políticas e planejamento ou nos dilemas e incertezas das relações entre ambiente e sociedade ou a partir dos processos e transformações dos espaços urbanos? Enfim, poder-se-ia elencar uma série de possibilidades, entretanto nosso objetivo aqui é ratificar que a urbanização de modo geral e a cidade em particular são vistas por distintos teóricos de uma maneira conceitual diferente.

Tem-se uma série de possibilidades de leituras urbanas, todas enfrentando os desafios impostos, atribuindo de significados os padrões teórico-metodológicos, a fim de produzir conhecimento. Destarte, nosso propósito é contribuir teórico-conceitualmente, na medida do possível, com a temática urbana, traçando um recorte em cidades de pequeno porte, campo ainda de pouco interesse de investigações científicas.

Devido o pouco interesse científico em desenvolver pesquisas e estudos a respeito dos aspectos físico-territorial e social em cidades pequenas, há uma produção bastante limitada de trabalhos que versam sobre estas realidades urbanas, seja na Geografia, no Urbanismo ou em quaisquer outras áreas cujo foco central é o espaço urbano. Como nossa determinação é realizar uma análise espacializada dos fenômenos estudados para indicar, em diferentes perspectivas, como eles se manifestam, são inúmeros os desafios e as limitações tanto do ponto de vista teórico-conceitual quanto metodológico que atravessam nosso caminho.

Assim, acreditamos que seja elementar discutir algumas características das cidades pequenas brasileiras, do ponto de vista social, econômico e espacial principalmente, apontando os desafios e complexidade existentes na análise e estudo dessas realidades urbanas, seja do ponto de vista teórico-conceitual ou metodológico. Portanto, nos esforçamos em apresentar nesta parte do trabalho, mais do que uma definição pronta e acabada de

conceitos e uma delimitação teórico-metodológica de abordagem desses centros urbanos, algumas considerações gerais que possibilitem discutir, pensar e refletir a respeito das cidades pequenas, fundamentado na hipótese de que para estudar determinado fenômeno é necessário compreender como esse fenômeno se manifesta espacialmente.

2.1. Os desafios na leitura das cidades pequenas

Pensar e refletir sobre cidade pequena não é tarefa simples, pois não se trata de uma realidade urbana, mas de diversas realidades urbanas. Como as cidades de pequeno porte apresentam grandes singularidades e enormes dissemelhanças entre si, seja no aspecto físico-territorial ou quanto a dimensão populacional ou diversidade e dinamismo econômico e social, ampliam-se os desafios na leitura das cidades pequenas nas mais diversas escalas de análise.

Desse modo, vale elencar alguns desafios teórico-conceituais e metodológicos que encontramos em investigações em cidades pequenas, visto que estas revelam algumas semelhanças, concomitantemente, com diferenças brutais quando comparadas aos centros urbanos de maior porte. Desse modo, centrado na busca de desvendar o melhor caminho para atingir os objetivos propostos nesta análise, pretendemos discutir alguns dos entraves com que nos deparamos na tentativa de apreender o processo de produção do espaço urbano em cidades pequenas, gerador de configurações desiguais e excludentes.

Ao se ocupar das cidades de pequeno porte, o primeiro desafio é a própria discussão do conceito de cidade e de urbano, pois como a cidade pequena apresenta um vínculo elevado com o espaço rural apresenta elementos que levam ao questionamento da existência do caráter urbano destas cidades. O segundo desafio discutido aqui é o processo de (re)estruturação das cidades e da forma urbana, que dão conformidade a uma discussão morfológica das cidades pequenas, a partir de suas mudanças e permanências. O problema de escala é o terceiro desafio assinalado, principalmente quando procuramos articular as relações entre as escalas intra e interurbana e as relações econômicas, políticas e sociais que se manifestam na escala local, fortemente influenciada pelos interesses globais. O quarto ponto diz respeito aos desafios específicos encontrados nesta pesquisa propriamente dita, reveladora de alguns problemas teórico-metodológicos que muitas vezes estão aquém dos interesses do observador. Importante ressaltar que estes desafios não se excluem e, estão, em certa medida, interligados

e se denunciam no quinto desafio listado, os desafios na análise sócio-espacial dos processos excludentes em cidades pequenas.

2.1.1. Cidade, cidades. Mas, que cidade?

Definir, delimitar ou classificar as cidades de pequeno porte torna-se um grande desafio, pois são diversas, heterogêneas e, nesse sentido, constituem numa dificuldade em proceder a análises que contemplem toda sua complexidade. Definir não é uma tarefa simples. Por isso, nosso propósito, mais do que apresentar uma definição pronta e acabada de conceitos, consiste em expor algumas considerações gerais que possibilitem discutir e pensar, tanto teórico-conceitualmente como metodologicamente as cidades de modo geral e as cidades pequenas em particular. Ressalte-se que a própria definição de cidade é carregada de discussões e controvérsias, sendo-lhe atribuída diversas conceituações, a partir de diferentes diretrizes. Além do mais, vários fenômenos atrelados à urbanização traz cada vez mais complexidade às discussões e análises, tais como as chamadas metrópoles modernas, as megalópoles, as metápoles, as conurbações, ou ainda as cidades médias que vem ganhando espaço no cenário nacional.

Refletir acerca das cidades e do urbano no Brasil suscita inúmeras indagações e, por conseguinte, diversas possibilidades de respostas. Contudo, o primeiro ponto que consideramos elementar é admitir que as cidades só podem ser pensadas como resultado de processos que variam no tempo e no espaço. Logo, as cidades enquanto realidade material de um processo social mais amplo também deve ser assistida a partir de seu contexto temporal e espacial. Pensemos o município brasileiro mais populoso e o menos populoso, a saber São Paulo com 10.434.252 habitantes e Borá com seus 750 habitantes. Seria possível estabelecer uma comparação demográfica e espacial entre São Paulo e Borá? Ambas tem *status* de cidade, mas apresentam uma imensa diferença demográfica, isso sem considerar as diferenças entre os papéis urbanos desempenhados por cada uma das cidades. Bem verdade que esta é uma comparação injusta, contudo serve para nortear algumas discussões que pretende-se discorrer a partir de então. A primeira é admitir que as cidades apresentam papéis urbanos e tamanhos demográficos distintos que se manifestam em diferentes graus de intensidade, existindo dissemelhanças entre cidades de diferentes portes tal qual há diferenças entre cidades de mesmo porte. Se compararmos São Paulo com outras cidades como Paris, Los Angeles, Nova Iorque, Bombaim, Beijin, Rabat ou Istambul vamos nos deparar com enormes dissemelhanças também, tanto em aspectos quantitativos quanto qualitativos. Da mesma forma se pensarmos

a São Paulo de hoje vamos nos deparar com uma cidade diferente daquela do início do século ou mesmo das décadas de 1950 ou 1970, por exemplo.

Pensando estritamente o caso das cidades de pequeno porte, no caso brasileiro, podemos encontrar núcleos urbanos com menos de mil habitantes tal qual cidades com mais de 50 mil que adquirem características de cidades locais na rede urbana. Igualmente pode-se deparar com cidades com cerca de 50 mil habitantes que assumem características de cidade média, como ocorre nas regiões de baixa densidade demográfica. Ou seja, existem enormes dissemelhanças entre cidades pequenas do sudeste e do norte do país, por exemplo, assim como não são idênticas as cidades pequenas localizadas em áreas metropolitanas e aquelas que se encontram em áreas não metropolitanas; acrescenta-se também as diferenças entre as pequenas cidades antigas e as novas, o que revela uma multiplicidade de contextos. Como está relacionada a uma estrutura interurbana articulada a partir de suas funções e fluxos, a cidade não pode ser observada separada do contexto no qual se insere, ou seja, não pode ser vista sem se considerar o espaço que a circunda em determinado período, pois é um fenômeno que varia no tempo e no espaço. Santos (1994a) exemplifica e ratifica esta afirmação assinalando o fato de se ter no Brasil um número crescente de cidades médias com mais de 100 mil habitantes, o novo limiar de cidade média, ao passo que há três ou quatro décadas, as cidades médias eram as que tinham cerca de 20 mil habitantes.

Do ponto de vista legal, as cidades são definidas, no Brasil, pelos perímetros urbanos das sedes municipais, sendo considerado urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), indiferente de suas características qualitativas ou quantitativas. Conceitualmente, cidade pequena é um conceito de difícil elaboração. Mas, o que é uma cidade pequena? É um conceito, uma definição ou simplesmente um significado para designar as cidades com baixa taxa populacional? Até que dimensão demográfica podemos afirmar que uma cidade seja ou não pequena? Cinquenta mil, vinte mil, dez mil habitantes ou menos? Mas tamanho é documento? Existe um tamanho mínimo, tanto espacial como populacional, para caracterizar uma cidade? E quanto aos seus aspectos qualitativos? A diversificação econômica (oferta de produtos, serviços, espetáculos, etc.) depende exclusivamente do tamanho da cidade e de sua quantidade demográfica? E qual a sua função na rede urbana e na urbanização como um todo? Verifica-se que ainda se constitui um grande desafio estabelecer um aprofundamento teórico-conceitual a cerca das cidades pequenas tal qual tem sido desenvolvido para as cidades médias por exemplo, numa discussão norteada não apenas por aspectos quantitativos, mas também pelas características qualitativas peculiares a esses núcleos urbanos. No caso das cidades médias, os critérios para definir conceitualmente são o caráter demográfico, a força de

atração populacional, os fluxos com outros centros urbanos e a sua localização geográfica. A localização é fundamental para traçar uma distinção entre cidades médias e as cidades de porte médio, ao passo que nem todas as cidades de porte médio desempenham papéis de cidades médias. O critério de classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação (AMORIM FILHO e SERRA, 2001), entretanto, ao refletir a respeito do conceito de cidade média deve-se estar ciente de que

Podemos admitir a existência de cidades de porte médio, em função de característica que lhe é intrínseca, como seu tamanho demográfico, mas não podemos reconhecer se uma cidade de porte médio é uma cidade média, ou seja, aquela que desempenha papéis de intermediação na rede urbana, sem compreender, ao mesmo tempo suas características (o que não se restringe ao tamanho demográfico e deve incluir a estruturação interna de seus espaços), como suas relações com outras cidades (o que impõe o reconhecimento de seus papéis na estruturação urbana da rede). (SPOSITO, 2004, p. 331, *destaques nossos*)

Da mesma forma poder-se-ia pensar as cidades pequenas, isto é, além de se considerar o tamanho demográfico também há necessidade de procurar compreender os aspectos qualitativos e locacionais que influenciam nos papéis por elas desempenhados na estruturação da rede urbana. Para tanto, admite-se o grau de complexidade de se dotar a idéia de “cidade pequena” de um conteúdo teórico-conceitual, pois, a partir do tamanho demográfico mais os aspectos qualitativos, vamos nos deparar com diferentes números e conteúdos, que variam de país para país, de região para região, de cidade para cidade.

A partir daí poderíamos tecer mais uma série de questionamentos: haveria uma distinção entre cidades pequenas e cidades de pequeno porte tal qual ocorre entre as cidades médias e as cidades de porte médio? Ou se algumas cidades seriam centros locais somente? Ou mesmo se haveria distinção entre centros locais e cidades pequenas? Ou se se deveria estabelecer outra classificação a partir de tamanho populacional que diferisse as cidades pequenas, visto que abrange cidades de menos de mil habitantes até cidades com cerca de 50 mil habitantes. Enfim, uma série de apontamentos poderíamos estabelecer a partir de então, contudo temos que ter ciência de que a cidade pequena é um fenômeno complexo e difícil de se definir, é um conceito em construção. Desse modo, mais do que apresentar uma discussão conceitual concluída procuramos contribuir para o entendimento dessa realidade a fim de nortear o pensamento acerca da produção desigual do espaço em cidades pequenas.

Se por um lado a cidade pequena nos dá suporte para refletir a respeito da pluralidade do que é urbano e cidade no Brasil, por outro nos oferece elementos para discutir a sua negação, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade (ROMA, 2008). As cidades caracterizam-se, quase que exclusivamente, pelas atividades secundárias e terciárias, sendo um espaço de produção não-agrícola, no entanto, há ocasionalmente algumas atividades primárias, sendo, portanto, um espaço heterogêneo, tanto no que tange o espaço físico como nas ações contidas no plano imaterial, como os costumes, hábitos e pensamentos. Com relação as cidades pequenas, estas mantêm um vínculo maior com o entorno rural, conservam uma maior multiplicidade de vivências e de contradições entre o urbano e o rural em seu espaço, o que leva Bernardelli (2004) a considerar que estas cidades se revelam enquanto parte do espaço urbano, mas também em razão de nelas estar ausentes muito do que hoje caracteriza o urbano, também o negam.

Daí outro ponto relevante, a discussão entre o rural e o urbano e na própria contestação do que é cidade no Brasil. No que tange o aspecto populacional verifica-se, de fato, um imenso contraste entre as cidades brasileiras, resultando em embates teórico-conceituais a respeito do que caracteriza o rural e o urbano no território brasileiro. Nesta direção podemos citar Veiga (2002) que contesta a forma como é realizada a contagem da população urbana no Brasil, que resulta nos 81,25% de urbanização. Para o autor um grande número de sedes de municípios (principalmente aqueles com população inferior a 50 mil habitantes) adquire estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais (VEIGA, 2002). Ao contestar o método de contagem da população urbana realizada pelo IBGE, propõe uma contagem combinando o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. A partir de então, teria-se uma redução considerável na taxa de urbanização brasileira. Por isso, Veiga sugere que o Brasil seria menos urbano do que se calcula ao passo que parcela da população brasileira viveria em cidades imaginárias. Concordemos ou não, esta é uma questão que merece reflexão, principalmente em um país com dimensões continentais como o Brasil.

Veiga faz uma análise a partir de um Brasil urbano e um Brasil rural, caindo no fatídico paradigma dicotômico entre o urbano e o rural. Enquanto, a nosso ver, cidade e campo mantêm relações indissociáveis, há uma interdependência cada vez maior entre ambas; não há autonomia nem do campo nem da cidade. Portanto, uma análise espacial não deve ser traçada a partir da oposição cidade-campo, mas através da articulação entre o rural e o urbano.

Nesta direção, admitindo a evolução da economia e da sociedade, a urbanização e a expansão capitalista no campo, Santos (1994a), sugere pensar o território brasileiro a partir de espaços urbanos e espaços agrícolas, no qual as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades e as regiões urbanas contêm atividades rurais, ou seja, um Brasil urbano com áreas agrícolas e um Brasil agrícola com áreas urbanas expressaria melhor a realidade contemporânea do país. Segundo o autor os espaços agrícolas

(...) tem sua unidade devida à inter-relação entre o mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. (SANTOS, 1994a, p. 67)

Como as pequenas cidades sempre estiveram fortemente atreladas à agricultura, Bernardelli (2004) destaca que o professor Milton Santos ao se referir à posição das pequenas cidades na divisão territorial do trabalho utilizou a expressão “cidades do campo”, visto a dependência dessas cidades em relação à agricultura, a tal ponto que modificações das culturas agrícolas apresentam modificações expressivas na cidade (BERNARDELLI, 2004). Santos (1994a) ao considerar o grau, a intensidade e a abrangência da centralidade desempenhada pelas cidades pequenas sugere denominá-las de centros locais.

Nas cidades pequenas, o espaço urbano deve ser entendido a partir do campo e vice-versa, ao ponto que modificações em geral na dinâmica agropecuária acarretam em transformações no conteúdo e configuração da cidade. A modernização e tecnificação da agricultura a partir da década de 1970 tal qual a consolidação da agroindústria, indicam que as pequenas cidades procuram se ajustar, por meio de especializações, para atender aos tipos de produções que se encontram no seu entorno. Essas modificações são muito bem assinaladas por Milton Santos, quando afirma que

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados. (SANTOS, 1994a, p. 51)

Para Corrêa (1994) ocorre um processo de capitalização do campo tal qual nas cidades pequenas, através da qual se difunde o ideário urbano que introduz novos valores e

condiciona hábitos, ratifica e direciona a demanda e o consumo de bens e serviços urbanos. Segundo o autor:

Com a expropriação dos meios de produção e de consumo de parcela ponderável dos camponeses, com a modernização da agricultura e a destruição das indústrias das pequenas cidades, o mundo rural e os centros menores estão preparados para o consumo de produtos industriais e serviços cujas origens estão na grande cidade. Trata-se de fertilizantes, inseticidas, arados, produtos alimentares industrializados, tecidos, móveis, utilidades domésticas diversas e, mais tarde, eletrodomésticos e veículos automotores, entre outros; inclui-se também os serviços de educação, saúde, bancários, contabilidade, publicidade etc. (CORRÊA, 1994, p. 67)

Intensifica-se a articulação das pequenas cidades com o campo, a fim de atender as exigências do campo modernizado, da mão-de-obra, da técnica e informação, da ciência como destacam Oliveira e Soares (2002). Nessas cidades, boa parte dos trabalhadores rurais são residentes urbanos: o agrônomo, o veterinário, o administrador tal qual o trabalhador volante e o bóia-fria residem na cidade.

Ademais, como o vínculo com o rural é maior e mais perceptível nas cidades pequenas, diversas atividades agrícolas podem ser vistas impregnadas no espaço urbano, ou seja, a estreita relação não está apenas na economia, mas na própria paisagem urbana, onde muito do que é considerado rural está enraizado no espaço intra-urbano. Portanto, a articulação entre o urbano, o rural e o agrícola é um desafio a ser enfrentado teórico-metodologicamente, adquirindo ainda mais complexidade ao relacionar as escalas intra e interurbana a fim de melhor compreender suas transformações e configurações espaciais, pois não estamos tratando de uma cidade, mas de cidades diversas com suas respectivas especificidades, que muitas vezes denunciam a sua negação enquanto cidade.

2.1.2. A forma e a estruturação das cidades

Os processos de estruturação, de transformação e de permanências do espaço urbano é outra particularidade que merece respeito quando falamos de cidades pequenas. Desvendar esses processos através da dimensão morfológica exige grande esforço, pois incluem os fatores relacionados aos projetos e intervenções urbanas; a forma e organização espacial da cidade; o mercado imobiliário e os processos de segregação; e, a mobilidade e infra-estruturas urbanas. A morfologia urbana diz respeito ao estudo da forma urbana, em seus aspectos físicos, na sua produção e transformação no tempo. Morfologia é a ciência que estuda as

formas, interligando-as com os fenômenos que lhes deram origem (LAMAS, 2004). A etimologia da palavra morfologia significa descrição da forma, mas o conceito de morfologia urbana vai muito além das formas urbanas em si, embora a contenha (SPOSITO, 2004). De acordo com a autora o conceito procura explicar o processo em si – sua gênese e desenvolvimento – por meio dos quais se podem explicar essa morfologia e não apenas descrevê-la ou representá-la gráfica ou cartograficamente.

A forma urbana, não por acaso, constantemente aparece relacionada a estruturação da cidade. A estrutura da cidade diz respeito à lógica de distribuição e/ou organização do solo no espaço urbano, bem como a articulação desses usos no espaço em um determinado momento. Mas os usos do solo se alteram continuamente ao longo do tempo. Por isso Sposito (2004) ressalta que a estrutura da cidade se dá num dado momento do contínuo processo de estruturação dos espaços da cidade. Daí o fato da autora colocar a reestruturação da cidade como um processo mais amplo, englobando a estrutura no seu corte de tempo como determinate dos momentos seguintes do processo.

Portanto, ao falarmos em reestruturação das cidades, estamos nos referindo a uma nova lógica de organização do uso do solo que se sobrepõe, em determinado momento, a outra em vigor até então. A reestruturação da cidade é um processo em marcha contínua no espaço urbano, que dá origem, em diferentes momentos, a uma estrutura intra-urbana diferente.

As configurações espaciais das cidades mudam ao longo do tempo. Os usos e funções do solo urbano alteram-se. A revolução industrial já havia introduzido as primeiras grandes modificações estruturais nas cidades, mas no último século as modificações se intensificaram, a estrutura intra-urbana se altera nas cidades de modo geral. Diversos são os fatores que levam a reestruturação das cidades. A característica principal desse processo é a forma de produção desigual do espaço urbano em descontinuidades espaciais que tem gerado um processo de desconcentração urbana, ou seja, mudança centrífuga de pessoas, indústrias e mesmo comércios.

As cidades possuem espaços caracterizados por usos diferenciados do solo. Determinadas áreas são ocupadas principalmente por residências, outras por indústrias, outras por comércios e serviços. Toda cidade possui, geralmente, um centro principal no qual se localizam as instituições administrativas públicas, a igreja matriz, o distrito financeiro, o comércio, cinemas, teatros, entre outros. O centro principal, destaca Singer (1980), possui, em alto grau, todos os serviços urbanos, sendo que esses serviços se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta. Ao redor do centro encontram-se as zonas residenciais da população mais rica. A população mais

pobre encontra-se, em sua maioria, nas áreas periféricas. As grandes indústrias normalmente estão localizadas em uma área isolada da cidade, em alguma parte da periferia, ao passo que as indústrias pequenas estão, em geral, mais perto da residência dos trabalhadores.

Essa é uma estrutura peculiar nas cidades brasileiras de modo geral, ou ao menos era até algumas décadas atrás. As cidades brasileiras vêm passando por um processo de reestruturação espacial, influenciado por diversos fatores, tais como o crescimento territorial e demográfico, a intensificação da divisão territorial e técnica do trabalho, os interesses imobiliários, os processos de segregação urbana, dentre outros.

Resumidamente, as cidades apresentam um centro principal que diferencia-se do seu centro histórico, onde o primeiro é o local de maior afluência das atividades, enquanto o segundo é a designação para áreas antigas e centrais das cidades, pólo de atração turística, mas que, em muitas cidades, principalmente nas grandes, ocorre geralmente a deterioração do centro e/ou das áreas centrais, tornando-se áreas obsoletas (daí o movimento pela sua revitalização). As áreas ao redor do centro principal, as chamadas áreas pericentrais, por ser um espaço de transição, não são mais estritamente residencial, mas também não é central; é nessa parte que se encontram os hotéis de segunda classe, as pensões, as zonas de prostituição, algum tipo de comércio popular, algumas residências e, em geral, é nessa parte da cidade que se localizam os cortiços, que se caracterizam por ser casas enfileiradas e geminadas ou por se constituir a partir de casas antigas em avançado estado de obsolescência e subdividido em várias unidades domiciliares, cujas áreas úmidas (instalações sanitárias e a cozinha) são de uso comum. Há ainda a presença de alguns eixos comerciais e de serviços especializados; a consolidação dos distritos industriais, para que a instalação industrial se desenvolva para fora da cidade. Mas a principal alteração é na lógica centro-periferia, devido a emergência de novas centralidades urbanas (sub-centros e *shopping centers*) e o fato da periferia deixar de ser lugar dos pobres apenas, visto que os bairros residenciais de alto poder aquisitivo passam a se instalar nas áreas periféricas das cidades: na periferia, mas não junto aos pobres, separados; geograficamente próximos, mas socialmente separados. A presença dos loteamentos fechados ou de condomínios de alto padrão nas periferias modifica e reestrutura a lógica da cidade, sendo que à medida em que a cidade vai se expandindo, formam-se novas áreas de valorização dentro do espaço urbano em detrimento de tantas outras.

O modo como se estabelece a lógica de distribuição e/ou organização do solo urbano nos remete a funcionalidade urbana, que se coloca como paradigma nos campos do planejamento urbano e regularização do uso do solo, os quais como esfera técnica específica

da gestão, definem toda uma estrutura institucional que se disseminou pelas cidades do país (ROLNICK e NAKANO, 2000). Logo, é impossível discutir a respeito da forma urbana sem retomar um velho chavão da arquitetura: a forma segue a função. Esse pensamento funcionalista há muito é passível de discussão, a ponto de se contrapor à idéia afirmando que a função é que segue a forma.

É fato que forma e função se relacionam no processo de produção do espaço urbano, porém, as transformações do espaço têm campos mais profundos que a correspondência simplista entre forma e função (LAMAS, 2004). Consoante o pensamento de Lamas, torna-se interessante realizar uma leitura da forma urbana além do seu vínculo com a função apenas, mas traçando um nexos com o tempo e o espaço, com a sociedade e a estrutura da cidade. Retoma-se a interação entre forma e estrutura, a partir das quais é possível explicar as configurações do espaço urbano. No entanto, o importante não é apreender apenas a forma em si, mas também os conteúdos que determinam essas formas, pois se considerarmos a relação entre forma e estrutura, estamos nos referindo direta ou indiretamente aos conteúdos – sociais e espaciais – responsáveis pela lógica de organização e ocupação do solo, onde a forma urbana expressa um conteúdo da viabilidade econômica e da ideologia em determinado momento.

Desse modo, o fator tempo adquire papel de grande relevância em todo o processo, ao passo que a estrutura tal qual a forma urbana não podem ser explicadas sem se recorrer ao passado. À medida que ocorre mudanças estruturais na sociedade a forma se transforma, pois novos conteúdos lhe são conferidos. Segundo Santos (1992) a forma é resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Santos, em diversas de suas obras, aborda a cristalização do tempo presente e do tempo passado nas formas espaciais, denominada pelo autor de rugosidades. As rugosidades de Milton Santos dizem respeito as ações localizadas em momentos diferentes, ou seja, as realizações passadas que se materializam como formas; formas herdadas visíveis no espaço.

Seguindo essa linha de pensamento, de considerar as formas que ficam do passado, há de se destacar ainda os estudos de Carlos e Seabra que procuram traçar uma articulação entre o velho e o novo no estudo do espaço urbano, observando a existência e coexistência do velho e do novo presentes na paisagem urbana. Outra referência é a professora Sposito que em suas análises sobre o meio urbano, coloca-o como uma mistura de mudanças e permanências, no qual a interação do tempo presente com a herança do passado influi na configuração urbana, tanto em sua forma como em sua estruturação.

Daí a relação entre estrutura, forma e conteúdo com o processo de produção desigual da cidade, no qual as ações e estratégias dos atores produtores do espaço urbano das esferas públicas e privadas mais as práticas sócio-espaciais da sociedade civil se territorializam reconfigurando a estrutura das cidades e gerando formas espaciais. Assim, o espaço assume formas descontínuas, fruto da lógica que produz a cidade e a estrutura e reestrutura.

A partir da lógica atual de produção do espaço urbano, a cidade deixa de crescer contiguamente, de forma compacta. O processo de expansão urbana para áreas cada vez mais longínquas evoca a imagem de mancha de óleo como simboliza Beaujeu-Garnier (1997). A figura 1 a seguir traduz, simplificada, a forma resultante das discontinuidades do espaço urbano.

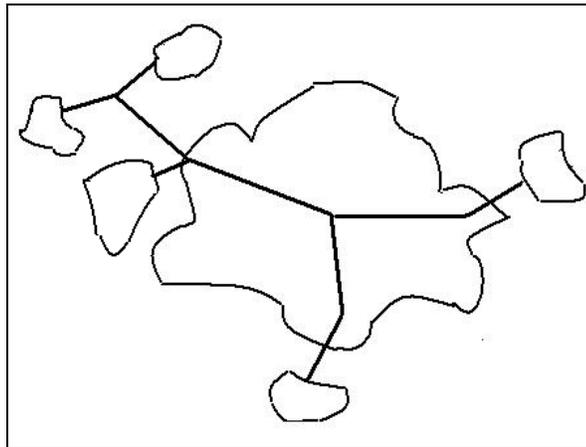


Figura 1: Exemplo de descontinuidade do espaço urbano.
Fonte: Organizado por Orlando Moreira Junior, 2009, a partir de diversas fontes.

A tendência de produção do espaço urbano em descontinuidades gera formas urbanas descontínuas espacialmente e, por conseguinte, socialmente, ao mesmo tempo em que aumenta a densidade demográfica em determinadas áreas da cidade. A instalação de conjuntos habitacionais ou loteamentos populares tal qual os grandes empreendimentos voltados para a habitação das classes mais abastadas têm se caracterizado pelo afastamento espacial, ou seja, ocorre descontínuamente ao tecido urbano já existente, resultando na alteração da forma urbana. Esse processo de implosão-explosão para as periferias como exprime Seabra (2004) ao analisar o processo de expansão urbana da cidade de São Paulo nos reporta a interação entre forma e estrutura, pois quando uma se altera tende a modificar a outra também.

Duas ressalvas devem ser assinaladas ao se pensar a forma urbana a partir da expansão das cidades em descontinuidades. A primeira trata do limite de sua expansão, ou

melhor, o fato de a forma urbana não ter limites específicos, ao ponto que mesmo os limites geográficos são muitas vezes ultrapassados pelas técnicas e engenharias do homem. Adiciona-se ainda o fato de que a própria forma do chamado espaço natural se altera pela ação humana no espaço produzido, como a retificação ou canalização dos corpos d'água, os aterramentos de terrenos, os cortes no relevo para construções, entre outros. Em outros casos os limites naturalmente impostos são incorporados, geralmente pela iniciativa privada, como amenidades ou como embelezamento paisagístico para os empreendimentos de alto padrão.

A segunda ressalva diz respeito ao transporte urbano, como pode ser visualizado nos traços da figura 1, onde os eixos viários permitem a descontinuidade da expansão urbana. Petersen (2002), ao relacionar o transporte urbano com o uso do solo e a densidade do uso e ocupação, contribui com a interação entre forma, estrutura e transporte:

O desenvolvimento da infra-estrutura de transporte altera os padrões de acessibilidade e influencia nas decisões de localização das casas particulares e de negócios. Estas decisões dão forma a estrutura da cidade e as áreas circundantes, e geram novos padrões de demanda de tráfego. (PETERSEN, 2002, p. 23, tradução nossa)

É claro que a acessibilidade no espaço urbano não é igual para todos os cidadãos, mas é relevante destacar o fato de que a forma urbana altera o “preço” da acessibilidade, pois a cidade se orienta a partir dos eixos nos quais a circulação pode ser mais rápida ou mais tortuosa.

Os traçados das ruas, os limites naturais, o tempo, o solo, o chão, todo conjunto de objetos arquitetônicos com suas cores, linhas, volumes e geometrias, enfim, a estrutura e a forma urbana carregam consigo o conteúdo social que as determinam. São esses conteúdos sociais concretos que fazem com que a cidade seja um agente estruturador do espaço.

O espaço produzido está dialeticamente ligado com as mudanças estruturais da sociedade, com o avanço das técnicas e com a intensificação da divisão territorial do trabalho. A idéia essencial a se apreender é a de que, ao falar de forma urbana, está-se falando dos conteúdos sociais correspondentes a essa forma, ao espaço urbano de modo geral. Por isso a ênfase na idéia de espaço (sobretudo o urbano) como um híbrido de formas-conteúdo, pois, de acordo com Santos (1997), essa idéia une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social.

Se considerarmos estritamente o caso das cidades de pequeno porte, a estrutura intra-urbana destas cidades também adquirem certa particularidade que merece respeito, pois como vamos nos deparar com distintas dimensões populacionais e territoriais tal qual diferente

dinamismo econômico e histórias de formação físico-territorial, teremos níveis distintos de disputa pelo uso e ocupação do solo, ao ponto que as áreas centrais por exemplo, diferentemente dos grandes centros urbanos, não sofreram com processos de despovoamento e deterioração.

Quanto a forma urbana, esta se transforma a passos lentos. A descontinuidade espacial e social que se materializam no espaço urbano das cidades de maior porte não ocorre com a mesma ferocidade nos pequenos centros urbanos, que ainda se caracterizam por certa continuidade espacial, com um centro comercial e administrativo principal a partir do qual a cidade se estrutura e ganha forma.

A forma urbana enquanto forma física da cidade, associada ao seu suporte geográfico, como aponta Lamas (2004), é indissociável do seu sítio e do território. Os aspectos ligados a forma urbana incluem várias microcaracterísticas do desenho urbano, como a diversidade do uso do solo, o sentido dos edifícios para a rua, os padrões, formatos e largura rua, etc.. Esse vínculo com o desenho urbano leva Sposito (2004) a considerar que o estudo da forma urbana remete à compreensão da planta urbana e à elaboração de tipologias. Daí o questionamento: quais tipologias apresentam as cidades de pequeno porte? Cidades pequenas como diferentes tamanhos populacionais e demográficos apresentam a mesma tipologia em sua forma urbana? É fato que as cidades pequenas apresentam suas especificidades, visíveis, num primeiro momento, pelo tamanho demográfico. Cidades com 50.000, 30.000, 15.000, 7.000, 3.000 ou menos de mil habitantes, apesar de serem consideradas pequenas, apresentam configuração e níveis de transformação urbana distintos, cujo processo pode resultar em diferentes formas urbanas.

Destarte, o grande desafio é elaborar metodologias de análises morfológicas, em sua dimensão espacial e social, que se manifestam em cidades pequenas, atendendo as suas diversas e complexas particularidades. Torna-se fundamental, para tanto, conhecer a forma, as funções e a estrutura da cidade estudada e as condições históricas em que se dá a produção do espaço urbano, a fim de identificar as disparidades existentes nas cidades pequenas. Ademais, como a forma urbana diz respeito ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão (SANTOS, 1992), há de aceitar, que no caso das cidades pequenas, os processos passados não diz respeito apenas ao traçado das ruas e quadras ou da conformação dos territórios, do tecido urbano e da arquitetura dos lugares, mas também no plano imaterial, como nos costumes, hábitos e pensamentos, muitos destes advindos da enorme relação com a vida rural, ao ponto que diversas atividades tipicamente rurais podem ser vistas impregnadas no espaço urbano.

2.1.3. Um problema de escala

A questão da escala cada vez mais é incorporada ao debate urbano e regional, figurando um verdadeiro avanço na discussão sobre o planejamento e a gestão dos territórios. O ordenamento territorial, particularmente nesse momento de novos arranjos espaciais funcionais voltados à inserção do país à economia globalizada, sofre influência cada vez maior de fatores associados a transformações multi-escalares, sentidos nos novos fundamentos de políticas urbanas e regionais, no planejamento e gestão das cidades, no perfil dos gestores e produtores do espaço urbano e, conseqüentemente, na forma e estruturação das cidades e da rede urbana. Destarte, o entendimento do espaço e das configurações territoriais perpassam pelas formas de articulação entre as escalas global, nacional, regional e local. Como os espaços estão cada vez mais interligados e os fenômenos estão inter-relacionados, é notável uma série de conexões entre os espaços, ao ponto de eventos ocorridos no âmbito global pode influenciar e repercutir localmente tal qual o inverso também é verdadeiro.

Raciocinar a partir da escala é discorrer o pensamento em determinado contexto, pois as escalas são inerentemente dinâmicas e produzidas socialmente a partir de múltiplas determinações. A abordagem escalar permite identificar o que e com que meios cada escala pode revelar as ações dos atores sociais e políticos. Admitindo que o mundo hoje é globalizado, tanto o local quanto o global se encontram numa intrínseca relação de proximidade, no qual o estabelecimento de relações entre esses desponta como possibilidade teórico-metodológica para a leitura da realidade.

Como o poder de decisão da escala local estaria sendo potencializada pela globalização, subordinados aos interesses econômicos, a globalização causa vigoroso impacto sobre a organização espacial. Neste contexto de reorganização econômica e da ocupação do território, com redefinição e articulação de diferentes escalas que reconfiguram o padrão espacial, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de novas interações sócio-espaciais representam novos desafios ao planejamento urbano e regional e às pesquisas técnico-científicas. Assim, as novas tendências da urbanização faz refletir a respeito da reconfiguração da rede de cidades e do papel das cidades médias e pequenas frente a inserção do país na economia globalizada.

Valendo-se da reflexão de Damiani (2006), de que o mundo globalizado insere precariamente todos os espaços, ao estudar as cidades de modo geral é importante ter em mente que a globalização transforma o local influenciado por fatores exógenos a essas localidades, pois cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão

local, convivendo dialeticamente (SANTOS, 1997). Destarte, as cidades constituem elo de ligação entre as demais escalas da realidade que afetam a estruturação espacial no nível local, seja no intra-urbano ou no interurbano, na configuração do tecido urbano ou na constituição da rede de cidades.

Portanto, a nosso ver, ao se estudar cidades pequenas a questão da escala assume papel primordial, pois esta revela a dimensão do fenômeno estudado local, regional e globalmente, sendo um ponto fundamental o estabelecimento de nexos entre a escala global e a escala local. Se o local está cada vez mais subordinado às forças globais, estas acarretam em impactos nas cidades, independente de seu porte populacional e territorial, que buscam, por meio da funcionalidade, se inserir competitivamente na economia globalizada, pois as relações políticas e econômicas se estabelecem com distinto grau de intensidade nos diferentes territórios, contribuindo para a criação de diferentes níveis de diferenciação espacial.

Se por um lado, já assinalamos que, voltado para integração competitiva, as preocupações e esforços governamentais se focaram nas áreas de dinamismo e de competitividade do país para articulá-los à economia global, caracterizando uma inserção seletiva como afirma Barcelar (2000), com o abandono das áreas de exclusão (ditas não-competitivas) e, conseqüentemente, aumento do processo de fragmentação brasileira. Por outro lado, é possível identificar diversas áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à consecução e expansão do agronegócio, como aponta Elias (2006), na qual formam-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura, bem como há inúmeros exemplos de pequenas cidades que se especializaram produtivamente, reinserindo-se de modo singular na rede urbana globalizada por intermédio de atividades que lhes fornecem identidade funcional (CORRÊA, 1999). Ou seja, muitos espaços do território nacional, particularmente aqueles onde predominam as cidades de pequeno porte, ou utilizando o termo do professor Milton Santos, as cidades do campo, apresentam características, majoritariamente rural ou agroindustrial, resultantes de estratégias que não se limitam apenas as escalas local e regional, mas, à escala global, pois os produtos agropecuários oscilam e ficam a mercê dos interesses e necessidades do mercado mundial. Por isso, não raramente, encontramos áreas extensivas onde predominam o cultivo monocultor, seja de soja, laranja, cana-de-açúcar, eucaliptos, dentre outros, voltados em sua maioria para atender o mercado externo, revelando, sobretudo, que o Brasil ainda é um país agrário-exportador.

Santos (1988) já advertia que quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, daí a necessidade de não pensarmos os fenômenos na escalas

local e regional apenas, mas entendê-los como resultado de jogo de interesses multi-escalares. Nesta perspectiva, defrontamo-nos com o desafio de buscar a escala de observação adequada para explicar os fenômenos sobre os quais se deseja intervir, afinal o período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos (DAMIANI, 2006).

Desse modo, a escala de análise ou no caso escalas representam um grande desafio às investigações, atingindo níveis de complexidade ainda maiores na proposta aqui apresentada de articular as dimensões intra e interurbana, cuja manifestação espacial se deve à articulação entre o local, o regional e o global. Como as cidades apresentam diferentes papéis na divisão territorial do trabalho e, por conseguinte, na constituição da rede urbana, os novos arranjos espaciais no período de globalização intensificam o processo de divisão territorial do trabalho, com o aumento da competição entre as cidades, que procuram especializar-se funcionalmente com o objetivo de se integrar competitivamente, nacional e internacionalmente, resultando em espaços intra e interurbanos fragmentados. Assim, a diferenciação das cidades dentro da rede urbana se dá a partir dos aspectos funcionais e da dimensão populacional, atrelado, na maioria das vezes, a sua localização geográfica. O papel da cidade pode ser variável em função da sua dimensão, dos seus equipamentos, da sua riqueza, do seu “poder” (BEAUJEU-GARNIER, 1997).

De acordo com Sposito (2004), no caso mais específico de pequenas cidades, não há como estudar seus papéis e significados sem o seu entorno, pois tais papéis só podem ser compreendidos mediante a composição desse cenário. Daí, a proposta em estabelecer uma análise a partir das escala intra e interurbana, que a nosso ver, são inseparáveis, pois apesar de se distinguir do ponto de vista analítico, apresentam no fenômeno espacial o foco primaz. De certa forma, estamos acordados com a tese de Santos (1994b) que estabeleceu um nexo entre uma economia política da urbanização e uma economia política da cidade. Consoante o autor:

Uma coisa é a economia política da urbanização, que levaria em conta uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país. A economia política da cidade seria outra coisa diferente, porque seria a forma como a cidade, ela própria, se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento dentro da cidade. (SANTOS, 1994b, p. 118)

A partir desse pressuposto procuramos estabelecer um estudo que identifique as cidades pequenas enquanto territórios da exclusão, numa análise que contemple, respectivamente a escala inter e intra-urbana, admitindo que fatores endógenos e exógenos ao local influem no cotidiano dos sujeitos e nas transformações e configurações do espaço, pois a micro e macro escalas estão vinculados a um plano único. Ademais, como o foco é fundamentar uma análise da exclusão atrelada à produção do espaço é importante ressaltar que inúmeras forças produtivas, um conjunto de técnicas e a iniciativa de grupos ou classes constroem, em diversas escalas, ideologias que contribuem para modificar as práticas sociais e a estruturação espacial da cidade, sendo que a problemática social é onde se explicitam os maiores desafios de soluções que possibilitem uma articulação dos interesses dos atores das diversas escalas.

Logo, a escala representa um dos desafios teórico-metodológicos a serem superados na análise pretendida, pois a proposta de se basear a partir de estudos, pesquisas e investigações efetuadas em metrópoles e cidades médias e grandes a fim de interpretar e apreender as particularidades espaciais e sociais do fenômeno estudado nas cidades de pequeno porte representam também suas limitações e possíveis equívocos de interpretação. No caso específico de pesquisas e investigações em cidades pequenas, o avanço do conhecimento a respeito dessas cidades se dá praticamente por pesquisas locais isoladas que apresentam as características peculiares de cada situação. Se por um lado as observações e experimentações locais são os principais meios de contribuir, mesmo se tratando de casos isolados, com o entendimento dessa tipologia de cidades, por outro lado, delinear generalizações se torna difícil em se tratando de cidades de pequeno porte, pois devem ser realizadas criteriosamente sob a pena de se gerar um quadro de desarmonia teórico-prático-conceitual. Afinal, num país heterogêneo como o Brasil, repleto de diversidades e especificidades regionais e locais, torna-se difícil traçar generalizações, afinal a escala urbana de cada localidade e a rede de cidades são afetadas diferentemente por múltiplos fatores inter-escalares, cujo grau, intensidade e diferença da repercussão política, econômica, social e espacial desses fatores ainda figura como um grande desafio para seu equacionamento empírico, metodológico e teórico.

2.1.4. Alguns desafios específicos desta pesquisa científica

Vimos até o momento uma série de embates teórico-conceituais que se configuram enquanto desafios metodológicos à execução deste trabalho, contudo há de se ressaltar que

toda pesquisa se depara com desafios ou problemas específicos, decorrentes da natureza do objeto de estudo. Nesta direção, convém lembrar que, se por um lado, a questão metodológica acerca de pesquisas em cidades pequenas há de ser vista no bojo da problemática teórico-conceitual de diversas disciplinas – da Geografia, do Urbanismo, da Engenharia –, não obstante as especificidades que lhe conferem identidade dentro de uma visão interdisciplinar que requer uma elaboração bastante trabalhosa, em termos de referenciais analíticos, por outro lado, o uso de técnicas e instrumentos de análise se revelam também limitados e muitas vezes não são capazes de apreender a realidade ou não é suficiente para abranger de modo singular a manifestação dos fenômenos em cidades de pequeno porte.

Assim, os caminhos teóricos e práticos se deparam com uma situação absolutamente complexa. As possibilidades de análise do ponto de vista teórico-conceitual se estendem amplamente, podendo ser traçadas investigações a partir de diferentes e diversas perspectivas analíticas. Em se tratando das cidades pequenas em particular, explora-se frequentemente a articulação entre o urbano e o rural, a própria contestação do que é urbano e cidade no país, as particularidades da morfologia urbana, a reprodução social do espaço e da moradia, as funções e papéis desempenhados na rede urbana. Enquanto as análises a partir da exclusão se revelam também complexas, pela multidimensionalidade do conceito, alvo de discussões, controvérsias e críticas, pois é empregado para designar as mais diversas situações, pois o conceito de exclusão tem sido discutido, principalmente nas áreas das ciências humanas e sociais, na maioria das vezes atrelados com a chamada crise do mundo do trabalho. Essa discussão vem sendo amplamente difundida no cenário europeu, inicialmente e principalmente pelos franceses, desde as décadas de 1960 e 1970. Na América Latina e no Brasil essa temática também ganha espaço, no qual os autores procuram adequá-la a nossa realidade. Desqualificação, desfiliação, marginalização, espoliação, apartação social, precariedade, vulnerabilidade são alguns conceitos que encontramos relacionados ao de exclusão na literatura. A situação acentuada da desigualdade e pobreza nos dias atuais faz emergir a construção de uma série de conceitos: exclusão, espoliação urbana, inclusão precária, segregação espacial, informalidade, ilegalidade, entre tantos outros. O próprio conceito de exclusão é empregado de diferentes maneiras e utilizado com diferentes adjetivos que de certa forma exprime e converge para o objeto da análise ou do discurso, como exclusão social, exclusão territorial, exclusão econômica, exclusão digital, entre tantos outros.

Quanto aos aspectos práticos e metodológicos que viabilizam a concretização de uma pesquisa científica, elas se revelam limitadas, pelo próprio fato de haver uma produção bastante limitada de trabalhos que versam sobre as cidades de pequeno porte, seja na

Geografia, no Urbanismo ou em quaisquer outras áreas cujo foco central é o espaço urbano. Desse modo, elencamos alguns desafios ou obstáculos que cruzaram nosso caminho durante a concretização desta pesquisa, o que se mostra importante ao passo que foi fundamental para delinear os caminhos sinuosos percorridos, como assinalaremos mais adiante, e para sancionar os limites à execução da pesquisa e todo o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos cabíveis à uma investigação científica para se atingir os objetivos traçados.

O primeiro diz respeito aos dados do IBGE: estamos num momento de pré-censo, ou seja, apesar de trabalharmos com algumas estimativas do IBGE de 2007, os valores mais frequentes apresentados nesta análise são do Censo de 2000, o que, em partes, pode representar certa desconexão com a realidade atual em termos numéricos, pois a compressão do tempo e do espaço é tão violenta que tudo muda muito rapidamente. Ademais, trabalhar sob a ótica de indicadores – dados quantitativos – merece determinado cuidado analítico, pois os números nem sempre são capazes de revelar a realidade, pois vamos nos deparar com pequenos números, ausência de uma base de dados consistentes e de informações disponíveis, bem como o potencial de alcance destes dados que podem não representar plenamente a realidade urbana quando falamos em cidades de pequeno porte. Ressalte-se a dificuldade em obter dados nos órgãos públicos dos municípios que englobam o estudo de caso, tendo como exemplo o indeferimento da prefeitura de Buri em ceder algumas informações solicitadas. Entretanto, é importante clarear que esta pesquisa não tem por objetivo criticar uma ou outra gestão urbana, um ou outro agente que produz ou contribui para intensificar as desigualdades sócio-espaciais, mas sim de traçar uma visão crítica da sociedade capitalista como um todo, das ações, práticas e realizações que segregam, excluem e fragmentam a sociedade e o espaço. Portanto, quando nos referirmos à gestão urbana, entendemos-na enquanto um processo contínuo, apesar da tradição brasileira de descontinuidade, cujos planos e projetos são ignorados a cada mudança de gestores, de acordo com ideologias partidárias ou interesses políticos, logo, a presente Dissertação não visa examinar um ou outro governante, esse ou aquele partido político, esta ou aquela ação ou plano, mas a totalidade do planejamento e gestão do espaço, indispensáveis para o entendimento de sua produção, ou seja, nos empenhamos em delinear um estudo centrado na neutralidade e imparcialidade científica.

Assim, os caminhos a percorrer são diversos do ponto de vista teórico-conceitual e, em certa medida, limitados metodologicamente, pois apresentam inúmeras controvérsias e diferenças em relação aos centros urbanos de maior porte e entre si mesmas. As cidades pequenas representam um espaço heterogêneo, tanto no que tange o espaço físico quanto nas relações sociais que aí se estabelecem, sendo, portanto, uma imensa área a ser explorada no

campo científico, pois as possibilidades para pesquisas e estudos estão abertas e há caminhos a serem trilhados, contribuindo e aprimorando as concepções teórico-metodológicas a partir de aspectos quantitativos e qualitativos.

Identificar, analisar ou descrever a estrutura e os elementos que condizem a realidade das cidades pequenas é, pois, uma tarefa árdua, ainda mais se partirmos do pressuposto de que a cidade não pode ser pensada ou compreendida em seus pedaços e pelo fato da própria realidade estar em movimento constante, dificultando a leitura pela totalidade. O olhar sobre a cidade e a região, a amplitude do conceito de exclusão, as ações e práticas contraditórias dos atores produtores da cidade, a percepção dos sujeitos, os problemas enraizados na paisagem urbana, entre tantos outros aspectos, admitem múltiplos olhares da cidade e do urbano tal qual a produção de modelos, análises e instrumentos que dêem conta de explicar a realidade destes espaços urbanos e do território como um todo.

Diferentes dimensões de análises são possíveis, no entanto, estabelecer uma combinação com outros enfoques de pesquisas se faz necessária, procurando entender um pouco as cidades pequenas a partir das médias e grandes. Até o momento as pesquisas em cidades de pequeno porte terem tido um caráter pontual e isolado, o que dificulta um avanço teórico-conceitual e denuncia as limitações e o nível de abrangência destes estudos, entretanto, traçar um nexo entre diversas e diferentes perspectivas e realidades é fundamental na busca de novos caminhos e rumos que são a base de quaisquer avanços da ciência e do saber. Uma análise a partir da totalidade exige olhar para as diversas escalas e é nesta perspectiva que procuramos contribuir com a produção da temática no campo da Geografia e do Urbanismo principalmente, cujo arcabouço teórico-metodológico adotado possa dar conta de desvendar o objeto que se pretende investigar, apesar da limitação dos recursos materiais e dados disponíveis, aceitando que juntamente com as novas perspectivas teórico-metodológicas surgem, ao mesmo tempo, novos problemas desta natureza.

2.1.5. Os desafios na análise da exclusão em cidades pequenas

O Brasil possui um grande número de pobres e é uma sociedade extremamente desigual. O rápido e intenso processo de urbanização produziu espaços urbanos com elevado grau de desigualdade social entre os sujeitos e os espaços da cidade, marcado pela segregação, ilegalidade, invasões, dentre tantos outros conflitos característicos de nossa sociedade. O crescimento territorial e o inchaço das cidades têm revelado muito mais do que a simples expansão das desigualdades ou dos processos excludentes no espaço urbano, evidencia, pois,

a concentração de pobreza e de riqueza nas cidades, expressa na fragmentação acelerada de suas configurações sociais e espaciais. O modo como o espaço é produzido de forma desigual e seguindo interesses do capital dá origem a uma cidade partida, contretização de um espaço fragmentado em suas diversas escalas. No espaço urbano, a fragmentação do espaço se configura, principalmente, pelo caráter segregado e segregador do espaço, onde temos os pobres convivendo entre si em bairros carentes, cortiços e/ou favelas, ao mesmo tempo em que temos as classes mais favorecidas convivendo com seus semelhantes nos condomínios de alto padrão, ratificando as diferenças.

Diversos estudos procuram medir as diferenças sociais e as discrepâncias espaciais por meio de uma série de indicadores, cujo o sistema de mapeamento é, habitualmente, o instrumento escolhido para analisar a exclusão. A elaboração de Mapas de Exclusão/Inclusão Social visa construir uma visão do fenômeno enquanto totalidade, permitindo uma comparação da parte com o todo, a partir de padrões de inclusão e exclusão social, estabelecidos através de uma série de variáveis que medem o grau de desenvolvimento humano, a equidade, a qualidade de vida, a autonomia e a cidadania. Representa a síntese de uma leitura territorializada dos processos excludentes, indicando em diferentes perspectivas, como o fenômeno se manifesta espacialmente, ao mesmo tempo em que indica as áreas prioritárias para as ações e medidas de políticas de enfrentamento da exclusão, tendo, portanto, um caráter político de instrumento que auxiliam a tomada de decisão para implementação de políticas sócio-territoriais.

A fim de fundamentar análises qualitativas, os mapas desenvolvidos pela experiência brasileira utilizam uma série de indicadores quantitativos para identificar as desigualdades sócio-espaciais. A partir desses mapas é possível identificar áreas carentes de saneamento, renda, postos de saúde, de escolas, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida individual e coletiva. Os Mapas de Exclusão/Inclusão Social faz uma descrição profunda e detalhada da topografia social e é uma importante ferramenta da gestão e do planejamento urbano e regional.

As experiências de mapeamento no Brasil têm seguido duas perspectivas analíticas: a primeira analisa a manifestação dos processos excludentes a partir do espaço territorial municipal, enquanto a segunda perspectiva busca construir análises setoriais do espaço intra-urbano no qual leva-se em conta os setores censitários urbanos que permitem uma melhor abordagem dos contrastes intra-urbanos e análises mais detalhadas das disparidades sociais.

Inserida na primeira perspectiva podemos citar como exemplos os *Atlas da Exclusão Social no Brasil* (POCHMANN e AMORIM, 2003) e *Atlas da Exclusão Social no Brasil:*

dinâmica e manifestação territorial (CAMPOS et. al., 2003), que possibilitam olhar geograficamente os problemas sociais no Brasil, apresentando a evolução da exclusão social nos municípios brasileiros que exibem uma distribuição extremamente iníqua e injusta dos indicadores de exclusão pelos vários pedaços de seu território, que se manifestam em graus e locais diferenciados, por meio de mecanismos e grupos sociais distintos (POCHMANN e AMORIM, 2003). Outros exemplos que seguem esta perspectiva analítica, porém não tratam especificamente da exclusão em si, mas da manifestação territorial das desigualdades sociais são os *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território* (THÉRY, 2005) e o *Mapa de Pobreza e Desigualdades dos Municípios Brasileiros* elaborado pelo IBGE (2003); o primeiro aborda as dinâmicas territoriais do país e sua forma de interação com as desigualdades sociais numa análise a partir da escala nacional e interurbana, enquanto o segundo permite contextualizar, em nível de município, os determinantes da pobreza e da desigualdade.

Dentro da segunda abordagem, há um número relativo de estudos e pesquisas voltados ao mapeamentos da exclusão social na escala intra-urbana, principalmente nas metrópoles e nas cidades médias brasileiras, dos quais podemos citar aquele desenvolvido por Sposatti (1996) na cidade de São Paulo e o desenvolvido por Guimarães et. al. (2003) em Presidente Prudente-SP, revelando as áreas – no caso setores censitários – carentes de equipamentos sociais e de políticas públicas eficazes. Poderíamos citar ainda outros estudos relacionados à temática, como o próprio *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)* da Fundação SEADE, que introduz a dimensão espacial na operacionalização do indicador de vulnerabilidade social a partir das características de indivíduos e famílias nela residentes (SEADE, 2000).

Como a exclusão se manifesta de modo mais intenso nas metrópoles e cidades de grande e médio porte, não são poucos, muito menos é escasso os esforços na elaboração de mapas de exclusão/inclusão social nestes espaços urbanos, havendo pouco estudo desta natureza em cidades pequenas. Portanto, cabe discutir aqui os desafios em desenvolver pesquisas desta natureza em cidades de pequeno porte, visto que as estatísticas nessas realidades urbanas se revelam ainda mais alarmantes se considerarmos suas extensões territoriais e populacionais e suas dinâmicas sociais e econômicas. Porém, há desafios na elaboração de metodologias concisas e eficientes para identificar as desigualdades e indicar as áreas onde os fenômenos estudados se manifestam com maior expressão. Do ponto de vista da espacialização da exclusão e inclusão social e urbana, a análise de processos excludentes em cidades grandes e médias leva em conta os setores censitários urbanos, que permitem uma melhor abordagem dos contrastes intra-urbanos e análises mais detalhadas das disparidades

sociais, como observa-se nos trabalhos desenvolvidos por Sposatti (1996), Guimarães et. al. (2003) e SEADE (2000), contudo, no caso de cidades pequenas não se pode aplicar a mesma metodologia que se utiliza em cidades grandes e médias, visto que se considerarmos os setores censitários, vamos nos deparar com pequenos números, sem contar a ausência de dados consistentes e de bases cartográficas detalhadas e atualizadas. Portanto, deve-se realizar uma análise mais apurada a fim de desenvolver soluções metodológicas que expressem os processos excludentes para essas realidades urbanas, que em muitos casos podem se manifestar de forma mais pontual dentro da estrutura intra-urbana e podem, sobretudo, ser verificadas mais precisamente a partir da escala interurbana.

As duas abordagens apresentadas são de vital relevância para os estudos urbanos, entretanto, há de se admitir que, apesar dos inúmeros esforços, ainda há enorme dificuldade em se atingir afirmativas conclusivas, devido à própria subjetividade do conceito de exclusão. Nesta direção, se considerarmos a felicidade enquanto a causa verdadeira da existência, o caminho maior da inclusão, chegamos a um alto nível de subjetividade. Ademais, chegamos a um dilema: olhar para o mapa de exclusão/inclusão, seja na escala do municipal ou do intra-urbano, pode dar uma falsa impressão de que a exclusão é maior em uma área ou região do que em outra de menor extensão territorial ou a falsa idéia de que não possa haver incluídos inseridos em áreas classificadas como excluídas ou vice-versa. O nível de subjetividade da exclusão é, a nosso ver, tão significativo a ponto de que fica difícil determinar *quem* ou *que grupo* pode ser denominado excluído, se considerarmos que, particularmente em nível do intra-urbano, muitas vezes a situação julgada como excluída é a única forma de inclusão urbana encontrada. Já acusamos o fato do conceito de exclusão ser dinâmico e multidimensional, passível de diferentes escalas de análise, logo, se admitirmos que a sociedade exclui para incluir, sendo esta transformação uma condição da ordem social desigual, o que se tem na verdade é a dialética exclusão/inclusão.

Vale salientar que nosso objetivo aqui não é elaborar um mapa de exclusão/inclusão social em cidades de pequeno porte, nem tampouco desenvolver uma metodologia para tal, entretanto, acreditamos que as considerações expostas no transcorrer desta Dissertação podem contribuir, na medida do possível, para tal, pois pretendemos analisar os problemas a fim de elaborar sínteses e contribuir com as teorias e investigações que versem sobre as cidades pequenas, avançando teórico-metodologicamente e oferecendo elementos que favoreçam a compreensão de suas especificidades. A primeira contestação, ao pensar o caso estrito das cidades de pequeno porte, é a abordagem por meio dos setores censitários, pois até que tamanho populacional e físico-territorial essa abordagem capta plenamente os aspectos

especificamente locais da desigualdade? Como o espaço de cada um dentro da cidade é determinado pelo acesso e permanência à terra urbana e às condições dignas de habitação, mais do que uma análise locacional dos sujeitos ou grupos de acordo com seu nível de renda, deve-se ater à consolidação do direito à cidade e à cidadania, às oportunidades e benefícios que a cidade tem a oferecer, assim, o conjunto de análises que realizam diagnósticos das condições de vida urbana devem estar baseados em medidas que qualificam e quantificam as características da urbanização e de acesso à urbanidade.

Desse modo, entendemos a exclusão como a negação do direito à cidade e à cidadania, relacionada desde o ato básico de morar ao mais amplo do conviver na cidade, logo a complexidade do conceito de exclusão requer uma análise acurada de suas causas a fim de desenvolver medidas e ações destinadas a reduzir a pobreza e realizar um ordenamento territorial mais equitativo. A exclusão relaciona o indivíduo com o meio no qual ele está inserido, em diferentes escalas: a rua, o bairro, a cidade, a região. Verifica-se, então, a importância em se considerar diversas perspectivas analíticas quando falamos de cidades pequenas, desde a escala do intra-urbano até a escala regional ou nacional, pois a posição da cidade na rede urbana, sua distância e acessibilidade a cidades mais equipadas, especialmente se ela não têm todos os meios de consumo coletivos, pode ampliar e tornar ainda pior a segregação sócio-espacial e a exclusão de seus habitantes (BERNARDELLI, 2004). Portanto, os estudos dos processos excludentes exigem novas leituras, não apenas das cidades pequenas, mas do território como um todo, das cidades em geral e do processo de urbanização ao mesmo tempo em que sugere a fundação de novos paradigmas e instrumentos científicos e práticos de planejamento e gestão urbano-regional.

2.2. Os caminhos percorridos: entre velhas questões e novos desafios

A concretização de uma cidade partida, caracterizada pelos seus espaços morfologicamente em pedaços, é um processo visível nas metrópoles e cidades de porte médio, porém, a intenção aqui é avançar, especificamente, a respeito dos processos excludentes em cidades pequenas no cenário atual. O título deste trabalho já revela o propósito pelo qual vimos nos empenhando nos últimos anos: de decifrar, à medida do possível, alguns aspectos dos processos excludentes decorrentes ou intrínsecos ao processo de produção do espaço urbano em cidades de pequeno porte.

Assim, procura-se, por um lado, ampliar o conhecimento acerca dos pequenos centros urbanos, que corresponde a ampla maioria das cidades brasileiras, e, por outro lado contribuir com a construção de um novo olhar da cidade de modo geral e das cidades pequenas em particular, abordando velhas questões e novos desafios que cercam a temática proposta. As velhas questões referem-se à intensificação dos processos excludentes nas cidades brasileiras, às práticas sócio-espaciais de transformação e reconfiguração do espaço urbano e da estrutura da rede urbana em geral, e a busca de soluções que minimizem ou tenha por objetivo reverter as desigualdades sócio-espaciais. Os novos desafios se revelam, primeiramente, no fato de se tratar de uma investigação a partir dos aspectos físico-territorial e social em cidades de pequeno porte, e, por conseguinte, dos elementos a elas relacionados: a discussão do urbano e do rural, a interação com o campo e o agrícola, as especificidades morfológicas e a articulação entre as estruturas intra e interurbana, a articulação com o regional e o global e suas consequências no local, a complexidade em se apreender os processos excludentes em cidades de pequeno porte, enfim, os fatores que já assinalamos anteriormente.

O que vale ressaltar é que esses novos desafios não se manifestam apenas no plano das idéias, mas também enquanto desafios teórico-metodológicos, visto que toda investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos alicerçados por teorias e métodos, para que os objetivos traçados sejam atingidos. Nesta direção convém apontar algumas idéias e discussões tal qual os caminhos percorridos que explicam os avanços e as limitações com que nos deparamos no transcorrer deste trabalho, cujo resultado final trouxe mais indagações do que respostas propriamente ditas.

Tendo como laboratório a própria cidade ou no caso as cidades que abrangem o estudo de caso que fundamenta esta pesquisa, e, acrescentando a experiência pessoal do pesquisador que viveu a maior parte da vida numa cidade pequena e que tem experiência de vida numa cidade média por alguns anos, procuramos articular neste trabalho tanto estas experiências pessoais que permitiu compreender melhor o que se quer dizer com rompimento ou afastamento de laços familiares e de amizade, além dos laços afetivos com o espaço como já advertiu Endlich (2006) em sua pesquisa, quanto às pesquisas e investigações desenvolvidas nas metrópoles e cidades grandes e médias, a fim de apontar as semelhanças e diversidades dos fenômenos entre as diferentes realidades urbanas, seja no que tange o aspecto físico-territorial da cidade ou a visão mais concreta do conjunto da rede urbana por completo.

Apenas por meio de procedimentos práticos, uso de técnicas e instrumentos, é possível observar, relacionar e sistematizar a realidade, a fim de fundamentar uma pesquisa qualitativa que sustente a elaboração de sínteses e contribua com as teorias e pesquisas com a temática. Portanto, para viabilizar a leitura da realidade foi imprescindível o uso de técnicas como o levantamento bibliográfico a respeito da temática proposta, a leitura e análise do Plano Diretor de cada cidade, bem como seus projetos e planos urbanísticos, além de coleta de dados disponíveis por órgãos como o IBGE e o Ministério das Cidades, ou ainda informações obtidas em banco de dados como o GEOSNIC, o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o DATALUTA e a Fundação SEADE. Para viabilização da pesquisa é importante também o uso de instrumentos, como *softwares* (para representação cartográfica), *hardwares* (*scanner*, câmeras digitais, microcomputador) e fotografias e imagens aéreas, ferramentas fundamentais não apenas para estudos científicos, mas também para a elaboração de planos e projetos integrados ao planejamento urbano e regional.

A pesquisa bibliográfica fornece elementos para a definição de contornos mais precisos do problema estudado, sendo que por meio da análise da literatura publicada é possível traçar um quadro teórico e construir uma estruturação conceitual que dá sustentação ao desenvolvimento da investigação. A fundamentação teórica assume vital relevância, pois revela as bases conceituais que alicerçam a presente pesquisa, permitindo, de um lado, um melhor entendimento da temática, e delineando, por outro lado, uma discussão e (de)limitação teórico-conceitual a respeito dos conceitos-chave que engedram este trabalho, a saber, exclusão, produção do espaço e cidade pequena. Para tanto elencamos desde autores e livros clássicos tal qual trabalhos e pesquisas recentes sobre a temática, a fim de estabelecer um nexo entre as teorias e conceitos geralmente empregados em estudos desta natureza em metrópoles e cidades grandes e médias à realidade das cidades de pequeno porte. Esta (de)limitação e discussão teórico-conceitual permite sintetizar as idéias de diversos intelectuais a fim de realizar uma reflexão a respeito dos processos excludentes e produção do espaço urbano em cidades pequenas.

Como a cidade é o laboratório desta pesquisa, a proposta metodológica inicial se dá pela própria observação direta da realidade, que possibilita detectar a existência de uma série de pessoas na periferia das cidades vivendo em precárias condições de vida, ao lado de uma população com acesso a melhores condições, tanto com relação às questões econômicas, sociais, políticas, quanto em relação ao próprio ambiente onde se localiza sua residência.

Desse modo, o trabalho *in loco* é de fundamental importância, pois por meio deste, é possível articular a fundamentação teórica do pesquisador à dinâmica das relações sociais e

econômicas desiguais que se manifestam espacialmente sob a forma de exclusão sócio-espacial em diversas escalas. As atividades realizadas em campo consistem em estabelecer uma análise da paisagem urbana nas diversas partes das cidades estudadas, possibilitando identificar como a cidade é produzida em descontinuidades espaciais, e, por conseguinte, sociais, visto que moradores de um mesmo espaço (a cidade) convivem em diferentes condições de infra-estruturas, qualidade de vida e de moradia, enfim não tem direito aos benefícios urbanos que deveriam ser de acesso a todos. Ademais, a coleta de dados em campo ou junto à base de dados ou órgão públicos contribui para a análise e sistematização da realidade e para o entendimento dessa tipologia de cidade, pois permite verificar a situação em que se encontram as cidades pequenas no processo de urbanização nacional. O trabalho em campo representa, portanto, uma oportunidade de compreender melhor determinadas manifestações da realidade, sendo, que para tal é preciso que o investigador tenha o mínimo de vivência com a realidade que se pretende estudar.

A nosso ver, o ponto de partida ao se analisar as cidades pequenas é considerá-las como parte de um processo mais amplo da economia e da urbanização, inserida em uma estrutura dinâmica, a rede urbana. Como a idéia principal aqui é mostrar os desafios que enfrentamos para compreender as cidades pequenas de modo geral, devido suas singularidades, complexidades e variedades, refletir sobre essas realidades a partir de aspectos quantitativos, como a dimensão demográfica, e aspectos qualitativos, como as funções urbanas desempenhadas por esses núcleos, são essenciais para se delinear algumas considerações a cerca das cidades de pequeno porte e seu papel perante o processo de urbanização brasileira. Daí a importância que merece a rede urbana na análise das cidade pequenas, considerando o contexto no qual determinado núcleo ou rede urbana se insere, ao passo que mudanças na configuração da rede urbana acarreta em transformações na estruturação intra-urbana de tais cidades.

Assim, consideramos relevante, na busca de soluções teórico-conceituais e metodológicas, atentar mais aos aspectos qualitativos do que ao seu tamanho populacional ou forma físico-territorial, afinal, não basta, pois, classificar as cidades segundo seu tamanho demográfico apenas, sendo importante considerar as características próprias destas cidades, o modo de vida da população, o grau de dinamismo e as características econômicas e sociais, os valores, as tradições, e de certa forma a maior proximidade e articulação com o meio rural. Ademais, sua localização geográfica, sua concentração espacial, as atividades desempenhadas, a maior ou menor proximidade de parques produtores, fontes de matéria-

primas, mercados consumidores, são fundamentais para determinar os papéis a serem cumpridos por estes núcleos urbanos.

Nesta direção, cumpre, portanto, apreender os conteúdos sociais que definem o fato urbano nos pequenos centros urbanos, admitindo que as funções urbanas sejam difíceis de definir, pelo papel complexo que assume as cidades de modo geral, e as pequenas cidades em particular. Para compreender a função desempenhada pelas cidades pequenas na rede urbana, tem-se que considerar que estas apresentam alto grau de subordinação aos centros urbanos de maior porte e, em sua ampla maioria, apresentam vínculos estreitos com o campo, sendo que muitos dos moradores urbanos desempenham suas atividades na área rural.

Como há poucos estudos desta natureza em cidades pequenas, em termos metodológicos, procuramos, a todo momento, articular a teoria presente em estudos e pesquisas em metrópoles e cidades médias principalmente, à realidade dos pequenos centros urbanos. Afinal, a teoria consultada e aqui apresentada pode contribuir com a pesquisa das configurações espaciais e sociais das pequenas cidades e apontar, além das singularidades da configuração urbana entre cidades de diferentes portes, como se manifestam os processos excludentes em cidades pequenas. Destarte, pretende-se unir as pontas entre a teoria e a prática, sistematizando uma análise nas três cidades que abrangem o presente estudo de caso, utilizando os conceitos aqui expostos e revelando as diferenças na manifestação dos fenômenos examinados em cidades de pequeno porte.

Logo, nosso empenho se voltou para a realização de uma pesquisa qualitativa, por meio da interpretação dos fenômenos estudados e atribuição de significados, onde a cidade é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave para realizar a descrição do fenômeno. Assim, verifica-se outra característica desta pesquisa: trata-se de uma pesquisa analítico-descritiva, ou seja, visa descrever as características dos processos excludentes e produção desigual do espaço urbano atrelados aos sujeitos e as práticas sócio-espaciais, por meio da observação principalmente.

A perspectiva analítica dedicada à lógica da produção do espaço tende a mostrar como as contradições da sociedade se expressam espacialmente, reveladas pela diferenciação e fragmentação sócio-espacial em suas múltiplas escalas. Como nossa análise busca elementos para a compreensão de como, efetivamente, a produção do espaço urbano exclui parcela considerável de indivíduos, a perspectiva analítica prioriza uma leitura social, econômica e política da produção do espaço. Dessa maneira, a partir da economia política do espaço, entendemos a produção do espaço enquanto expressão e condição para a ação de

diferentes sujeitos e para a organização espacial da sociedade em diferentes momentos históricos.

Em se tratando do estudo voltado para as cidades pequenas cabe estimular uma reflexão capaz de reconhecer a importância da atuação e interesses dos atores sociais, das redes e das escalas frente ao processo de fragmentação espacial, sendo que algumas variantes tendem a potencializar o fenômeno de exclusão.

Então, conceber as cidades pequenas e médias exige pensar uma economia do espaço e, valendo-me da argumentação de Harvey (2004), considerando: a) que a atividade capitalista produz um desenvolvimento geográfico desigual, sempre buscando custos menores e lucros maiores; b) que não há equilíbrio espacial, sendo que o processo de acumulação de capital é perpetuamente expansionista; c) que a localização espacial confere certa vantagem monopolista. E que ela é produzida (eis as infra-estruturas materiais, absorvendo muito capital); d) que as inovações tecnológicas alteraram substancialmente as condições de espacialidade (a fricção da distância); e) que, em síntese, dos processos moleculares da acumulação derivam as tensões entre concentração e dispersão; centralização e descentralização; imobilidade e movimento; dinamismo e inércia, etc. (DAMIANI, 2006 p. 139)

Novamente nos deparamos com velhas questões e novos desafios em termos metodológicos, pois o exposto até esse momento revela a necessidade de incorporação de novos referenciais, de maneira a complementar a abordagem analítica sobre as cidades pequenas, pois pensar o espaço em sua totalidade constitui uma matriz multidisciplinar e requer olhar para múltiplas perspectivas, desde a escala da experiência (a cidade) a escala da economia mundial e seus desdobramentos sócio-espaciais.

Nossa abordagem metodológica leva em consideração a importância da apreensão do particular a fim de se explicar o geral – a totalidade –, por meio de uma análise que tem o espaço no centro do debate, afinal a essência do espaço é social (SANTOS, 1992). O espaço está intrinsecamente ligado às dimensões da sociedade, da economia, da política. O espaço deve ser apreendido, portanto, a partir das suas múltiplas determinações, na qual o tempo e o ser assumem papel determinante – a trílice dialética de Soja.

Assim, o espaço assume um contexto amplo e abrangente, carregado de imbricações teóricas que é fundamental para uma leitura das práticas da inexorabilidade das ações antrópicas, que o transforma e o modifica, o produz e o desconstrói. A idéia de espaço como um objeto social complexo e suas implicações contribuem para a teorização da produção do espaço, e seu entendimento pode e deve ser usado como instrumento de transformação da própria sociedade. Sob esta ótica, propomos pensar a produção do espaço a partir do espaço

desconstruído, pois, conforme Francisco (2002), no processo de produção do espaço destrói-se primeiro para em seguida construir, completando a desconstrução.

De acordo com Francisco (2002, 2009), a desconstrução espacial pode ser entendida de duas maneiras: primeiro, como sendo o processo de transformação constante a que o espaço existente está antropicamente submetido através da técnica; segundo, como a tarefa ou o esforço de se rever o papel do espaço na análise da evolução e desenvolvimento da humanidade. A desconstrução se dá a partir do existente, portanto, do “velho” cria-se o “novo” (FRANCISCO, 2002), por meio da ação antrópica. Toda forma de produção ou de criação antrópica significa transformação, assim o conceito de desconstrução espacial coopera para melhor entendimento da produção do espaço urbano, apresentando-se como um instrumento analítico que explicaria tanto a produção de formas espaciais quanto os problemas sociais decorrentes do processo. A desconstrução espacial é uma nova forma de olhar sobre a cidade que produzimos, ao passo que possui uma grande potencialidade de análise por possibilitar resgatar a totalidade e a essência da construção, logo, das práticas antrópicas de produção do espaço.

Nesta direção, a desconstrução abrange as implicações decorrentes das modificações no espaço previamente existente e contém os imperativos da nova construção e de seus impactos, por meio das quais consegue-se apreender toda a dinâmica da produção espacial (FRANCISCO, 2009). Portanto, a análise a partir do conceito da desconstrução é pertinente se considerarmos que a reestruturação físico-espacial urbana passa necessariamente pelo espaço desconstruído, onde não há construção sem destruição, ou seja, o processo consiste em modificações no espaço já construído que é “destruído” para ser reconstruído, a partir de novas tendências e ordens social, econômica e política. Segundo Soja (1993) a reestruturação espacial

Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamentos e ações aceitos. (SOJA, 1993, p. 193)

O espaço urbano carrega as marcas da sociedade em evolução no tempo: o velho e novo tal qual o espaço socialmente produzido e o espaço natural existem e coexistem nas cidades. A desconstrução abrange tanto a construção quanto a destruição . Da construção da casa, passando pelos loteamentos, pela definição das quadras e dos lotes, pelo arruamento, pela pavimentação, pelas áreas públicas, enfim por todo processo de urbanização o homem

produz formas espaciais por meio de consecutivas desconstruções. O meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens, como afirma Santos (1988). O problema é que neste processo se constrói sem saber destruir, ou seja, não se sabe desconstruir de forma consciente, não se considera todas as implicações físicas e sociais decorrentes do processo, portanto, a desconstrução do espaço se ratifica nas práticas antrópicas de produção do espaço, na superexploração do espaço pelo homem e, por conseguinte, do homem pelo homem.

Assim, acreditamos que a desconstrução ajuda a nos tornar conscientes e responsáveis pela “destruição”, pela perda do bem preterido, pelo impacto ambiental e pelo aumento do conhecimento que temos do espaço (FRANCISCO, 2002). Desse modo, a desconstrução corrobora para descobrir as leis estruturais da produção e funcionamento das formas espaciais estudadas, contribuindo com a leitura da produção do espaço urbano e com a busca de um espaço no qual se prioriza a função social dos lugares e se respeita o espaço natural, rompendo com a insustentabilidade de nossas cidades atuais. Entender o espaço desconstruído permite aos arquitetos, urbanistas, geógrafos, engenheiros, enfim todos os profissionais do espaço refletir a respeito dos problemas urbanos contemporâneos, na busca de melhorar a condição e qualidade de vida nas cidades. É necessário, portanto, conscientizar-se da destruição dos espaços, não se omitindo das consequências e responsabilidades decorrentes do processo.

Destarte, o conhecimento espacial que se deseja por meio do entendimento da desconstrução impõe uma nova consciência social que pode ser causa ou consequência de uma nova prática espacial. As ações humanas devem ser estudadas e trabalhadas, nesta direção, no contexto do planejamento e projeto territorial, à luz das normatizações que guiam a produção do espaço e estabelecem seus limites e possibilidades. Esse entendimento nos reportou à análise da legislação urbanística e seu papel em padrões de segregação e exclusão sócio-espacial. Assim, a análise da normatizações urbanísticas é um meio fundamental de leitura da produção do espaço urbano, que envolve, sobretudo, a desconstrução do conjunto de atividades e políticas que são mecanismos de controle do espaço.

Partindo do pressuposto de que o pesquisador-cientista não apenas observa os fatos, mas também tem por objetivo interpretá-los, é profundamente auspiciosa o desenvolvimento de uma metodologia pautada na ótica da interdisciplinaridade na qual se evidencia a tomada de consciência dos problemas que se manifestam nas cidades brasileiras em geral, sendo que, no caso específico das cidades pequenas, admite-se a necessidade de um aprimoramento do arcabouço teórico-metodológico e uma preocupação constante com sua adequação à essa

tipologia específica de cidade. A abordagem teórico-metodológica enuncia como se processa o conhecimento da realidade e da sociedade, que, a nosso ver, não é determinada apenas socialmente, mas também espacialmente, visto que o espaço adquire papel primaz enquanto categoria de análise, relacionado aos princípios teóricos adotados para explicar a organização espacial ou a injusta distribuição do bônus e ônus da urbanização. Entretanto, como nosso objetivo é analisar e identificar as formas de exclusão sócio-espaciais presentes em cidades pequenas, considerando a lógica desigual de produção do espaço urbano que exclui parcela da população, perceptível nas transformações do tecido urbano e nas configurações das formas, funções e estrutura que as cidades pequenas assumem, adotar conceitos mais precisos capazes de expressar a manifestação do fenômeno estudado é nesta pesquisa um exercício metodológico. Como já salientamos a complexidade e multidimensionalidade presente no conceito de exclusão, este trabalho se ateve em apontar algumas dimensões do fenômeno da exclusão que se manifestam espacialmente, como é o caso da segregação urbana. De fato, em termos de escala a abrangência da exclusão é maior do que a da segregação, contudo, a segregação pode ser pensada também para além do espaço intra-urbano, como propõe Roma (2008), quando levanta a hipótese de que, em muitos casos, podemos pensar numa segregação sócio-espacial interurbana, se pensarmos a partir da posição da cidade (principalmente a de pequeno porte) na rede urbana.

Em termos metodológicos, as opções efetuadas acerca dos procedimentos tomados durante a investigação científica possibilitam a leitura da realidade e indica o alcance da investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade das generalizações. A cidade enquanto laboratório valoriza a pesquisa empírica que aproxima a teoria da realidade, sendo que, como se trata do caso estrito de uma análise focada em cidades pequenas, tal aproximação deve ser detalhada em seu caráter multi-escalar, enquanto cidade na região e na rede urbana. A distribuição de bens, serviços e infra-estruturas que ainda é rarefeita ao longo da rede na medida em que se afasta dos centros maiores e polarizadores, é outro aspecto a ser considerado. Assim, mais que conceituar ou classificar as cidades hierarquicamente, procuramos estabelecer meios para compreender, além das relações do tipo hierárquico, as funções urbanas que a cidade pequena desempenha.

Desse modo, pretendemos discutir algumas características mais gerais que permitam compreender o papel que assume as cidades pequenas no contexto brasileiro. Para tanto, abordamos alguns pontos recentes do processo de urbanização nacional atrelados aos aspectos econômicos, a partir do qual é possível verificar a constituição da rede de cidades. A partir da idéia de rede urbana, procura-se identificar quais os papéis assumem as cidades pequenas no

processo, ao mesmo tempo em que traçamos alguns pontos relacionados à exclusão sócio-espacial resultante da produção desigual do espaço, seja na dinâmica intra ou interurbana.

Vale destacar que a amplitude que envolve esta pesquisa revela-se um grande desafio teórico-metodológico, no qual o caminho aqui percorrido procurou abordar, a todo o momento, velhas questões presentes nos debates a respeito do urbano e regional e apontar novos desafios, indagações e possibilidades de olhar sobre a cidade e a região, o espaço e o território, o lugar e a rede, as partes e o todo, entre a cidade ideal, a cidade possível e a cidade real. A temática permite diversos olhares sobre a cidade, a partir de diferentes perspectivas teórico-conceituais e metodológicas ou ideológicas. Os caminhos percorridos e a forma de análise apresentada não são os únicos meios possíveis de traçar uma leitura da realidade, no entanto, revelou-se a mais adequada no contexto de realização desta pesquisa. Simultaneamente ao cumprimento da proposta inicial desta Dissertação, novas possibilidades foram emergindo, pois, em muitos momentos, o próprio andamento do estudo indicou o caminho a ser seguido e as (de)limitações e discussões teórico-conceituais a serem consideradas. Apesar de acreditarmos que nossa meta de contribuir com o estudo de cidades pequenas foi cumprida, ainda resta uma certeza, de que estamos apenas começando e de que é necessário continuar a construir caminhos para superar os diversos desafios, tanto teórico-conceituais quanto metodológicos, na leitura das cidades pequenas.

PARTE III

UMA REFLEXÃO A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO

(...) Não tem nome nem lugar. Repito a razão pela qual quiz descrevê-la: das inúmeras cidades imagináveis, devem-se excluir aquelas em que os elementos se juntam sem um fio condutor, sem um código interno, uma perspectiva, um discurso. É uma cidade igual a um sonho: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

(CALVINO, 1990, p. 44)

3. UMA REFLEXÃO A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO

Até o presente momento, apresentamos todo arcabouço teórico-conceitual e uma discussão a respeito da temática que fundamenta o presente estudo, assim, o que será exibido a partir de agora é a concretização das teorias e conceitos que se verificam na configuração físico-territorial das cidades pequenas que englobam este estudo de caso, traçando, primeiramente, uma breve análise a partir da rede urbana e da importância do campo, do rural e do agrícola para estes centros urbanos; estabelecendo, em seguida, as manifestações dos processos excludentes resultantes da produção do espaço urbano, tal qual um nexos entre a estrutura e forma urbana com os indivíduos e os processos excludentes, e, por fim, uma reflexão a respeito da constituição da cidade (im)possível, a partir das normas urbanísticas e do fato urbano concreto.

Identificar e analisar as formas de exclusão sócio-espaciais presentes em cidades pequenas paulistas a partir da lógica desigual de produção do espaço urbano que exclui parcela significativa da população é o objetivo central deste trabalho. Dessa maneira, nesta parte do trabalho procura-se apreender as práticas e ações excludentes dos agentes produtores do espaço urbano e como se manifesta, em diferentes perspectivas, a exclusão nas cidades pequenas que englobam este estudo.

Partindo do pressuposto de Santos (1992) de que para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, torna-se fundamental para o nosso entendimento da produção do espaço, compreender as transformações do tecido urbano e das formas, funções e estrutura das cidades estudadas (Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande), para melhor entender como se manifestam os processos excludentes em cidades pequenas.

Vale advertir que nossa meta maior não é simplesmente a realização de um estudo de caso, que representa, em certa medida, um caráter pontual e isolado, mas estabelecer nexos, traçar relações, registrar semelhanças e diferenças, levantar indagações, enfim, apontar os problemas da sociedade que se manifestam espacialmente, seja no campo ou na cidade, na

metrópole ou na cidade média ou pequena. De fato, não se pode generalizar a partir de alguns poucos casos, mas é possível discutir a partir deles alguns problemas teóricos mais amplos.

3.1. Recorte empírico

Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande são os três municípios que correspondem ao recorte empírico desta Dissertação. Apesar das particularidades, as três cidades em questão, a partir do contexto no qual se inserem, apresentam características de cidades pequenas. Os três municípios paulistas localizam-se na Mesorregião geográfica de Itapetininga, como mostra a figura 2; congregam uma ampla extensão territorial: Capão Bonito (1.641 km²), Buri (1.195km²) e Ribeirão Grande (332 km²); e, ostentam diferentes histórias de ocupação e formação territorial, bem como apresentam estruturas, formas e funções singulares.

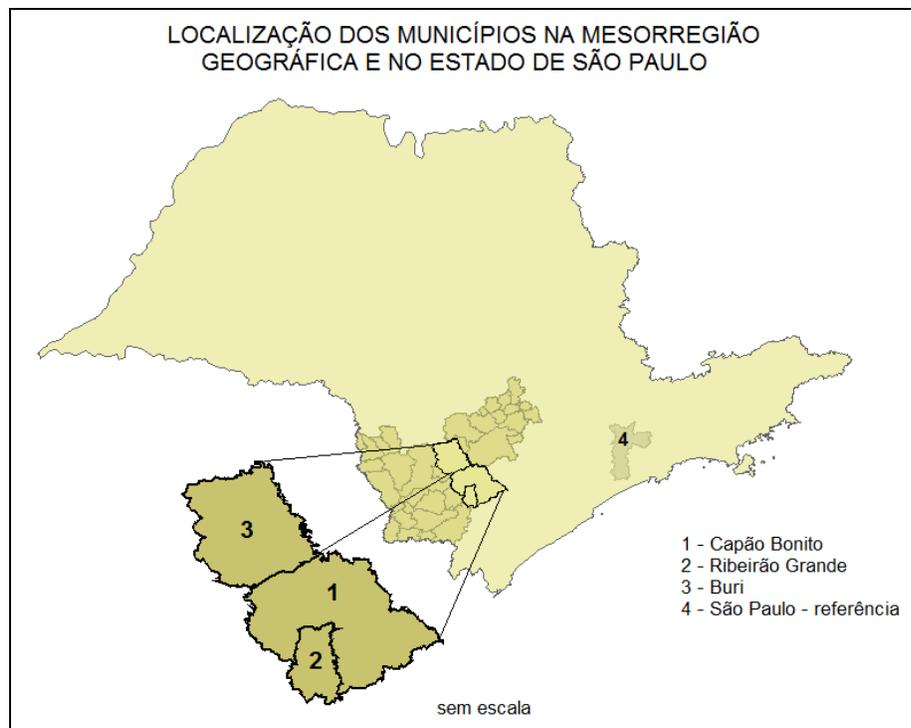


Figura 2: Localização dos Municípios na Mesorregião Geográfica e no Estado de São Paulo
Fonte: Organizado por Orlando Moreira Junior, 2009, a partir de dados do GEOSNIC.

Este trabalho centraliza sua análise na configuração físico-territorial e social dos núcleos urbanos de modo restrito, porém torna-se imprescindível considerar o contexto que as envolve, ou seja, o território municipal como um todo tal qual a região na qual se localiza. Há de se advertir que nosso recorte trata de cidades localizadas no Estado de São Paulo e em

regiões não metropolitanas, sendo importante ressaltar que estamos falando do estado mais populoso, com alta densidade demográfica e com grande importância do ponto de vista econômico, no entanto, tratam-se de municípios com reduzido dinamismo econômico, baixa densidade demográfica e índice de desenvolvimento humano baixo.

A opção por esse recorte empírico para o estudo de caso se dá, num primeiro momento pela proximidade geográfica dos três municípios e pelas diferenças populacionais, cujas particularidades contribuem com a discussão da temática das cidades pequenas, dos dilemas na conceituação da cidade e do urbano no Brasil e da própria relação entre o rural e o urbano.

Como para o presente estudo o tamanho populacional é um dos fatores determinantes para a definição das cidades pequenas, cabe aqui traçarmos algumas características da dinâmica populacional das três cidades estudadas, visto que todas são denominadas como cidades pequenas, contudo apresentam características peculiares do ponto de vista demográfico.

Consoante dados do CENSO do IBGE de 2000, Capão Bonito apresenta uma população de 46.732 residentes, dos quais cerca de 78% correspondente a população urbana, Buri apresenta uma população urbana de 13.656 habitantes, o que corresponde a aproximadamente 77% do total, enquanto Ribeirão Grande apresenta uma população urbana de 2.325 habitantes, ou seja, cerca de 31% do total. Desse modo, fica claro que o tamanho populacional é o ponto de partida adotado para delimitar as cidades pequenas neste estudo, contudo, é importante ressaltar que diversas outras características são consideradas para determinar essa tipologia de cidade.

A tabela 3 fornece um panorama da evolução da população nos municípios de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande entre 1970 e 2007. Pode-se observar algumas particularidades de cada município. Capão Bonito apresentou crescimento populacional entre 1970 e 1991, sendo que a partir de 1991 a população do município começa a decrescer. A queda, em termos absolutos, verificada entre os Censos de 1991 e 2000 se explica pela emancipação política administrativa de Ribeirão Grande, até então Distrito capão-bonitense. No entanto, consoante as estimativas do Censo 2007, a população do município continua a decrescer, justificado pelo grande movimento migratório que ocorre em direção às cidades de maior porte, em busca de melhores condições de vida. Isso se verifica também nos municípios de Buri e Ribeirão Grande. Buri apresentou crescimento constante no tamanho populacional até o ano de 2000, porém sua população também apresenta decréscimo em 2007.

Tabela 3: População total, urbana e rural dos municípios (1970 – 2007)

		Capão Bonito	Buri	Ribeirão Grande
1970	População Total	30.326	8.976	-
	Urbana	11.444	3.504	-
	Rural	18.882	5.472	-
1980	População Total	45.526	11.614	-
	Urbana	25.304	5.044	-
	Rural	20.222	6.570	-
1991	População Total	52.612	14.325	-
	Urbana	35.520	8.882	-
	Rural	17.092	5.443	-
2000	População Total	46.732	17.629	7.390
	Urbana	36.587	13.656	2.325
	Rural	10.145	3.973	5.065
2007	População Total	45.275	17.539	6.928
	Urbana	37.710	13.788	1.886
	Rural	7.565	3.751	5.042

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e estimativas de 2007.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

Com relação a população urbana e rural, cumpre destacar que em Capão Bonito a população urbana ultrapassou a rural no Censo de 1980, enquanto em Buri isto se dá em 1991. Até o ano de 2000 há um crescimento do tamanho total da população bem como da população urbana, com significativa queda da população rural em detrimento do aumento da taxa de urbanização (tabela 4). No caso de Capão Bonito, mesmo com uma população menor em 2007, em termos absolutos, do que a registrada em 2000, a taxa de urbanização mantém-se em ascensão. Já Ribeirão Grande apresenta queda no total da população de acordo com as estimativas do Censo, com uma particularidade: o decréscimo verificado é sensivelmente maior na população urbana.

É notável que a desaceleração na taxa de crescimento populacional de Buri e Capão Bonito se dá, concomitantemente, com o aumento dos percentuais de urbanização. Capão Bonito passa de 37,7% de população urbana, em 1970, para 78,3% em 2000, com estimativa de 83,3%, enquanto a taxa de urbanização de Buri perpassa de 39,0% em 1970 para 77,5% em 2000 e 78,6% em 2007, como pode ser observado na tabela 4. Em contrapartida, observa-se uma diminuição no crescimento urbano em Ribeirão Grande, onde a população rural ainda é majoritariamente predominante.

Tabela 4: Taxa de urbanização dos municípios, em %

	1970	1980	1991	2000	2007
Capão Bonito	37,7	55,6	67,5	78,3	83,3
Buri	39,0	43,4	62,0	77,5	78,6
Ribeirão Grande	-	-	-	31,5	27,2

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e estimativas de 2007.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

A partir das tabelas 3 e 4 podemos auferir algumas considerações a cerca do processo migratório nos municípios em questão. Por um lado, o fluxo migratório, em seu caráter permanente, ocorre do campo em direção às sedes municipais, um dos fatores que explica o aumento da urbanização, por outro, o processo segue tanto do campo como destas pequenas cidades em direção aos centros urbanos de maior porte da região, como Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, entre outras, ou mesmo para a própria metrópole paulistana, o que contribui com o inchaço desses lugares.

Antes de apontarmos outras características dessas cidades e de analisar e identificar os processos excludentes presentes em cidades pequenas decorrentes da lógica desigual de produção do espaço, é relevante traçar alguns aspectos do processo histórico de formação e ocupação territorial dos municípios que contribuem para o entendimento e contextualização da realidade dessas cidades.

3.1.1. Breves considerações sobre a trajetória histórica da formação territorial de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande

Ao discutir o processo de urbanização em nossa sociedade, Sposito (1994), evidencia a importância em se retomar, ainda que de forma sintética, sua trajetória histórica, pois:

O espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações. (SPOSITO, 1994, p. 11)

Nesta direção, compreender as circunstâncias do processo histórico da formação territorial permite relacionar a produção do espaço ao decorrer do tempo. A relação espaço, tempo e sociedade são elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço de cada cidade, assim como da região como um todo. Como vimos anteriormente, a constituição de um espaço supõe uma acumulação de ações que se concretizam em diferetes

momentos. Assim, a partir da compreensão do passado, como a formação territorial dessas cidades, podemos entender o processo que deu origem as cidades em questão e algumas características e especificidades que se mantêm no processo evolutivo desses espaços.

Capão Bonito teve sua origem por volta de 1746, sendo, inicialmente, um povoado denominado Arraial Velho, situado na cabeceira do rio São José de Guapiara, rio que durante o seu curso recebe os nomes de Apiaí-Mirim e Apiaí-Guaçú, originário da serra do Paranapiacaba. Após a descoberta de ouro nas margens do rio das Almas e do ribeirão do Chapéu, o povoado mudou-se para o local que recebeu o nome de Freguesia Velha de Nossa Senhora da Conceição.

Na década de 1840 o Senhor Pedro Xavier dos Passos comprou parte da fazenda Capão Bonito, de propriedade do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, e doou 150 braças à Congregação de Nossa Senhora da Conceição. Houve no período duas correntes contrárias, a saber, os garimpeiros apegados à sua velha freguesia e os donos nesse tempo da Fazenda Capão Bonito (OLIVATI, 2006). Superado esses impasses, graças a oferta do senhor Pedro Xavier dos Passos e vencido o último garimpeiro intransigente ergueu-se uma capela nesse terreno, no local onde se encontra a atual Igreja Matriz. Consoante Olivati (2006) a efetuação legal da mudança de localidade do povoado foi ultimada com a representação feita ao vigário capitular Lourenço Justiniano Ferreira. De acordo com a autora:

Em 24 de março de 1850, o vigário capitular pediu informações detalhadas sobre a representação, tendo então o vigário Alves Carneiro, em longa exposição, descrito o local impróprio da Freguesia Velha em confronto com o novo, com todas as qualidades para ali se erguer uma grande e rica cidade. Informou ainda que a população era de 5 a 6 mil habitantes e que a nova igreja construída nesse novo local ‘era pequena, mas coberta de telhas, bem caiada por dentro e por fora e com um altar decente’. Em face dessa informação, em provisão de 2 de maio de 1850, o vigário capitular autorizou a mudança da sede da freguesia, bem como a da imagem da padroeira. (OLIVATI, 2006, p. 27).

Este novo local passa a ser conhecido como Nossa Senhora da Conceição de Capão Bonito. O povoado prosperou sendo, elevado a Distrito de Paz, com o nome de Capão Bonito do Paranapanema, e, em 2 de abril de 1857, por força de lei promulgada pelo então governador da Província de São Paulo, Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, foi criado o município de Capão Bonito do Paranapanema, que pertencia a Itapeva da Faxina e a comarca de Itapetininga (CITADINI, 2007).

Quanto a paisagem do novo povoado apresentava campos verdes onde pastavam os animais, campos cultivados com plantações de milho, feijão, arroz etc., nas fazendas de poderosos coronéis, senhores de muitas terras e escravos (OLIVATI, 2006).

A história de formação territorial de Ribeirão Grande está intrinsecamente ligada a de Capão Bonito, visto que até 31 de dezembro de 1991 se tratava de um distrito deste último, sendo elevada a categoria de município.

Paralelamente ao desenvolvimento do povoado da Freguesia Velha, desenvolve-se o bairro de Ribeirão dos Cruzes, que cresceu em torno da chamada Casa Grande, construção de pau-a-pique, sem datação precisa. Além de abrigar a residência da família Cruz, a Casa Grande abrigava um posto de trocas utilizado por tropeiros que se dirigiam ao sul do país ou pelos “caçadores” de ouro de aluvião, no século XVIII. Em torno da Casa Grande originou-se uma povoação, formada, em sua maioria, por membros da família Cruz, que se desenvolveu formando o bairro do Ribeirão dos Cruzes.

Em 1964, graças ao esforço do então prefeito de Capão Bonito, Cônego Pedro José Vieira, Ribeirão Grande elevou-se à categoria de Distrito, onde, mais tarde criou uma sub-prefeitura. Após esse período iniciou-se o processo de Emancipação Política Administrativa, findando na realização de um plebiscito em 19 de maio de 1991, quando 90% dos eleitores (cerca de 1800), compareceram às urnas e quase 80% votaram pelo sim.

Já Buri, nasceu com o nome de Porto do Apiaí, às margens do rio Apiaí-Guaçu, local de passagem e pousada para os tropeiros que vinham da região sul do Brasil, com destino a Itapetininga e Sorocaba. Tudo começou por volta de 1782, quando o português Açoriano Inácio Xavier Luiz instalou-se à margem esquerda do rio Apiaí-Guaçu, tendo o mesmo recebido carta de Sesmaria das terras adjacentes. Em 1885 foi construída a Igreja de São Roque, atual Matriz. O povoado cresceu devido, sobretudo, por tropeiros que desistiam da longa jornada, fixando-se no local e formando novos núcleos familiares.

Em 1907, as linhas férreas da Sorocabana passaram a atravessar as terras do povoado. Ainda nesse ano foi criado o Distrito do município de Faxina (Itapeva), já com a denominação de Buri, derivado da palavra buriti espécie de palmeira abundante na região. Foi emancipado em 1 de dezembro de 1921, desenvolvendo-se, graças, inclusive a estação ferroviária local e as atividades agrícolas e comerciais, caracterizadas, principalmente pelo plantio e comércio de algodão, uma fábrica de bebidas, laticínios e serrarias (OLIVEIRA, 1996). A autora aponta também, sem assinalar as críticas devidas, o papel dos coronéis para a história de Buri, afirmando que estes conquistaram e realizaram, com marcos no desenvolvimento e amor à terra e à família buriense (OLIVEIRA, 1996). Ressalte-se que as

práticas coronelista fizeram parte não apenas de Buri ou das outras cidades da região, mas é uma característica histórica da política e da sociedade brasileira.

A história de formação territorial dos três municípios, apesar das particularidades, revela processos frequentes na consolidação de municípios país afora. As entradas e bandeiras marcaram a expansão territorial a partir do século XVIII no Brasil, contribuindo para o povoamento do interior do país, tal qual foi importante o tropeirismo que, ao longo das rotas pelas quais se deslocavam ajudaram a fazer brotar várias cidades, como é o caso de nosso recorte empírico. Outra característica que merece respeito é o papel da Igreja e a participação do imigrante, tanto europeu quanto japonês, para a história de formação territorial e social de diversos núcleos urbanos do país e das cidades em questão. Juntamente com nosso recorte empírico emerge outro assunto de grande relevância para a constituição de uma série de municípios brasileiros, o grande número de processo emancipatório municipal, principalmente o período pós Constituição de 1988, cujas justificativas mais frequentes são o descaso por parte da administração dos municípios de origem, a existência de forte atividade econômica local, a grande extensão territorial do município de origem ou ainda o aumento da população local.

Por fim, é válido salientar, como já advertimos anteriormente, que não se pode generalizar a partir de alguns poucos casos, entretanto, é possível traçar relações e estabelecer discussões mais gerais a respeito da organização e configuração dos espaços urbano e regional, cujas realizações passadas devem ser consideradas para o entendimento do presente, mesmo porque muitas destas realizações sociais se materializaram ao longo do tempo em formas espaciais que se mantêm até os dias atuais.

3.2. Uma primeira análise a partir da rede urbana

Considerar as relações que as cidades estabelecem com suas áreas de influência é fundamental para a compreensão dos papéis que desempenham as cidades na divisão territorial do trabalho e possibilita pensar a partir de uma economia política do espaço ou mais precisamente da urbanização. Assim como a estrutura intra-urbana não se dá aleatoriamente, a estrutura interurbana também não, por conseguinte, a partir da rede urbana, torna-se importante pensar o papel que assume as cidades pequenas, ao passo que estas constituem parte integrante da rede e dos processos produtivos e espaciais.

Desse modo, uma primeira reflexão se faz necessária a partir da análise da rede urbana, ao passo que atentar para as cidades a partir da configuração da rede urbana contribui com a contextualização das cidades pequenas, suas relações sócio-econômicas vigentes e os padrões espaciais que delas emergem. Conhecer a forma, função e estrutura da cidade e as condições históricas em que se dá a produção do espaço urbano é um meio de identificar as diferenças existentes nas cidades pequenas, que exige grande mobilidade espacial de parcela da população, seja pela inexistência de infra-estrutura, serviços e o fato do mercado de trabalho local não atender toda a população provocando deslocamentos diários de grande parte da população para outros núcleos urbanos ou para as áreas rurais.

Assim, apreender Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande a partir da rede urbana é basilar para o completo entendimento da cidade e do processo de urbanização nestes centros urbanos, pois, como afirma Braga e Carvalho (2004), não basta olhar para a cidade em si, é preciso contextualizá-la regionalmente, saber qual o seu papel na rede das cidades, sendo, sobretudo, um meio de identificar as áreas prioritárias às ações de políticas públicas de integração territorial, de desenvolvimento e planejamento urbano e regional.

O estudo das regiões de influência das cidades desenvolvido pelo IBGE (2008b) classificou as cidades em cinco grandes níveis e suas subdivisões: metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local. No que concerne ao presente estudo, tem-se a cidade de Sorocaba como capital regional C, com influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios, sendo denominado de nível “C” segundo seu porte e padrão de localização e regionalização. Itapetininga e Itapeva ganham *status* de centro sub-regional B, ou seja, centros com atividades de gestão menos complexas com área de atuação mais reduzida, enquanto Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande são classificadas como centros locais, segundo a metodologia empregada. O IBGE (2008b) define centro local como cidade cuja centralidade não extrapola os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes.

Ressalte-se que enquanto Capão Bonito faz parte da região de influência de Sorocaba (capital regional C), Ribeirão Grande e Buri são polarizadas por Itapeva (centro sub-regional C), também subordinada a Sorocaba, que se relaciona com o estrato superior da rede urbana. A figura 3 representa um esquema das cidades estudadas inseridas na rede urbana, com suas interligações por meio das vias de circulação, no caso as rodovias, bem como a polarização segundo as regiões de influências das cidades do IBGE (2008b).

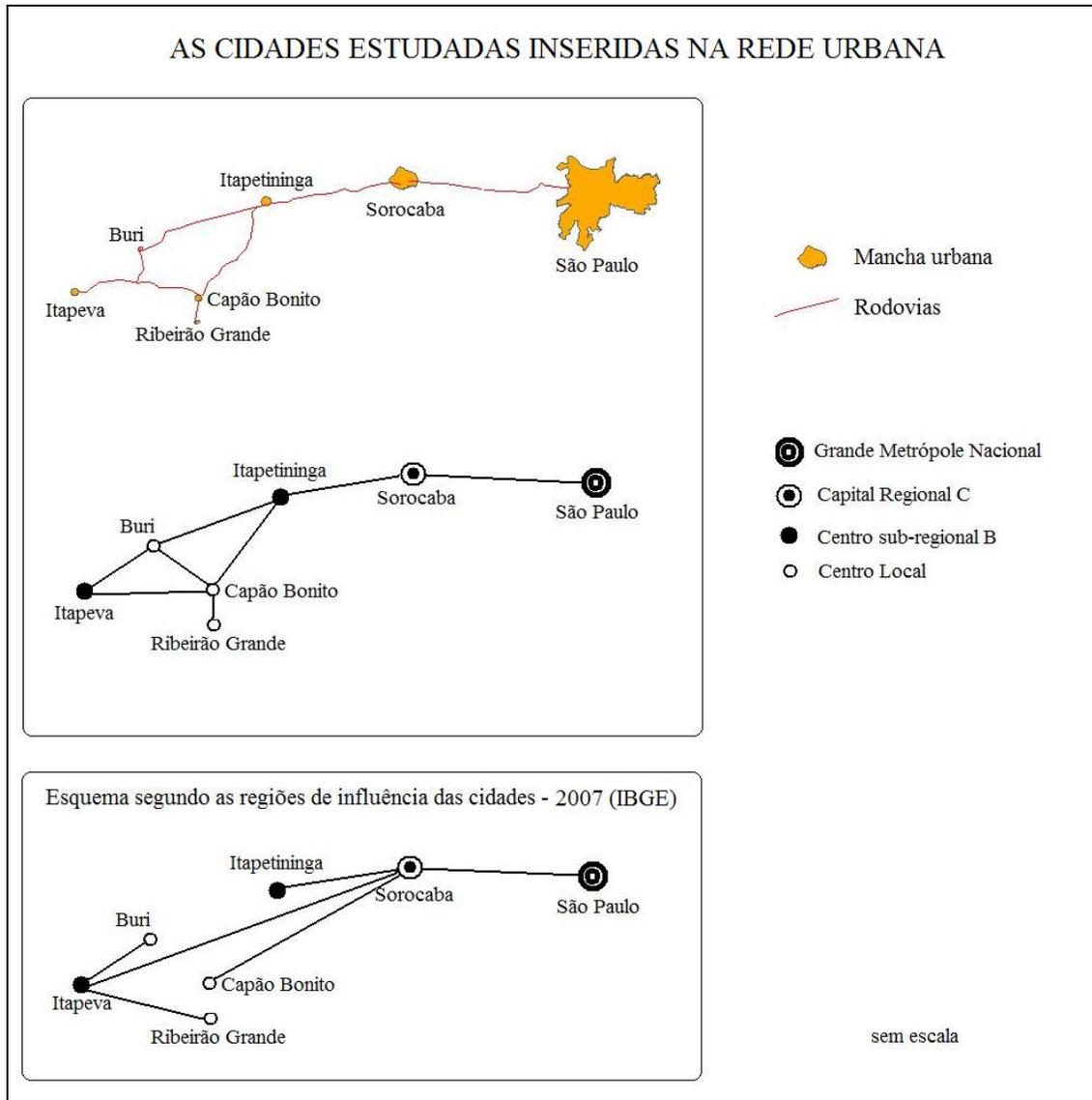


Figura 3: As cidades estudadas inseridas na rede urbana.
 Fonte: Geosnic; IBGE (2008b) / Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

Refletir a partir da configuração da rede urbana nos remete a uma análise a partir dos processos ligados à economia e à urbanização, à divisão territorial do trabalho e aos aspectos funcionais, dimensão populacional e localização geográfica dos núcleos urbanos, interligados por fluxos de bens, serviços, informações e pessoas, que se estruturam espacialmente de forma hierarquizada, como mostra a figura 3.

Destarte, uma primeira análise a partir da rede urbana auxilia para englobar cada cidade numa escala mais ampla de análises e comparações. Ademais, corrobora com a própria definição de cidade pequena como apontamos anteriormente, bem como para entender o nível de subordinação que estas cidades estão sujeitas por núcleos urbanos de maior porte como

assinala o estudo do IBGE (2008b), seja na concentração de comércio, serviços e instituições financeiras quanto no que se refere ao ensino superior e serviços de saúde, por exemplo.

Para entender uma rede, é necessário levar em conta uma dada região e as cidades que aí se distribuem em alguns tipos caracterizados por seu papel econômico principalmente, e sua localização geográfica que repercute na maneira pela qual as cidades cumprem seus papéis urbanos.

O capitalismo produz uma avançada divisão de trabalho, em que especialização, fragmentação, interdependência e internacionalização foram desenvolvidas em níveis sem precedentes. O problema é que determinadas cidades são privilegiadas em detrimento de tantas outras, como diversas cidades pequenas, por exemplo, que ficam de fora do processo de integração competitiva, parafraseando Bacelar (2000), levando a pensar em cidades excluídas, excluídas da integração econômica, o que ratifica pensar que a urbanização brasileira se deu e se dá de modo excludente, pois uma exposição a partir da estruturação interurbana confirma que esses municípios são desfavorecidos, tanto em riqueza como no que tange os indicadores sócio-econômicos.

Uma das consequências marcantes neste processo é a intensificação dos processos migratórios e dos deslocamentos no espaço interurbano, seja em caráter pendular ou permanente. Com relação aos deslocamentos pendulares podemos destacar os fluxos diários que se estabelecem entre as cidades que compõem a rede urbana, principalmente para cursar o ensino superior; comprar roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, computadores, móveis em geral, ou freqüentar *shopping centers*, hipermercados e assemelhados; usar aeroporto em vôos de linhas regulares; buscar serviços de saúde (consultas médicas, odontológicas, exames ou internações); e para atividades de lazer (cinema, teatro, shows, jogos e demais eventos artísticos ou esportivos).

Em suma, constata-se, neste recorte empírico, que os deslocamentos diários voltados ao ensino superior dirigem-se as duas cidades próximas com maior nível de centralidade, Itapetininga e Itapeva, nas quais encontram-se as instituições de nível superior, enquanto os fluxos em direção aos serviços de saúde atingem níveis mais abrangentes rumo à Itapeva, Itapetininga, Sorocaba e São Paulo, sendo que no caso de Ribeirão Grande os deslocamentos ocorrem em direção a Capão Bonito também. Já no caso do comércio, Capão Bonito é um centro atrativo para Ribeirão Grande, assim como Itapeva e Itapetininga atraem a população buriense às compras. Um chamariz em Itapetininga é a existência de um *shopping center*, que atrai a população mais abastada das cidades em seu entorno que anseiam em vivenciar este

meio de consumo e “lazer”, particularmente aqueles sujeitos favorecidos pela difusão dos automóveis particulares.

Por meio disto já se revela certa subordinação de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande aos centros de maior porte, sendo possível verificar que apesar do IBGE (2008b) não proferir a Itapetininga papel central de região de influência, esta cidade apresenta alto nível de centralidade para as cidades que englobam este estudo, tal qual para região como um todo, pois tem uma situação estratégica, sendo um importante entroncamento de ligação com todo sudoeste do Estado de São Paulo e com o norte do Paraná.

De qualquer forma a polarização dos centros urbanos maiores em relação as cidades pequenas se estabelece em diversas escalas. Economicamente, Itapeva, Itapetininga e Sorocaba apresentam dinamismo no segundo setor, sendo esta última possui um pólo industrial já consolidado e diversificado. No restante, a região como um todo caracteriza-se por ser uma das regiões de pior desenvolvimento humano do Estado de São Paulo. Apesar de sua origem territorial, marcada pela importante rota dos tropeiros que vinham do sul rumo a São Paulo, essa trajetória histórica de quase dois séculos, não proporcionou à região ciclos de desenvolvimento virtuosos, mas sim um tipo de desenvolvimento cujas conseqüências são marcadas pela enorme concentração de renda e terra, nas quais as principais atividades econômicas são: a produção de grãos (feijão, milho e soja), pecuária de corte, silvicultura e mineração.

Como não foram favorecidas pela desconcentração econômica-industrial do último quartel do século passado, as cidades que englobam o presente estudo de caso permaneceram, fundamentalmente, voltadas ao primeiro setor, e, por conseguinte, juntando-se as razões estruturais históricas, não se enquadram nos padrões de integração competitiva, o que nos remete a pensar em cidades excluídas, como é o caso de tantos outros municípios ou mesmo regiões inteiras, cujo resultado é a imensa desigualdade interurbana, visível na rede urbana e na competição travada entre as cidades por vantagens comparativas.

Assim, Capão Bonito, Ribeirão Grande e Buri, apesar de suas particularidades e diferenças em diversos aspectos, caracterizam-se como cidades pequenas, pois desempenham papéis reduzidos na rede urbana regional e nacional, bem como do ponto de vista demográfico apresenta baixa taxa populacional e funcionalmente ainda está intimamente ligado ao meio rural, seja economicamente, como o caso de Capão Bonito e Buri, seja do ponto de vista populacional, como em Ribeirão Grande. Não são cidades novas advindas diretamente do processo de expansão das fronteiras agrícolas e dos interesses do agronegócio, apesar de a estes interessar, pois comandam os latifúndios monocultores voltados para o mercado.

As cidades pequenas só podem ser entendidas à luz da rede urbana. No cenário brasileiro congregam um contingente expressivo da população brasileira e perfazem uma ampla extensão do território nacional. Desempenham papéis reduzidos na rede urbana nacional e apresentam, em sua maioria, estreita relação com o campo, onde, geralmente, se encontra a base econômica municipal – rural ou agroindustrial. Junta-se a isso o fato de que as áreas empobrecidas dessas cidades são muito grandes se considerarmos suas extensões territoriais e populacionais e há ausência de empregos, infra-estruturas, serviços diversos, entre tantas outras necessidades, o que aumenta a dependência da população dessas pequenas cidades em relação aos centros urbanos de maior porte. E isso se expressa nas três cidades que compõem este estudo de caso. Daí pensarmos se as cidades pequenas seriam territórios da exclusão, tanto no que diz respeito ao espaço intra-urbano quanto na estrutura interurbana na qual se insere.

Nesta direção, justifica-se a tentativa de articulação que se propõe estabelecer entre a estruturação intra-urbana com a estruturação interurbana das cidades, pois, se de um lado, o modo como está estruturado o espaço urbano e a rede de cidades é produto dos atuais padrões e interesses econômico-políticos em vigência, no qual as cidades pequenas se configuram enquanto cidades dos excluídos e cidades excluídas; por outro lado, a configuração urbana dessas cidades pequenas está diretamente ligada ao número reduzido de papéis urbanos por elas desempenhadas, sendo que possíveis (re)arranjos espaciais na constituição da rede urbana acarretariam em mudanças na estrutura interna dessas cidades e no processo de transformação e produção do espaço urbano.

O processo contemporâneo da produção de espaço mescla uns poucos ganhadores grandes com muitos perdedores pequenos como afirma Gottdiener (1997), isso em diversas escalas. Destarte, ler a região, o município e a cidade é fundamental para interpretar a produção desigual do espaço numa leitura multi-escalar, tal qual a atuação dos atores, os conflitos e as tendências das políticas públicas e do planejamento urbano e regional, as práticas e possibilidades da gestão do território e os processos e transformações na configuração urbana. Sendo que ao nos atermos, estritamente, às cidades de pequeno porte, esta leitura só pode se efetuar a partir da articulação entre as escalas intra e interurbana associadas às relações estabelecidas com o urbano, o rural e o agrícola.

3.3. Entre o urbano, o rural e o agrícola: *cidade pequena ou campo grande?*

“Se as cidades forem destruídas e os campos forem conservados as cidades ressurgirão, mas se queimarem os campos e conservarem as cidades, estas não sobreviverão”. (Benjamin Franklin)

A opção por iniciar esta parte do trabalho com a célebre frase de Benjamin Franklin revela nossa intenção de romper com a dicotomia entre cidade e campo e traçar uma análise a partir da articulação entre o urbano e o rural, sem alimentar a idéia de que o campo é inferior ou está sujeito ao urbano, pois acordado ao pensamento de Castells (1983), a cidade não está separada do rural, pois os dois estão intimamente ligados no âmago do mesmo processo de produção das formas sociais. Se nos reportarmos às origens das cidades, esta ocorre graças à chamada Revolução Agrícola, sendo relevante advertir que as primeiras cidades surgem em decorrência de transformações econômicas, técnicas, políticas e culturais, ou seja, diversas condições sociais, espaciais e históricas propiciaram o surgimento das cidades, contudo, como nosso foco é discutir a relação cidade-campo, vamos nos centrar em uma condição específica – a capacidade de produzir excedente alimentar –, pois é uma condição necessária para que efetivamente se dê uma divisão do trabalho, que por sua vez abre possibilidade de se originarem cidades (SPOSITO, 1994).

É graças ao desenvolvimento da prática agrícola que, aos poucos, foram surgindo, primeiramente, os assentamentos sedentários, e, posteriormente, as cidades. Com a agricultura despontou a possibilidade de se alimentar populações cada vez maiores e a própria capacidade de produzir um excedente alimentar, a ser transferido para as cidades, onde estavam os sujeitos responsáveis por outras funções, em geral de caráter especializado (fazer a guerra, cuidar dos serviços religiosos...), ou seja, desobrigados de produzir alimentos.

O campo, portanto, historicamente precedeu a cidade, e pode subsistir sem a cidade como denuncia a afirmativa de Benjamin Franklin, visto que uma característica peculiar ao campo é o fato dele poder ser, e historicamente, por muitas vezes, tem sido, auto-suficiente. A cidade só pode surgir a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente necessário à sua subsistência (SINGER, 1977).

A relação entre cidade e campo situa-se, histórica e teoricamente, no centro do debate das sociedades humanas. Cidade e campo, desde sua gênese, se distinguem, mas não se opõem, estão intrinsecamente articuladas, apesar da difusão paradigmática de pensamento que

coloca a cidade e o campo não apenas como espaços diferenciados, mas enquanto realidades e conceitos antagônicos, entendidos, geralmente como estágios de desenvolvimento, no qual o campo representaria o lugar do atraso e a cidade o *locus* da modernidade e do desenvolvimento. Eis aí um ponto que merece ser comentado, não podemos confundir a urbanização com crescimento econômico, nem ver este como sinônimo de desenvolvimento. O crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para a ocorrência do desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, entre as décadas de 1950 e 1980 teve grande crescimento econômico sem que ocorresse o seu pleno desenvolvimento, pois as desigualdades e injustiças sociais permaneceram.

Da mesma forma não podemos confundir urbanização com industrialização. Apesar de serem dois processos diretamente atrelados, historicamente, num primeiro momento a revolução manufatureira, que precedeu a revolução industrial, se orientou, ao menos em seu princípio, fora da cidade e contra a cidade (SINGER, 1977). Quanto a revolução industrial vale destacar que a industrialização inglesa teve colaboração de uma revolução na agricultura, marcada por grandes transformações no campo, principalmente, o cercamento de terras comuns utilizadas pelos camponeses, que foram vedadas em benefício dos grandes senhores da terra, resultando, por um lado, em maior rentabilidade e aumento de produção, e por outro lado, no aumento o desemprego e pobreza da população do campo, aumentando a migração para as cidades que passaram a contar com grande reserva de mão-de-obra barata para alimentar a indústria que nascia. Consoante Castells (1983) as cidades atraem a indústria devido dois fatores essenciais – mão-de-obra e mercado –, entretanto o processo inverso também é importante, quando a fábrica não surge já na cidade, é a cidade que se forma em volta dela (SINGER, 1977), ou seja, houve, no mesmo período, uma tendência à localização industrial fora das cidades, sendo que, quando isto ocorreu, a indústria gerou a cidade (SPOSITO, 1994).

No caso da industrialização brasileira, um fato relevante é considerar que esta resultou, num primeiro momento, da economia cafeeira, ao menos no Estado de São Paulo, que ao mesmo tempo que propiciou a criação de um mercado consumidor, foi responsável pela acumulação de capital.

Estes pressupostos históricos são importantes para contextualizar o pensamento que permeia nossa tese de realizar uma análise não a partir da oposição entre cidade e campo, mas sim a partir da articulação entre o urbano e rural, principalmente quando nos aludimos às cidades pequenas. A cidade está intrinsecamente ligada ao campo, sendo importante, portanto, considerá-los como partes de um mesmo processo social de produção espacial, cujos

conteúdos são mais relevantes que as formas que assumem. Assim, acreditamos ser vital compreender a relação urbano-rural no sentido de pensar as mudanças que impactaram e impactam as funções e conteúdos sócio-espaciais da cidade e do campo.

Ao delinear um estudo centrado em cidades pequenas, a relação entre o urbano e o rural saltam aos olhos, são visíveis os nexos que se estabelecem entre ambos, seja nas funções ou na estruturação e transformações espaciais. É sabido que no Brasil há grande número de municípios que congregam amplas extensões territoriais, sendo que muitos são sediadas político-administrativamente por núcleos urbanos de pequeno porte, o que nos leva a questionar se ao tratamos destas realidades urbanas estamos falando de uma cidade pequena ou de um campo grande, devido, sobretudo, às intensas articulações que se estabelecem entre o urbano, o rural e o agrícola, seja nos aspectos econômicos ou no estilo de vida, costumes e hábitos da população.

Desse modo, tem-se a articulação não apenas entre o campo e a cidade, mas entre as formas espaciais e os conteúdos sociais advindos de interesses de agentes econômicos, públicos e privados, que se comunicam em diferentes escalas, como é o caso, por exemplo, das cidades do agronegócio – utilizando a denominação de Elias (2006) –, cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções (ELIAS, 2006). Assim, as funções dessas cidades se materializam enquanto condição para atender os interesses de reprodução do capital em escalas que transcendem o local e o regional. Essa nova funcionalidade é a forma de integração econômica-territorial dessas cidades (pequenas) e de tantas outras, que mesmo quando não despontam como consequência do agronegócio globalizado, se especializam no setor agropecuário a fim de atender as demandas do mercado externo, principalmente.

Não seria absurdo, portanto, afirmar que, salvo as excessões, tem-se um contingente expressivo de cidades no Brasil que espacialmente apresentam-se mergulhadas no universo rural, como é o caso do nosso recorte empírico, visto que Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande congregam amplas extensões territoriais: 1.641 km², 1.195km² e 332 km², respectivamente. A figura 4, apesar de não representar toda extensão territorial dos municípios, confirma nossa afirmativa, ao mesmo tempo que contribui com nosso entendimento das dimensões espaciais entre a cidade e o campo, e exprime a importância que o campo e, por conseguinte, o rural e o agrícola assumem para as cidades que englobam este estudo de caso, seja do ponto de vista econômico ou da estrutura da sociedade e do território.

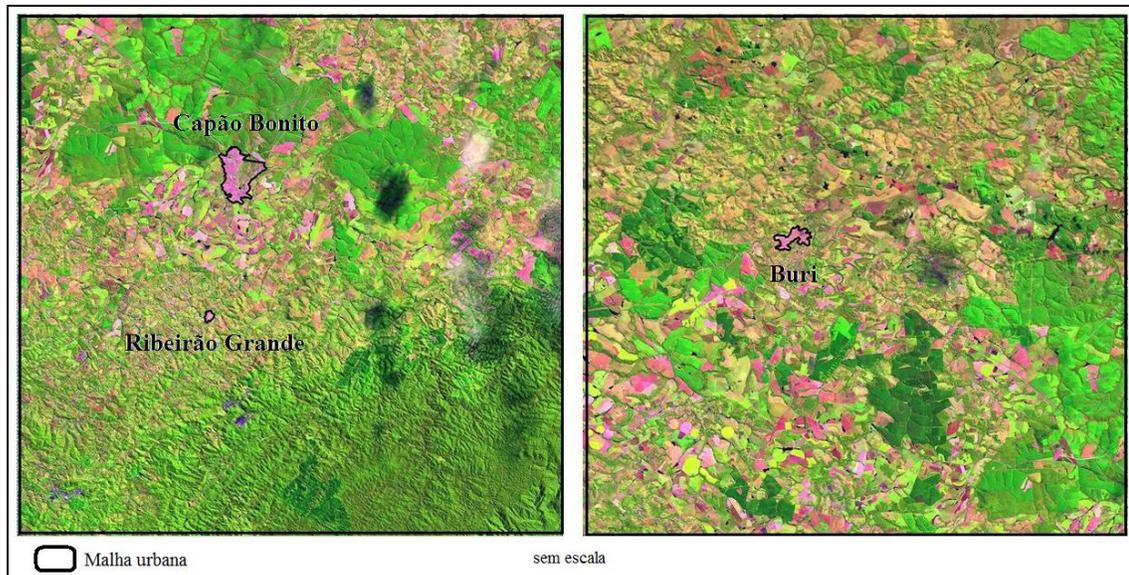


Figura 4: As cidades estudadas mergulhadas no universo rural.

Fonte: MIRANDA; COUTINHO. Brasil visto do espaço - Embrapa (www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br)
Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

De fato, a maioria das cidades pequenas sempre tiveram uma maior ligação com o modo de vida e os valores rurais e com as formas de produção agrícola. Do ponto de vista econômico, verifica-se que o setor primário conjuntamente com o terceiro predominam o conjunto das atividades aí desenvolvidas. Isso pode ser verificado nas cidades que comportam nosso estudo de caso. Se compararmos o Produto Interno Bruto (PIB) das três cidades por setor, como mostra a tabela 5, podemos confirmar este acontecimento, entretanto, o caso de Ribeirão Grande é um alerta de que não podemos generalizar, pois mesmo sendo o município menos populoso dentre os três e que tem sua população majoritariamente rural, o PIB no setor industrial é o que ostenta maior importância econômica.

Tabela 5: Participação do PIB por setor, em %

	<i>Primário</i>					<i>Secundário</i>					<i>Terciário</i>				
	1970	1980	1996	2000	2005	1970	1980	1996	2000	2005	1970	1980	1996	2000	2005
Capão Bonito	50,6	21,1	30,1	26,5	20,3	11,0	53,1	8,3	12,9	9,2	38,4	25,8	61,7	57,2	63,3
Buri	40,2	66,5	46,8	39,4	22,8	10,8	10,6	33,7	11,6	11,5	49,0	22,9	19,5	48,6	60,0
Ribeirão Grande	-	-	7,5	9,6	17,1	-	-	51,6	51,1	31,0	-	-	40,9	23,5	43,1

Fonte: GEOSNIC (a partir de dados do IpeaData).
Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

Observa-se que, apesar da constante perda de espaço no transcorrer dos anos, a vocação rural ainda é perceptível em Capão Bonito e Buri, sendo que apresentaram um percentual considerável do PIB nos períodos analisados. Por outro lado, o setor terciário vem dominando os percentuais do PIB nos últimos levantamentos, representando um crescimento

na importância do setor de serviços na economia local. O setor secundário é o que apresenta os menores índices em Capão Bonito e Buri, cujos percentuais chegaram, respectivamente, a marca de 12,9% e 11,6% no ano de 2000 e 9,2% e 11,6% em 2005. Ressalte-se aqui um fato importante, Ribeirão Grande ao se desmembrar de Capão Bonito levou consigo uma fábrica de cimento (a atual Cia. de Cimento Ribeirão Grande), a principal fonte de receita do município, assim como as principais jazidas de calcário, o que se expressa na queda considerável do setor na participação do PIB capão-bonitense, de 53,1% em 1980 para 8,3% em 1996.

Capão Bonito, a maior dentre as três cidades, não possui indústrias de grande porte, apenas micro e pequenas, principalmente madeireiras. Nesta área o grupo Votorantim (VCP) é o maior destaque, ao passo que congrega ampla extensão de terras no município, no entanto, absorve pouca mão-de-obra devido à monocultura do eucalipto e utilização de processos de mecanização modernos. A agricultura por muito tempo foi e ainda representa a base econômica de Capão Bonito e Buri, embora menos de 30% da população resida na zona rural, é justamente desse setor que advém a sustentação econômica desses municípios. A estrutura dos municípios é essencialmente agrícola, atividade que absorve grande percentual da mão-de-obra e que impulsiona a vida comercial das cidades.

Em Ribeirão Grande, ao contrário de Capão Bonito e Buri, o setor secundário representou em 1996 e 2000 mais da metade do PIB municipal, graças a um ramo industrial dominado pelas grandes mineradoras. Embora o setor tenha apresentado uma queda no percentual do PIB em 2005, superado pelo setor terciário, ainda é de extrema importância para o município. Já a agropecuária condiz aos menores índices do PIB, apesar da população ser majoritariamente rural, o que revela um verdadeiro paradoxo. O comércio local é modesto, no entanto o setor terciário vem sendo impulsionado pelo aumento de atividades voltadas ao turismo, pois o município além de desfrutar em sua paisagem da exuberante Mata Atlântica, também possui apelo histórico, uma vez que seu sítio foi o verdadeiro berço da colonização da região.

Assim, no que confere aos três municípios em análise, pode-se concluir que apesar de apresentarem características tipicamente rurais e agrícolas, as atividades predominantes da maioria dos municípios são os serviços e o comércio. Com exceção do setor industrial de Ribeirão Grande, há predomínio de atividades pouco diversificadas, que por um lado compreende um conjunto de atividades de uso intensivo de mão-de-obra – mesmo que sazonalmente – pouco diversificada e pouco qualificada, como a produção de grãos, a pecuária e a silvicultura, e por outro, atividades voltadas aos setores de serviço e comércio, não tão intensas em trabalho.

Paradoxalmente, pode-se concluir que Ribeirão Grande possui a economia mais frágil dentre os municípios, devido a dependência das indústrias mineradoras, responsáveis pela absorção de grande percentual da mão-de-obra local. Ademais, verifica-se tanto no caso dessas indústrias quanto no caso do setor primário buriense e capão-bonitense – principalmente aqueles caracterizadas pelo latifúndio monocultor, seja de soja, laranja, cana-de-açúcar, eucaliptos, entre outros – os interesses rentistas que regem seus princípios transcendem a localidade, ou seja, visam atender a interesses macroescalar.

A globalização intensifica a divisão territorial do trabalho, marcada pela especialização funcional, fragmentação e interdependência dos espaços urbanos e rurais, determinada pela competição entre as cidades em busca de vantagens comparativas, em diversas escalas e independentemente do seu tamanho físico-territorial e populacional. No caso específico das cidades pequenas, muitos processos, como é o caso do agronegócio para exportação, denunciam modificações profundas nos papéis desempenhados por esses espaços, cujos novos elementos negam a idéia de cidades baseadas em processos majoritariamente locais (DAMIANI, 2006), ao passo que os processos econômicos se ampliam atingindo níveis globais.

Os papéis e funções urbanas desempenhados pelas cidades pequenas são intrínsecos ao mundo agrícola, vinculados a interesses multiescalares, como já salientamos. Entretanto, há de se advertir que o próprio processo de urbanização no Brasil tem representado mudanças radicais no campo, seja pela invasão do urbano no rural caracterizada por ocupações e/ou atividades não-agrícolas no rural, pela sua mecanização e eventuais consequências, ou pela multiplicação de pequenos aglomerados urbanos dispersos no território.

Nesta direção estes três aspectos merecem destaque. O primeiro diz respeito a intensificação de atividades não propriamente agrícolas no meio rural, como é o caso da proliferação de hotéis-fazenda, pesqueiros e outras atividades valorizadas pelo bucolismo e proximidade com a natureza, cada vez mais comum de se encontrar nos municípios que abrangem este estudo de caso. O turismo rural e o ecoturismo, por exemplo, são atividades econômicas que ganham impulso nas cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, valendo-se das vantagens locais, dentre as quais a característica agrícola predominante na economia e a natureza exuberante, na qual se inclui a presença da Mata Atlântica, de cachoeiras, grande biodiversidade, logo, um paraíso ecológico propício para a prática de turismo de aventura a partir de seus inúmeros rios e trilhas. Destarte, verifica-se que os espaços rurais apresentam atualmente uma tendência crescente de diversificação de novas funções – agrícolas e não-agrícolas –, ou seja, novas demandas dão origem a novos usos do

solo, que indicam transformações na concepção de campo enquanto espaço restrito ao agrícola por primazia.

O segundo aspecto perpassa pelas modificações nas estruturas produtivas e sociais no campo, que tem na mecanização da agricultura, a aplicação de tecnologias e pesquisas na área e na consolidação do agronegócio os pontos marcantes para o aumento da acumulação capitalista no campo, e, por conseguinte, da deterioração da vida do mesmo, deixando de ser um atrativo para os trabalhadores. Se por um lado, a estrutura agrária brasileira, desde seus primórdios, tem um caráter altamente concentrador, por outro lado, as modificações nos conteúdos nas relações produtivas e sociais intensificam a concentração de terra, renda e poder, tendo como consequência a expulsão do camponês e pequeno produtor rural, o que significa o aumento dos fluxos migratórios rumo as cidades, que crescem, porém sem se desenvolver, sem ao menos apresentar as mínimas condições de urbanidade. Este processo tornou-se frequente na sociedade brasileira, e pode ser visto em Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, assim, como em tantas outras cidades brasileiras, inclusive cidades de porte médio, nas quais é possível identificar um número considerável de pessoas que trabalham em atividades rurais e são residentes urbanos. Como a maior parte da população desterritorializada do campo se reterritorializa, mesmo que de forma precária, nas periferias das cidades pequenas, não conseguem se engajar no precário mercado de trabalho que esta oferece, tendo que se dedicar ao trabalho rural, pois é a única tarefa que a grande maioria aprendeu e tem condições de executar. Como o trabalho no campo, em sua grande maioria, é de caráter sazonal, ficam praticamente desempregados ao término da colheita e assim recorrem as mais diversas ocupações. Desempenham, portanto, funções tanto no urbano, como no rural, vivem em condições de sub-emprego tanto no campo quanto na cidade e profissionalmente cada vez mais desqualificados. A mudança do campo para a cidade não acarreta, portanto, em melhorias nas condições de vida, pois os recursos que a cidade possui, nem sempre são desfrutados por eles; moram na cidade, mas não participam da vida da mesma. As mudanças mais drásticas se dão nas relações de trabalho, uma vez que os trabalhadores vão para o campo trabalhar, da mesma maneira que iriam para uma fábrica ou qualquer outro local de trabalho, não havendo mais identidade com a terra, pois esta não é mais a fonte de sustento, mas sim de salário conseguido através da venda da força de trabalho, ratificando com o processo de desterritorialização, tanto do ponto de vista simbólico marcada pela destruição de identidades, quanto do ponto de vista concreto e material presente na destruição de laços de integração.

A provocação inicial do título desse subcapítulo, de questionar se estamos tratando de cidade pequena ou campo grande vai de encontro ao terceiro aspecto aqui mencionado, a multiplicação de pequenos aglomerados urbanos dispersos no território, muitos deles mergulhados no universo rural. Os dois primeiros aspectos mencionados – fenômenos que contestam o caráter essencialmente primário dos espaços rurais e a forte presença de trabalhadores rurais residentes urbanos – colocam em xeque a visão dicotômica de distinção entre o rural e o urbano. Adiciona-se uma espécie de aproximação com o modo de vida rural no espaço urbano, visível em todas as partes das cidades, principalmente, nas características de cultivo dos quintais das casas. De fato, nas áreas periurbanas esta relação é ainda mais intensa, presente não apenas nas plantações existentes e na criação de animais, mas também no plano imaterial, nos costumes, hábitos e pensamentos. Rompe-se, portanto, com a idéia de cidade, sob o ângulo do solo urbano ou das atividades econômicas, de espaço exclusivo de atividades secundárias e terciárias, ou seja, muito do que é urbano pode ser visto no rural e vice-versa, apurando o questionamento entre o que seria urbano e o que é o rural na atualidade? Os limites entre o rural e o urbano se reduzem cada vez mais, assim, defendemos a idéia de que cidade e campo se distinguem mas não se opõem, estão intrinsecamente articulados.

Nas cidades de Capão Bonito e Buri as relações estão nitidamente voltadas para o mundo agrícola, entretanto, o modo de vida rural não é tão intenso como na cidade de Ribeirão Grande. Aprender a dinâmica relação entre o urbano, o rural e o agrícola é essencial em nossa análise dos processos excludentes em cidades pequenas pois fica claro que a exclusão se inicia no campo, na expulsão do camponês e pequeno proprietário rural pelo latifúndio monocultor e pelo agronegócio, na desterritorialização do trabalhador rural e sua territorialização precária na cidade, concretizando a tese de Martins (1997), de que a sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.

Destarte, como este processo reverbera em consequências drásticas tanto no campo quanto na cidade, torna-se fundamental para a leitura das cidades pequenas entender um pouco da estrutura fundiária dos municípios de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande. A partir de informações do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), que mantém informações em escala nacional sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos sócio-territoriais e estrutura fundiária, podemos constatar o alto grau de concentração de terras nos municípios brasileiros. As tabelas 6, 7 e 8 apresentam, respectivamente, informações da

estrutura fundiária dos municípios de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, que simboliza como as propriedades rurais estão organizadas no território apresentado, isto é, seu número, tamanho e distribuição. É notável a grande disparidade existente entre a distribuição de terras nos municípios, uma vez que, de um lado, há um pequeno número de grandes proprietários de terras que monopolizam a maior parte das propriedades rurais (vide, principalmente, as informações referentes às classes de propriedade com mais de 500 ha, que apresentam os menores números totais de imóveis e de proprietários, entretanto, são as que possuem as maiores quantidades em áreas); de outro lado, encontram-se um significativo percentual de pequenos proprietários que possuem uma área extremamente pequena de terras (como é perceptível nas informações acerca das classes de área das propriedades com menos de 50 ha, que apresentam os maiores números de imóveis e proprietários distribuídos em áreas extremamente menores que as proporções existentes nas médias e grandes propriedades). Há, portanto, uma grande disparidade quanto à distribuição de terras nos municípios que constituem nosso objeto de estudo, contudo, isto é reflexo da estrutura fundiária brasileira, na qual nos deparamos com uma restrita parcela da população brasileira detém um enorme percentual das propriedades do país, enquanto uma significativa porção da população tem pouca ou nenhuma propriedade. Ademais, além de denunciar a grande concentração de terras nestas unidades territoriais, revela uma grande quantidade de imóveis de proprietários que também são posseiros e de imóveis de posse e suas respectivas áreas, um dos impasses e desafios enfrentados pela questão agrária local.

Tabela 6: Estrutura fundiária do município de Capão Bonito (em ha).

Classes de área total	Total de imóveis	Área total (ha)	Quantidade de imóveis de proprietários	Quantidade de área de total de proprietários	Quantidade total de imóveis de proprietários que também são posseiros	Quantidade de área total de proprietários que também são posseiros	Quantidade de imóveis de posse	Quantidade de área total de imóveis de posse
<i>Imóveis inconsist. excluídos</i>	89		89					
<i>Menos de 1</i>	34	17,4	5	3,2			29	14,2
<i>1 a menos de 2</i>	47	70	12	18,3			35	51,7
<i>2 a menos de 5</i>	272	989,9	86	307,6	4	17,1	182	665,2
<i>5 a menos de 10</i>	319	2367,7	117	881,7	9	72,5	193	1413,5
<i>10 a menos de 25</i>	511	8631,2	292	4964,3	16	326,1	203	3340,8
<i>25 a menos de 50</i>	298	19726,8	181	6551,6	17	596	100	3779,2
<i>50 a menos de 100</i>	206	14405,3	139	9736	32	2176,2	35	2493,1
<i>100 a menos de 200</i>	80	10978,3	58	7952,1	5	644	17	2382,2
<i>200 a menos de 500</i>	73	21534	51	14785,2	6	1706,4	16	5142,4
<i>500 a menos de 1000</i>	28	19767,5	20	13237,3	5	4194,2	3	2336
<i>1000 a menos de 2000</i>	9	11662,1	5	6824,8	3	3770,7	1	1066,6
<i>2000 a menos de 5000</i>	3	8470	3	8470				
<i>5000 a menos de 10000</i>	1	7381,8	1	7381,8				

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2009. / Org.: Rubens Souza, 2009.

Tabela 7: Estrutura fundiária do município de Buri (em ha).

Classes de área total	Total de imóveis	Área total (ha)	Quantidade de imóveis de proprietários	Quantidade de área de total de proprietários	Quantidade total de imóveis de proprietários que também são posseiros	Quantidade de área total de proprietários que também são posseiros	Quantidade de imóveis de posse	Quantidade de área total de imóveis de posse
<i>Imóveis inconsist. excluídos</i>	36		36					
<i>Menos de 1</i>	1	0,7					1	0,7
<i>1 a menos de 2</i>	7	9,9	2	3			5	6,9
<i>2 a menos de 5</i>	27	95,4	12	45,5	1	3,6	14	46,3
<i>5 a menos de 10</i>	40	282,9	25	181,7			15	101,2
<i>10 a menos de 25</i>	173	3168,1	112	2124,1	3	52,6	58	991,4
<i>25 a menos de 50</i>	150	5513,2	117	4309,1	4	155,5	29	1048,6
<i>50 a menos de 100</i>	105	7421,1	85	5934,5	4	321,8	16	1164,8
<i>100 a menos de 200</i>	71	10111,3	58	8200,6	3	412,5	10	1498,2
<i>200 a menos de 500</i>	72	21852,2	63	19201,9	2	768,6	7	1881,7
<i>500 a menos de 1000</i>	15	10908,5	13	9259,9			2	1648,6
<i>1000 a menos de 2000</i>	10	14126,4	9	12803,1			1	1323,3
<i>2000 a menos de 5000</i>	7	20345,6	7	20345,6				

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2009. / Org.: Rubens Souza, 2009.

Tabela 8: Estrutura fundiária do município de Ribeirão Grande (em ha).

Classes de área total	Total de imóveis	Área total (ha)	Quantidade de imóveis de proprietários	Quantidade de área de total de proprietários	Quantidade total de imóveis de proprietários que também são posseiros	Quantidade de área total de proprietários que também são posseiros	Quantidade de imóveis de posse	Quantidade de área total de imóveis de posse
<i>Imóveis inconsist. excluídos</i>	25		25					
<i>Menos de 1</i>	19	7,9					19	7,9
<i>1 a menos de 2</i>	19	24,8	2	2,5			17	22,3
<i>2 a menos de 5</i>	108	386,3	12	43,1	1	3,6	95	339,6
<i>5 a menos de 10</i>	105	788,4	20	162,8	5	37,2	80	588,4
<i>10 a menos de 25</i>	114	1731,8	26	396,8	13	217,2	75	1117,8
<i>25 a menos de 50</i>	36	1322,5	12	405,5	5	181,9	19	735,1
<i>50 a menos de 100</i>	19	1312,9	5	297,9	2	125,9	12	889,1
<i>100 a menos de 200</i>	10	1364,1	3	395,4	1	102,8	6	865,9
<i>200 a menos de 500</i>	5	1531,6	4	1116,9	1	414,7		
<i>500 a menos de 1000</i>	3	1836,9	2	1289,1			1	547,8
<i>1000 a menos de 2000</i>	2	2713	2	2713				
<i>2000 a menos de 5000</i>	1	2016,7					1	2016,7

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2009. / Org.: Rubens Souza, 2009.

Na raiz da desigualdade sócio-espacial brasileira está a gritante concentração de terras rurais nos municípios brasileiros, como é perceptível nas informações contidas nas tabelas 6, 7 e 8 referentes ao nosso recorte empírico. A concentração de terra é uma das características do capitalismo no campo, logo, todo conjunto de problemas presentes no

campo brasileiro deve ser visto como inerentes ao desenvolvimento capitalista e de seus desdobramentos, como as ações políticas de cunho neoliberal, que camuflam a questão agrária brasileira, ao passo que admitem que os problemas no campo seriam resolvidos com a integração ao mercado, pelo desenvolvimento do capitalismo. A nosso ver, isso representa um descaso com o camponês e com o pequeno proprietário, pois as políticas públicas se voltam para o pleno desenvolvimento do agronegócio, sendo que a inserção ao mercado capitalista representa a destruição do campesinato e do pequeno produtor, pois preza pela produção em larga escala a fim de atender o mercado externo principalmente.

Se, historicamente, proliferou-se a idéia de que a cidade atrai, por outro, é preciso ter ciência de que as relações sócio-espaciais de cunho capitalista expulsa os sujeitos do campo. Logo, temos um duplo processo no qual a cidade atrai, por um lado, e o campo expulsa, por outro. Destarte, os dados das tabelas, além de mostrar o alto índice de concentração de terra, revela a necessidade de se alcançar uma solução satisfatória para os problemas que se manifestam espacialmente nos espaços rurais, como o elevado número de posseiros e respectivas áreas de imóveis de posse, que podem estar em terras públicas, devolutas ou, em casos mais raros, em terras privadas, que têm grande representatividade na estrutura fundiária brasileira de modo geral, e nas cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, em particular.

Daí a nossa hipótese de que a exclusão se inicia pela privação da terra rural, pela expulsão do campo, pelas políticas neoliberais que atendem aos interesses macro-econômicos em detrimento das questões sociais, e da importância de considerar nas investigações em cidades pequenas a estrutura fundiária, pois os problemas que se manifestam espacialmente são intrínsecos ao modo como a sociedade se organiza, assim, campo e cidade estão intimamente articulados por processos sociais contraditórios que se confirmam na espacialização das desigualdades e das injustiças sociais. É justificável, portanto, a organização e consolidação de movimentos sociais que façam frente aos intensos processos excludentes e que visam reverter este contexto, como é o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), por exemplo, que mesmo sem apoio da opinião pública lutam por uma redistribuição mais justa e equitativa da terra, cujas manifestações são sentidas em todo território nacional, marcado pelo contínuo processo de ocupações de terras improdutivas.

Como tratamos aqui de municípios que congregam ampla extensão territorial, acreditamos ser importante apresentar alguns dados a respeito das ocupações e assentamentos dessas localidades, pois aponta a expressão desses movimentos sociais organizados que lutam

por uma sociedade menos desigual, ao mesmo tempo que denunciam a existência de áreas improdutivas ou mal aproveitadas na região. Como a ocupação é a principal estratégia de luta pela terra realizada pelos movimentos sociais organizados, a tabela 9 aponta os registros no DATALUTA das ocupações existentes nos municípios estudados. De acordo com o Banco de Dados, foram registradas ocupações de terra apenas no município de Buri, efetuadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Tabela 9: Registro de ocupações nos municípios estudados.

Município	Nome do imóvel	Famílias	Nome do movimento sócio-territorial	Data	Fonte
Buri	Fazenda União	150	MST	07-04-2004	CPT
Buri	N.I.	300	MST	27-03-2004	NERA
Buri	Fazenda União do Brasil	140	MST	29-03-2004	OAN / NERA
Buri	Estação Experimental do Instituto Biológico	150	MST	30-11-2004	NERA
Buri	Fazenda Duratex	40	MST	09-10-2005	CPT / OAN
Buri	Fazenda Santa Fé	100	MST	28-11-2005	CPT
Buri	Fazenda Santa Fé	100	MST	15-11-2005	OAN
Buri	Fazenda Santa Fé	90	MST	01-02-2006	CPT / OAN

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2009.

Org.: Nallígia Tavares de Oliveira, 2009.

O elevado número de famílias envolvidas na ocupação de terras em Buri confirma o problema de acesso à terra – no campo ou na cidade –, e a luta pela terra e contra o latifúndio e expansão do agronegócio, que se, por um lado, propicia o aumento da produção e da produtividade, no outro extremo, pode ser entendido como um desrespeito a função social da terra e da propriedade (no caso rural) e aumento da exclusão. As áreas ocupadas pelos movimentos sociais organizados compreendem, principalmente, os latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas são desrespeitadas. Ressalte-se que estes movimentos sociais organizados não marcham apenas pela reforma agrária, mas também pelo repúdio à crescente discriminação da luta social e da pobreza generalizada em todo país.

Conforme aumenta as formas de dominação capitalista no campo se amplia também a luta pela terra, marcada pelas ocupações e a consequente criação de assentamentos rurais, que figuram como uma forma de recriação e reafirmação do campesinato. Com relação aos assentamentos nos municípios estudados, o DATALUTA registra a existência de dois assentamentos em Capão Bonito e três em Buri, beneficiando mais de 100 famílias ao todo,

como mostra a tabela 10. Enquanto categoria de assentados as famílias já podem ser consideradas como pequena propriedade e podem fazer uso de investimentos do governo, tanto individualmente como sobre a forma de cooperativa.

Tabela 10: Registro de Assentamentos nos municípios estudados.

Município	Nome do assentamento	Famílias assentadas	Área em hectares	Ano	Financiamento
Capão Bonito	Associação de Agricultores Familiares Ancora	9	63	2001	Banco da Terra
Capão Bonito	Associação dos Agricultores Familiares Ferrei	15	115	2001	Banco da Terra
Buri	Associação dos Agricultores Familiares Esperança	20	346	2001	Banco da Terra
Buri	Associação dos Agricultores Familiares Nossa	32	96	2002	Banco da Terra
Buri	Associação dos Produtores Rurais	34	243	2002	Banco da Terra

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2009.
Org.: Herivelto Fernandes Rocha, 2009.

O exposto até o momento a respeito da estrutura fundiária, das ocupações e assentamentos nas cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande mostram a importância em se refletir os processos excludentes na sociedade como um todo, seja no campo ou na cidade. Compreender um pouco da questão agrária é um meio de aproximar as contradições existentes nos espaços rurais à questão urbana, estabelecendo um nexo entre ambos, visto que, a nosso ver, diz respeito a uma única questão. A problemática social é uma manifestação das desigualdades da sociedade como um todo, logo, se dão tanto no campo como na cidade, na cidade pequena assim como na cidade média ou grande.

Portanto, acreditamos que os processos excludentes decorrentes do processo de produção do espaço são inerentes ao campo e a cidade, sendo que para solucioná-los, seria necessário, antes de tudo, uma reforma agrária efetiva que atinja a estrutura fundiária concentrada e concentradora, figurando-se, desse modo, como um meio de democratizar o acesso à terra.

Novamente traçamos um paralelo que transcende ao estudo de caso, pois é uma análise que deve ser refletida em todo território nacional, pois diz respeito a um problema estrutural da sociedade brasileira. Solucionar o problema no campo é um meio de manter o homem no campo e porque não dizer de fazer o rural se tornar um atrativo, não apenas como área de lazer para os cidadãos, mas enquanto possibilidade de moradia e possibilidade de

inclusão econômica. Se a história revelou uma tendência perversa de expulsão do campo para a cidade de grandes contingentes populacionais gerando desconforto no urbano, seja pela territorialização precária seja pela situação de marginalidade que os excluídos do campo encontraram para se incluir novamente, a superação dos problemas no campo pode resultar num caminho inverso, de retorno ao campo, representando, sobretudo, um resgate da própria cidadania.

Assim, a produção do espaço em cidades pequenas deve ser vista a partir do campo também, pois diz respeito a um mesmo processo de mercantilização do espaço que não reverbera econômica e socialmente apenas, mas atinge também a dimensão ambiental. Se, de um lado, tem-se o favorecimento do agronegócio e do latifúndio pelas práticas, ações e políticas governamentais e o próprio fortalecimento de uma bancada ruralista no Congresso Nacional, Senado, Câmaras Estaduais ou Municipais que detém o poder de participar diretamente das decisões políticas na defesa do agronegócio em detrimento do camponês e pequeno agricultor que passam a ser excluídos do acesso a terra, de melhores condições de vida e empregos dignos, estimulando uma maior discrepância social, por outro lado, a reestruturação produtiva caracterizada pela expansão do agronegócio com visão mercadológica mundial alicerçada pelo discurso da globalização extrai o máximo dos recursos da terra promovendo vários desequilíbrios ambientais.

O espaço, desse modo, é mais intensamente desconstruído pelo capital, resultando em desequilíbrios entre o espaço produzido e o espaço natural, o que mostra que o discurso do chamado desenvolvimento sustentável não é posto em prática pelo Estado, pois a expansão do agronegócio para atender as necessidades de reprodução do capital se sobressaem aos ideais de um desenvolvimento social, econômico e ambiental harmonicamente integrados. Retoma-se, novamente, a importância em se diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico, pois se economicamente, diversas cidades pequenas, se integram ao mercado se especializando funcionalmente, do ponto de vista social e ambiental estas mesmas cidades muitas vezes podem se configurar enquanto territórios de exclusão, na qual se proliferam as injustiças sociais e ambientais.

Sem cair numa discussão paradigmática mais aprofundada a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, que comporta várias leituras, abordagens e controvérsias em seu caráter utópico ou inevitável, ratificamos nosso ponto de vista de que sustentável é manter o camponês e pequeno agricultor no campo, sustentável tanto para o campo quanto para a cidade, pois, consoante o pensamento de Veiga (2002), é fundamental o fortalecimento dessa agricultura como forma de regulação do êxodo rural, além de constituir-se uma estratégia

eficaz para o combate a pobreza no Brasil rural. Portanto, medidas que favoreçam a permanência e consolidação das pequenas propriedades se revelam importantes do ponto de vista econômico, social e ambiental.

A reflexão que iniciamos questionando se ao tratar de núcleos urbanos de pequeno porte estaríamos falando de uma cidade pequena ou de um campo grande, nos remete a discussões mais amplas, com implicações nas práticas de planejamento e gestão da cidade e do território. É auspicioso, portanto, finalizarmos apontando algumas considerações referentes ao planejamento e gestão do território. Para Veiga (2002) o desenvolvimento do Brasil rural também requer uma lei que seja equivalente e complementar ao Estatuto da Cidade. Vale ressaltar que o Estatuto da Cidade traz avanços neste sentido, pois dispõe sobre o ordenamento do meio rural, por meio de Planos Diretores de abrangência municipal (BRASIL, 2001), o que implicou na gestão e no ordenamento da unidade territorial de todo o município e inseriu novas disciplinas no desafio de formular políticas voltadas para o mundo rural (SILVA e PERES, 2009), sendo que, do ponto de vista do Plano Diretor, Braga (1995) já sinalizava que nos municípios paulistas de economia predominantemente agropecuária ou agro-industrial a desconsideração do meio rural seria uma falha capaz de inviabilizar a aplicabilidade do plano. Entretanto, a proposta de Veiga adquire certa relevância se considerarmos que políticas territoriais e não setoriais voltadas para o campo e complementares às normatizações urbanísticas podem promover a diversificação e dinamização do conjunto de economias locais dos pequenos municípios (VEIGA, 2002), minimizando a proliferação dos processos excludentes que, a nosso ver, em cidades pequenas, se inicia na expulsão do campo.

Ademais, o planejamento baseado na unidade territorial dos municípios deve ter em mente de que o processo de desconstrução do espaço não está separado dos processos naturais e que nossas ações acarretam em consequências diretas visíveis na configuração e estruturação do espaço socialmente produzido. Assim, a emergência da preocupação ambiental ganha alto grau de importância ao se tratar do planejamento e gestão da cidade e do território, visto que os problemas ambientais se intensificam. A articulação entre o urbano e o rural nas políticas, no planejamento e na gestão do território seria, portanto, um passo efetivo na obtenção de melhores condições sociais, econômicas e ambientais no campo e na cidade, principalmente quando nos referimos as cidades pequenas mergulhadas no universo rural, nas quais a reestruturação produtiva da agropecuária gera novas relações entre campo e cidade a partir de novas dinâmicas sócio-espaciais.

3.4. Da estrutura das cidades e da forma urbana aos indivíduos e processos excludentes

Desde o início deste trabalho vimos procurando estabelecer uma investigação em cidades pequenas de modo a não proferir a idéia de que o campo é inferior ou está sujeito ao urbano, nem que o tamanho populacional está diretamente relacionado ao desenvolvimento ou crescimento econômico, apesar de ser um dos aspectos determinantes para a designação das cidades pequenas e do posicionamento da cidade face a constituição da rede urbana. Desse modo, nossa análise preza pela articulação entre o urbano e o rural, rompendo com o paradigma dicotômico entre a cidade e o campo.

Como partimos do princípio de estabelecer uma análise a partir da economia política da urbanização e da economia política das cidades, enquanto processos inseparáveis, admitindo que há uma relação de causa e efeito recíprocos entre a cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização, como ela se faz (SANTOS, 1994b), devemos considerar as cidades pequenas como parte de um processo mais amplo da economia e da urbanização, inserida numa estrutura dinâmica, a rede urbana. Assim, a questão que se eleva de importância nesta Dissertação é captar a partir dos planos econômicos, políticos e sociais, revestidos pelo plano ideológico, os conteúdos que alicerçam o processo de urbanização e são responsáveis pela (re)produção continuada do campo e da cidade.

A urbanização é um processo contínuo, por isso a configuração da cidade está sempre em transformação. A cidade sempre muda, indiferente do seu tamanho ou demografia, o uso do solo é modificado. Daí a importância de entendermos a cidade a partir do velho e do novo, das mudanças e das permanências. Há uma redefinição da lógica de organização do uso do solo urbano, ou seja, há uma reestruturação da cidade, no qual uma lógica nova se sobrepõe a lógica anterior. A diversidade do uso do solo baseia-se no fato de que as pessoas exercem, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares, o que enreda uma disputa de usos (CARLOS, 1994). O uso do solo é dinâmico, uma vez que o modo de ocupação é histórico, assim como coloca Carlos (1994), ao longo do processo de reprodução urbana os usos se redefinem, transformando a fisionomia da cidade e o cotidiano das pessoas.

As cidades como produto resultante de relações sociais não poderiam deixar de expressar essa realidade social, econômica e ideológica. O espaço, em diversas escalas analíticas têm se configurado de modo fragmentado, visível na hierarquização que se

estabelece na estruturação urbana, bem como na (re)estruturação das cidades, ordenada pela funcionalidade dos lugares. Nesta direção, a cidade morfologicamente e socialmente em pedaços nada mais é que a expressão da fratura social que se materializa em múltiplas escalas espaciais. Se a morfologia das metrópoles se transformam em um ritmo alucinante revelando um descompasso entre os tempos da forma urbana e o tempo da vida humana (CARLOS, 2007), já nas cidades pequenas o ritmo de transformação do espaço urbano se dá com muito mais morosidade.

A morfologia das cidades pequenas marcada pelo ténue contraste urbano-rural traz na configuração urbana muito daquilo que nega o caráter urbano desses espaços. Em Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande é possível verificar muitas práticas que não são consideradas tipicamente urbanas, o que indica uma multiplicidade de vivências e de contradições. Se isso é perceptível em todas as partes da cidade, ainda é mais complexa no espaço periurbano, cujas características dificultam a delimitação entre o urbano e o rural, com grande presença de criação de animais e de plantações dispersas nas construções que permanecem nos loteamentos mais recentes, como mostra a figura 5. O espaço urbano se caracteriza pelas mudanças e permanências, o velho e o novo vivem e convivem nas cidades, na arquitetura, no traçado das ruas, tal qual nos costumes e hábitos da população.



Figura 5: Atividades rurais no espaço urbano.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.

Processos e transformações na configuração dos espaços urbanos e regionais tal qual na rede urbana vem sendo promovidos em função de transformações recentes da economia que redefine a divisão territorial do trabalho seguida de uma reestruturação espacial nas escalas inter e intra-urbana. O processo de reestruturação representa as profundas modificações pelas quais as cidades vêm passando nas últimas décadas, que só pode ser

contextualizada e entendida a partir das transformações no plano econômico e dos (re)arranjos nas funções urbanas das cidades e do uso do solo dos espaços urbanos. A nível do intra-urbano, estes processos são mais intensos e perceptíveis nas metrópoles, entretanto, o processo de reestruturação espacial provoca transformações na configuração espacial nas cidades médias e pequenas também, ao passo que redefinem a lógica de (re)produção do espaço urbano e da vida cotidiana.

A reestruturação da cidade tem na redefinição do par centro-periferia sua expressão mais concreta. Com a redefinição do par centro-periferia a cidade expande-se para áreas cada vez mais distantes do centro principal. Com isso faz surgir novas centralidades, como os sub-centros para atender a determinada parcela da população (localizada em certos bairros); e os *shopping centers*, que é planejado para atender a um público específico, pois sua própria localização e acesso beneficia os portadores de veículos individuais.

A consolidação dos sub-centros amplia e melhora a eficácia da circulação no espaço urbano de modo geral, já que os fluxos não precisariam ser todos para a área central, amenizando o caótico trânsito das áreas centrais da cidade. Portanto, como resultado do processo de reestruturação:

(...) os padrões de viagens centrado previamente em forma radial já não prevalecem. Embora os centros da cidade ainda atraiam grandes volumes de viagens de transporte público e tráfico de automóvel particular, há uma maior participação de viagens de suburbio a suburbio. (PETERSEN, 2002, p. 13, tradução nossa)

Assim, a constituição dos sub-centros permite uma maior mobilidade no espaço intra-urbano, à medida que descentraliza uma série de serviços e passa a atender algumas das necessidades dos indivíduos. Talvez seja precipitado pensar a partir desse processo em cidades polinucleadas, as quais apresentam um centro principal em articulação com demais centros secundários. Claro que se pensarmos a partir das metrópoles – ou grande parte delas – isso já é um fato consumado, contudo, se pensarmos em cidade de porte médio o que se verifica é apenas a consolidação de centros secundários bastante limitados, se comparados com o centro principal.

Mas e quanto as cidades pequenas, podemos dizer que há um processo de reestruturação no espaço intra-urbano tal qual ocorre nos centros urbanos de maior porte e quais as semelhanças e diferenças na estruturação espacial entre estas cidades? À procura de respostas para estas e outras questões nos empenhamos em delinear um estudo da estruturação

das cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, realizado a partir da malha urbana das cidades (figura 6), na qual procura-se identificar a distribuição do uso do solo urbano e discutir a lógica determinante dessa organização espacial.

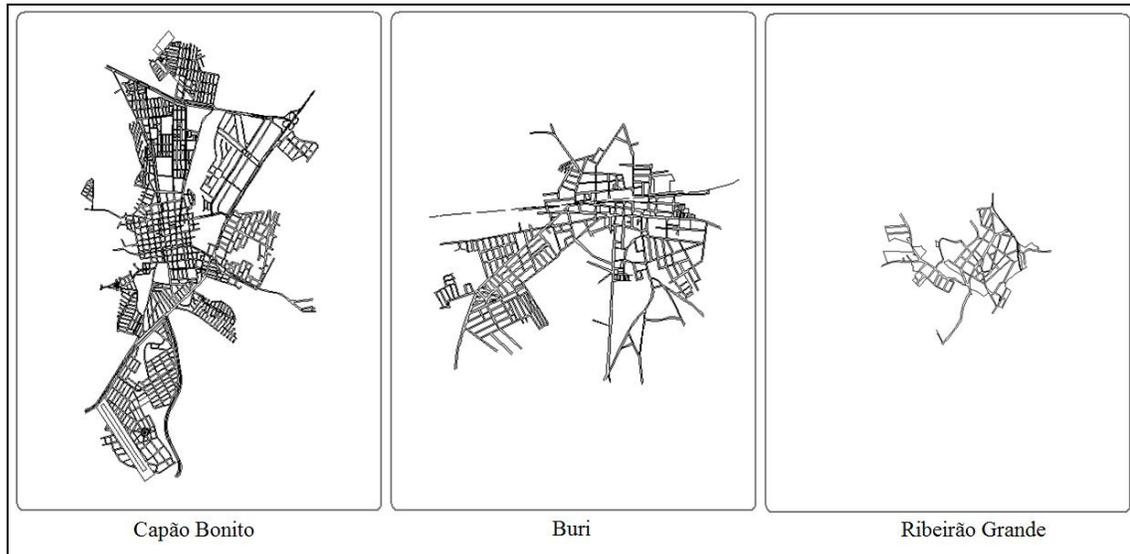


Figura 6: Malha urbana das cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande.
Fonte: Prefeituras Municipais de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande.

O desenho da malha viária das três cidades revelam o reduzido tamanho territorial destes espaços urbanos, que são ainda menores, visto que nestas bases cartográficas estão inclusas áreas loteadas sem a presença de residências. O primeiro aspecto que salta aos olhos ao observar a malha urbana é associar as cidades pequenas ao pedestrianismo, ou seja, a possibilidade de dispensar o automóvel. De fato, muitos deslocamentos podem ser percorridos a pé, contudo, nestas localidades a vulgarização do automóvel dilatou as dimensões das cidades (CHARRIE; GENTY; LABORDE, 1992 *apud* ENDLICH, 2006), pois em cidades pequenas utiliza-se o automóvel para percorrer distâncias curtas.

Todas as características peculiares às cidades de pequeno porte devem ser consideradas para compreender sua estruturação intra-urbana. A estrutura da cidade diz respeito à lógica de distribuição e/ou organização do solo no espaço urbano, bem como a articulação desses usos no espaço num determinado momento. A figura 7 traz um esboço de representação da estruturação das cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, a partir dos quais vamos delinear algumas considerações.

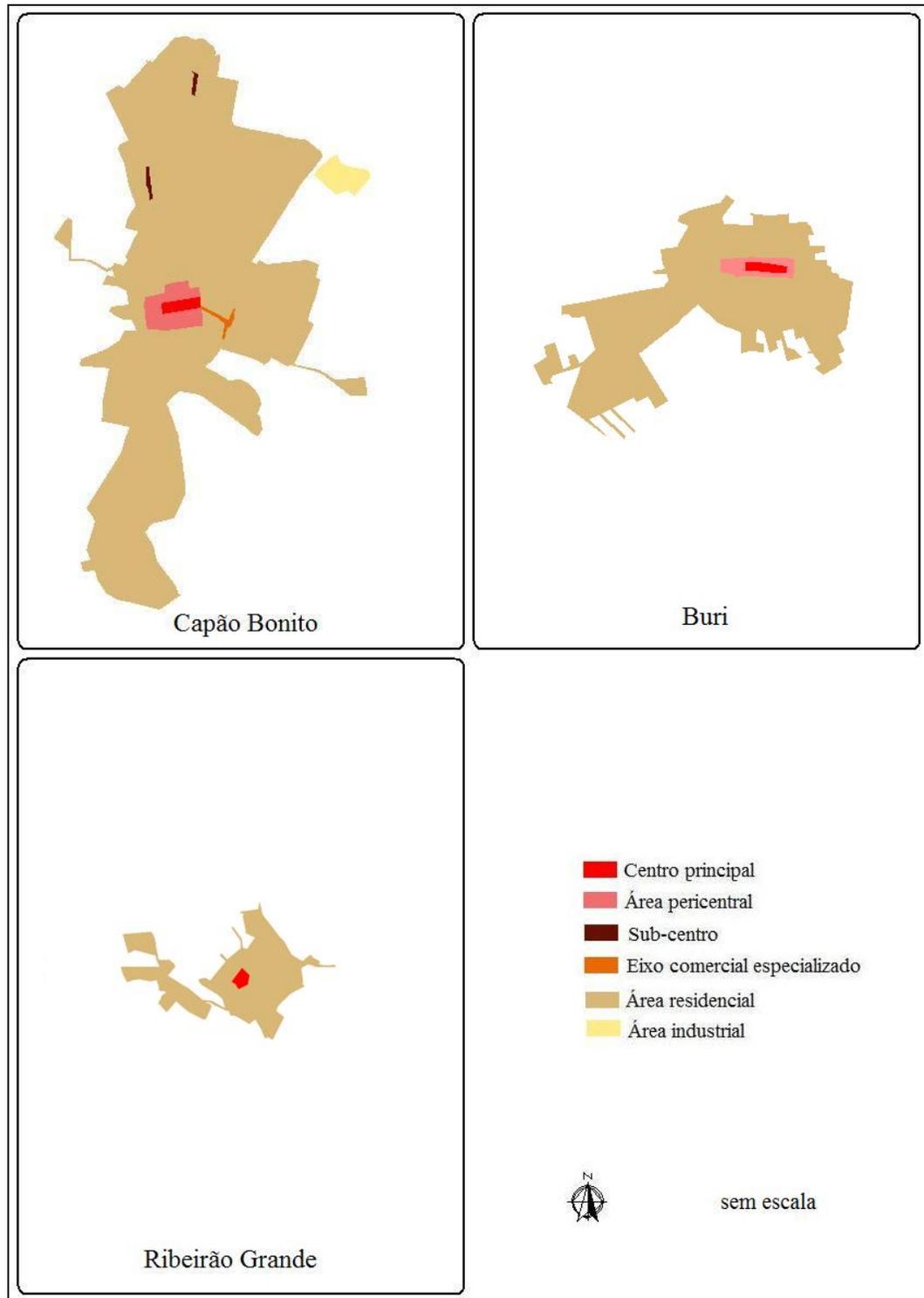


Figura 7: Estruturação das cidades de Capão Bonito Buri e Ribeirão Grande.
Fonte: Trabalho em campo. / Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

Uma advertência se faz necessária, o fato de estarmos nos referindo a cidades com características distintas, principalmente em seu tamanho populacional, pois enquanto Capão Bonito têm uma população urbana de 36.587 habitantes, Buri e Ribeirão Grande apresentam,

respectivamente 13.656 e 2.325 residentes urbanos, consoante o Censo de 2000. Diferenciar o tamanho populacional das cidades é importante para melhor compreender as diferenças e semelhanças existentes na estruturação de cada cidade, pois tem sua expressão em seu tamanho territorial, logo, trabalhamos com três cidades pequenas com características espaciais dissemelhantes, o que acreditamos ser enriquecedor para traçarmos uma reflexão espacial destas realidades urbanas.

Vejamos algumas singularidades e dissemelhanças. Capão Bonito, a maior dentre as três cidades, apresenta um centro principal, no qual estão concentrados os serviços, o comércio e a Igreja Matriz da cidade, há também residências localizadas geralmente no piso superior dos estabelecimentos comerciais. Invólucro ao centro principal verifica-se a consolidação de uma área pericentral com características distintas daquelas que descrevemos quando nos referimos aos centros urbanos de maior porte (vide página 59), diferentemente das cidades maiores, não se caracteriza por ser uma área precária, deteriorada ou obsoleta, estando situada aí a Prefeitura Municipal, alguns estabelecimentos comerciais e residências de alto padrão (considerando-se a realidade local). Identifica-se também um eixo comercial especializado – entre a Avenida Lucas Norgueira Garcez e parte da Avenida Plácido Batista da Silveira –, em serviços automotivos com grande número de oficinas mecânicas, lojas especializadas e concessionárias de veículos automotores. Há, ainda, um Distrito Industrial, descontínuo ao tecido urbano, no qual são desenvolvidas algumas poucas atividades no ramo industrial, visto que se trata de um setor bastante modesto na cidade. A área residencial é ampla, marcada, principalmente, pela periferização da população menos abastada, presentes, sobretudo, nos conjuntos habitacionais, localizados mais distantes do centro principal da cidade. Em Capão Bonito constata-se uma curiosidade para uma cidade pequena, a existência de dois eixos viários nos quais se encontram alguns estabelecimentos comerciais mais fundamentais para atender as necessidades da população ao redor. Na figura 8 designamos essas áreas de sub-centros, no entanto, estamos cientes de que apesar destas áreas representarem novas centralidades, de caráter comercial, para atender a população das proximidades, estão longe de terem os mesmos requisitos nos sub-centros que emergem nas cidades médias e, principalmente, nas metrópoles. Contudo, a nosso ver, esses trechos da Avenida Massaichi Kakihara e da Avenida Elias Jorge Daniel (figura 8) representam grande importância para os moradores ao redor, pois como a cidade cresce longitudinalmente, essa nova centralidade emerge devido a distância entre essas partes da cidade e o centro principal de Capão Bonito.

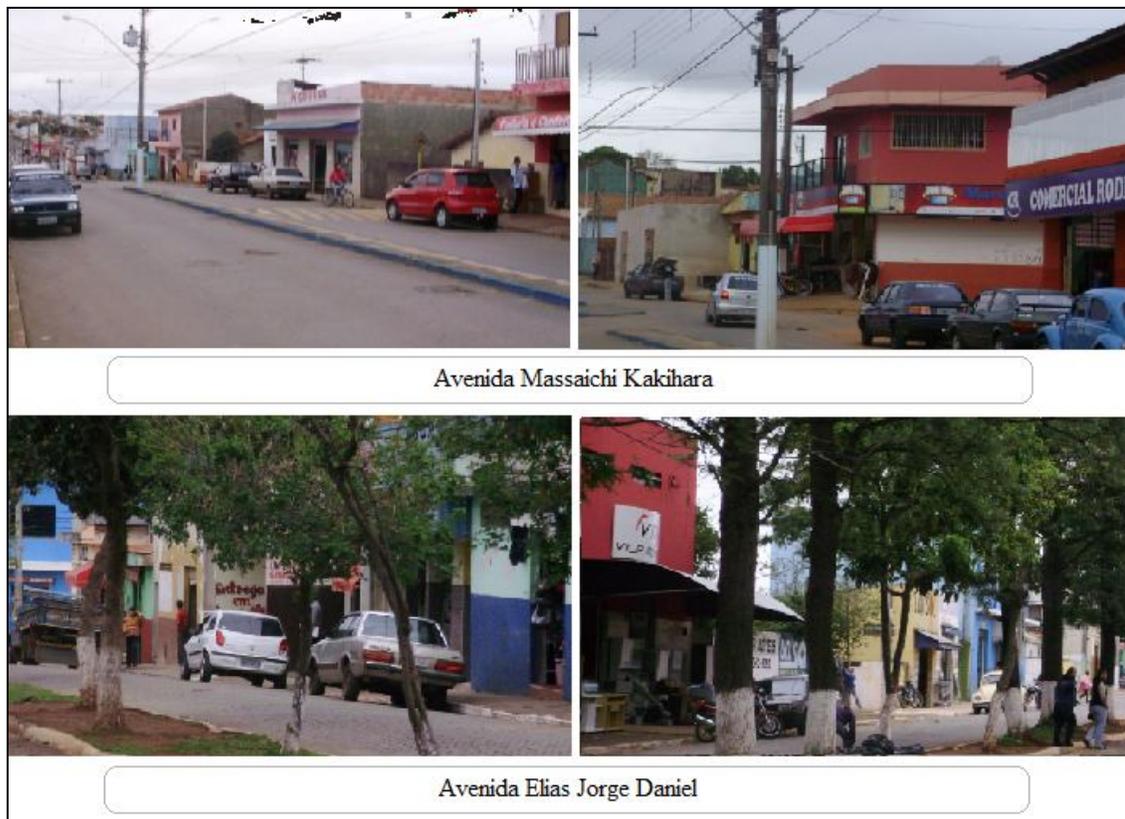


Figura 8: Novas centralidades em Capão Bonito: Av. Massaichi Kakihara e Av. Elias Jorge Daniel.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.

No caso de Buri, o centro principal, que também é o centro histórico, administrativo e religioso, contém um comércio variado, porém modesto. A área pericentral, enquanto prolongamento do centro principal, apresenta características antigas da cidade, visíveis no traçado das ruas, no tipo de calçamentos e na arquitetura, com a forte presença de residências da população de renda mais elevada da cidade. No que tange a área residencial, também é notável a tendência a periferização da população de menor poder aquisitivo, por meio das ações governamentais que constroem os conjuntos habitacionais em áreas mais longínquas. Já Ribeirão Grande, a menor cidade em extensão territorial, exibe um centro principal bastante modesto e limitado, no qual estão presentes também a Igreja Matriz e a Prefeitura do município. Em torno deste está a área residencial, com todo tipo de habitações, e à medida que se distancia do centro vão se tornando mais modestas e precárias, enquanto o parque industrial cimenteiro localiza-se fora do perímetro urbano, próximo as jazidas de minério, no Bairro do Sumidouro.

Diante do exposto, elencamos quatro considerações que corroboram com o entendimento da estruturação das cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, e com o propósito desta Dissertação. A primeira consideração diz respeito a redefinição do par centro-

periferia, em função do surgimento de novas áreas de comércio e serviços; do deslocamento da elite para novos *habitats* exclusivos, ao passo que os centros vão se deteriorando; e da instalação de grandes conjuntos habitacionais. Tais fatores contribuem com a consolidação de uma cidade difusa. Contudo, pensando a realidade das três cidades aqui consideradas, nota-se algumas particularidades. Em Capão Bonito o centro e as áreas ao seu entorno são ainda as mais valorizadas pelo mercado, sendo que nesta porção da cidade encontram-se a população mais abastada e os bairros para esta camada da população são contíguas ao centro. Já os conjuntos habitacionais tendenciosamente foram construídos distantes do centro, como já assinalamos, localizados próximos aos bairros mais carentes. As duas novas centralidades apontadas por nós no intra-urbano representa novas configurações e transformações no espaço urbano. No entanto, tanto em Capão Bonito como em Buri, podemos pensar, a nível da configuração do espaço intra-urbano, em *centro no singular e periferias no plural*, pois a cidade se estrutura, de modo geral, do centro para periferia, com as elites locais ainda permanecendo nas áreas centrais ou contíguas a estas, parte mais valorizada da cidade, principalmente pelo fator locacional, pois a proximidade ao centro é fundamental para o acesso à cidade. Pensar em *periferias no plural* faz sentido pois são, em geral, muito desiguais, umas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico, outras sem infra-estrutura mínima necessária; a única diferença nestas cidades é que não se tem, ainda, a periferia dos ricos, caracterizada, principalmente, pelos loteamentos fechados, que propicia a saída da população com maior poder aquisitivo em direção à periferia, ademais há muita diferença no fato de um rico ou um pobre morar distante da área central. Já no caso de Ribeirão Grande, fomos induzidos a pensar em *centro no singular e periferia no singular*, pois, se por um lado, centro e periferia se confundem aos olhos, pela proximidade e contiguidade entre ambas, por outro lado, há muita singularidade na área residencial que rodeia o centro. No mais, uma característica ainda é peculiar a estas cidades, a idéia de que a cidade empobrece à medida que vai se afastando do centro em direção a periferia.

A segunda consideração retoma a relação entre o urbano, o rural e o agrícola, pois, como a morfologia das cidades pequenas é marcada pelo tênue contraste urbano-rural, resultado da forte articulação entre o modo de vida e os valores rurais e urbanos, os aspectos morfológicos devem considerar as formas assumidas em seu processo de produção, desde aquelas com características tipicamente urbanas – como as edificações, a forma de parcelamento do solo, as vias de transporte, os espaços públicos e privados, entre outros –, como as que tem um vínculo maior com o modo de vida e valores rurais – como os quintais, os espaços destinados as hortas ou criação de animais –, e as formas de produção agrícola,

mesmo tendo que considerá-las de modo mais subjetivo – como é o caso das áreas de habitação dos trabalhadores rurais residentes urbanos, os espaços destinados às novas áreas do saber e pesquisas (como a biotecnologia, por exemplo) e os espaços especializados para atender o campo e suas atividades tal qual aqueles destinados aos serviços de armazenagem de grãos e carnes, entre outros. Dentre os exemplos que vão de encontro a esta segunda característica, podemos destacar, nas cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande a forte presença de quintais nas quais se reproduzem, em muito, os hábitos rurais, a criação de animais e cultivo agrícola em vazios urbanos – particularmente no espaço periurbano –, a presença nas periferias desses núcleos urbanos de um grande contingente de trabalhadores rurais, a proliferação de celeiros para armazenagem de grãos na área periurbana ou nas proximidades do perímetro urbano – o que leva muitos a considerar as cidades pequenas enquanto verdadeiros celeiros da produção agrícola –, e novos ramos voltados para o desenvolvimento das atividades rurais, como a Cooperativa Agrícola de Capão Bonito ou a criação de uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) em Capão Bonito voltada para o curso de Tecnologia em Silvicultura (ciência ligada à cultura madeireira), o que revela o interesse da Votorantim Celulose e papel S.A. e da Associação da Indústria Madeireira de Capão Bonito na consolidação dessa área do saber e da pesquisa, visto que a cidade está ilhada por extensas áreas de cultivo de eucaliptos.

A relação entre tempo e espaço remete a nossa terceira consideração, pois, ao falarmos em reestruturação das cidades, estamos nos referindo a uma nova lógica de organização do uso do solo que se sobrepõe, em determinado momento, à outra em vigor até então, assim a reestruturação da cidade vem a ser um processo em marcha contínua no espaço urbano que dá origem, em diferentes momentos, a uma estrutura intra-urbana diferente. Contudo, as transformações na configuração do espaço urbano em cidades pequenas ocorre a passos lentos, como já advertimos, visto que a lógica de organização e distribuição do solo urbano passa por poucas mudanças locais.

Historicamente, comprovamos a impotência da Igreja para a consolidação da formação territorial, principalmente nas cidades de Capão Bonito e Buri, sendo assim, fica claro que a estruturação da cidade, num primeiro momento, se dá a partir do centro religioso. Nada mais trivial, quando pensamos numa cidade pequena, imaginar uma igreja com uma praça central em frente a partir da qual a vida se anima. Sem generalizar, podemos aceitar que, de fato, esta é uma característica peculiar a muitas cidades de pequeno porte, como é o caso das três cidades que abrangem nosso recorte empírico. A Igreja Matriz das três cidades tiveram e ainda têm papel de destaque no espaço urbano, afinal a configuração espacial é

marcada por poucas alterações no desenho urbano da área central da cidade, o que contribui para a permanência da figura da igreja perante a cidade como um todo, como é o caso exemplificado na figura 9, na qual procuramos contrapor uma imagem da área central de Capão Bonito na década de 1930 e uma imagem dos dias atuais.

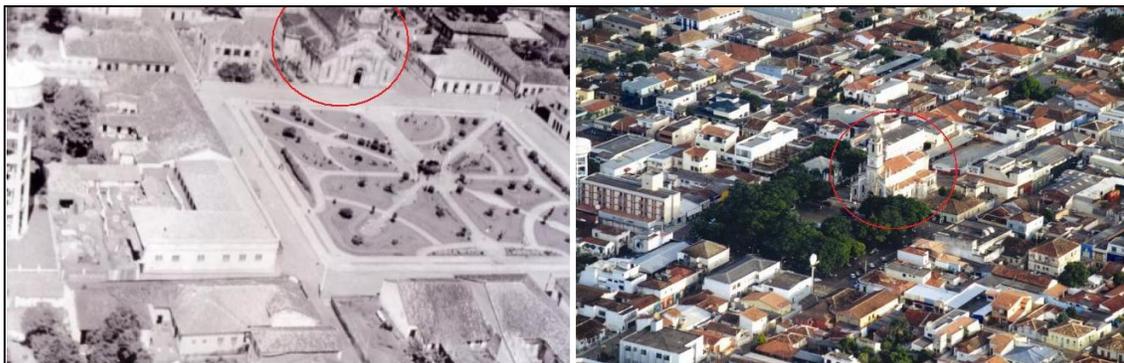


Figura 9: Área central de Capão Bonito na década de 1930 e nos dias atuais.

Fonte: Jornal O Expresso, Caderno Especial em Comemoração aos 150 anos de Capão Bonito, 2007; Site oficial da Prefeitura Municipal de Capão Bonito, 2008.

Apesar da diferença de angulação das imagens é perceptível como o espaço nas cidades pequenas é mais lentamente desconstruído pelas ações do homem; as formas passadas se cristalizam com maior intensidade no espaço urbano atual, presente na arquitetura, nos tipos de construções, no traçado, extensão e largura das vias, no desenho e disposição das quadras, no uso do solo, numa série de objetos arquitetônicos, enfim, nas linhas, espaços, volumes, planos, cores e geometrias que se contrastam entre o antigo que se mantém e o novo que ganha espaço e destaque no meio urbano.

Toda produção espacial corresponde a “destruição” de um espaço já existente, seja ele natural ou artificial, logo, não há apenas produção do espaço, construção de formas espaciais, mas sim, desconstrução do espaço, pois as práticas sócio-espaciais modificam o meio, num incansável processo de refazer espacial, no qual a cidade é a maior prova disto. Ao construir novos espaços, é comum o homem abstrair-se do existente como se não houvesse conseqüências, pouco ou nada tivesse a ver com o novo (FRANCISCO, 2009). Neste sentido, ao produzir novas formas espaciais por meio dos processos sociais ocorre, gradativamente, modificações em um espaço pré-existente. Da construção da casa, passando pelas quadras, os bairros e a cidade como um todo, o espaço é desconstruído, sendo que, quanto maior o porte da cidade mais intensamente este processo se sucede. No caso das cidades pequenas o processo se dá com maior lentidão, sendo que, se por um lado, há poucas alterações no desenho urbano, como mostra a figura 9, e a expansão do tecido urbano via proliferação de loteamentos

também se dá paulatinamente, no outro extremo, é grande o número de edificações antigas que, além de testemunhar a história da cidade, permanecem em uso no espaço urbano, tanto na cidade de Capão Bonito como em Buri e Ribeirão Grande, como mostra os dois exemplos da figura 10.



Figura 10: Edificações antigas que se mantêm no espaço urbano.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.

Ademais, as ruas, as quadras, os monumentos, os espaços públicos, a distribuição espacial das edificações, das moradias e dos equipamentos urbanos revelam os meandros do processo de expansão urbana e nos remete a pensar nos constantes processos de refuncionalização dos espaços, onde o novo aparece metamorfoseando o antigo, que se refuncionaliza a fim de atender novos interesses, e cujas novas configurações da forma sobrepostas aos resíduos permanentes ao escoar do tempo nos convidam a pensar os vários caminhos trilhados na formação sócio-espacial das cidades.

A quarta consideração abrange o sistema viário das cidades, pois a hierarquia do sistema viário nesse processo ganha destaque se admitirmos que a estrutura das cidades é influenciada pelas vias de circulação. Com a reestruturação das cidades, não é apenas o uso do solo que se modifica, a circulação no espaço urbano também se redefine, alteram-se os destinos das viagens no meio urbano. Há, de fato, uma forte relação entre o uso e ocupação do solo urbano com os eixos viários – e o transporte urbano, por conseguinte –, ao passo que o espaço urbano atende as diversas necessidades humanas: a moradia, o trabalho, a interação social, o lazer, a mobilidade de mercadorias e de pessoas, etc.. O sistema viário é fundamental para a estruturação da cidade, pois os eixos viários não permitem apenas a circulação no espaço intra-urbano, ao fazê-lo permite a interação entre as diversas partes da

cidade. Na figura 11 procuramos representar os principais eixos estruturadores do espaço urbano nas cidades estudadas, a partir dos quais podemos auferir algumas considerações.

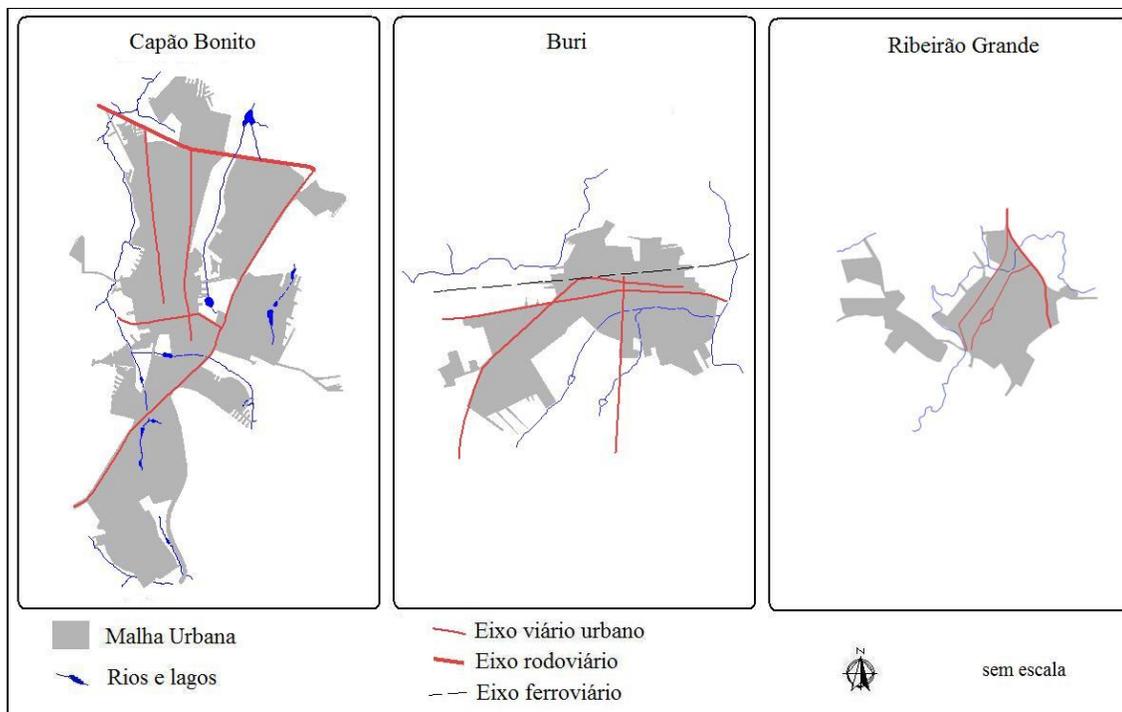


Figura 11: Mancha urbana com destaque para os eixos estruturadores e corpos d'água.
 Fonte: Trabalho em campo, 2009. / Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

Em Capão Bonito as vias centrais foram norteadoras da estruturação da cidade, num primeiro momento, cuja tendência posterior foi a expansão da cidade em direção às rodovias, ou seja, a cidade cresce, primeiro em direção às rodovias e depois às margens destas. Em Ribeirão Grande o principal eixo estruturador da cidade é a Avenida Eduardo Brisola de Lima, que dá acesso à rodovia. Já Buri apresenta uma característica diferente em nosso recorte empírico, porém semelhante a tantas outras cidades paulistas – a estruturação da cidade teve os trilhos como orientadores da expansão e valorização das terras urbanas –, visto que apesar de não ter nascido às margens da ferrovia, se estrutura a partir dela e de alguns eixos que ligam à área central da cidade. O posicionamento das vias obedece, em certa medida, um alinhamento a partir da linha férrea, ponto de partida para o desenho urbano da cidade.

A opção pela cartografia em mancha com destaque para os eixos estruturadores e os corpos d'água da cidade evoca a imagem da forma urbana enquanto dimensão física concreta de todo objeto socialmente produzido delineada por uma multiplicidade de fatores e condições dadas a partir de determinado contexto. A forma urbana trata da forma física da

cidade, associada ao seu suporte geográfico, como aponta Lamas (2004), pois é indissociável do seu sítio e do território, portanto, seria interessante traçar uma análise da forma considerando aspectos físicos do espaço, pois são determinantes para o desenho da cidade, uma vez que é a partir da pendente do terreno e da configuração topográfica que se define a forma urbana e o traçado para as principais vias. No entanto, a falta de acesso a essas informações nos impossibilita de realizá-lo em nosso recorte empírico, mas da relação entre o espaço natural e o espaço socialmente produzido podemos apontar, subsidiados pela figura 11, que nas cidades pequenas a produção do espaço urbano se dá com uma mínima desconstrução espacial se comparada com os grandes centros urbanos, pois ao observar a disposição dos corpos d'água verificamos que é um dos elementos delineadores e limitadores para a expansão do tecido urbano, por mais que muitas vezes a ocupação das residências se dêem muito próximas as margens dos corpos d'água, estes ainda mantém sua forma sinuosa natural, sem retificação, tamponamento ou canalização.

Outro aspecto que vem à tona a partir da figura 11 diz respeito ao processo de expansão do tecido urbano. Um contínuo processo de redesenho espacial tem marcado as cidades de modo geral, caracterizado, principalmente, pelo processo de expansão do tecido urbano, pela intensificação da circulação de pessoas, mercadorias e informações, além da fragmentação do espaço urbano. Há nas cidades atuais uma forte tendência ao crescimento do tecido urbano em descontinuidades espaciais, com reflexo também no plano social, principalmente quando nos referimos às metrópoles e cidades médias e grandes. Desse modo, faz-se necessário pensar a expansão do tecido urbano em cidades pequenas, visto que devido o seu porte físico-territorial e populacional têm-se a idéia de se tratar de cidades mais compactas, geometricamente integradas. No entanto, é possível verificar uma propensão a um crescimento descontínuo do espaço urbano, como é o caso de Capão Bonito (figura 12), por exemplo, que se expande deixando uma série de vazios urbanos, enquanto a figura 13 nos apresenta a realidade de Ribeirão Grande, que pelas suas características, nos remete a idéia de cidade mergulhada no universo rural e nos apresenta alguns qualificativos do embate entre a cidade e a não-cidade. Uma ressalva deve ser assinalada, ao observarmos a figura 11 temos a impressão de um crescimento urbano em Ribeirão Grande em grande descontinuidade espacial, esse espraiamento do tecido urbano se dá devido a forte relação com o modo de vida e de propriedade rural predominante nesta cidade, pois diversas residências localizadas dentro do perímetro urbano estão invólucras por características não urbanas, entretanto, estão ligadas à cidade pelos traçados das ruas decorrentes do processo de produção do espaço urbano. Ou seja, há um processo de espraiamento nas cidades de Capão Bonito e Ribeirão Grande, porém

a partir de lógicas de produção espacial distintas engendradas por diferentes conteúdos sociais.



Figura 12: Expansão Urbana em descontinuidade espacial em Capão Bonito.
Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Capão Bonito, 2008.



Figura 13: Espaço urbano de Ribeirão Grande.
Fonte: Desconhecida.

Do ponto de vista da forma urbana verifica-se grandes disparidades entre os dois núcleos urbanos, visíveis nas diferenças entre o tamanho territorial e na densidade de edificações entre ambas. Pelos traçados das ruas, as diferenças de larguras, disposição e tipo de hierarquia entre as vias, e pela regularidade e alinhamento das quadras, percebe-se diferentes cuidados urbanísticos nas cidades e distintas dinâmicas de produção do espaço urbano. Enquanto a cidade de Ribeirão Grande evoca a imagem do campo, cuja configuração urbana se mostra com certa contiguidade espacial e revela resquícios de características rurais que permanecem no espaço urbanizado, em Capão Bonito verifica-se um espaço não homogêneo, com enormes disparidades espaciais, densa em algumas partes, dispersa em outras, com alto grau de concentração nas áreas centrais e com a ocorrência de vazios, tanto no que diz respeito aos vazios-gleba quanto aos vazios-lote. Contudo, mesmo com diversas dissemelhanças do ponto de vista físico-territorial, da configuração espacial e do tamanho populacional, ambas são consideradas cidades pequenas e têm estatuto legal de cidade idêntico aos de centros urbanos que formam as regiões metropolitanas ou centros urbanos regionais, entretanto, seria difícil denominá-las de outra coisa senão de cidades, visto que, apesar de seus pormenores, são assentamentos humanos com atividades diversificadas, são centros de gestão do território (tanto do ponto de vista dos negócios quanto no que confere a religião e política), apresentam certa centralidade e constituem um local de mercado, além de ser o espaço de organização e interação de pessoas com bases de interesses e valores daqueles indivíduos.

Aprender a estruturação da cidade e a forma urbana tem sua relevância para melhor compreendermos os processos que revelam os conteúdos urbanos. As mudanças locacionais e funcionais provocam a redistribuição espacial na cidade e da rede urbana ao mesmo tempo que acentuam as desigualdades e a exclusão de um contingente expressivo de indivíduos. Em função das características do momento atual todas as cidades brasileiras exibem problemáticas semelhantes, logo, as cidades pequenas podem, não raramente, apresentar grandes problemas, seja de cunho social, econômico ou ambiental. Mesmo em cidades pequenas, como o caso de Capão Bonito, não há mais um território urbano, mas territórios urbanos, expressão da manifestação dos processos excludentes em marcha, dilaceradora da unidade urbana, sendo que uma análise regional ou mesmo a partir da rede urbana denuncia uma dilaceração do espaço em múltiplas escalas marcada pela competição entre as cidades. Em todo este processo os interesses voltados para o macro-econômico se sobrepõem as questões sociais, expressa na precária relação entre as ações governamentais e o desenvolvimento social do país que

desconsidera as necessidades da maioria, e se efetiva através da exclusão e segregação sócio-espacial, tanto de indivíduos incluídos na urbanidade formal como aqueles dela excluídos.

Uma série de processos de ordem econômica, política e social acentuam a exclusão nas cidades pequenas. A exclusão sócio-espacial se configura na exclusão do mercado legal de terras, na ausência de políticas consolidadas para o camponês e pequeno proprietário rural, na expulsão do campo, na carência quantitativa e qualitativa de infra-estruturas e serviços, na falta de empregos, na ausência de representatividade política por parte da população e ausência de movimentos sociais urbanos organizados, fazendo com que tais cidades fiquem a mercê dos interesses dos proprietários de terras e dos detentores das atividades econômicas e dependam cada vez mais das benevolências do poder público.

Refletir as cidades pequenas enquanto territórios da exclusão conduz a pensar, por um lado, em cidades excluídas, se considerarmos uma análise a partir da rede urbana, por exemplo, visto que a dependência em relação aos centros maiores é enorme (e aumenta quanto menor for o tamanho da cidade, como é o caso de Ribeirão Grande) e no plano econômico são dependentes, em geral, de atividade agrícola ou agroindustrial, cujos interesses mercadológicos extrapolam o local. Por outro lado, analisar a estrutura da cidade e a forma urbana induz a pensar em cidades dos excluídos, cuja configuração apresentam poucos bairros, com medidas modestas, nas quais as áreas periféricas apresentam graves problemas que afetam a qualidade de vida, com deficiência de infra-estruturas básicas (água potável, energia elétrica, rede de esgoto, coleta de lixo e pavimentação de ruas), inadequação dos serviços de educação, saúde e lazer, bem como a falta de emprego e aumento da violência. O mercado de trabalho é majoritariamente sazonal, cuja característica maior é o grande percentual de trabalhadores rurais que residem nas periferias destas cidades, sendo que a oferta de emprego é bastante reduzida, em razão de praticamente inexistir outros setores de atividades capazes de abastecer toda mão-de-obra desempregada, principalmente no período de entressafra.

Alguns indicadores permitem mensurar e entender melhor as estruturas sociais e econômicas das cidades estudadas e traçar uma análise sobre as desigualdades sócio-espaciais, que permitem detectar a exclusão, considerando a qualidade de vida da população e a iniquidade territorial. Do ponto de vista social, um indicador que se destaca é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que consiste numa medida comparativa que engloba as dimensões da longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo a 1, melhor é o nível de desenvolvimento humano local, ou seja, melhor a qualidade

de vida da população. A tabela 11 traz os índices de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, comparando-os com o IDH do estado de São Paulo nos anos de 1991 e 2000.

Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano

	1991	2000
Estado de São Paulo	0.778	0.820
Capão Bonito	0.602	0.716
Buri	0.607	0.701
Ribeirão Grande	-	0.705

Fonte: PNDU. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

No período de 1991 e 2000 o IDH cresceu em Capão Bonito e Buri. No entanto os três municípios que englobam este estudo empírico apresentam índices de Desenvolvimento Humano abaixo da média estadual, em todos os seus componentes: educação, longevidade e renda (tabela 12).

Tabela 12: IDH - Longevidade, Educação e Renda

	<i>IDH - Longevidade</i>		<i>IDH - Educação</i>		<i>IDH - Renda</i>	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Estado de São Paulo	0.730	0.770	0.837	0.901	0.766	0.790
Capão Bonito	0.530	0.673	0.623	0.830	0.653	0.644
Buri	0.596	0.671	0.620	0.797	0.605	0.636
Ribeirão Grande	-	0.688	-	0.805	-	0.622

Fonte: PNDU. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

Nota-se que a educação é a dimensão que apresenta os valores mais elevados nos três municípios tal qual no Estado de São Paulo, porém com valores muito inferiores a este último. No outro extremo, os índices referentes a renda são os mais baixos nos municípios estudados, indicando, sobretudo, pouco crescimento em relação ao ano de 1991, como é o caso de Buri, e decréscimo em Capão Bonito. Por considerar as dimensões da longevidade, educação e renda o IDH é um indicador de extrema importância, principalmente quando se procura comparar municípios, apontando a qualidade de vida da população, com sua riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade, entre outros. Entretanto, é necessário investigar com mais detalhes esses e outros aspectos do desenvolvimento do território.

Vejamos o caso da educação. Ribeirão Grande é o município com a mais elevada taxa de analfabetismo (16,7%). Capão Bonio e Buri, apesar de exibir níveis mais baixo de

analfabetismo ainda possuem índices bastante superiores a média do estado de São Paulo, como sinaliza a tabela 13.

Tabela 13: Taxa de analfabetismo, em %

	1991	2000
Estado de São Paulo	12,2	7,9
Capão Bonito	18,0	11,6
Buri	18,5	13,0
Ribeirão Grande	-	16,7

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

Refletir a respeito da educação é relevante, pois os indivíduos mais vulneráveis à exclusão são aquelas sujeitas às condições de empregos precários, sendo que uma das características destes está no seu baixo nível educacional. O quadro educacional brasileiro apresenta alto nível de analfabetismo, alta taxa de repetência e evasão, vagas limitadas em creches, escolas e universidades públicas, sem falar no baixo investimento público com educação e as estruturas precárias dessas instituições. E isto se expressa também nas cidades que integram nosso recorte empírico.

No entanto, a educação não é o único setor público desprezado pelo Estado, mas todas aquelas relacionadas ao social, como os baixos gastos públicos aos serviços de saúde, por exemplo. A tabela 14 revela que Ribeirão Grande ao contrário dos outros dois municípios não dispõe de hospital; possui um único posto de saúde na zona urbana. Enquanto Capão Bonito possui hospital e entre os três municípios é aquele que dispõe de mais postos de saúde, dos quais muitos situam-se na zona rural, o que sugere uma boa malha de atendimento. Todavia, a ausência de muitos tipos de tratamentos ou exames médicos obriga parcela da população a se deslocar para outros centros urbanos, e essa dependência aumenta quanto menor o número de hospital, leitos e especialidades ou unidades médicas nas cidades.

Tabela 14: Número de unidade hospitalar e ambulatorial, 2000

	Hospitais	Unidades de Atendimento Médico
Capão Bonito	1	17
Buri	1	7
Ribeirão Grande	0	5

Fonte: GEOSNIC (a partir de dados do DATASUS).

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

Outros dois indicadores que representam bem a qualidade da vida é a mortalidade e esperança de vida ao nascer de uma população. Com relação à mortalidade infantil todos os

municípios apresentaram uma redução considerável nos níveis entre os anos de 1991 e 2000, com destaque para Capão Bonito que baixou de 51,7 em 1991 para 29,0 em 2000, como se verifica na tabela 15. Entretanto, vale ressaltar que os três municípios apresentam níveis de mortalidade infantil muito acima da média do estado de São Paulo, o que indica ser um problema sério a ser resolvido. Quanto a esperança de vida ao nascer, este indicador além de apontar o número de anos que em média uma pessoa terá probabilidade de viver, também induz a refletir a respeito da qualidade de vida, saúde e lazer dos indivíduos, bem como a violência, criminalidade, poluição e situação econômica. Os valores presentes na tabela 15 mostram que a esperança de vida ao nascer em Capão Bonito (65,4), Buri (65,3) e Ribeirão Grande (66,3) estão aquém da média estadual (71,2 anos).

Tabela 15: Indicadores de mortalidade e longevidade, 1991 e 2000

	Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)		Esperança de vida ao nascer (anos)	
	1991	2000	1991	2000
Estado de São Paulo	27,3	17,5	68,8	71,2
Capão Bonito	51,7	29,0	61,1	65,4
Buri	42,5	29,3	63,5	65,3
Ribeirão Grande	42,2	26,7	63,6	66,3

Fonte: PNDU. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

Ressalte-se que apesar de ser o município com maior esperança de vida ao nascer, a população de Ribeirão Grande sofre com problemas respiratórios gerados, hipoteticamente, pela presença de atividade minerária, piorando consideravelmente a qualidade de vida local, visto que 23,3% dos óbitos verificados na população em função de doenças respiratórias.

Outro indicador que merece destaque na análise das desigualdades sócio-espaciais é a renda. O IDH já revela que a desigualdade de renda é o lado mais perverso do desenvolvimento do território. Dois indicadores muito utilizados para medir as desigualdade existentes na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita* são o percentual de pobreza e coeficiente Gini. A tabela 16 traz os indicadores de pobreza e desigualdade entre 1991 e 2000. A pobreza, medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000, a saber R\$ 75,50, cresceu em Capão Bonito, passando de 38,5% em 1991 para 44,2% em 2000. No caso de Buri e Ribeirão Grande a pobreza diminui, passando de 44,7% para 36,1% em Buri e de 62,5% para 49,8% em Ribeirão Grande, onde praticamente metade da população vive em situação de pobreza. O índice Gini, utilizado para calcular a desigualdade, varia de 0 a 1, no

qual o 0 implica numa perfeita equanimidade na distribuição de renda e o 1 corresponde à completa desigualdade. Em Capão Bonito e Ribeirão Grande a desigualdade cresceu entre 1991 e 2000, e em Buri o índice Gini se manteve em 0,54.

Tabela 16: Indicadores de pobreza e desigualdade, 1991 e 2000

	Capão Bonito		Buri		Ribeirão Grande		Estado de São Paulo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Proporção de pobres (%)	38,5	44,2	44,7	36,1	62,5	49,8	12,9	14,4
Índice Gini	0,55	0,60	0,54	0,54	0,44	0,61	0,56	0,59

Fonte: PNDU. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009

O conceito de pobreza está intimamente ligado ao de exclusão, no entanto não podem ser tratados simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno (WANDERLEY, 2002). Ao considerar a de exclusão a partir dos vínculos sociais, percebe-se que pode haver pobreza sem exclusão social, pois há pobres que se encontram integrados numa rede de relações de grupo ou comunidade, assim, pobreza e exclusão social são realidades distintas que nem sempre coexistem (BRUTO DA COSTA, 1998). No entanto, pode-se notar que a própria definição de pobreza está contida em alguns conceitos de exclusão. Consoante Bruto da Costa (1998) pobreza é a situação de privação resultante da falta de recursos.

A privação traduz-se, antes do mais, em más condições de vida. Este é, porventura, o lado mais visível da privação e da própria pobreza. Normalmente, trata-se de *privação múltipla*, isto é, em diversos domínios das necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc. (BRUTO DA COSTA, 1998, p. 27, *destaques do autor*)

Nessa direção, a visão da pobreza, como dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna se associa à idéia de exclusão. Pode-se afirmar, então, que a pobreza é a principal dimensão da exclusão, pois é, certamente, a forma de exclusão social mais generalizada entre nós (BRUTO DA COSTA, 1998).

Vale destacar que a proporção de pobres nos municípios está bem acima da média estadual, contudo o nível de desigualdade medido pelo índice Gini apresentam valores semelhantes, o que revela o alto grau de concentração econômica na sociedade brasileira como um todo. No Brasil, a pobreza e a exclusão são produtos da alta concentração de renda

como já salientamos, e isso se expressa também nas cidades pequenas que englobam este estudo de caso, como podemos observar na tabela 17.

Tabela 17: Percentual da renda apropriada por extratos da população, 1991 e 2000

	Capão Bonito		Buri		Ribeirão Grande	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
20% mais pobres	3,7	1,8	3,8	3,1	5,8	2,5
40% mais pobres	10,8	8,0	11,4	11,1	16,0	8,6
60% mais pobres	22,0	18,4	23,0	23,2	31,9	18,1
80% mais pobres	39,4	36,6	41,4	42,1	55,7	33,4
20% mais ricos	60,6	63,4	58,6	57,9	44,3	66,6

Fonte: PNDU. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

Enquanto poucos se apropriam de maior parte da renda, resta à maioria da população um pequeno “pedaço do bolo”. Como a renda é fundamental em nossa sociedade capitalista, essa parcela da população fica aquém dos bens necessários à uma sobrevivência justa em todos os aspectos da vida social, dentre os quais a habitação e o acesso a serviços básicos por exemplo.

Os valores apresentados indicam mais que as desigualdades existentes no espaço intra-urbano denunciam uma iniquidade territorial que extrapola os limites da cidade, pois todos os índices exprimem valores abaixo da média do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo permitem comparações entre municípios, indicando *onde* investir prioritariamente e *em que* investir nestes lugares prioritários, com o objetivo de garantir o direito a todos os habitantes de uma vida mais justa e digna por meio de um ordenamento territorial mais equitativo.

Ao estabelecer um nexos entre a estrutura da cidade e a forma urbana com os indivíduos e os processos excludentes procuramos apontar que as cidades pequenas tal qual os núcleos urbanos de maior porte expressam problemáticas semelhantes resultantes de diversos interesses econômicos que prezam pela eficiência e funcionalidade dos espaços e como decorrência da fratura social que produz espaços exclusivos, em diversas escalas, para determinadas funções e usos, concomitantemente, espaços exclusivos para certos indivíduos ou classes e não para outras. Contudo, há de se ressaltar que a proliferação dos processos excludentes só é possível a partir de uma dominação política, ideológica e econômica, como afirma Villaça (2003), no qual o mercado é o principal instrumento de dominação e exclusão econômica e quase sempre apresenta uma manifestação espacial (VILLAÇA, 2003).

A ideologia dominante que prioriza as questões econômicas em detrimento das questões sociais molda a ação dos indivíduos e da iniciativa privada e poder público na

produção do espaço ao mesmo tempo que propicia a refuncionalização e criação de novos espaços para atender aos interesses rentistas, no qual a cidade tem a sua maior expressão, num processo a partir do qual objetos e indivíduos são excluídos para se incluir novamente às novas lógicas estruturais. O espaço se fragmenta e sua visibilidade é maior nas metrópoles e cidades grandes e médias, pois nelas contém os dois extremos da sociedade, os muito ricos e os muito pobres – o topo e a base da hierarquia social.

No caso específico das cidades pequenas têm-se um espaço marcado por mudanças advindas da globalização e permanências da política clientelista características do período colonial. As relações políticas ainda são marcadas pelo mandonismo local, cuja base de poder se estabelece pela propriedade da terra e está submetido a um forte centralismo marcado pelo patrimonialismo, clientelismo e corrupção, aspectos apontados por Martins (1997) como inibidores do desenvolvimento da cidadania, cujos limites encontram-se postos, sobretudo, pela larga exclusão sócio-espacial. As relações sociais e espaciais também sofreram transformações drásticas com alterações das relações sócio-espaciais da cidade que segrega não apenas espaços mas também indivíduos. A acessibilidade é outro aspecto que salta aos olhos quando nos referimos as cidades pequenas e merece destaque, pois não diz respeito ao acesso aos espaços do intra-urbano apenas, mas também a conexões que extrapolam a cidade e atingem outras cidades da rede urbana, afinal como as cidades pequenas não têm condições concretas de suprir-se de todos os bens e serviços os fluxos em direção as cidades maiores se intensificam propiciados pela facilidade de interligação com os centros com equipamentos comerciais e de serviços mais diversificados e sofisticados, seja por meio de automóveis ou de transporte coletivo (como já apontamos na análise a partir da rede urbana apresentada anteriormente).

Ainda sob a ótica da acessibilidade vale salientar que o fato de não haver transporte coletivo intra-urbano, como nos casos de Buri e Ribeirão Grande, e a questão da distância das áreas periféricas em relação ao centro da cidade, onde estão localizadas a estrutura comercial e de serviços, dificultam a locomoção de parcela de indivíduos entre as partes da cidade, visto que consoante Bernardelli (2004), para os que possuem crianças pequenas, as pessoas idosas, doentes ou com algum tipo de deficiência que prejudica a sua locomoção, as distâncias tornam-se ainda maiores. Paradoxalmente, estas cidades que estão fortemente associadas ao pedestrianismo não apresentam nenhum cuidado urbanístico para esta prática, pois há um favorecimento para as vias de circulação voltadas para o uso do automóvel.

As possibilidades de lazer também são limitadas, o uso de espaços públicos como praças e parques são desfrutadas principalmente pelos mais jovens, caracterizando-se como

espaço de encontros na cidade. As festas típicas, principalmente as de cunho religioso, também constituem momentos de lazer e cultura para os moradores dos pequenos centros urbanos. Já as diversas opções de turismo de aventura, práticas de trilhas, o ecoturismo entre outras possibilidades de lazer características da região não são usufruídas pela ampla maioria da população local, sendo mais aproveitadas por turistas que procuram estas cidades com tal objetivo. Ressalte-se que estas opções de lazer demandam certo custo, que a maioria da população local não teriam condições de dispor, afinal o número de pobres nas cidades é elevado e o nível de renda, na maioria das vezes, não dá conta de atender nem as necessidades mais elementares dos indivíduos. A forma de lazer predominante para aqueles que não podem usufruir das possibilidades locais ou não tem meios para se deslocar para centros maiores para desfrutar de teatros, cinemas ou quaisquer outras atividades de lazer ou cultura, é a televisão, que não por acaso é o bem de consumo que apresenta maior percentual de acesso por domicílio, como mostra a tabela 18.

Tabela 18: Percentual de domicílios com acesso a bens de consumo, 1991 e 2000

	Capão Bonito		Buri		Ribeirão Grande		Estado de São Paulo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Geladeira	51,9	78,7	51,6	79,5	25,7	67,8	90,0	96,8
Televisão	69,9	87,0	61,3	84,6	36,7	81,0	90,0	95,8
Telefone	9,5	11,8	6,3	34,3	1,1	7,7	26,1	56,3
Computador	nd	4,9	nd	6,8	nd	1,8	nd	18,0

Nota: nd (não disponível).

Fonte: PNDU. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

O acesso da população a bens de consumo como geladeiras, aparelhos televisores, telefones e computador, apresentou uma melhora expressiva entre os anos de 1991 e 2000, como pode ser verificado na tabela 18. Todavia, o percentual de domicílios com acesso a bens de consumo nos referidos municípios está bem abaixo do verificado no estado de São Paulo. Bens como o telefone e computador é acessível a pequena parcela residencial nos três municípios, enquanto o bem de maior difusão é a televisão, tida como instrumento de lazer.

Todo o exposto até o presente momento nos permite sintetizar que a urbanização brasileira pautada na lógica capitalista se deu e se dá de modo excludente: excludente na esfera intra-urbana, com o aumento da pobreza e exclusão na configuração físico-territorial das pequenas cidades e na dificuldade de acesso a bens e serviços, perceptíveis em Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande pela grande desigualdade apontada pelo índice Gini, pelo IDH baixo e pela alta concentração de renda; e, excludente na estrutura interurbana, no qual

municípios ou mesmo regiões como um todo que por razões estruturais históricas não se encaixam nos atuais padrões de integração competitiva e dependem de maneira expressiva de cidades de maior porte e mais bem equipadas da rede urbana. Neste contexto se encontram a maioria das cidades pequenas, visto que diz respeito, em sua ampla maioria, a municípios extremamente pobres, parques de recursos que possam suprir as demandas necessárias as mínimas atividades sociais e urbanas da população.

A morfologia das cidades pequenas, a partir do nosso estudo de caso, revela algumas particularidades no processo, entretanto, há também semelhanças, pois a forma urbana e estruturação da cidade devem ser entendida a partir de pressupostos que transcendem os limites da cidade e da escala local, articulam-se as mudanças na rede urbana e nas transformações do campo e das relações de produção agrícola, bem como dos interesses globais de reprodução do capital, afinal as cidades pequenas não podem ser vistas e entendidas separadas do todo, nem da região que a circunda, muito menos da lógica de produção do espaço urbano em suas esferas públicas e privadas, principalmente.

Daí a importância entre os nexos aqui estabelecidos, pois o espaço é a síntese entre o conteúdo social e as formas espaciais, afinal como destaca o professor Milton Santos em suas obras o espaço só pode ser apreendido quando considerado em sua totalidade, da própria articulação entre espaço e sociedade. Como as diferenças e contradições não estão na cidade, mas na sociedade, as relações dialéticas entre os conteúdos urbanos são elementares para o entendimento da exclusão e inclusão sócio-espacial, da ligação entre os bairros e a cidade, da estruturação da cidade e da rede urbana, da especialização e refuncionalização dos lugares, da complementariedade entre a cidade e o campo, da articulação entre o urbano e o rural, da escala local e global, enfim, entre as formas espaciais produzidas sob a ótica capitalista que resulta num espaço morfologicamente dilacerado em suas diversas escalas, no qual o ônus e o bônus da urbanização são injustamente distribuídos entre os espaços e os indivíduos.

3.5. Um retrato da exclusão na produção do espaço

A (re)estruturação das cidades e a forma urbana devem ser entendidas enquanto decorrência das condições econômicas e sociais, expressão da organização social e da produção desigual do espaço urbano. Como a cidade é uma grande concentração de pessoas exercendo as mais variadas atividades, é lógico que o solo urbano seja disputado por diversos e diferentes usos, pautado nas regras do mercado imobiliário. Todos almejam o “melhor”

lugar dentro do espaço urbano, seja para morar, trabalhar, comercializar, interagir com as pessoas, descansar, mas poucos podem pagar por seu preço. Favelas, loteamentos fechados, conjuntos habitacionais, edifícios, cortiços, centro principal, eixos comerciais, centros secundários, *shopping center*, os subúrbios, a periferia dos pobres e dos ricos também, enfim, a cidade como um todo, se reestrutura pautada na disputa do solo urbano por diversos e diferentes usos, a partir da lógica capitalista.

Como a produção do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e reproduz (MARICATO, 2000a), cabe discutirmos aqui o modo como se deu e se dá a produção espacial em Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, identificando mais que as desigualdades existentes entre as diferentes partes das cidades, a atuação dos atores produtores do espaço urbano, tanto na esfera pública e privada, quanto a sociedade civil, que contribuem para intensificar os processos excludentes. Para tanto, partimos da hipótese aqui de que o quadro urbano brasileiro é resultante de determinadas relações sociais que excluem grande parcela da população do direito à cidade devido as desigualdades que se acirram na sociedade brasileira pelo seu caráter concentrador de terra, renda e poder, e que a produção do espaço pelo mercado – no caso o mercado imobiliário – é voltado para a (re)produção e realização do capital, logo, impera o interesse mercantil da produção espacial, configurando-se como o principal instrumento de dominação e exclusão econômica.

A produção do espaço tendo o capital financeiro enquanto orientador do processo concretiza os fundamentos da sociedade modernista e funcionalista que cria e recria a necessidade de produção de novos espaços para atender a (re)produção do capital. Se por um lado a exclusão já se confirma a partir da análise em rede ao revelar que determinados espaços ficam a mercê dos interesses mercadológicos, do agronegócio principalmente, por outro lado, a exclusão se faz perceber enraizada na configuração intra-urbana, excludente pela natureza desigual da produção do espaço.

Ao nos restringirmos as cidades pequenas apenas, é muito mais perceptível a influência que o rural apresenta sobre o urbano, tanto socialmente quanto economicamente, como se verifica na análise dos indicadores do PIB por setor, por exemplo (vide página 101). É nítida a presença de um grande contingente de trabalhadores rurais residentes urbanos, desde o bóia-fria ao veterinário e agrônomo. No entanto, mais que isso, o importante é assinalar que a exclusão nas cidade pequenas começa no campo, na estrutura fundiária concentrada e concentradora (como se verifica nas tabelas 6, 7 e 8, nas páginas 107, 108 e 109), e na própria expulsão da vida rural. A proliferação do latifúndio e, posteriormente, do

agronegócio voltado para a exportação podem ser vistos como grande catástrofe para os moradores do campo, que são expulsos para as cidades, como se verifica nos centros urbanos que englobam o presente estudo. A submissão da terra, rural ou urbana, ao capital gerou a ilegalidade e as mais diversas formas de exclusão, seja no campo ou na cidade. Destarte, é imprescindível compreender a lógica dos agentes produtores da cidade, dos processos e da lógica que resulta na exclusão urbana, na não conformação do direito à cidade.

A exclusão urbana tem seu início no problema da habitação e na (re)produção da moradia, ou seria na verdade um falso problema, pois como assinala Villaça (1986), o Brasil possui exatamente o número de habitações para o qual existe uma demanda monetária. A classe dominante é então obrigada a inventar um problema que na sua lógica não existe, para depois dizer que vai resolvê-lo, ou atacá-lo (VILLAÇA, 1986). Tem-se a idéia de haver um *déficit* habitacional quando na verdade há um grande percentual de imóveis ociosos. Sobram imóveis desocupados e sub-utilizados, mas faltam moradias; um genuíno paradoxo nas cidades contemporâneas. Há, na verdade, um *déficit* quantitativo e qualitativo de políticas habitacionais consistentes, daí a emergência de movimento sociais urbanos preocupados com a questão da habitação, como o MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), entre tantos outros.

Uma das expressões da questão habitacional no espaço urbano é a chamada cidade informal, que associa o fenômeno da expansão urbana ao da exclusão social. A cidade informal multiplicou-se com taxas muito superiores ao da cidade formal, na qual as questões sócio-ambientais adquirem maior visibilidade, como problemas de insalubridade, de saúde pública, muitas vezes decorrentes da deficiência dos sistemas de saneamento urbano, seja no que diz respeito ao abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto, a coleta disposição de resíduos sólidos ou mesmo à drenagem urbana. Ademais, as políticas de investimentos nacionais tem por costume privilegiar as classes mais abastadas, como assinala a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (BRASIL, 2004), afirmando que a expansão da cobertura do saneamento ambiental se deu de forma regressiva tanto do ponto de vista social quanto regional, pois concentrou os serviços na população e nas regiões de maior renda. O problema é que isso ocorre não apenas na área do saneamento, mas em diversos setores urbanos.

Os problemas habitacionais devem ser considerados como parte central das políticas fundiárias, urbanas e regionais (CASTRO, 2000), devido, sobretudo, o fato da habitação estar “amarrada” à terra. Os processos excludentes se manifestam na produção do espaço simbolizada pelo acesso de apropriação e uso da terra, que no sentido de solo urbano, é uma

mercadoria de extremo valor. Por estar vinculada ao solo, o acesso à habitação é condicionado à renda, sendo que a proporção dos excluídos do mercado legal, em cada cidade, varia de acordo com o preço da moradia e os rendimentos das diversas camadas sociais (MARICATO, 2000a).

O padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação no espaço urbano. Como a segregação urbana é um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, e do produto-moradia no espaço (CASTELLS, 1983), expressa não apenas a espacialização das diferenças sociais da cidade, mas também a segmentação do espaço urbano, na medida em que barreiras dificultam o acesso e o direito à cidade. Villaça considera que a segregação é um aspecto fundamental para a compreensão das estruturas espaciais. É interessante observar que a segregação na cidade se impõe a nível da constituição de territórios separados para cada grupo social, refletido na forma sobre a qual se (re)organiza o espaço urbano, em especial o da moradia. A exclusão e segregação urbana tem seu início no problema da habitação e na (re)produção da moradia. O modo como o espaço é produzido de forma desigual e seguindo interesses do capital dá origem a uma cidade partida, que nada mais é que a contretização de um espaço dilacerado em suas diversas escalas, sendo que na cidade, a dilaceração do espaço se configura, principalmente, pelo caráter segregado e segregador do espaço.

A segregação é a forma de exclusão que manifesta uma dimensão espacial e que melhor retrata a produção desigual do espaço, não apenas no plano do intra-urbano, mas também na escala interurbana. De fato, em termos de escala, a abrangência da exclusão é maior do que a da segregação, entretanto, ancorados na proposta de Roma (2008), a segregação oferece elementos para se averiguar as possíveis relações que transcendem a cidade, estabelecendo nexos entre tamanho demográfico, grau de complexidade funcional e espacial e ocorrência do processo de segregação sócio-espacial intra e interurbana, o que corrobora com a nossa proposta de se pensar cidades pequenas enquanto territórios da exclusão.

As averiguações científicas da segregação urbana nas metrópoles e cidades grandes e médias são muitas e frequentes, tendo como principal característica o emuralhamento da vida social ou mesmo a proliferação da cidade ilegal, como as favelas, os loteamentos irregulares e as invasões. As desigualdades e disparidades sociais e espaciais são mais visíveis nestes núcleos urbanos. É possível perceber a existência de espaços bem servidos e bem planejados, coexistindo a curta distância com favelas, mocambos, bairros paupérrimos e precários em infra-estrutura. Ademais, os atuais padrões de desenvolvimento tem resultado na degradação

sócio-ambiental que aflige, sobretudo, as classes de menor poder aquisitivo, como a falta de condições sanitárias mínimas em muitas áreas, destruição de recursos naturais, poluição do meio ambiente, condições precárias e insalubres de habitação, entre outros.

Contudo, vale assinalar que os problemas que se manifestam no espaço urbano nada mais são do que a expressão dos problemas da sociedade em que vivemos, altamente concentradora de terra, renda e poder, assim, é possível verificar a manifestação da segregação urbana também em cidades pequenas, como podemos averiguar nas investigações realizadas por Ferreira (2006), Bernardelli (2004) e Roma (2008), por exemplo. Nestes trabalhos podemos identificar diferentes formas como se manifesta a segregação urbana em cidades pequenas enquanto produto das ações e práticas conflituosas dos atores que produzem o espaço urbano. Advertimos que, mais uma vez esta análise busca pressupostos e exemplos que transcendem o estudo de caso, contribui para a efetivação de tal e faz pensar a produção do espaço urbano em cidades pequenas, no caso paulistas.

Ferreira (2006) ao estudar a segregação sócio-espacial em Paraguaçu Paulista, município localizado no Estado de São Paulo, com cerca de 36.625 habitantes urbanos conforme o CENSO de 2000, identificou a existência de quatro favelas dentro do espaço intra-urbano. Ressalte-se que a favelização é a forma mais clara de segregação sócio-espacial da população de menor poder aquisitivo. Por um lado, a segregação se confirma em cidades pequenas em seu caráter espacial, devido à distância do centro da cidade e as dificuldades de mobilidade para se deslocarem até o mesmo como verificou Ferreira (2006). Confirma-se, num primeiro momento, a idéia de Villaça (2003), para o qual a segregação urbana atua através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano. Por outro lado, a segregação urbana se reflete em seu caráter social, pois os favelados vivem à margem da cidade, uma vez que suas relações se limitavam à área das favelas e, além disso, sofriam preconceito (FERREIRA, 2006). Há, nitidamente, aquilo que Kowarick (2000) denomina de “estigmatização do *status* de cidadão enquanto morador urbano”, que constrói uma leitura do cortiço e da favela como germes de moralidade duvidosa e foco de transgressão, ratifica o autor. Este estudo revela que mesmo com o processo de desfavelização viabilizado pela ação pública de transferência da população para um conjunto habitacional, a condição de assentados não garantiu a superação da segregação, pois, conforme o exposto por Ferreira (2006), ocorre no imaginário urbano uma estigmatização da área do conjunto habitacional, visto pejorativamente pelas demais partes da cidade como o conjunto habitacional dos favelados.

Sob o aspecto da (re)produção social do espaço urbano e da produção da moradia, Bernardelli (2004) assinala que a moradia implementada através dos conjuntos habitacionais financiados com recursos públicos é uma das formas mais marcantes de (re)produção do espaço, marcada pela incorporação de áreas geralmente extensas e por transformação extremamente rápida da paisagem urbana. Conforme Bernardelli (2004) é muito significativa a participação do Estado na produção de moradias e outras políticas que destinam-se à reprodução da força de trabalho voltadas à sustentação agroindustrial. Destarte, a moradia é vista, em sua análise enquanto processo de reprodução social, no qual o Estado apresenta papel fundamental na reprodução do espaço urbano. Bernardelli não faz uma análise focada na segregação, no entanto, é perceptível sua manifestação devido, sobretudo, a acessibilidade, visto que é considerável a distância dos empreendimentos realizados pelo poder público – os conjuntos habitacionais – em relação a área central da cidade onde estão localizadas toda estrutura comercial e de serviços. Ademais a (re)produção da moradia é a faceta do processo de produção do espaço urbano a partir da qual melhor se visualiza a exclusão na cidade.

Já, a investigação desenvolvida por Roma (2008), centra-se em identificar como o processo de segregação sócio-espacial se estrutura no contexto das cidades pequenas, a partir do desenvolvimento de uma análise empírica em duas cidades paulistas: Osvaldo Cruz e Mariápolis, que apresentam, respectivamente, 26.141 e 2.813 habitantes urbanos. Em Osvaldo Cruz, Roma (2008) aponta a existência de dois lotemantos fechados e de uma favela, além de um loteamento com presença dos piores indicadores de condição de vida urbana expressando uma desigualdade sócio-espacial intra-urbana (ROMA, 2008). Desse modo, verifica-se a concretização da segregação sócio-espacial enquanto resultado da produção desigual do espaço urbano, ou seja, têm-se uma segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos. Entretanto a análise realizada por Roma (2008) avança, propondo pensar a segregação para além do espaço intra-urbano, ao passo que devido as funções urbanas deficientes, a população da cidade de Mariápolis, por um lado, necessita se deslocar para outro núcleo urbano, no caso Adamantina, para suprir suas necessidades básicas e, por outro lado, aponta que essa população não se sente sequer inserida em uma realidade urbana. Ressalte-se que novamente a acessibilidade emerge como fator preponderante para a designação da segregação e que ao se pensar numa segregação sócio-espacial interurbana o fator espacial deve ser ressaltado, pois a distância entre as cidades (no caso Mariápolis e Adamantina) deve ser considerada adquirindo relevante importância na análise.

Embasados nas exemplificações descritas acima podemos concluir que a produção do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e reproduz indiferente do porte da cidade, de sua localização geográfica ou do grau de complexidade funcional, logo, cabe discutirmos aqui o modo como se deu e se dá a produção espacial e de habitação popular em Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, identificando mais que as desigualdades existentes entre as diferentes partes das cidades, a atuação dos atores produtores do espaço urbano na esfera política que contribuem para intensificar a segregação urbana.

Do ponto de vista da segregação no espaço intra-urbano, em Capão Bonito e Buri ainda não há processo de emuralhamento da vida social por meio da construção de loteamentos fechados. A segregação mais visível aos olhos é a segregação induzida, muito influenciada pelas ações do poder público, principalmente pela construção de conjuntos habitacionais. A realização de empreendimentos por parte da ação pública, como os conjuntos habitacionais, se efetua em áreas de grande distância, sendo que a ausência de transporte coletivo intra-urbano tal qual a ausência de vias de acesso dificultam a locomoção no espaço urbano. Em Capão Bonito e Buri esses empreendimentos habitacionais tem papel primordial na produção do espaço urbano, totalizando, respectivamente, 400 e 413 unidades habitacionais entregues e 183 e 251 unidades com previsão de entrega, segundo informações da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo (tabela 19).

Tabela 19: Número de unidades habitacionais realizados por programas habitacionais

	Capão Bonito	Buri
Empreendimentos programados / em produção	183	251
Empreendimentos entregues na gestão 2007-2010	12	n.r.
Empreendimentos entregues entre 1995-2006	49	103
Empreendimentos entregues em gestões de governo anteriores a 1995	339	310

Nota: n.r. (nenhum registro encontrado)

Fonte: Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo. / Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

As figuras 14 e 15 apresentam, respectivamente, imagens da paisagem predominante nos conjuntos habitacionais de Buri (Conjunto Habitacional São José, Conjunto Rafael, Conjunto Habitacional São João, Vila Mariazinha e um novo empreendimento em fase final de construção) e de Capão Bonito (Jardim Helena, Jardim São Francisco de Assis, Jardim Vale Verde e Jardim da Amizade).



Figura 14: Conjuntos Habitacionais em Buri.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.



Figura 15: Conjuntos Habitacionais em Capão Bonito.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.

Importante salientar que a habitação urbana vai além dos números e das unidades, pois como aponta Maricato (1997), deve estar conectada às redes de infra-estrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio dos serviços urbanos (transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, abastecimento, etc.). Nesta direção, dois pontos merecem destaque, o primeiro é referente a acessibilidade, fundamental para a consolidação do direito à cidade, pois os conjuntos habitacionais localizam-se às margens da cidade, distantes do centro comercial e administrativo, como pode ser verificado na figura 16. Mas o acesso não é restrito ao conjunto da cidade apenas, mas também refere-se à distribuição de bens, serviços e infra-estruturas, insuficientes ou ausente nessas localidades, ou seja, a segregação se acentua na forma de ocupação do solo e na distribuição das engenharias urbanas. Algumas áreas recebem, geralmente, apenas a infra-estrutura básica (asfalto, rede de água, rede de esgoto, rede de luz) outras nem isso, mas, em sua ampla maioria, não são beneficiadas com outros investimentos e equipamentos urbanos como escolas, creches, postos de saúde, áreas e equipamentos de lazer. Ressalte-se que esta é uma característica não apenas destes empreendimentos públicos, mas também de novos loteamentos voltados para as camadas menos abastadas. O segundo ponto abrange a má qualidade arquitetônica e a impessoalidade das habitações, que nem sempre atendem a demanda das famílias, influenciando aí na habitabilidade das moradias, além da ausência de um projeto da paisagem urbana efetivamente integrado as ações do planejamento e produção do espaço urbano. Vale destacar que no decorrer dos anos os moradores vão modificando, geralmente pelo sistema de auto-construção, as características das casa, dando-lhes algumas características peculiares.

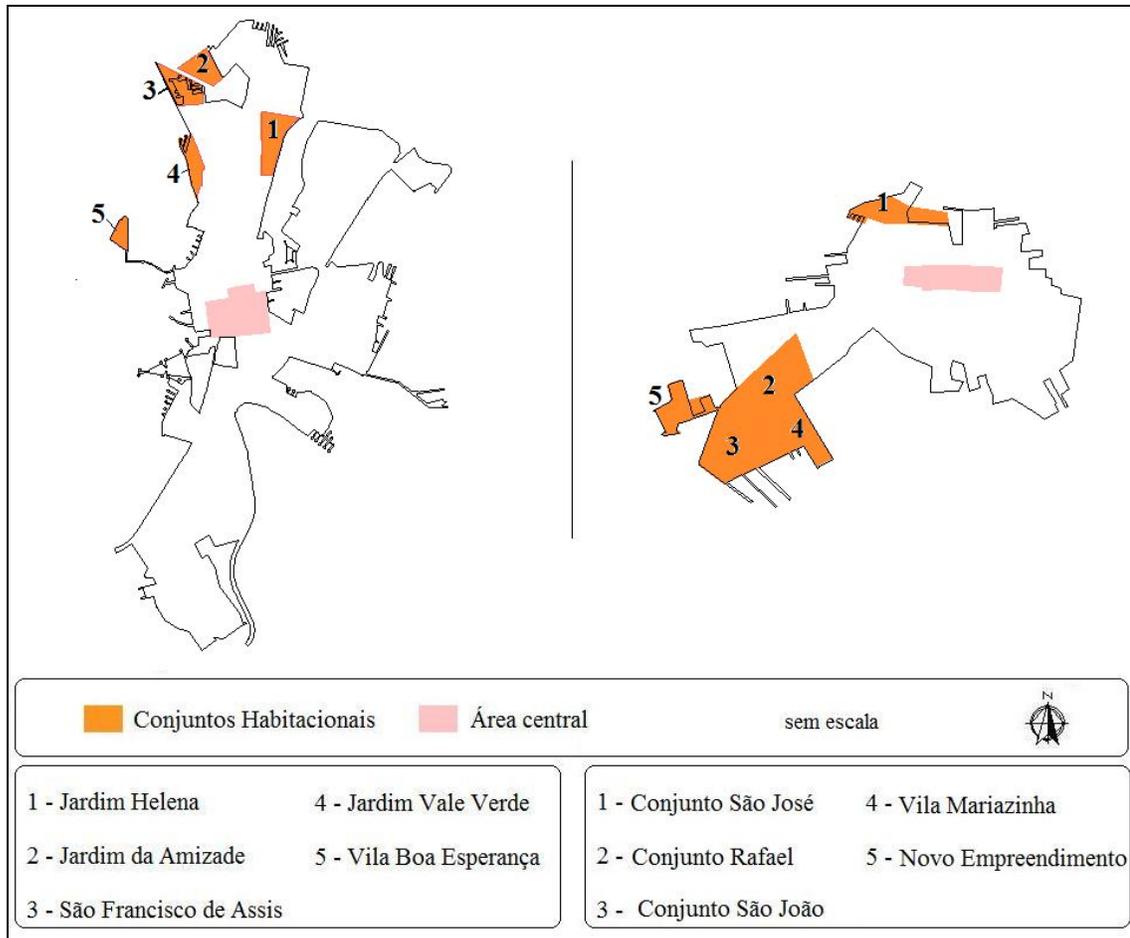


Figura 16: Localização dos Conjuntos Habitacionais em Capão Bonito e Buri.
 Fonte: Prefeituras Municipais de Capão Bonito e Buri. / Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

A produção de moradias de interesse social em larga escala tem papel determinante na estruturação da cidade, expandindo-a e fragmentando-a. No caso de Buri a representação da figura 16 revela o papel que estes empreendimentos tem na (re)produção da moradia e da cidade, visto que se considerarmos seu tamanho territorial percebemos que os conjuntos habitacionais abrangem grande extensão do espaço urbano e a contiguidade espacial na forma como são produzidos indicam uma tendência a separação desses bairros com o restante da cidade, visto que localizam-se próximos uns aos outros.

Dentre todos os conjuntos habitacionais citados, um apresenta um caso extremo de descaso e se verifica nitidamente uma situação clara de segregação induzida, é o Conjunto Habitacional Vila Boa Esperança em Capão Bonito, construído em descontinuidade ao tecido urbano, como mostra a figura 16. Além de distante, de difícil acesso pela ausência de transporte coletivo, ausência de infra-estruturas básicas e equipamentos urbanos, a situação se agrava pela precariedade das habitações do conjunto, como pode ser verificado na figura 17.

A deterioração das casas (em madeira) e tantos outros entraves enfrentados no cotidiano dos moradores deste conjunto habitacional revelam o descaso e abandono dessa população pelos governantes locais e suas práticas dilaceradoras na produção do espaço. E a continuidade das obras no local (figura 17), agora em alvenaria, nos coloca uma questão: a intenção é relocar os atuais moradores ou as novas habitações servirão a futuros “beneficiados”?



Figura 17: Conjunto Habitacional Vila Boa Esperança.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.

Uma questão que emerge a partir do exposto diz respeito as ações voltadas para a habitação de interesse social no país, assunto que ganha espaço e destaque no discurso político e acadêmico na atualidade, pois o exemplo seria, de fato, uma ação focada na efetiva inclusão urbana? Esta reflexão se faz necessária pelo fato de considerarmos que o direito à cidade passa pelo acesso à condição digna de habitação legal e do acesso ao conjunto de benefícios que a cidade tem a oferecer, sendo que não se trata de estar incluído nos registros de propriedade apenas, mas sim nas oportunidades que a vida na cidade significa.

Quanto a cidade de Ribeirão Grande não há registro de realizações de empreendimentos como os conjuntos habitacionais, contudo, consoante a Prefeitura

Municipal já se encontra em processo uma licitação junto à Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo para tal e o governo local tem procurado outros convênios, como o realizado com o Ministério das Cidades e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), no qual, recentemente, foram construídas e entregues 12 unidades habitacionais a famílias que estavam localizadas em áreas de risco. Ademais, como o tamanho físico-territorial e populaacional é bem mais reduzido, a segregação intra-urbana se expressa, principalmente pela distância entre as áreas mais periféricas e o centro da cidade, bem como as dificuldades de acesso devido ao relevo acidentado onde se assenta a malha urbana. No entanto, a medida da segregação que tem maior peso para Ribeirão Grande é a interurbana. Como apresenta um centro comercial bastante restrito e deficiências em serviços elementares como saúde por exemplo, a dependência em relação à Capão Bonito é muito grande, notável nos movimentos pendulares diários entre as duas cidades, que se confirmam pelas possibilidades assíduas de transporte coletivo intermunicipal, principalmente no horário comercial, graças, sobretudo, a proximidade espacial entre ambas. Assim, os processos ocorridos em Ribeirão Grande não podem ser considerados somente no âmbito intra-urbano, uma vez que o essencial para a vida urbana só é suprido a partir de relações interurbanas, visto que se apresenta, analogicamente, como uma periferia de Capão Bonito. A figura 18 representa um esquema das cidades estudadas inseridas na rede urbana, com suas interligações por meio das vias de circulação, no caso as rodovias, a partir da qual é possível averiguar a proximidade entre Capão Bonito e Ribeirão Grande, fator determinante para que a dependência de uma em relação a outra se estabeleça. Da mesma forma, percebe-se uma ligação entre Buri e a cidade de Itapeva, no entanto, a dependência de uma em relação a outra não se configura com a mesma intensidade da que ocorre entre Ribeirão Grande e Capão Bonito.

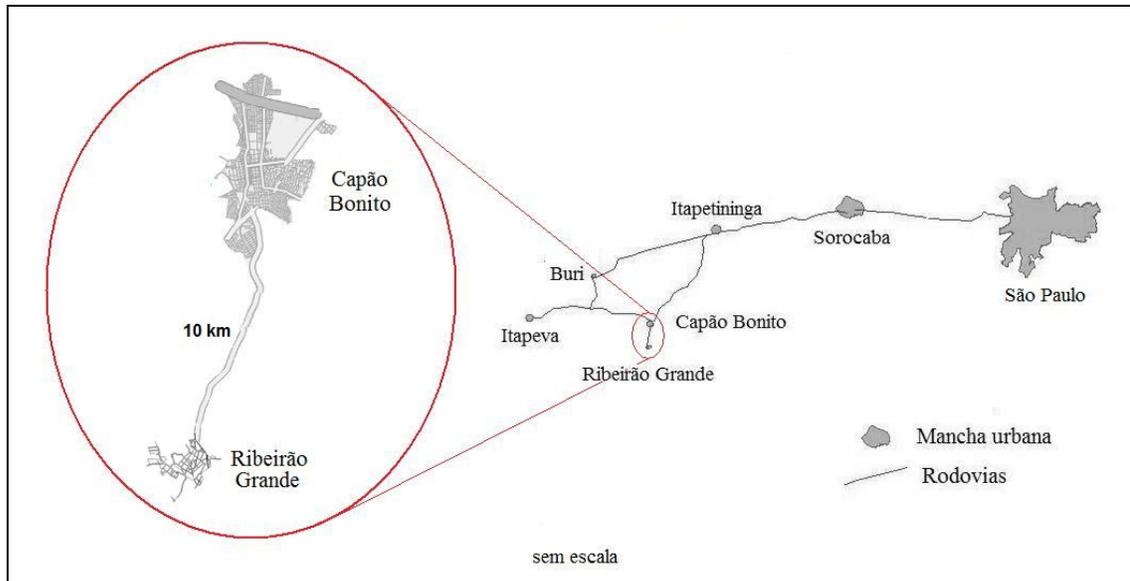


Figura 18: Croqui de localização das cidades de Capão Bonito e Ribeirão Grande.

Fonte: Elaborado a partir de informações do Geosnic e do Google Maps. / Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

De modo geral, o momento atual é marcado pela fragmentação espacial nas mais diversas escalas, por isso a posição de uma cidade na rede de cidades, sua distância e acessibilidade a cidades mais equipadas, especialmente se ela não têm todos os meios de consumo coletivos, pode ampliar e tornar ainda pior a segregação sócio-espacial e a exclusão de seus habitantes (BERNARDELLI, 2004). O processo contemporâneo de produção de espaço mescla uns poucos ganhadores grandes com muitos perdedores pequenos como afirma Gottdiener (1997), isso em diversas escalas, expresso pelos dois lados da segregação nas cidades pequenas – a segregação intra e interurbana. A segregação se dá, portanto, como expressão da organização social e da produção desigual do espaço urbano, que se intensifica pelo processo de (re)estruturação do espaço intra-urbano e pelos novos arranjos espaciais e reconfiguração da rede urbana, a partir dos quais acentua-se o processo de especialização, refuncionalização e fragmentação, caracterizado pela valorização de determinados espaços em detrimento de outros, em diversas escalas geográficas. Ademais, a problemática habitacional já não pode ser discutida e pensada apenas em metrópoles e cidades grandes e médias, ela já se faz sentir nas cidades pequenas, seja pelo processo de favelização (como nos trabalhos de Ferreira ou Roma), seja na precariedade dos conjuntos habitacionais, como nos esforços para apresentar aqui, ou ainda pelas invasões frequentes de áreas públicas ou impróprias para urbanização e proliferação de loteamentos clandestinos, cada vez mais presentes no processo de produção espacial em cidades de pequeno porte.

A acessibilidade desponta como um elemento primordial quando se fala em segregação e o fator espacial tem grande relevância, seja no intra ou interurbano. O acesso aos meios de consumo coletivo é fundamental para definir o direito à cidade e à mobilidade, afinal, segundo Lefèbvre (1991), o direito à cidade implica não ser excluído da centralidade e de seu movimento. Contudo, as desigualdades e o processo de segregação sócio-espacial não é visível apenas em alguns dos conjuntos habitacionais destas cidades, há um nítido contraste na paisagem, principalmente em Capão Bonito e Buri, entre as áreas mais antigas da cidade e as áreas a ela adicionadas em decorrência do processo de produção do espaço urbano. A paisagem urbana nestas áreas mais recentes das cidades de Capão Bonito e Buri e em Ribeirão Grande como um todo, é marcada pela auto-gestão na produção de moradia, pela precariedade das habitações, pela insuficiência ou ausência de infra-estruturas básicas (água encanada, luz elétrica, pavimentação, sistema de drenagem, etc.), pela falta de áreas de lazer, pelo descaso por parte do poder público, enfim, por uma série de condições segregadoras e excludentes.

O mecanismo de mercado e o poder público produzem assim um espaço urbano no qual os menos abastados não ficam somente nas piores localizações, entendidas aqui como aquelas de pior ou maior dificuldade de acessibilidade ao conjunto da cidade, mas também nas áreas pior servidas de infra-estruturas, equipamentos e serviços urbanos. Com relação aos serviços básicos vale salientar que os três municípios ampliaram consideravelmente o acesso a serviços básico como água encanada, energia elétrica e coleta de lixo entre os nos de 1991 e 2000, como mostra a tabela 20. No entanto, muitos domicílios ainda permanecem sem acesso a esses serviços essenciais para qualidade de vida, sendo que, em geral, é a população mais carente que arca com esse ônus.

Tabela 20: Percentual de domicílios com acesso a serviços básicos, 1991 e 2000

	Capão Bonito		Buri		Ribeirão Grande		Estado de São Paulo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Água encanada	76,7	92,0	75,5	93,5	52,1	82,4	95,7	97,8
Energia elétrica	93,5	96,8	84,4	97,5	70,2	97,3	99,1	99,7
Coleta de lixo*	94,8	97,9	87,4	96,8	64,9	99,0	95,8	98,8

Nota: * somente domicílios urbanos.

Fonte: PNDU. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2000.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

A partir dos valores presentes na tabela 20 percebe-se que o acesso à água encanada é o que apresenta os menores percentuais, entretanto há de se ressaltar que muitos desses domicílios podem ter outro meio de acesso á agua, como o uso de poços por exemplo. Refletir

a respeito do acesso aos serviços básicos, principalmente os de saneamento, não é importante apenas do ponto de vista da salubridade social, mas também pelo seu caráter e importância ambiental. Além dos três serviços citados é importante, sob este enfoque de promover a saúde do homem e conservar o meio físico e biótico, acrescentar também dados sobre o esgotamento sanitário, que segundo os dados do IBGE (2000) cobriam 97% dos domicílios em Capão Bonito e em Buri e 90% em Ribeirão Grande.

Vale salientar que os meios de consumo coletivo possuem capacidade de agregar valor ao solo urbano e, por conseguinte, tem relação direta com o preço dos lotes, logo, a lógica mercantil e tributária define as localizações privilegiadas na cidade e as práticas e ações dos atores produtores do espaço urbano expressam a segregação no que concerne ao acesso às redes de infra-estrutura e serviços urbanos.

Tanto nos espaços onde se encontram os conjuntos habitacionais quanto nas áreas onde predominam o processo de auto-construção da moradia, a paisagem se desenha de tal modo que não deixa dúvidas de que são espaços formados para população de baixa renda, onde o cuidado urbanístico praticamente desaparece, cujas habitações apresentam, em geral, condições mínimas de conforto e habitabilidade, os lotes são menores, o estado das ruas e calçadas é débil, entre tantas outras situações que retratam a carência habitacional nas cidades e um certo descaso por parte do poder público com essas partes da cidade, que não é ilegal, mas que também se dá em descompasso entre as matrizes e idéias que alimentam o planejamento da cidade, se é que este de fato existe, enquanto plano e projeto efetivo, nestas cidades pequenas. No entanto, deve-se ter em mente que o modesto terreno e a pequena casa (construída nos fins de semana pelas próprias mãos) é, na maioria das vezes, o bem mais precioso que a maior parte desta população possui. Duas advertências devem ser colocadas aqui: a primeira diz respeito a auto-construção, enquanto alternativa de moradia popular como denomina Maricato (2000a), que desenha a paisagem nas áreas periféricas das cidades de Capão Bonito e Buri e em Ribeirão Grande como um todo, como mostra os exemplos da figura 19, a partir da qual verifica-se um grande conjunto de casas inacabadas; a segunda advertência abrange o tamanho dos terrenos, pois como o espaço é vendido em seus pedaços, os lotes são cada vez mais de tamanhos reduzidos, limitando-se, em geral ao tamanho mínimo imposto pelos requisitos urbanísticos para loteamento da lei 6766/79, não restando muito espaço para atender outras exigências, pois este é limitado apenas à construção da moradia, sem espaço para o natural, para o verde ou para as áreas permeáveis.



Figura 19: Auto-construção da moradia em Buri e Ribeirão Grande.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.

O problema não se estende apenas à habitação, pois os territórios que os pobres partilham são reduzidos quando comparados às possibilidades contidas no conjunto da cidade e, proporcionalmente, tanto menores quanto maiores forem as cidades onde vivem (SPOSITO,1999). Como as políticas de implantação e lançamento dos conjuntos habitacionais e dos loteamentos populares – regulares ou não – são marcadas pelo afastamento espacial e precariedade das condições de vida urbana, os pobres são “obrigados” a conviver nas áreas mais distantes, ficando “reféns” dos territórios em que habitam, daí a idéia de segregação induzida. Contudo, a carência habitacional revela o retrato da exclusão na produção do espaço e o papel do poder público e do mercado imobiliário no processo, pois a localização e a distribuição das moradias pela cidade deve ser entendida no contexto do urbano como um todo, na articulação das práticas dos agentes de produção da cidade, cujas articulações se expressam na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana.

O acesso a moradia está ligado ao seu preço, que, por sua vez, depende da sua localização na cidade (MARICATO, 1997). Se por um lado, a reestruturação das cidades tem revelado um processo no qual se verifica a expulsão dos pobres e a redistribuição dos ricos, por meio de uma dinâmica imobiliária dilaceradora, marcada pela segregação induzida e pela auto-segregação urbana, nas metrópoles e cidades de maior porte do país, por outro lado, nas cidades pequenas – mais estritamente em nosso recorte empírico – ainda verificamos a permanência dos mais abastados junto as áreas centrais da cidade, visto que os grupos mais favorecidos (leia-se maiores poderes econômicos e políticos) possuem melhores condições locais e financeiros de agenciar acessos urbanos, tanto no plano intra-urbano como também possuem maiores recursos para transitar através de diferentes cidades, confirmadas

pelo seu poder de mobilidade. A localização da moradia apresenta-se, portanto, como principal fator de apartação social. Isso se dá pelo fato da localização na estrutura intra-urbana em cidades pequenas ser primordial, pois como é no centro e suas áreas adjacentes que se encontram as melhores condições urbanísticas do espaço urbano e a maioria da infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, a acessibilidade à região central da cidade ainda influencia nas decisões de localização das casas e estas decisões dão forma a estrutura da cidade e as áreas circundantes.

Vejam os exemplos da produção do espaço urbano em Capão Bonito, os bairros das classes médias e acima da média crescem sempre na mesma direção (porção sul da cidade) e não abandonam a proximidade às áreas adjacentes a área central. Além de terem o privilégio de usufruir das melhores localizações no espaço urbano, estas classes ainda possuem meios de poder vivenciar todas as partes da cidade que tiverem interesse, de se locomover em direção aos espaços rurais onde estão localizadas as chácaras, fazendas, sítios etc., e de poder se dirigir aos centros urbanos de maior porte – Itapetininga ou Sorocaba –, nos quais podem frequentar *shopping centers*, cinemas, teatros, entre outras possibilidades de lazer ou cultura. Uma ressalva deve ser posta aqui, os moradores de Ribeirão Grande também deslocam-se com frequência para a cidade de Capão Bonito, como já salientamos, entretanto, suas viagens tem um caráter muito mais emergencial e necessário.

Em Capão Bonito, na porção da cidade na qual encontra-se os bairros com melhores condições urbanísticas foi construído pelo poder público um parque de uso público num fundo de vale, utilizando-se da paisagem e dos corpos d'água, que trouxe alguns desdobramentos em diversas direções. Tal projeto urbanístico influenciou na valorização nas terras ao seu entorno visto que o embelezamento do local por meio de um tratamento estético e paisagístico pressupõe a inexistência da pobreza, ao mesmo tempo em que construiu um espaço de convívio entre os indivíduos da cidade, pois o local é bastante utilizado, principalmente nos finais de semana, para caminhadas, práticas de exercícios físicos, lazer para crianças ou passeio para todo público, no entanto, devido sua localização, seu uso se restringe apenas aos moradores das proximidades ou por aqueles que possuem meios de se locomover até o parque. Enquanto, no outro extremo da cidade, na porção mais ao norte, onde encontram-se os conjuntos habitacionais, tem-se o maior bairro da cidade (a Vila Aparecida) e que apresenta as piores condições urbanísticas e de qualidade de vida da população. Um fato interessante é apontar que a cidade de Capão Bonito é composta por diversas vilas, entretanto, a Vila Aparecida é conhecida pejorativamente, pelas demais partes da cidade, como a “vila”, com uma certa estigmatização de tal espaço e de seus moradores. Tomaremos a liberdade de abrir

um parênteses aqui para incluir um acontecimento que nos despertou grande curiosidade: ao visitar um amigo em Bariri, um município paulista com 28.224 habitantes e 92,3% de taxa de urbanização (IBGE, 2000), verificamos um fato semelhante ao que ocorre em Capão Bonito, pois na cidade utiliza-se o termo “vila” ou “moradores da vila” para designar uma porção da cidade ou moradores dos conjuntos habitacionais implantados em proximidade um com os outros, diferentemente do caso de Capão Bonito, no qual a “vila” simboliza o maior bairro e um dos mais carentes, contudo, o que vale destacar é o aspecto pejorativo, negativo e estigmatizado, que o termo “vila” representa para os moradores das cidades pequenas como um todo. Retomando o caso da Vila Aparecida, outro ponto que merece destaque é o convívio de parte do bairro com a proximidade da Estação de Tratamento de Esgoto da cidade, no qual tanto a paisagem quanto o fedor são desagradáveis. Junta-se o descaso do poder público com os cuidados com as engenharias urbanas, os equipamentos e serviços sociais, além da grande distância com relação ao centro principal, o que fez surgir um pequeno sub-centro na localidade (como apontamos anteriormente), fazendo com que o espaço de convívio se restrinja as limitações do bairro apenas. A figura 20 exemplifica o descrito sobre os dois extremos citados da cidade de Capão Bonito e permite refletir a respeito das desigualdades espaciais e cuidados urbanos e urbanísticos dessas localidades e da cidade como um todo.



Figura 20: Diferenças no espaço intra-urbano em Capão Bonito.
Fonte: Base cartográfica da Prefeitura Municipal de Capão Bonito/Trabalho em campo, 2009. / Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

Neste exemplo de Capão Bonito podemos averiguar um verdadeiro caso de diferenciação social que resulta, em certa medida, numa apartação sócio-espacial entre as partes da cidade, cujo acesso à cidade como um todo emerge como aspecto fundamental para tal desdobramento. Contudo é importante clarear que tanto as demais partes de Capão Bonito quanto nas cidades de Buri e Ribeirão Grande os processos excludentes que se manifestam espacialmente, como a segregação por exemplo, se dá de forma muito mais pontual, ou seja, é possível identificar num mesmo bairro ou numa mesma rua ou quadra, distintas condições sócio-econômicas e de moradias. E quanto menor a cidade maior é a visibilidade de tal processo devido a maior proximidade entre os que ocupam diferentes parcelas do espaço, pois praticamente todos se conhecem e todos conhecem os diferentes espaços da cidade como destacou Roma (2008) em sua investigação.

De fato, as disparidades sociais e espaciais nas cidades estão em todas as partes, contudo, em termos de desigualdades referentes a distribuição de infra-estruturas, como água, esgoto, pavimentação, entre outros, são mais perceptíveis nas áreas mais recentemente loteadas, particularmente, no espaço periurbano. Os bairros recentemente loteados revelam essas desigualdades (figura 21), seja naqueles voltados para os conjuntos habitacionais quanto nos loteamentos para a população menos abastada, localizam-se na franja urbano-rural da cidade e possuem pouca infra-estrutura urbana.



Figura 21: Exemplos de bairros recentemente loteados.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.

Nas cidades de Capão Bonito e Buri é possível verificar no espaço periurbano uma cidade produzida em descontinuidades espaciais (figura 22), em todas as suas direções, nas quais as construções da habitação se sucedem deixando vazios urbanos, revelando que uma mesma prática especulativa já se concretiza em cidades de pequeno porte tal qual ocorreu e ocorre nas metrópoles e cidades médias e grandes. Esse crescimento em descontinuidade ao

tecido urbano no caso da cidade de Capão Bonito é resultante de práticas tanto dos loteadores de terra quanto do poder público como acusamos no caso da construção do conjunto habitacional da Vila Boa Esperança. A disseminação da idéia de cidade como mercadoria, ou em outa palavras, a mercantilização do espaço, cria a existência desnecessária de vazios urbanos que traz custos à cidade como um todo e acarreta em impactos negativos – econômicos e sociais – ao ampliar a área urbanizada e gerar custos na implantação de redes de infra-estruturas e de equipamentos sociais, bem como dificuldades de acessibilidade para os moradores de tal localidade. A existência de vazios retrata a ineficiência do traçado da forma da cidade e reafirma o descompasso existente entre o planejamento urbano do discurso e a produção do espaço urbano como se dá de fato, que rompe com a idéia de ordenamento territorial que preza pela função social da propriedade e da cidade, defendida pelo Estatuto da Cidade. Os vazios não diz respeito apenas aos loteamentos não contínuos ao tecido urbano, mas também a uma série de edifícios ou terrenos presentes no espaço intra-urbano, abandonados ou sub-utilizados que não atendem a nenhum interesse coletivo.



Figura 22: Descontinuidades espaciais no espaço periurbano.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.

A produção do espaço urbano tem sua expressão mais visível na expansão do tecido urbano via proliferação de loteamentos resultantes de glebas rurais que estabelecem novas

relações ou desconstrói as existentes dando aos novos contornos da paisagem novas atribuições para o uso e ocupação. A produção do espaço urbano concretiza-se, portanto, a partir da transformação do espaço rural, cuja dinâmica de expansão leva a conformação de espaços com restrição e diminuição do uso do solo rural ou agrícola e aumento do uso do solo urbano, entretanto, como já abordamos anteriormente, no caso das cidades pequenas, muitos resquícios de ruralidades permanecem impregnados no espaço urbanizado.

No caso dos loteamentos mais recentemente lançados em cidades pequenas verifica-se, como no caso de Capão Bonito (figura 23), distinções qualitativas e estratégias distintas, pois visam diferentes clientelas. A figura 23 representa as três áreas recentemente loteadas na cidade – Nascente, Terras do Imbiruçu e Vila Santa Isabel –, sendo que os dois primeiros são mais recentes que o terceiro, entretanto é o que apresenta um melhor conjunto de benfeitorias urbanas, como água encanada, energia elétrica, esgotamentos sanitário, pavimentação das vias, além de possuir uma localização privilegiada, ou seja, próximo ao centro e adjacente às áreas com equipamentos e serviços urbanos. Estes dois loteamentos representam claramente uma estratégia especulativa dos proprietários de terra na produção do espaço urbano, pois como a cidade se expandiu longitudinalmente, estas áreas mantiveram-se de modo a agregar valor, cuja ocupação é favorecida atualmente pelo poder público local que implantou nesta área a Escola Técnica e a Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito, que deve contribuir para intensificar a valorização nesta parte da cidade, enquanto no caso da Vila Santa Isabel a ausência de infra-estruturas – mesmo as mais essenciais como água, esgotamento, energia elétrica e pavimentação das vias – mantém uma certa resistência na ocupação efetiva da área, que, apesar de ser um loteamento urbano regulamentado, apresenta características tipicamente rurais, com casas dispersas, criação de gado e plantações agrícolas.

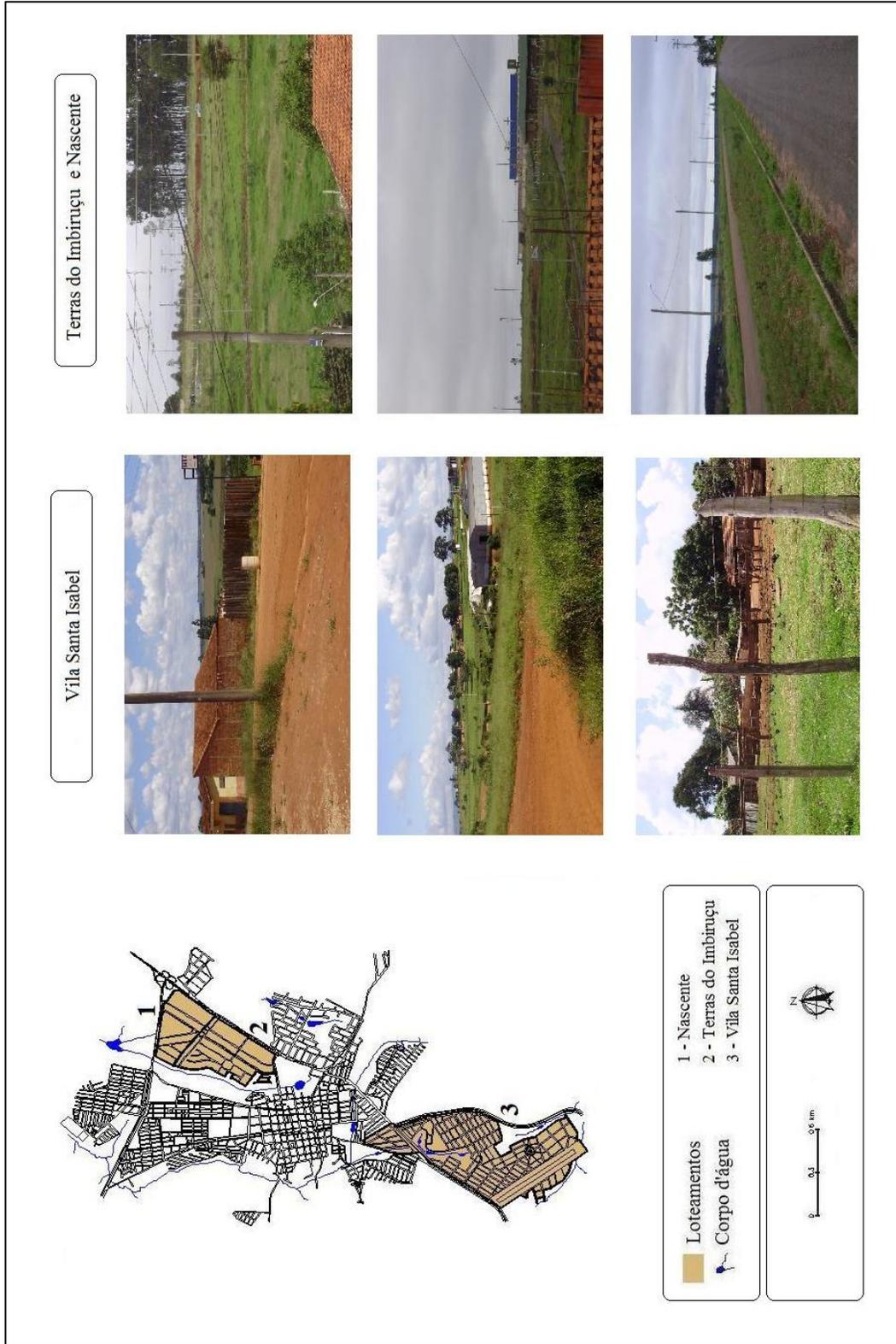


Figura 23: Novas áreas loteadas em Capão Bonito. Fonte: Base cartográfica da Prefeitura Municipal de Capão Bonito/Trabalho em campo, 2009. / Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

Em suma, pode-se concluir que a lógica de interesse na produção do espaço urbano são semelhantes em todas as cidades, indiferente do seu porte territorial ou populacional, porém os resultados apresentam determinadas particularidades seja em termos de quantidade ou qualidade do fenômeno, das dinâmicas e dos processos, isto é, a diferença está na intensidade em que estes ocorrem. A exclusão se concretiza a partir de um conjunto de carências num mesmo espaço, sendo que a dificuldade do acesso à terra tem sido o fator determinante das carências e desigualdades sociais e tem impulsionado cada vez mais a proliferação dos processos excludentes no espaço urbano, indiferente do tamanho da cidade.

No caso das cidades pequenas um ponto que desponta com maior visibilidade são as consequências advindas da concentração de terras no espaço rural, que acarreta em um duplo processo de desterritorialização do camponês ou pequeno proprietário e reterritorialização precária nas áreas periféricas dessas cidades, atribuindo a elas um papel residencial e repetidas vezes temporário para muitos, pois:

no processo conhecido como migração em etapa, as pequenas cidades figuram como locais de adaptação à vida urbana, ou como um preparo para viver posteriormente em cidades maiores em casos, corriqueiros, de não inserção no *mercado de trabalho*, formal ou informal (ENDLICH, 2006, p. 187, *destaques da autora*)

Daí a idéia que vimos defendendo desde o início deste trabalho, de que a exclusão começa no campo, na alta concentração de terra, no descaso do poder público, na não efetivação de uma reforma agrária eficaz, enfim, na estrutura fundiária historicamente marcada pela concentração e exclusão. A terra é hoje elemento central dos conflitos sociais, seja no campo ou na cidade, constituindo-se assim como uma espécie de nó das lutas e disputas contra as desigualdades e exclusão social. Os movimentos sociais organizados lutam pelos direitos de todos, pela qualidade de vida e pelas justiça social e ambiental, construindo uma alavanca rumo a construção da cidadania e de rompimento das amarras da exclusão social e espacial. Contudo, apesar de já existirem movimentos sociais urbanos bastante consolidados no país, é no campo que apresentam maior expressão e representatividade, com manifestações que atingem todas as partes do território brasileiro, como os registros de ocupações e assentamentos apresentados nas tabelas 9 e 10 (páginas 111 e 112), ao passo que não se vê a mesma expressão de movimentos sociais urbanos com a mesma força nas cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, o que revela certa vulnerabilidade do conjunto da cidade junto a iniciativa privada e grande dependência ao poder público na produção do

espaço urbano. A luta pela moradia nas cidades tem que enfrentar o capital imobiliário, assim como no campo os movimentos sociais tem se rebelado contra o capital, o agronegócio e o latifúndio.

Outra característica com grande visibilidade nas cidades pequenas é a maior proximidade nas relações entre o poder público e a sociedade civil, como as citadas por Roma (2008), de compadrio, favorecimento e vizinhança, o que contribui para que as relações de clientelismo se mantenham. Não é incomum os casos em que políticos locais distribuem alguns benefícios a fim de minorar algumas situações emergenciais dos pobres, como “doações” de cestas básicas, dentaduras, remédios ou pagamento de contas de luz, água, gás, enfim, uma série de práticas que denunciam as relações clientelistas por um lado, e de pobreza política por outro. O modo como se estrutura a sociedade nestas cidades deixa claro que, neste caso específico, não são as grandes corporações, firmas ou empresas que são determinantes na produção do espaço urbano, mas alguns poucos homens de poder, principalmente aqueles detentores do poder econômico local e/ou grandes proprietários de terras (tanto no campo como na cidade), que muitas vezes são os representantes políticos locais ou exercem grande influência sobre eles, que procuram manter seus interesses em detrimento da maioria da população.

As grande firmas, corporações ou empesas também exercem seu papel de influência é claro, mesmo porque para o poder político local a permanência destas é fundamental para a receita dos municípios, por exemplo, mas seus interesses são mais determinantes no estabelecimento da legislação municipal, e suas práticas e ações são mais fortemente sentidas, no caso das três cidades que abrangem este recorte empírico, fora do espaço urbano, apesar de que acarretam indiretamente em modificações na configuração físico-territorial e nos conteúdos sociais das cidades. A atuação do setor industrial minerador em Ribeirão Grande, das empresas madeireiras em Capão Bonito e Buri e do agronegócio nas três unidades territoriais se faz sentir no processo de degradação ambiental decorrentes das práticas de desconstrução do espaço natural principalmente, pois o setor minerador ribeirão-grandense é uma atividade bastante poluente e que traz em consequências drásticas ao meio ambiente e à população em geral que sofre com problemas respiratórios e modifica profundamente o espaço natural; enquanto a atividade madeireira capão-bonitense e buriense necessita de uma grande demanda de área para o cultivo de eucaliptos ou pinus, sendo denominada de deserto verde por ambientalistas pelo fato de reduzir a biodiversidade do local, provocar a desertificação das regiões onde são cultivadas, acarretar prejuízos ao solo e por se tratar de uma atividade altamente concentradora de terras, gerar um vazio populacional associado ao

êxodo rural e pouca geração de empregos, além de destruir as estradas vicinais dos municípios pelo constante tráfego de caminhões superpesados para transportar madeiras; já a proliferação do agronegócio também reverbera econômica, social e ambientalmente, como já salientamos anteriormente. Sintetizando, verifica-se com maior exatidão nas cidades pequenas influências de caráter multi-escalar e mudanças advindas da globalização convivendo com permanências de políticas clientelistas locais, que cooperam para a produção desigual do espaço.

Um caso curioso documentado pelo jornal capão-bonitense *O Expresso* (2009) explicita os conflitos na atuação dos agentes sociais na produção do espaço, no caso rural, apresentando o embate entre representantes dos proprietários rurais, as empresas de celulose e papel e a prefeitura municipal. A pauta do conflito gira em torno da lei n.º. 2827 de 2006 que disciplina o reflorestamento no município, cujo texto original proibia o plantio de eucaliptos em grandes áreas de terra em Capão Bonito, contudo, a pedido das grandes empresas madeireiras, a lei foi alterada, fato que desagradou os produtores rurais, pois a partir de então propiciou boas possibilidades para as empresas reflorestadoras ampliar suas áreas de atuação, que já ocupam imensas áreas e não dão muito retorno ao município. Vê-se aí o poder de influência que as grandes empresas dispõe a fim de manter seus interesses mercadológicos.

Quanto a problemática ambiental percebe-se que sua expressão também é maior no espaço rural, como mostra, por exemplo, uma reportagem do *Jornal O Expresso de Capão Bonito* em 2002 ao denunciar que os rios da região já sofrem os efeitos da falta de preservação. De acordo com a reportagem, as agressões contra os rios são variadas (lançamento de lixo, veneno, agrotóxicos, urina, fezes; derrubada da mata ciliar; além dos efeitos nocivos das bombas de irrigação que sugam vorazmente sua água e derrama sobre ela grande quantidade de óleo), isso ocorre, consoante a reportagem, seja por falta de conhecimento ou por desrespeito a legislação ambiental e ao meio ambiente.

No caso das cidades, de fato a produção do espaço urbano baseia-se, como salienta Carvalho (2001), na superexploração do homem (*dumping social*) e do meio ambiente (*dumping ambiental*), logo, há uma conexão evidente entre as questões ambientais e sociais, principalmente na cidade, pois os problemas ambientais nada mais são do que uma das formas em que os problemas sociais se explicitam. Dentre os desafios encontrados pela paisagem no processo de produção do espaço urbano nas cidades estudadas, evidenciam-se os descasos com as APP (Área de Preservação Permanente) urbanas que em determinados casos não são respeitadas (figura 24), cuja proximidade da área urbanizada com os cursos d'água provoca diversos problemas já previstos nos códigos ambientais; a localização e disposição de determinadas áreas, principalmente em Capão Bonito e Ribeirão Grande, cujo traçado das

ruas estão direcionados no sentido dos corpos d'água o que facilita o escoamento concentrado de enxurradas, intensificando o carregamento de sedimentos e substâncias tóxicas; a não preocupação por parte o poder público com a drenagem urbana durante as obras de pavimentação, fato que se sucedeu em Capão Bonito mesmo após a aprovação da lei complementar nº 054 que institui o Plano Diretor do Município, no qual consta que deve-se garantir e priorizar a construção de galerias pluviais antes de pavimentar os acessos e ruas com declive (CAPÃO BONITO, 2006), fato que não aconteceu em tantas obras realizadas pelo poder público; a ausência de locais providos de paisagem natural no espaço urbano e no caso de Capão Bonito e Buri fora do espaço urbano, pois a paisagem também não apresenta mata nativa, mas grande quantidade de eucaliptos e pinus; enfim, poderíamos elencar aqui mais uma série de fatos que demonstram o descaso, os desafios e o embate entre o espaço socialmente produzido e o espaço natural nas cidades de modo geral, e nas cidades pequenas em particular. O importante é ter ciência de que as ações antrópicas desenvolvidas no espaço urbano agravam a problemática sócio-ambiental e expõem a necessidade de se pensar em um planejamento e uma gestão ambiental urbana como meio de enfrentar os desafios presentes na produção do espaço e seus desdobramentos, a fim de superar a sobreposição dos valores econômicos e políticos aos sociais e ambientais.



Figura 24: Área urbanizada próximo aos corpos d'água.
Fonte: Orlando Moreira Junior, trabalho em campo, 2009.

A condição da habitação, a (i)mobilidade, a segregação urbana, a violência, a ausência de infra-estruturas, a insuficiência do saneamento, a problemática sócio-ambiental, a insuficiência de investimentos no setor social são alguns dos desafios que se materializam no espaço urbano, sendo que quem vai conviver face a face com esses entraves são os indivíduos mais pobres da cidade, os moradores das áreas periféricas.

O modo como a cidade se expande sem precedentes influenciada pelo jogo especulativo do mercado de terras influencia nas transformações da paisagem urbana, no qual o espaço é produzido sem cumprir as normas de um planejamento urbano eficiente e sem o exercício do controle e da fiscalização por parte dos gestores urbanos engajados em atender as normatizações urbanísticas e ambientais, tendo como produto uma cidade onde as contradições se acirram em sua totalidade. O espraiamento espacial das cidades contribui para ampliar as desigualdades sociais, não apenas no plano do intra-urbano, mas também na escala interurbana. A localização da moradia na cidade varia de acordo com uma série de fatores e expressa o poder de renda da população e emerge uma necessidade crescente de deslocamentos e, por conseguinte, de meios e condições de circulação. Os conjuntos habitacionais localizados distantes do centro principal ou os bairros descontínuos ao tecido urbano denunciam, por um lado, o papel que assume o poder público e a iniciativa privada na produção do espaço urbano, no ordenamento territorial e na organização do uso e ocupação do solo, e por outro lado, revelam que são possibilidades que asseguram o direito à moradia mas não o direito à cidade e aos benefícios que ela pode oferecer, pois propicia uma situação na qual não se cria uma identidade urbana coletiva, ocorrendo a deterioração das relações sociais e espaciais na cidade.

De fato, os lotes mais baratos encontram-se nas áreas periféricas das cidades pequenas tal qual ocorre nas grandes metrópoles e cidades grandes e médias, e que quanto maior for a cidade mais elevado é o preço da terra enquanto mercadoria, no entanto, mesmo assim ainda é um bem de acesso restrito, sentido na constituição da chamada cidade ilegal ou informal, fomentada pela invasão de terras urbanas (ressalte-se que a invasão ocorre não apenas pelas camadas menos abastadas, mas há registros ou conhecimento de áreas invadidas por empreendimentos de alto padrão). Isto não se dá apenas nas cidades de maior porte territorial ou populacional, mas é um fenômeno comum a todas as cidades brasileiras como já alertamos ao citar as investigações realizadas por Ferreira (2006) e Roma (2008). No caso do nosso recorte empírico não encontramos a constituição físico-territorial de uma favela propriamente dita, contudo, as três cidades, conforme dados disponibilizados pelo IBGE

(2008a) referente ao estudo do Perfil dos Municípios Brasileiros, acusam a existência de favelas ou mocambos. Para Capão Bonito os critérios utilizados para classificar estas áreas são a ocupação de terreno de propriedade alheia, o fato da maioria das unidades habitacionais não possuir título de propriedade, os lotes serem de tamanho reduzido e de formas desiguais e as construções não serem regularizadas por órgãos públicos; Buri considera, enquanto favela, os lotes de tamanho e forma desiguais, as vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, a ocupação densa de unidades habitacionais, as construções não regularizadas por órgãos públicos e a precariedade de serviços públicos essenciais; enquanto em Ribeirão Grande os critérios dizem respeito ao fato da maioria das unidades habitacionais não possuir título de propriedade e os lotes apresentarem tamanho e forma desiguais. Em relação aos cortiços o município de Buri acusa a inexistência desse tipo de habitação, enquanto Capão Bonito declara a existência considerando como unidade de moradia de várias famílias, unidades habitacionais cujo mesmo cômodo tem várias funções, subdivisão de habitações em uma mesma edificação e unidades habitacionais geralmente alugadas, sub-alugadas ou cedidas sem contrato formal; e Ribeirão Grande classifica o cortiço pelo fato das unidades habitacionais serem geralmente alugadas, sub-alugadas ou cedidas sem contrato formal. Quanto aos loteamentos irregulares e/ou clandestinos, Capão Bonito utiliza como critério para classificação a falta de titulação correta da terra; Buri considera os loteamentos sem aprovação prévia do poder público municipal, o descumprimento de normas legais urbanísticas e/ou ambientais, a falta de titulação correta da terra e a falta de correspondência entre o projeto apresentado e o executado; já para Ribeirão Grande os loteamentos irregulares e/ou clandestinos são aqueles sem aprovação prévia do poder público municipal e com falta de titulação correta da terra.

A partir das informações do Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2008a), verifica-se que diferentes critérios são considerados pelas três cidades para classificar as áreas de favelamento, os cortiços e os loteamentos irregulares e/ou clandestinos, no entanto, o importante é apontar que o modo como ocorre a produção do espaço urbano em cidades pequenas acarreta em inúmeros processos excludentes, com qualidades e intensidades diferentes das verificadas nos centros urbanos de maior porte, seja no que diz respeito a exclusão que se manifesta aos indivíduos incluídos na urbanidade legal ou formal como a segregação intra e interurbana, a ausência de infra-estruturas e equipamentos urbanos, a dificuldade de locomoção no espaço intra-urbano, a grande dependência junto ao poder público local, entre outros, ou com relação à exclusão da cidade dita legal ou formal, como o caso das favelas, cortiços e loteamentos irregulares e/ou clandestinos. Ou seja, a cidade,

indiferente do seu porte territorial ou populacional, cresce segundo duas lógicas, a social, que produz as cidades dos excluídos, a cidade informal, produto do processo de apropriação do espaço por um extrato populacional sem acesso à terra, emprego e renda; e a lógica econômica, que está a mercê dos interesses do mercado imobiliário, sendo que o poder público exerce papel fundamental em todo processo, ao passo que exerce a função de controle e fiscalização ao mesmo tempo que propicia condições favoráveis aos interesses mercadológicos e é conivente, em certa medida, com as invasões de terras urbanas, além de ser um agente produtor do espaço, tanto no que confere as redes de infra-estruturas quanto do local de moradia como no caso das construções dos conjuntos habitacionais, que ratificam a exclusão e segregação urbana.

A partir do exposto até o presente momento, fica claro que o nosso recorte empírico suscita diversas perspectivas analíticas e traz muitas problemáticas para a discussão dos processos excludentes atrelados a produção do espaço urbano em cidades pequenas, muitas das quais invólucras em velhas questões e novos conflitos e desafios para se refletir sobre o urbano e a cidade e pensar a urbanização e o planejamento urbano e regional no país. Refletir sobre a teoria e a prática da produção do espaço urbano e sobre o poder público e os interesses econômicos e suas formas de atuação nos remete, por exemplo, alicerçados no caso de Ribeirão Grande, a discutir as possibilidades e os limites da criação de municípios no Brasil, que assistiu uma multiplicação acelerada de novos municípios na década de 1990 facilitada pela Constituição de 1988, com impactos significativos tanto em termos fiscais, quanto em termos da qualidade de vida das populações envolvidas (BRAGA e PATEIS, 2003).

Três breves considerações merecem respeito quando falamos da criação de municípios a partir do desmembramento territorial e administrativo de um distrito em relação ao município do qual faz parte. A primeira consideração diz respeito a produção do espaço a partir de interesses econômicos e políticos, ou seja, muitos processos de desmembramento tem se revelado enquanto um processo decorrente de interesses político-eleitoreiros ao invés de ser um processo advindo do crescimento populacional e econômico de determinado distrito, que demandaria maior autonomia. Daí a necessidade de um estudo prévio de viabilidade municipal como requisito ao processo emancipatório, pois, se por um lado, o novo município pode ser inviável do ponto de vista econômico sem possibilitar um desenvolvimento urbano incluyente ou melhoria da qualidade de vida da população de modo geral, por outro lado, pode ser inviável economicamente para o distrito-mãe, ampliando as desigualdades econômicas regionais, como verificou-se quando Ribeirão Grande se desmembrou de Capão Bonito e levou consigo a principal fonte de receita deste, uma fábrica

de cimento, bem como as principais jazidas de calcário, causando uma séria distorção fiscal, em benefício de um e em prejuízo do outro, como bem analisou Braga e Pateis (2003).

Ainda sob o aspecto da viabilidade econômica, apresentamos a segunda consideração, visto que como muitos municípios em todo país são inviáveis em termos financeiros, sua receita advém, principalmente, da transferência de recursos da União através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que têm se constituído na principal fonte de renda para nada menos que 86% dos municípios paulistas com menos de 5 mil habitantes, como comprovou Braga e Pateis (2003) analisando os valores do ano de 2000. No caso de Ribeirão Grande, Braga e Pateis (2003) aponta que as principais fontes de receita do município em 2000 são: receita própria (1,87%), ICMS (42,96%) e Fundo de Participação dos Municípios (12,82%), sendo que este último atingiu a marca de 21,6% em 2005. Ressalte-se que estamos tratando aqui de três cidades consideradas pequenas, logo acreditamos ser válido apresentar os valores da receita em Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande para demonstrar o quão significativo é o repasse do FPM para as finanças destas realidades urbanas, sendo que ao observar os dados da tabela 21 não podemos deixar de considerar o tamanho demográfico desses municípios.

Tabela 21: Participação da fonte no total da receita municipal – 2000 (%)

	FPM	ICMS	Receita Tributária
Capão Bonito	22,3	24,7	7,9
Buri	27,2	25,3	3,6
Ribeirão Grande	12,8	43,0	1,9

Fonte: GEOSNIC.

Org.: Orlando Moreira Junior, 2009.

O importante é salientar que o FPM é fundamental para a receita municipal das cidades de pequeno porte e como é determinado de acordo com o número de habitantes estimado anualmente pelo IBGE, beneficia os menores municípios em termos demográficos, logo, fica claro que quanto menor o tamanho populacional do município, menor a participação das receitas próprias e maior a dependência do FPM na composição total da receita (BRAGA e PATEIS, 2003).

A terceira consideração está diretamente relacionada as duas primeiras, pois se a criação de municípios enfrentam, por um lado, grandes dificuldades em estabelecer critérios e parâmetros para sua efetivação num país heterogêneo e com grandes disparidades regionais e intra-regionais, por outro lado, pode e deve ser vista como uma solução para muitos distritos localizados a longa distância do distrito-sede, como é o caso de tantos municípios com amplas

extensões territoriais, por exemplo. Entretanto, é preciso ter consciência de que é impossível que um município venha a crescer do ponto de vista social e econômico somente por ter uma administração própria, se paradoxalmente depende do repasse de receitas da União. Ademais, muitos ainda revelam grande dependência junto ao município que pertenciam, devido suas funções urbanas deficientes e a necessidade de suprir suas carências básicas, como é o caso de Ribeirão Grande que mantém laços fortes e de dependência em diversos aspectos em relação a Capão Bonito, o que nos levou a pensar na constituição de uma segregação interurbana.

Refletir a produção do espaço inclui pensar numa economia política do espaço, da cidade e da urbanização, sendo que para sua compreensão deve-se evocar os conteúdos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que engendram tal processo. A produção do espaço urbano gera configurações urbanas desiguais e excludentes, priorizando as políticas e os interesses macro-econômicas em detrimento das questões sociais e ambientais, pois como o espaço é produzido sob a ótica capitalista resulta num espaço morfologicamente dilacerado, em suas diversas escalas, no qual o ônus e o bônus da urbanização são injustamente distribuídos entre os indivíduos. O modo como o espaço é produzido de forma desigual e seguindo interesses do capital dá origem a uma cidade partida expresso no contínuo processo de diferenciação social, cuja materialização se dá na segregação espacial intra e interurbana que caracteriza as cidades nos dias atuais.

A concretização desse espaço morfologicamente em pedaços é visível nas metrópoles e cidades de porte médio, porém, a problemática sócio-espacial em cidades pequenas também é alarmante, como vimos demonstrando até aqui, dado que as áreas empobrecidas dessas cidades são muito grandes, em percentuais que ultrapassam em muito os grandes núcleos urbanos, comparando-os com suas extensões territoriais e populacionais, como mostra, por exemplo, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) desenvolvido pela Fundação SEADE a partir da combinação de duas dimensões – sócio-econômica e demográfica –, que classifica, segundo a metodologia empregada, o setor censitário em seis grupos de vulnerabilidade social. Na tabela 22 temos a distribuição da população de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande a partir dos seis grupos do IPVS e na figura 25 a representação cartográfica disponibilizada pela Fundação SEADE que contribui para uma leitura territorializada do IPVS em Capão Bonito.

Tabela 22: Distribuição da população segundo Grupos dos Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2000, em %

		Capão Bonito	Buri	Ribeirão Grande	Estado de São Paulo
Vulnerabilidade	<i>Nenhuma</i>	0,3	0,0	0,0	6,9
	<i>Muito baixa</i>	10,2	12,3	0,0	23,3
	<i>Baixa</i>	9,7	0,7	15,0	22,2
	<i>Média</i>	3,1	0,0	0,0	20,2
	<i>Alta</i>	61,6	39,3	81,0	17,6
	<i>Muito alta</i>	15,1	47,7	4,0	9,8

Fonte: Fundação SEADE.

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

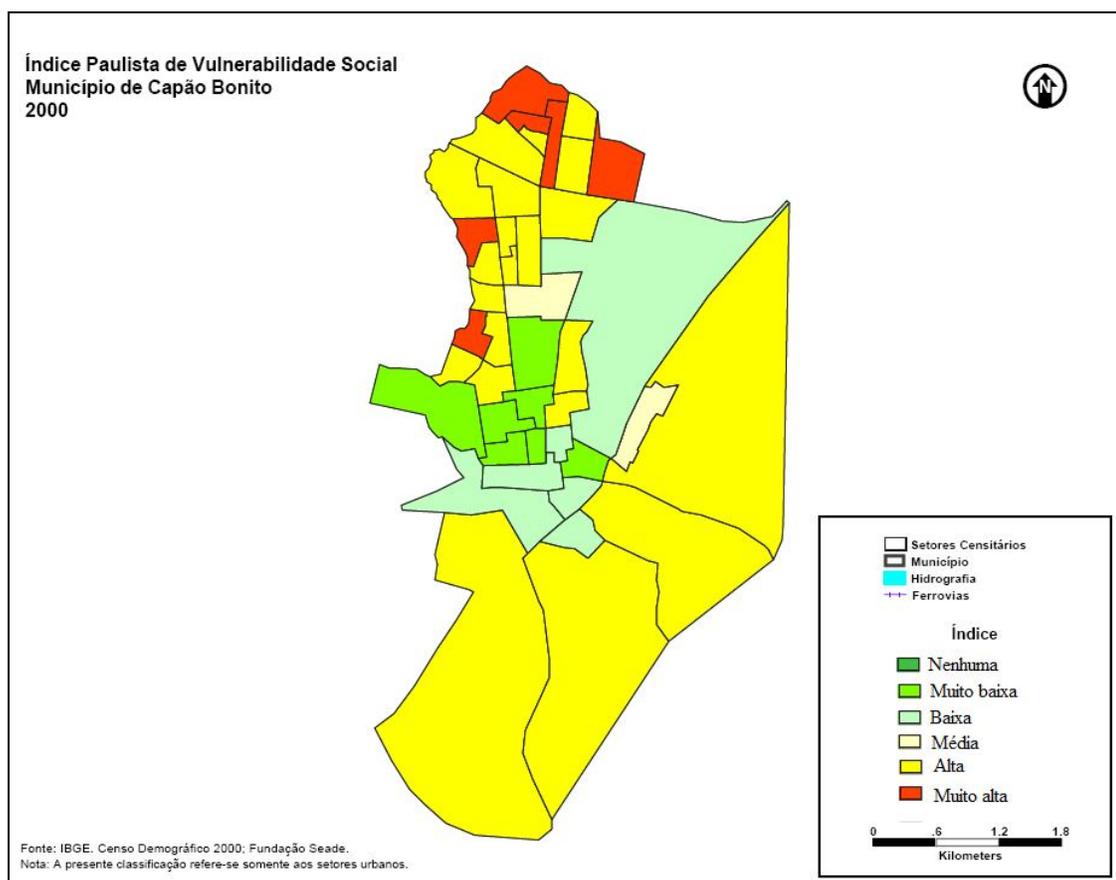


Figura 25: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social de Capão Bonito.

Fonte: Fundação SEADE.

A partir dos grupos de vulnerabilidade social dos municípios, nota-se que mais de 70% da população de cada município encontra-se nos grupos de vulnerabilidade alta ou muito alta, revelando a fragilidade social em que se encontra a maioria da população destas cidades. Os percentuais são alarmantes, pois os grupos de alta e muito alta vulnerabilidade ultrapassam em muito os valores do estado de São Paulo.

Portanto, evidencia-se, no caso específico do recorte empírico desta Dissertação, refletir as cidades pequenas enquanto territórios da exclusão. Assim, se por um lado, na escala

interurbana podemos auferir a idéia de cidades excluídas ao considerarmos que se trata de cidades com alto grau de dependência em relação a outros centros urbanos de maior porte ou, em casos mais extremos, de outra cidade para suprir necessidades mais essenciais, como é o caso da relação que se estabelece entre Ribeirão Grande e Capão Bonito, na qual verifica-se um processo de segregação que transcende os limites da cidade e nos remete a pensar numa segregação interurbana, acrescentando o fato de se tratar de cidades altamente dependentes da atividade agropecuária e parques de recursos que possam suprir as demandas necessárias a atender as mínimas atividades sociais e urbanas da população, cuja receita tem grande dependência do FPM, logo, trata-se de cidades, municípios ou regiões como um todo que por razões estruturais históricas não se enquadram nos atuais padrões de integração competitiva, tanto na escala nacional quanto na escala internacional e ficam a mercê de interesses macroeconômicos da (re)produção do capital, principalmente no que tange a proliferação do agronegócio, cujos impactos sociais e ambientais são sentidos localmente. Por outro lado, temos a consolidação de uma cidade dos excluídos, excludente na esfera intra-urbana, com aumento da pobreza e da exclusão na configuração físico-teritorial das cidades pequenas, perceptíveis no elevado índice de vulnerabilidade social que se encontram as cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, na segregação sócio-espacial resultante da lógica desigual de produção do espaço urbano, no descaso do poder público com as necessidades da população menos abastada, nas construções de conjuntos habitacionais descontínuos ao tecido urbano ou sem um conjunto de benfeitorias urbanas necessárias, na ausência representatividade política e de movimentos sociais organizados, na falta de empregos, na proliferação de trabalhadores rurais residentes urbanos que vivem na cidade mas não a vivenciam, enfim numa série de processos que evidenciam que as cidades pequenas tal qual as grandes e médias expressam a exclusão sócio-espacial resultante da fratura social que produz espaços exclusivos, em diversas escalas, para determinadas funções e usos, concomitantemente, espaços exclusivos para determinadas classes e não para outras.

3.6. Da norma ao fato: a desconstrução da cidade (im)possível

Das inúmeras maneiras que poderíamos encerrar (porém não findar) a discussão que se desenrolou até aqui, uma que consideramos fundamental é delinear algumas breves considerações acerca do descompasso existente entre as normatizações urbanísticas e o espaço urbano como se concretiza de fato. Destarte, as ações humanas devem ser apreendidas no

contexto do planejamento e projeto territorial, à luz das normatizações que regulam a produção do espaço e das possibilidades advindas com a aprovação da Lei Federal nº 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, que institui de modo mais conciso a gestão participativa da cidade na administração democrática e justa, social e territorialmente.

O aumento incessante da urbanização e o crescimento rápido das cidades ocorreu sem o acompanhamento de uma política de desenvolvimento urbano eficaz pautada em instrumentos de planejamento e gestão enquanto processos inovadores de monitoramento, educação e conhecimento da produção do espaço urbano. O planejamento e a gestão do espaço urbano, portanto, frequentemente se deu descomprometido com a realidade empírica e com as práticas urbanas concretas, sendo que boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano (MARICATO, 2000a). Entretanto, é importante deixar claro que

não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves, não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. (MARICATO, 2000a, p. 124)

Em vista disso, consideramos que, por um lado, o conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas controlam, regulam e definem a produção do espaço da cidade, ao passo que classificam, organizam e prescrevem sobre territórios urbanos, mesmo não determinando sua estrutura e forma final, e, por outro lado, ao estabelecer formas permitidas e proibidas acaba por definir os espaços da cidade que se dão dentro e fora da lei.

Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil – rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação de terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei. (MARICATO, 2000a, p. 147)

As normas são feitas para a cidade formal, desconsiderando a cidade real, logo, percebe-se que na produção do espaço urbano a norma não condiz com o fato e o fato, não raramente, se dá a margem da norma. Apesar da norma prezar pela inclusão e por uma cidade mais justa, ela não enxerga a injustiça e os inúmeros processos excludentes que permeiam o fato urbano. Se os excluídos não contam para o mercado, a priorização das normas e das

políticas frequentemente não conta para os excluídos, pois estas visam atender a cidade legal, constituindo-se, parafraseando Maricato (1997, 2000a) em verdadeiras idéias fora do lugar.

Assim, existe um grande descompasso entre as matrizes ou idéias que alimentam a atividade de planejamento urbano e o rumo tomado pela produção do espaço urbano, como adverte Maricato (2000a), marcadas pela concretização de uma cidade que é produzida a partir de um urbanismo de mercado por um lado, e por um urbanismo de risco por outro, visto que a legislação urbana, ou as normas que regulam a forma como o solo pode ser ocupado, também influi no seu preço (MARICATO, 1997), logo é fundamental para determinar quem ou que camada da população poderá ocupar este ou aquele espaço da cidade.

A discussão a respeito do descompasso entre a norma e o fato urbano e entre o discurso e a prática não é nenhuma grande novidade no âmbito acadêmico, no entanto, estes debates ou mesmo o planejamento urbano como um todo é pensado e discutido levando-se em conta principalmente as metrópoles e cidades grandes e médias, o que nos instiga a uma reflexão a partir das cidades pequenas, visto que o planejamento é uma ação que fica gravada no espaço e no que tange as normas que a regulamentam, estas aparentemente funcionam como um molde da cidade ideal ou desejável. Como grande parte dos municípios brasileiros não possuem condições estruturais – recursos financeiros ou materiais e capacitação técnico-política – para conceber e praticar a legislação urbanística que possam garantir o fortalecimento do planejamento, os planos urbanísticos, os projetos urbanos e as normas em geral revelam-se incongruentes com a gestão da cidade e, muitas vezes, com a própria realidade dessas localidades.

A produção de legislação é a principal forma de interferência da esfera pública na produção do espaço urbano. No que tange as leis e instrumentos de planejamento municipal o IBGE (2008a) informa a inexistência de uma lei de parcelamento do solo em Capão Bonito e de uma lei de zoneamento ou equivalente em Ribeirão Grande. Ressalte-se que estes instrumentos e outras políticas de uso do solo e da habitação são fatores essenciais na configuração das cidades, entretanto, as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, enodada pelas relações de favor e privilégios.

O parcelamento do solo tem ocorrido ao arrepio da lei e com a conivência do poder local, marcada pelo favorecimento e privilégios de alguns e pelas relações clientelistas, como já salientamos. Por outro lado, mesmo os três municípios citados possuindo um código de obras, é visível um grande número de moradias construídas sem considerar suas exigências, como é o caso da auto-construção, por exemplo, que simboliza uma nova alternativa de moradia popular

implementada pela dinâmica própria de produção da cidade e não pelas propostas de regulação urbanística ou de política habitacional, mostrando que, enquanto os projetos de leis constituíam idéias fora do lugar, um lugar estava sendo produzido sem que ele se ocupasse das idéias. (MARICATO, 2000a, p. 151)

O sistema auto-constutivo característico das periferias das grandes cidades e das cidades pequenas como um todo é apenas uma das facetas na produção do espaço ou mais propriamente na produção da moradia que revelam uma trajetória histórica de descompasso entre a norma e o fato que tem se mostrado cada vez mais perversa na produção de uma cidade desigual e dicotômica, cuja política urbana não supera os conflitos entre a cidade legal ou formal e a cidade real e entre a cidade ideal e a cidade possível. No caso da legislação urbanística calcada, fundamentalmente, nas leis de Parcelamento do Solo, de Uso e Ocupação do Solo, do Perímetro Urbano, e Código de Obras constata-se que estas influenciaram e influenciam mais na organização funcional do espaço urbano do que nas condições de habitação e de qualidade de vida da população urbana, que do ponto de vista do projeto urbano, são conduzidas mediante intervenções pontuais, segundo critérios estrategicamente definidos.

De modo geral, tem-se, tradicionalmente, um planejamento urbano fundamentado em um ambiente técnico-normativo, excludente e discursivo, no qual a falta de uma abordagem interdisciplinar, a ausência de uma continuidade nas gestões administrativas municipais, a não participação efetiva da população nas discussões e proposições de soluções às dificuldades e problemas que se manifestam no espaço urbano agravam os embates e desafios ao o planejamento e gestão do espaço urbano. Junta-se a capacitação técnica deficiente, ausência de bases cartográficas atualizadas, problemas de cadastros desorganizados e desatualizados, a desorganização do corpo administrativo, a ausência de profissionais qualificados para exercer o papel de fiscalização, entre tantas outras deficiências que podemos encontrar no corpo responsável pela gestão administrativa dos municípios.

Visando novos rumos para a política urbana foi criado em 2001 o Estatuto da Cidade que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal vigente e estabelece diretrizes gerais da política urbana fixando os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos de gestão urbana. Se considerarmos que a dificuldade do acesso à terra tem sido fator determinante de carências e desigualdades sociais e tem impulsionado cada vez mais a segregação sócio-espacial na qual a população menos abastada é a mais afetada, a criação deste novo processo

normativo-regulatório possibilita a introdução de instrumentos urbanísticos para regular processos de desenvolvimento e de realização de planos e projetos urbanísticos na produção da cidade, na qual prioriza-se o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (BRASIL, 2001). Particularmente, além de trazer novos elementos para reverter os processos excludentes das cidades, o Estatuto da Cidade estabelece normas gerais da política urbana quanto ao pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade e da cidade, remetendo ao município sua implementação de acordo com as características e necessidades próprias de cada cidade, definidos, principalmente, a partir da elaboração dos Planos Diretores de forma democrática e participativa, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 2001), cuja obrigatoriedade cabe as cidades com mais de 20 mil habitantes.

Se se pretende combater a desigualdade, o Plano Diretor deve ser a expressão democrática da sociedade, assim, ao lado dos instrumentos legais é importante a organização e participação popular no processo e uma conduta política da gestão municipal na construção de um projeto territorial comum, onde conflitos, problemas e potencialidades são fatores fundamentais na reconstrução de espaços incluídos.

Com relação aos instrumentos de política urbana, apenas em Capão Bonito, dentre as três cidades que englobam este estudo de caso, há registro de existência das leis específicas de uso do solo criado e de contribuição de melhoria, segundo o IBGE (2008a). Quanto ao Plano Diretor, Buri é o único que acusa inexistência, enquanto em Capão Bonito a lei complementar nº 054 de 29 de novembro de 2006 instituiu o Plano Diretor do Município de Capão Bonito, e em Ribeirão Grande a lei nº 159 de 27 de setembro de 1996 instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento de Ribeirão Grande. Ressalte-se a obrigatoriedade da elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado a todos os municípios paulistas de acordo com a Lei Orgânica de cada municipalidade.

Nesta direção emerge pensar que, como a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Diretores pelo Estatuto da Cidade contempla apenas cidades com mais de 20 mil habitantes, milhares de municípios ficam desobrigados de desenvolver tal política urbana, ou seja, a maior parte dos municípios do país (como pode ser verificado na tabela 2 na página 36). Além do mais, junta-se o fato de que dentre os demais municípios, são inúmeras as dificuldades na elaboração do Plano Diretor, principalmente as de ordem política, marcadas pelas práticas clientelistas e imediatistas (eleitoreiras) que caracterizam o processo de tomada de decisão em todos os setores da administração pública, como afirma Braga (1995). Adiciona-se o fato de

haver uma distância entre quem pensa a cidade e quem a operacioniza (MARICATO, 2000a), ao passo que muitos planos diretores muitas vezes são elaborados por órgãos ou empresas estranhas à administração pública local e o fato de que nem sempre há uma capacitação técnico-política eficiente para empregar com sucesso os instrumentos urbanísticos. Acrescenta-se o desafio em se romper com a idéia de Plano Diretor enquanto plano do discurso apenas, afinal restam algumas questões a serem superadas: como planejar com justiça social um espaço que pertence ao capital e que, portanto, é essencialmente desigual e injusto? E como atrair o interesse da maioria da população?, visto que historicamente tem-se a tradição de políticas que nascem de cima para baixo e que na maioria das vezes mostram-se ineficazes quando contrariam interesses mercadológicos.

Outro aspecto que merece nossa consideração diz respeito ao seu plano de abrangência, pois como é dever do governo municipal o controle do processo de desenvolvimento urbano e das políticas de ordenamento territorial mais equitativo, o Plano Diretor, em seu viés participativo, é um instrumento de gestão do território municipal, expressão de diferentes interesses e conflitos, no entanto, apesar do Estatuto da Cidade trazer novos instrumentos para a gestão e planejamento municipal, como o próprio nome revela, tem um caráter majoritariamente direcionado para o espaço urbano, dificultando a obtenção de um conjunto normativo a ser empregado na gestão dos territórios não urbanos (SILVA E PERES, 2009). E isso se reflete nos Planos Diretores, não raramente, denominados de Urbanos, com pouco ou nenhum diálogo entre o rural e o urbano, sem mecanismos de interação com os novos atores e agentes rurais que articulam a cidade e o campo numa escala que transcende a local ou regional e controlam e manipulam tal relação.

Nos casos do Plano Diretor de Desenvolvimento de Ribeirão Grande e do Plano Diretor do Município de Capão Bonito verifica-se um esforço em se estabelecer uma política de desenvolvimento voltado para o urbano e para o rural, sem dicotomizar os espaços. O caso do plano elaborado em Capão Bonito percebe-se um maior nível de detalhamento na proposta, apresentando um número amplo de diretrizes que abrangem diversos setores do planejamento e da gestão do espaço urbano e rural seguindo os ideais do Estatuto da Cidade, contudo, não se enxerga especificamente nem a cidade nem o município de Capão Bonito no Plano Diretor, apresentando ideais tão gerais que poder-se-ia tratar de qualquer outra cidade de qualquer dimensão físico-territorial ou demográfica.

Logo, fica claro que apenas a elaboração de um Plano Diretor não é suficiente, pois este deve estar atrelado ao planejamento mais amplo e gestão territorial do município, afinal constitui uma série de normas para o exercício das ações que deverão ser realizadas. De fato,

diversas normatizações já procuraram garantir a igualdade combatendo a desigualdade e a exclusão, isso se verifica na Constituição Federal, no Código Civil Brasileiro, na Lei Orgânica Municipal, nesta direção o Estatuto da Cidade ao trazer instrumentos de políticas urbanas realça a tentativa de combate contra o avanço da exclusão social, territorial e ambiental nas cidades brasileiras. Para tanto, o Plano Diretor, em cidades pequenas principalmente, deve olhar minuciosamente para o campo, pois, se por um lado, a exclusão é decorrente do mercado de terras e da dinâmica do uso e ocupação do solo na cidade, nas políticas públicas que ao invés de combater a exclusão é meramente assistencialista, não resolve o problema apenas minimiza a situação momentânea, por outro lado, a exclusão começa no campo e ainda persiste no espaço rural, como pode ser observado no caso das políticas de habitação de interesse social nos municípios estudados, nas quais nenhuma unidade habitacional foi construída no espaço rural, como aponta os dados do IBGE (2008a).

Poder-se-ia também pensar, embasados no questionamento que propusemos anteriormente ao pensar nas inúmeras cidades pequenas mergulhadas em um universo rural e com base econômica predominantemente agrícola, se em determinados casos a elaboração de Planos Diretores Rurais não dariam conta de contextualizar melhor determinadas realidades, sobretudo, aquelas com população inferior a 20 mil habitantes priorizando principalmente a promoção da melhoria da qualidade de vida da população rural a fim de incentivar a permanência do homem no campo; ou de incluir possibilidades de uso para o espaço periurbano na elaboração de planos, particularmente nas áreas incluídas no perímetro urbano, visando a implantação de programas de agricultura rururbana e de economia solidária; ou de privilegiar as vias destinadas à circulação de pedestres ou ciclistas com segurança e conforto nas cidades, visto que o tamanho territorial propicia estas formas de mobilidade intra-urbana; ou de buscar soluções para minimizar as disparidades econômicas a partir de políticas de integração urbano-regional, por meio da elaboração de Planos Diretores de Ações Regionais, centrado em ações estratégicas de desenvolvimento sócio-econômico e de sistemas de infraestrutura, por exemplo, e de integração e complementaridade entre o urbano, o rural e o regional, aproveitando-se das vantagens locais, num sistema de cidades engajado mais na cooperação do que na competição. Enfim, inúmeras são as possibilidades, os desafios e as incertezas quando tratamos do planejamento e da gestão do território, que exigem um olhar que contemple as múltiplas escalas, os atores sociais, os interesses, os dilemas e as tensões na produção do espaço, principalmente quando o foco são as cidades pequenas.

As normativas, nesta direção, devem assumir seu papel de instrumento pedagógico e de orientação para ação, a partir das quais a política urbana deve ser delineada visando

atender aos princípios políticos e éticos e superar os impasses tanto em sua elaboração quanto em sua execução, voltados, principalmente, para os planos a médio e longo prazos. Por mais conseqüentes que sejam os pensamentos e as idéias, só a ação das mãos agindo na paisagem a desconstrói, a transforma (FRANCISCO, 2009), ou seja, não podemos nos restringir ao plano das idéias somente, mas temos que esmiuçar também a *práxis* social da produção do espaço.

A norma que induziu a produção de uma cidade com um padrão de estruturação funcional a fim de atender os interesses da (re)produção do capital gera configurações urbanas desiguais e excludentes, marcada pelos contínuos processos de desconstrução – a desconstrução espacial (visíveis na degradação ambiental, na reestruturação das cidades, nas novas formas espaciais, na reconfiguração e refuncionalização dos espaços e da rede urbana, entre outros), a desconstrução das relações sociais (caracterizada pela desterritorialização e reterritorialização, pelo emuralhamento da vida social, pela segregação induzida e auto segregação urbana, pela marginalização social, pela perda da identidade com o local, pela expulsão do campo, enfim, por inúmeros processos que redefinem as relações sociais da cidade e do campo e acarretam na fragilidade da unidade urbana) e a desconstrução das políticas públicas (que favorecem os interesses macro-econômicos em detrimento das questões sociais, são aplicadas de acordo com as circunstâncias numa sociedade marcada pelas relações de favor e privilégios, apresentam caráter emergencial-curativo e não preventivo, tem cunho clientelista ou eleitoreiro, enxergam a cidade formal e não olham para a cidade real, é pensado para as metrópoles e cidades médias ou grandes e se esquecem das cidades pequenas, etc.) – que simbolizam um descompasso entre matrizes ou idéias que alimentam a atividade de planejamento e de gestão e a pobreza de idéias operacionais na produção do espaço urbano.

A constituição de um espaço urbano altamente excludente para as camadas menos abastadas, no qual os interesses do capital privado se sobrepõe permanentemente ao direito à cidade, representa essa cidade (im)possível, portanto, a construção de uma nova ordem urbanística, redistributiva e incluyente, com a incorporação da concepção de processos participativos na elaboração e implementação de planos diretores objetivada pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2004), retoma o olhar para a cidade real procurando propagar meios de se atingir a equidade territorial, cuja concepção de vida e de convívio social rompa com esse espaço morfológicamente dilacerado, em suas múltiplas escalas, em que vivemos nos dias de hoje, seja nas regiões metropolitanas ou nas áreas não-metropolitanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

(CALVINO, 1990, p. 150)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades de pequeno porte no cenário brasileiro congregam um contingente expressivo da população e perfazem uma ampla extensão do território nacional, desempenham papéis reduzidos na rede urbana nacional e apresentam, em sua maioria, estreita relação com o campo, onde, geralmente, se encontra a base econômica municipal – rural ou agroindustrial. Junta-se a isso o fato de que as áreas empobrecidas dessas cidades são muito grandes se considerarmos suas extensões territoriais e populacionais e há ausência ou insuficiência de empregos, infra-estruturas, serviços diversos, entre tantas outras necessidades, o que aumenta a dependência da população dessas pequenas cidades em relação aos detentores do poder econômico e político local e dos centros urbanos de maior porte, daí nossa indagação se as cidades pequenas seriam *territórios da exclusão?*; tanto no que diz respeito ao espaço intra-urbano quanto na estrutura interurbana na qual se insere.

De fato não é possível responder com afinco a questão colocada inicialmente apenas a partir da reflexão desenvolvida em nosso estudo de caso, contudo, por meio do recorte empírico escolhido foi possível levantar algumas considerações a respeito das cidades pequenas, como nos esforçamos para expor durante o desenvolvimento deste trabalho. Portanto, é importante deixar claro que esta Dissertação não tem a pretensão de se constituir num trabalho pronto e acabado, pois a discussão a respeito da temática das cidades pequenas e as reflexões sobre o urbano e a cidade, a nosso ver, são infundáveis. Assim, o propósito que visamos atingir consiste, por um lado, em contribuir com o desvendamento de um processo, que mesmo num caso particular, possa auxiliar no entendimento de outras realidades urbanas, tendo ciência de que há muito a ser feito para o desenvolvimento de uma leitura da exclusão sócio-espacial em cidades pequenas, e, por outro lado, com uma construção da realidade que suscite em possibilidades concretas de intervenção por meio de ações efetivas no planejamento e na gestão destes espaços, com possibilidades de subsidiar a ação para a transformação.

O processo contemporâneo de urbanização vem sendo engendrado pelas novas formas de acumulação capitalista e as cidades atuais vem sendo pensada dentro da lógica da

globalização, tendo como conteúdo consequente deste processo, a mercantilização do espaço de modo geral, e da cidade em particular. Neste contexto, o espaço é marcado pela sua fragmentação seja na escala intra ou interurbana, o que aumenta a diferenciação na lógica de organização espacial, na qual denota-se seletividade de distribuição das políticas públicas, reforçando-se as diferenças, cada vez mais complexas e dilaceradoras. Ocorre uma dilaceração do espaço, marcado pela funcionalidade dos locais e pela competição entre as cidades, que contribui para a intensificação dos processos excludentes nos espaços urbanos, indiferente do seu porte populacional ou territorial, ao passo que o processo de produção do espaço engendrado pelos interesses capitalistas desconsidera as necessidades das maiorias, segrega e diferencia moradores incluídos na urbanidade formal e moradores dela excluídos, com inequívocos impactos sócio-ambientais para a cidade como um todo. Daí a necessidade de se pensar em soluções de planejamento urbano e regional próprios para os casos das cidades pequenas neste período de construção de novas interações sócio-espaciais em diversas escalas que influenciam na produção desigual, excludente e segregadora do espaço.

A competição entre as cidades, no âmbito da internacionalização da economia ou, parafraseando Bacelar, de integração competitiva no mundo globalizado, contraria quaisquer tentativas de planejamento regional, por exemplo, pois não cumpre os ideais de justiça social e ambiental para os assentamentos humanos, que o diga as cidades pequenas que ficam a parte dessa integração, e recria um verdadeiro paradoxo em relação as cidades pequenas, afinal estas não se desenvolvem por que não tem infra-estruturas suficientes ou não tem estas infra-estruturas por que não se desenvolvem? Destarte, como as alterações na configuração da rede urbana acarretam em transformações na estruturação intra-urbana, o planejamento urbano e regional para os casos das pequenas cidades deve ser pensado de modo a reconfigurar de forma equilibrada as dinâmicas territoriais. Logo, as cidades devem ser vistas no contexto regional e, por conseguinte, a pauta deve voltar-se para o planejamento regional, cujo a macro e micro escalas devem estar associadas a um plano único.

Uma perspectiva política e econômica voltada para a região significa procurar possibilidades de acelerar o crescimento ou dar um salto qualitativo para o desenvolvimento, a partir de uma perspectiva endógena, como forma de gerir mais eficazmente os fatores de desenvolvimento, na otimização dos recursos, na participação dos diferentes atores, na dinamização do território e na distribuição dos frutos do processo de crescimento. Isto é, contriuir uma estratégia de desenvolvimento regional baseada no conhecimento e na inovação e que leve em conta as características locais, econômicas, tecnológicas, sociais e ambientais, a fim de combater às assimetrias regionais, aproveitar de forma sustentável os recursos e

potencialidades endógenas das regiões, promover o ordenamento mais equitativo do território e garantir a participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais.

Quanto ao espaço intra-urbano, no caso das cidades pequenas, o planejamento deve priorizar a melhoria de vida urbana, considerar as práticas locais e os anseios dos cidadãos, realizar um ordenamento territorial mais equitativo, democratizar o acesso à terra e à função social da propriedade e da cidade, manter um relacionamento mais harmonioso entre os cidadãos e entre a produção do espaço urbano e o meio ambiente, além de promover o planejamento e gestão democráticos do espaço, propiciando um crescimento do tecido urbano, caso venha a ocorrer, sob os conformes da cidade legal e acessível a todos os cidadãos, no qual o ordenamento territorial torna-se um componente fundamental de um projeto de desenvolvimento urbano e regional. Assim, é possível reduzir as desigualdades sócio-espaciais no uso do solo urbano, construir um desenvolvimento regional e urbano equilibrado com base natural de recursos disponíveis e aproveitando das vantagens e especificidades locais e de inserção no plano regional das cidades e de integração com a área rural, nas quais a prioridade deve ser a constituição de uma gestão territorial e rede urbana integrada.

Santos (1988) já assinalava que a localização das pessoas no território é na maioria das vezes, produto de uma combinação de forças de mercado e decisões de governo. Se pensarmos a cidade atual como mercadoria e a própria mercantilização do espaço em suas múltiplas escalas, concluímos que a segregação é a forma de exclusão que se manifesta em sua dimensão espacial, no qual o mecanismo de mercado e também o poder público produzem um espaço onde os pobres ficam com as piores localizações como coloca Villaça (2003). A dramaticidade da exclusão social de modo geral e da segregação sócio-espacial em particular é proveniente, em certa medida, da precária relação entre as ações e práticas governamentais – federal, estadual e municipal – e a preocupação com a problemática social do país, visto que apesar dos planos, políticas e normas prezarem pela inclusão e por uma cidade mais justa, ela não se enxerga a injustiça e exclusões que permeiam a cidade, o campo e a região.

Nesta direção as estratégias de planejamento urbano e regional para as cidades pequenas podem contribuir com a desconcentração de atividades econômicas e de população, com a criação de novos empregos e com a redução das disparidades de renda e desigualdades intra-urbanas de acesso à habitação, serviços sociais e equipamentos. Essas idéias vão de encontro aos ideais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades (2004) que exige uma política nacional orientadora e coordenadora de esforços, planos, ações e investimentos dos vários níveis de governo na equidade social, maior eficiência administrativa, ampliação da cidadania, sustentabilidade ambiental e de resposta

aos direitos das populações excluídas. Em Ribirão Grande, por exemplo, faz-se necessário o desenvolvimento de projetos que viabilizem a organização da população para a geração de renda de acordo com as potencialidades locais, principalmente quando nos referimos a população rural. A atividade turística é outra potencialidade a ser explorada pelos três municípios, visto que apresentam um leque variado de possibilidades com boa perspectiva de desenvolvimento em bases sustentáveis.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil penalizou e penaliza o ambiente e a sociedade, pois sempre priorizou os interesses macro-econômicos. Dessa forma, um planejamento urbano preocupado com o social e com o ambiental, com as injustiças e com a exclusão, não se mostram em simetria com o que ocorre na realidade das cidades brasileiras. Sob esse viés podemos aludir ao que Maricato (2000a) inferiu de idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias ao pensar o planejamento nas cidades brasileiras, pois as idéias encontram-se fora do lugar a medida que as políticas e planos para o ordenamento territorial estão voltados apenas para parte da cidade (e o mesmo podemos tencionar em escalas mais amplas), o que nos remete a pensar que o lugar (englobando também um conjunto de cidades ou regiões como um todo), onde se encontra as parcelas menos abastadas dos cidadãos, sempre estiveram fora das idéias na efetivação do planejamento no Brasil, o que nos induz a pensar na necessidade de uma abordagem da questão regional brasileira e implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Regional.

Assim, um novo ambiente normativo includente definido a partir de uma normalidade cidadã, como coloca Maricato (2000a), emerge, portanto, como possibilidade para superação de diversas problemáticas que permeiam a sociedade brasileira, sendo que no caso das cidades pequenas a participação dos cidadãos que viabilizam um sistema democrático poderia ter ainda mais presente o papel participativo da população em geral, pelo seu tamanho populacional reduzido, representando a desconstrução das representações dominantes sobre o espaço (urbano ou rural) e a construção de uma nova matriz engajada a uma *práxis* democrática, nas quais a prioridade deve voltar-se para uma produção espacial com a menor desconstrução possível. A desconstrução mínima, segundo Francisco (2009) é aquela que preserva ao máximo o espaço existente – sobretudo o natural –, dando suporte à vida que aí se desenrola, podendo ser entendida como equilíbrio do movimento espacial. A desconstrução mínima do espaço urbano é um meio, combinado à prática de boas idéias projetuais, de tornar a produção do espaço mais integrada à natureza e às questões relevantes ao social, concretizando-se espacialmente de forma menos impactante possível, no qual o equilíbrio do meio ambiente natural e socialmente produzido se configuram enquanto

resultado da prática consciente de conciliar as necessidades sociais e todos os elementos naturais de modo harmônico, abrindo espaço para novas possibilidades de intervenções antrópicas socialmente e ambientalmente mais justas.

Desse modo, uma estratégia de gestão territorial mais integrada deve ser vista para as cidades de pequeno porte como meio capaz de promover o desenvolvimento regional, servindo-se da rede urbana para traçar projetos estratégicos e convênios entre as prefeituras das cidades, nos quais as dimensões sociais, econômicas e ambientais devem ser harmonicamente integradas aos ideais de desenvolvimento pretendido, para promover uma contínua política de inclusão social e de integração territorial. A procura de soluções para as questões de cunho social e econômico são muito expressivas em cidades de pequeno porte, a fim de minimizar as migrações para as grandes cidades, de modo que se fossem bem resolvidas certamente poderiam contribuir para a desconcentração e minimização dos efeitos nocivos das grandes concentrações urbanas. Daí a necessidade de se criar ou de se reforçar a rede de médias e pequenas cidades, para se atenuar o crescimento exagerado das grandes aglomerações, constituindo-se enquanto espaços potenciais, capazes de promover o desenvolvimento local e regional, para que estas cidades (particularmente as pequenas) deixem de ser vistas ou consideradas enquanto territórios da exclusão.

REFERÊNCIAS

Se cada cidade é como uma partida de xadrez, o dia em que eu conhecer as suas regras finalmente possuirei meu império, apesar de que jamais conseguirei conhecer todas as cidades que este contém.

(CALVINO, 1990, p. 111)

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e Perspectivas do Papel das Cidades Médias no Planejamento Urbano e Regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (coord.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 1-34.

BACELAR, Tânia. Dinâmica Regional Brasileira nos Anos Noventa: rumo à desintegração competitiva? In: CASTRO, Iná Eias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. (Orgs). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000, p. 73 – 91.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas Cidades na Região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 347f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

BRAGA, Roberto. Plano Diretor Municipal: três questões para discussão. **Cadernos do Departamento de Planejamento**. Presidente Prudente. v.1, n. 1, p. 15-20, ago. 1995.

BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Cidade: espaço da cidadania. In: GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; BRAGA, Roberto (orgs) **Pedagogia Cidadã: cadernos de formação – ensino de Geografia**. São Paulo: UNESP – PROPP, 2004, p. 105 - 120.

BRAGA, Roberto; PATEIS, Carlos da Silva. Criação de Municípios: uma análise da legislação vigente no Estado de São Paulo. **Revista de Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**. Mato Grosso do Sul, ano IX, n° 17, p. 07-14, jan./ jun. 2003.

BRASI. Lei nº. 6766 de 9 de dezembro de 1979. **Dispõe Sobre o Parcelamento do Solo Urbano**. Brasília, 1979.

BRASIL. Lei nº. 10257 de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional De Desenvolvimento Urbano. **Cadernos Mcidades**. Brasília, 2004.

BRUTO DA COSTA, Alfredo . **Exclusões Sociais**. Lisboa: Gradativa, 1998.

CALVINO, Ítalo. As Cidades Invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, André; POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie (org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil** – Dinâmica e manifestação territorial. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos** – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CAPÃO BONITO. Lei Complementar nº. 054 de 29 de novembro de 2006. **Institui o Plano Diretor do Município de Capão Bonito e dá outras providências**. Capão Bonito: Prefeitura Municipal, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Problemas Ambientais na Produção da Cidade e da Habitação de Interesse Social. In: CARVALHO, Pompeu Figueiredo de; BRAGA, Roberto. (orgs). **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: UNESP/IGCE/Laboratório de Planejamento Municipal/ DEPLAN, 2001, p. 27 – 37.

CASTEL, Robert. As Armadilhas da Exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Marangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). **Desigualdade e a Questão social**. São Paulo: EDUC, 2000. p. 17 - 50.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Carolina Maria Pozzi de. O Estatuto da Cidade e Ampliação do Acesso à Moradia. In: BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (orgs.) **Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP – IGCE, 2000, p. 31 - 40.

CITADINI, Marco Antonio. O Caminho Percorrido Até Encontrar o Capão Bonito. **O Expresso**, Capão Bonito, 06 abr. 2007. Caderno Especial em Comemoração aos 150 anos de Capão Bonito, p. 1.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

_____. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.41-53, jan./jun. 1999.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização: apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, São Paulo: Dezembro/2006. p. 135 – 147.

DATALUTA: banco de dados. Banco de Dados desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA. Acesso em 2009.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ELIAS, Denise. Globalização e Fragmentação do Espaço Agrícola do Brasil. **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, n. 218 (03), ago/2006. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm> > Acesso em: 23 jun. 2009.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os Papéis e Significados das Pequenas Cidades do Noroeste do Paraná**. 2006, 507 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

FERNANDES, Ana Cristina. Da Reestruturação Corporativa à Competição entre Cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaço & Debates**, nº41, ano XVII, NERU, São Paulo, 2001, p. 415 - 435.

FERREIRA, Érica. **A Segregação Socioespacial no Município de Paraguaçu Paulista – SP: da favela ao conjunto habitacional**. 2006. (Monografia de bacharelado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente.

FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1997.

FRANCISCO, José. Dinâmica e Metamorfose do Espaço: expansão urbana e loteamentos. In: CARVALHO, Pompeu Figueiredo de; BRAGA, Roberto (Orgs.). **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: UNESP – IGCE – Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan, 2001, p. 15 – 26.

_____. **Deconstrução do Lugar: o aterro da Praia da Frente do centro histórico de São Sebastião**. 2002. 200f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

_____. Da Paisagem Natural à Paisagem Transformada – o conceito da desconstrução para uma interpretação da produção do espaço. **Vivência**. UFRN/CCHLA, n.33, p.169 a 186, 2009.

GEOSNIC: banco de dados. Disponível em: < <http://www2.cidades.gov.br/geosnic> >. Acesso em 05 de fev. 2009.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana**. Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GUIMARÃES, Raul Borges; SPOSITO, Eliseu Savério; MARTIN, Encarnita Salas; MELAZZO, Everaldo Santos; CHAGAS, Eliane Ferrari; ALMEIDA, Ana Lúcia de Jesus; MAGALDI, Sérgio Braz. **Atlas da Inclusão/Exclusão social de Presidente Prudente**. 1. ed. v. 1. Presidente Prudente: Simespp, 2003.

GUIMARÃES, Raul Borges; VIEIRA, Alexandre Bergamin; NUNES, Marcelo. Cidades Médias: territórios da exclusão. **Cidades**. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 4, p. 267 – 287, 2004.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 15, jun. 1997, p. 42 – 93.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 165 – 205, 2003.

_____. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Brasília, 2001.

_____. **Mapa de Pobreza e Desigualdades - municípios brasileiros**. 2003. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat> > Acesso em 1 de jul. 2009.

_____. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Brasília, 2008a.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b.

IPEA; IBGE; UNICAMP/IP/NESUR; SEAD. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sudeste. Brasília: IPEA, 2001.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LEFÈBVRE, Henri. **Espacio y Política**: el derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1976.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Habitação e cidade.** São Paulo: Atual, 1997.

_____. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 121 – 192.

_____. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 21 – 33, out./dez. 2000b.

_____. Metrópole, Legislação e Desigualdade. **Estudos Avançados.** v. 17, n. 48, p. 151 – 157, out./dez. 2003.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MELAZZO, Everaldo. **Padrões de Desigualdades em Cidades Paulistas de Porte Médio: a agenda das políticas públicas em disputa.** 2006. 230f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

MIRANDA, E. E. de; COUTINHO, A. C. (Coord.). **Brasil Visto do Espaço.** Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2004. Disponível em: <<http://www.cdbrazil.cnpem.embrapa.br>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

O EXPRESSO. Rios já Sofrem os Efeitos da Falta de Preservação. **Caderno Região**, p. 08, 02 de dez. 2002.

_____. **Caderno Especial em Comemoração aos 150 anos de Capão Bonito**, p. 12, 06 abr. 2007.

_____. Produtores Rurais Não Querem Mudança de Lei. **Caderno Geral**, 04 de jul. 2009.

OLIVATI, Alice Elias Daniel (org.). **Capão Bonito: 150 anos – uma história construída pelo seu povo.** São Paulo: Noovha América, 2006.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidades Locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG: algumas considerações. **Caminhos de Geografia** (UFU – online), Uberlândia, v. 3, p. 52 – 72, 2002. Disponível em: < http://www.ig.ufu.br/revista/volume05/artigo05_vol05.pdf >. Acesso em: 15 set. 2008.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Ehrenberg de. **Buri: nossa terra, nossa gente, nossa história**. Campinas: Etel Edições Ltda, 1996.

PETERSEN, Rudolph. **Planificación de Uso del Suelo y Transporte Urbano**. Eschborn: GTZ – Proyecto Sectorial Servicio de Asesoría en Política de Transporte – Ministerio Federal de Cooperación Económica y Desarrollo, 2006.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2000.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

RIBEIRÃO GRANDE. Lei nº. 159 de 27 de setembro de 1996. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Ribeirão Grande e dá outras providências**. Ribeirão Grande: Prefeitura Municipal, 1996.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiróz. Espaço Urbano, Mercado de Terras e Produção da Habitação. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da (Org.). **Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982, p. 29 – 47.

_____. Desafios da Construção da Cidadania na Metrópole Brasileira. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 525 – 544, set./dez. 2007.

RÖHM, Sérgio Antônio; BONUCCELLI, Terezinha de Jesus; RAIA JR, Archimedes Azevedo; CORDEIRO, João Sergio. Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, 2006, Passo Fundo - RS. **Anais - XXXIV Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia**. Passo Fundo: Editora Universitária, 2006. p. 14-29.

ROLNIK, Raquel. Exclusão Territorial e Violência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 100 – 111, 1999.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Cidades e Políticas Urbanas no Brasil: velhas questões, novos desafios. RATTNER, Henrique. (org.). **Brasil no Limiar do Século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 105 – 122.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação Sócio-espacial em Cidades Pequenas**. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1979.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994a.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994b.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEABRA, Odette. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo (orgs). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 271-311.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS**. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/apresentacao.php> >. Acesso em 30 de jan. 2009.

SILVA, Sandra Regina Mota; PERES, Renata Bovo. Gestão dos Territórios Rurais: possibilidades e limitações do Estatuto da Cidade. In: XIII Encontro Nacional da Anpur – planejamento e gestão do território: escalas, conflitos e incertezas. Florianópolis, **Anais XIII ENAnpur**, 2009. CD Rom.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, AGB, n. 57, p. 77 – 92, 1980.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de Souza. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografias**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15 – 47.

SPOSATTI, Aldaíza. **Mapa da Exclusão/Inclusão na Cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. Espaços Urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Dinâmica Econômica, Poder e Novas Territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT : GASPELLER, 1999, p. 13 - 29.

_____. **O Chão em Pedços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil**: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

VEIGA, José.Eli da. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader. (org.) **Psicologia Social**: as artimanhas da exclusão, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 27 - 50.

VILLAÇA, Flávio. **O que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. A Segregação Urbana e a Justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, n.44, p. 241-346, jul/set 2003.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo Sobre a Noção de Exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **Psicologia Social: as artimanhas da exclusão**, 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 16 - 26.